

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO
NÍVEL DOUTORADO**

ALDENOR DA SILVA PIMENTEL

**SANGUE NOS OLHOS:
uma análise da constituição evenemencial na circulação de imagens de
linchamento no Brasil entre os séculos XIX e XXI**

São Leopoldo

2020

ALDENOR DA SILVA PIMENTEL

SANGUE NOS OLHOS:

**uma análise da constituição evenemencial na circulação de imagens de
linchamento no Brasil entre os séculos XIX e XXI**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Ciências da Comunicação, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

Orientador: Prof. Dr. Ronaldo César Henn

São Leopoldo

2020

P644s Pimentel, Aldenor da Silva.

Sangue nos olhos : uma análise da constituição
evenemencial na circulação de imagens de linchamento no
Brasil entre os séculos XIX e XXI / Aldenor da Silva Pimentel. –
2020.

219 f. : il. ; 30 cm.

Tese (doutorado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos,
Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação,
2020.

“Orientador: Prof. Dr. Ronaldo César Henn”.

1. Linchamento – Brasil. 2. Linchamento na comunicação de
massa. 3. Violência na comunicação de massa. 4. Comunicação
de massa – Aspectos sociais. I. Título.

CDU 659.3

ALDENOR DA SILVA PIMENTEL

SANGUE NOS OLHOS:

**uma análise da constituição evenemencial na circulação de imagens de
linchamento no Brasil entre os séculos XIX e XXI**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Ciências da Comunicação, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

Aprovado em 31 de março de 2020

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Gilmar Adolfo Hermes – UFPel
(Participação por webconferência)

Prof.^a Dr.^a Adriana Schryver Kurtz – ESPM
(Participação por webconferência)

Prof.^a Dr.^a Ana Paula da Rosa – Unisinos
(Participação por webconferência)

Prof.^a Dr.^a Maria Clara Jobst de Aquino Bittencourt – Unisinos
(Participação por webconferência)



Prof. Dr. Ronaldo César Henn – Unisinos

AGRADECIMENTOS À CAPES

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Aos que agem, aos que fazem da vida substantivo coletivo e àqueles cuja morte teima em acontecer, ainda que pesquisas como esta sejam empreendidas na esperança de evitá-la.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Ronaldo Henn, pelo necessário suporte.

Aos professores presentes no Seminário de Tese, no Exame de Qualificação e na defesa da tese: Beatriz Marocco, Maria Clara Aquino, Márcia Veiga, Adriana Kurtz, Gilmar Hermes e Ana Paula da Rosa.

A Flora Daemon e Carolina Freitas, pelas contribuições no período de elaboração do projeto.

A Jairo Ferreira, Antonio Fausto Neto, José Luiz Braga, Demétrio Soster, Adriana Aguiar, elimacuxi, Antonia Costa, Edu Jaques, Rebeca Alencar, Vítor de Araújo, Loretta Emiri, Pedro Alencar, Lindomar Neves Bach, Thiago Brígia, Sidnei Louzã, Vera França e Roberto Câmara, pela contribuição durante a realização do presente trabalho.

À UFRR, que autorizou o afastamento deste servidor para Pós-Graduação.

À Unisinos e aos seus, pela estrutura efetiva e afetiva oferecida.

Pois aqui está a minha vida.
Pronta para ser usada.

Vida que não se guarda
nem se esquiva, assustada.
Vida sempre a serviço
da vida.

Thiago de Mello (1996, p. 15).

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo geral estudar o processo de constituição evenemencial na circulação de imagens de linchamento produzidas no Brasil, por jornalistas e não jornalistas, entre os séculos XIX e XXI. Pretende-se ainda fazer análise comparativa das narrativas visuais de linchamentos no Brasil em diferentes temporalidades e suportes mediáticos e investigar a produção de sentidos na circulação de imagens de linchamentos brasileiros em meios de comunicação diversos, jornalísticos e não jornalísticos. As questões que mobilizam essa investigação são: de que forma os registros visuais de linchamento no Brasil, da década de 1880 até a contemporaneidade, constituem-se em acontecimentos, que agentes participam da circulação dessas imagens e que sentidos são produzidos, considerando-se os diferentes suportes e temporalidades. Para tanto, foram analisados imagens de linchamentos (gravuras, fotografias, vídeos) e textos escritos e sonoros publicados juntamente àquelas, de 1888 a 2017, em jornais, revistas e livros, impressos e digitais, *sites*, meios sociais digitais e *blogs*, na forma de 11 vídeos e 784 artigos, notícias, entrevistas, gravuras, *posts*, anúncio comercial, comentários de internautas e trabalhos acadêmicos. Como estratégia metodológica, foram adotadas as abordagens praxiológica e comparativa, e técnica inspirada na análise da individualização do acontecimento, combinada com as pesquisas documental e bibliográfica. A presente investigação adotou, como pressupostos teóricos, conceitos e problematizações advindos das teorias do acontecimento, em diálogo com discussões sobre processos de mediatização.

Palavras-chave: Comunicação. Acontecimento. Linchamento. Circulação. Imagem.

ABSTRACT

The general objective of this work is to study the process of evenemential composition in the circulation of pictures of lynchings produced in Brazil, by both journalists and non-journalists, during the 19th and 21st centuries. A comparative analysis of visual narratives on lynchings in Brazil through different time periods and media is also intended, as well as an investigation on how meanings are produced in the circulation of Brazilian lynching images in different media supports, both journalistic and non-journalistic. The questions that leverage this research are: how the visual records of lynchings in Brazil — from the 1880s to the present day — become events; what agents have participated in the circulation of these images; and which meanings are produced, considering the different media supports and time periods. For this purpose, lynching images (prints, photographs, videos) and written and sound texts published together with them, from 1888 to 2017, in newspapers, magazines and books, printed and digital, websites, digital social media and blogs, in the form of 11 videos and 784 articles, news, interviews, prints, posts, commercial advertisements, comments from internet users, and academic works, were analyzed. As a methodological strategy, praxeological and comparative approaches were followed, and a technique based on analysis of the individualization of the event, combined with documentary and bibliographical research. This research was carried out using as theoretical assumptions certain concepts and problematization ideas derived from the theories of event, in dialogue with discussions on mediatization processes.

Keywords: Communication. Event. Lynching. Circulation. Image.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Cartão postal litografado: Montana, EUA, 1870	39
Figura 2 – Ilustração do Linchamento de Apulcho, na Revista Ilustrada, 1883	112
Figura 3 – Ilustração do Linchamento de Penha do Rio do Peixe, na Revista Ilustrada, 1888.....	113
Figura 4 – Gravura de Rozendo de Souza Brito, em O Commercio de São Paulo, 1897	114
Figura 5 – Gravura de Manuel de Souza Brito, em O Commercio de São Paulo, 1897	114
Figura 6 – Gravura da família Souza Brito, em O Commercio de São Paulo, 1897	115
Figura 7 – Jornal The Rio News, 24 de fevereiro de 1888	116
Figura 8 – Jornal The Rio News, 15 de julho de 1888.....	117
Figura 9 – Gazeta Paranaense, 1888	118
Figura 10 – Metade superior da Figura 2	119
Figura 11 – Metade inferior da Figura 2	119
Figura 12 – Revista da Semana, 1924	123
Figura 13 – Jornal Folha da Noite, 1946	124
Figura 14 – Capa do livro “Linchamentos: a justiça popular no Brasil”.....	125
Figura 15 – Gravura em artigo em <i>blog</i> sobre suposto linchamento moral de Lula, 2016	126
Figura 16 – Gravura em artigo de <i>blog</i> sobre suposto linchamento moral de William Waack, 2017	126
Figura 17 – Gravura do Linchamento de Barracão, em O Globo, 1983	147
Figura 18 – Gravura do Linchamento de Parelheiros, em O Estado de S. Paulo, 1983	147
Figura 19 – Jornal Folha de Londrina, 1986.....	158
Figura 20 – Notícia no jornal <i>on-line</i> Olhar Jurídico, 2016	165
Figura 21 – Notícia no jornal <i>on-line</i> Olhar Cidade, 2016.....	165
Figura 22 – Notícia no jornal <i>on-line</i> DN Notícias, 2016.....	166
Figura 23 – Notícia no jornal <i>on-line</i> Alta Notícias, 2016.....	166
Figura 24 – Notícia na página Sorriso FM 99,1, 2016	167
Figura 25 – <i>Fanpage</i> SF Notícias.....	176
Figura 26 – Notícia <i>on-line</i> no <i>blog</i> O Maior do Mundo	178

Figura 27 – Notícia <i>on-line</i> no <i>site</i> Gilberto Léda	179
Figura 28 – Notícia <i>on-line</i> no <i>site</i> Isaías Rocha.....	179
Figura 29 – Circulação de gravuras de linchamento produzidas na década de 1880	196
Figura 30 – Circulação de fotografias analógicas e gravuras de linchamento produzidas entre as décadas de 1950 e 1980.....	197
Figura 31 – Circulação de vídeos analógicos de linchamento produzidos entre as décadas de 1980 e 1990.....	198
Figura 32 – Circulação de vídeos digitais de linchamento produzidos na década de 2010	199

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 – Cartão postal: 1960, Geórgia, EUA	37
Fotografia 2 – Cartão postal: 1899, Missouri, EUA	38
Fotografia 3 - Cartão postal: Texas, EUA, 1916.....	40
Fotografia 4 – Cartão postal: Nebraska, EUA, 1919	40
Fotografia 5 – Cartão postal: Kentucky, EUA, 1927	41
Fotografia 6 – Cartão postal: Flórida, EUA, 1935.....	41
Fotografia 7 – Foto de capa do caderno de Polícia d'O Liberal, 12 de maio de 2008	42
Fotografia 8 – Linchamento de Chapecó, 1950.....	133
Fotografia 9 – Linchamento do Poste, 2015.....	134
Fotografia 10 – Linchamento de Jacarepaguá, no jornal Folha de S. Paulo, 1978 .	135
Fotografia 11 – Linchamento de Jacarepaguá, em Folha de S. Paulo, 1978.....	136
Fotografia 12 – Linchamento de Campinho/Jacarepaguá, no jornal O Globo, 1981	137
Fotografia 13 – Corpos incendiados no Linchamento de Umuarama, em O Globo, 1986	138
Fotografia 14 – Corpo incendiado no Linchamento de Guanambi, em O Globo, 1987	139
Fotografia 15 – Linchamento de Umuarama, em O Globo, 1986.....	140
Fotografia 16 – Linchamento de Guanambi, em O Globo, 1987	140
Fotografia 17 – Linchamento de Jacarepaguá, no jornal Folha de S. Paulo, 1978 .	141
Fotografia 18 – Linchamento de Jacareparguá, em O Globo, 1978.....	142
Fotografia 19 – Linchamento de Araras, em O Estado de S. Paulo, 1984	143
Fotografia 20 – Linchamento de Jacarepaguá, em O Globo, 1978	144
Fotografia 21 – Linchamento de Jardim Iguaçú, em O Globo, 20 de janeiro de 1970	145
Fotografia 22 – Linchamento de Jardim Iguaçú, em O Globo, 23 de janeiro de 1970	145
Fotografia 23 – Linchamento de Jardim Iguaçú, em O Globo, 11 de março de 1970	146
Fotografia 24 – <i>Frame</i> de vídeo do Linchamento de Umuarama, 1986	153

Fotografia 25 – Corpo de linchado desfocado em <i>insert</i> de vídeo em reportagem de TV sobre Linchamento de Matupá	155
Fotografia 26 – Entrevistado com identidade preservada em reportagem de TV sobre Linchamento de Matupá.....	156
Fotografia 27 – Projeção de vídeo de Linchamento de Matupá durante julgamento	156
Fotografia 28 – Homem com gravador de voz em vídeo de Linchamento de Matupá, 1990	157
Fotografia 29 – Fotógrafo em vídeo do Linchamento de Umuarama, 1986	157
Fotografia 30 – <i>Frame</i> de vídeo do Linchamento de Matupá, 1990	163
Fotografia 31 – <i>Frame</i> de vídeo do Linchamento de Matupá, 1990	164
Fotografia 32 – Policial a filmar cena do Linchamento do Poste, 2015	170
Fotografia 33 – <i>Selfie</i> em vídeo do Linchamento de Madureira, 2017	171
Fotografia 34 – Cabeça do personagem fora do quadro em vídeo do Linchamento de Madureira	173
Fotografia 35 – Dedo do operador diante da lente em vídeo do Linchamento de Madureira	173
Fotografia 36 – Sombras de mais de um operador de câmera de celular no Linchamento de Madureira.....	174
Fotografia 37 – <i>Frame</i> publicado em notícia <i>on-line</i> sobre Linchamento do Poste .	177
Fotografia 38 – Vídeo jornalístico com narração por legendas	178
Fotografia 39 – <i>Insert</i> em preto e branco em reportagem de TV sobre o Linchamento do Poste	181
Fotografia 40 – <i>Frame</i> colorido de reportagem de TV sobre Linchamento do Poste	181
Fotografia 41 – Destaque em personagem de reportagem de TV sobre Linchamento do Poste	182
Fotografia 42 – Entrevista com identidade preservada em reportagem de TV sobre Linchamento do Poste.....	182
Fotografia 43 – Sobrevivente ao lado de cadáver em vídeo inserido em reportagem de TV sobre o Linchamento do Poste	183

Fotografia 44 – Homem amarrado a poste em vídeo inserido em reportagem de TV sobre o Linchamento do Poste.....	183
Fotografia 45 – Homem amarrando pés de outro em vídeo inserido em reportagem de TV sobre o Linchamento do Poste	184

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – As cenas do linchamento	49
Quadro 2 – Tipos de acontecimento	78
Quadro 3 – Tipos de acontecimento dos/nos <i>media</i>	79

LISTA DE SIGLAS

Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CIS	Colóquio sobre Imagem e Sociabilidade
Cruesp	Conselho de Reitores das Universidades Estaduais de São Paulo
ESP	O Estado de São Paulo
EUA	Estados Unidos da América
FSP	Folha de São Paulo
GRIS	Grupo de Pesquisa em Imagem e Sociabilidade
MA	Maranhão
MT	Mato Grosso
NAACP	National Association for the Advancement of Colored People
NEV	Núcleo de Estudos da Violência
PM	Polícia Militar; policial militar
PPGCom	Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação
PR	Paraná
Procad	Programa Nacional de Cooperação Acadêmica
RJ	Rio de Janeiro
RR	Roraima
SC	Santa Catarina
SP	São Paulo
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFRR	Universidade Federal de Roraima
Unisinos	Universidade do Vale do Rio dos Sinos
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 ANTECEDENTES	16
2 LINCHAMENTO E COMUNICAÇÃO	23
2.1 LYNCH MANDA LEMBRANÇAS	37
2.2 LINCHAMENTO EM REDE: JUSTIÇA COM AS PRÓPRIAS DIGITAIS	48
3 NAS REDES DO LINCHAMENTO: ACONTECIMENTO, CIBERACONTECIMENTO, MEDIATIZAÇÃO E CIRCULAÇÃO	59
3.1 MEDIATIZAÇÃO, CIRCULAÇÃO E CIBERACONTECIMENTO	81
3.2 LINCHAMENTO: (CIBER)ACONTECIMENTO EM CIRCULAÇÃO	90
4 FUNDAMENTOS METODOLÓGICOS: A PESQUISA EM EXECUÇÃO	93
4.1 FUNDO PRAGMATISTA	95
4.2 O MÉTODO DE PROCEDIMENTO COMPARATIVO	99
4.3 O ACONTECIMENTO E A ANÁLISE DA INDIVIDUALIZAÇÃO	100
4.4 <i>CORPUS</i> SOBRE CORPOS	105
5 RETRATOS DE LINCHAMENTO NO BRASIL: ENTRE AS DÉCADAS DE 1880 E 1980	111
5.1 LINCHAMENTO NA DÉCADA DE 1880 E GRAVURAS EM REVISTAS IMPRESSAS BRASILEIRAS	111
5.2 LINCHAMENTO ENTRE AS DÉCADAS DE 1950 E 1980 E FOTOGRAFIAS EM PERIÓDICOS IMPRESSOS BRASILEIROS	130
6 LUZ, CÂMERA... LINCHAMENTO NO BRASIL: ENTRE AS DÉCADAS DE 1980 E 2010	152
6.1 LINCHAMENTO NAS DÉCADAS DE 1980 E 1990 E VÍDEOS ANALÓGICOS NA TV ABERTA BRASILEIRA: VISÃO, SOM E FÚRIA	152
6.2 LINCHAMENTO NA DÉCADA DE 2010 E VÍDEOS DIGITAIS EM REDE NO BRASIL: MORTE MATADA E ILUSÃO DE MOVIMENTO	169
7 LINCHAMENTO E COMUNICAÇÃO: ENTRE CONTINUIDADES E DESCONTINUIDADES	187
8 CONSIDERAÇÕES EMERGENTES	205
REFERÊNCIAS	210

1 ANTECEDENTES

Você não sabe o quanto eu caminhei
Pra chegar até aqui
Percorri milhas e milhas antes de dormir
Eu não cochilei
Os mais belos montes escalei
Nas noites escuras de frio chorei
Toni Garrido, Lazão, Da Gama e Bino Farias (1999, p. 2).

2012 é o marco temporal do acontecimento desencadeador do presente trabalho. Naquele ano, este autor, mestrando em Comunicação na época, assistiu ao videodocumentário *Vítimas do Facebook* (FACEBOOK, 2011). Entre outros elementos, o documentário mostra, na saída de uma partida de hóquei, no Canadá, centenas de pessoas a posarem para fotos e vídeos, com um carro capotado ao fundo, resultado do “tumulto” que aquela multidão acabara de provocar.

O que levaria pessoas a produzirem provas contra si de atos delituosos e tornarem públicas essas imagens em ambientes de grande visibilidade, como Facebook e YouTube? Dentro de suas limitações, o documentário responde, por meio de entrevista com representante da comunidade científica, que se trata de outro modo de agir, típico de uma nova era, em que só o agora importa.

Para este pesquisador, ficou patente haver ali um interessante objeto de debate para a Comunicação, uma vez que se mostrava produtivo observar como aquele comportamento abordado no documentário, o registro de si em situações de crime, se dava em outros episódios e contextos culturais.

Para se compreender por que tal acontecimento marca a trajetória acadêmica deste autor, é interessante registrar que atravessam o seu fazer, desde a iniciação à pesquisa científica na área da Comunicação, problematizações sobre temas como crime, violência, justiça e sistema penal.

No Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da Graduação em Comunicação Social na Universidade Federal de Roraima (UFRR), este autor investigou a influência da cobertura jornalística de crimes hediondos na prática de violência física entre presidiários.

As duas especializações, na sequência, tiveram como resultado um artigo final e uma monografia, respectivamente, sobre o destaque dado à notícia policial nos jornais impressos no município de Boa Vista (RR) e a importância atribuída

pelos repórteres da editoria de Polícia dos jornais impressos do mesmo município à formação acadêmica em Jornalismo para a atuação na referida editoria.

Na dissertação de Mestrado em Comunicação, na Universidade Federal de Goiás (UFG), analisaram-se os discursos produzidos por jornais *on-line* e internautas acerca da execução sumária de suspeitos, acusados e sentenciados pelos crimes hediondos de estupro e homicídio qualificado de criança, adolescente e mulher. Parte dessas execuções eram linchamentos; a outra, assassinatos de presidiários.

Assim, interessado, desde a Graduação, por objetos de estudo acadêmico na interface entre Comunicação e crime, este autor buscava para o Doutorado, já em 2017, registros de si em linchamentos no Brasil, embora desconhecesse casos que se enquadrassem na referida proposta de pesquisa.

Ou seja, mesmo diante da ausência de notícias sobre pessoas que houvessem feito *selfie* ao registrar um linchamento do qual participassem, este investigador, a partir de observações assistemáticas dessa “nova era” e dos respectivos modos de agir nela, acreditava que tal acontecimento não tardaria a se desencadear.

Durante o percurso, a pesquisa foi ampliada para além da análise do autorregistro (audio)visual em linchamentos contemporâneos no País. Uma vez encontrado um único caso que se enquadrasse em tal recorte, decidiu-se realizar estudo comparativo de registros visuais brasileiros de linchamento feitos e postos em circulação por meio de distintas técnicas (gravura, fotografia, audiovisual) e suportes (impresso, eletrônico, digital), em diferentes marcos temporais.

Inicialmente, a proposta de pesquisa que se esboçava partia da percepção a respeito da ambivalência do registro audiovisual de linchamento: se, por um lado, há nesses registros superexposição da violência e exploração do sofrimento humano, por outro, eles facilitam a identificação e a responsabilização dos acusados por tais homicídios. Portanto, vislumbrava-se aí um fértil terreno para discussão de temas como ética, controle e vigilância.

Ao longo do delineamento do objeto, viu-se a consolidação do viés comparativo que assumia esta investigação, com base na hipótese de que o registro visual de linchamento, ao longo da história, passava por transformações, que incluem a intensificação da subjetividade nesse tipo de narrativa.

Tal hipótese partia de observações assistemáticas a registros audiovisuais disponíveis até aquele momento: filmagens do Linchamento de Matupá, feitas em VHS em 1990, e vídeos digitais, gravados em celular, de linchamentos contemporâneos, como o Linchamento do Poste e o Linchamento de Guarujá, ambos da segunda metade da década de 2010.

Um segundo acontecimento, também de 2012, alterou a trajetória acadêmica deste autor, o que foi decisivo para se chegar ao formato atual do presente trabalho: no segundo semestre daquele ano, o então mestrando em Comunicação da UFG foi contemplado com bolsa para fazer intercâmbio no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Unisinos, por meio do Programa Nacional de Cooperação Acadêmica (Procad), da Capes.

A experiência permitiu-lhe ser apresentado ao conceito de mediatização,¹ e outros a ele correlatos, a partir das discussões empreendidas na Linha de Pesquisa “Midiatização e Processos Sociais” do PPGCom/Unisinos. O contato foi tão produtivo que, além de, à época, ser incorporado à dissertação, aquele conceito acompanha até hoje este pesquisador em suas discussões e produções acadêmicas. Entre elas, o presente trabalho.

Além disso, essa experiência anterior com a Unisinos foi o principal motivo para este autor decidir retornar à Universidade, anos depois, agora como aluno regular do Doutorado.

Entretanto, dessa vez, o doutorando procurava ter contato com outros debates e conceitos acadêmicos na instituição, o que o fez pleitear vaga na Linha de Pesquisa “Linguagem e Práticas Jornalísticas”, com a qual havia tido contato, durante aquele intercâmbio, por meio da disciplina “Crítica das Práticas Jornalísticas”, ministrada pela professora Beatriz Marocco, e de reuniões do Grupo de Pesquisa “Estudos em Jornalismo”.

¹ Tal qual na dissertação de Mestrado deste autor, o presente trabalho fará, com base em Marcondes Filho (2002), uso das terminologias *media* e mediatização, no lugar de mídia e midiatização, como correntemente empregado no campo da Comunicação no Brasil. Plural de *medium* (meio), em latim, língua da qual deriva, entre outros idiomas, o Português, o termo *media* foi adotado no mundo anglo-saxão, tendo a pronúncia em inglês modificada para “mídia”. “Por sua vez, a palavra foi aportuguesada pelos brasileiros, conservando a pronúncia inglesa, o que deu origem ao neologismo mídia, diferentemente do adotado em Portugal (os *media*) e nos países hispanos (*los media*)”. (PIMENTEL, 2014, p. 66). Somente serão encontradas aqui as grafias mídia e midiatização quando se tratar de nome de obras ou referência ao emprego desses vocábulos por outro autor.

Esta tese é o resultado do tensionamento entre os debates advindos das Linhas de Pesquisa “Linguagem e Práticas Jornalísticas” e “Midiatização e Processos Sociais”, que se evidencia, principalmente, no diálogo aqui empreendido entre os conceitos de mediatização e ciberacontecimento.

Em resumo, as questões que mobilizam esta pesquisa são: de que forma os registros visuais de linchamento no Brasil, da década de 1880 até a contemporaneidade, constituem-se em acontecimentos, que agentes participam da circulação dessas imagens e que sentidos são produzidos, considerando-se os diferentes suportes e temporalidades.

Este trabalho tem por objetivo geral analisar o processo de constituição evenemencial na circulação de imagens de linchamento produzidas no Brasil, por jornalistas e não jornalistas, em diferentes suportes mediáticos, entre os séculos XIX e XXI.

Como objetivos específicos, esta pesquisa se propõe a fazer análise comparativa das narrativas visuais de linchamentos no Brasil em diferentes temporalidades e suportes mediáticos e investigar a produção de sentidos na circulação de imagens de linchamentos brasileiros em meios de comunicação diversos, jornalísticos e não jornalísticos.

Para tanto, analisam-se imagens de linchamentos (gravuras, fotografias, vídeos) e textos escritos e sonoros publicados juntamente àquelas, de 1888 a 2017, em jornais e revistas, impressos e digitais, *sites*, meios sociais digitais e *blogs*, na forma de 11 vídeos e 784 artigos, notícias, entrevistas e *posts*.

Como entrave ao desenvolvimento desta pesquisa, aponta-se a dificuldade de acesso a alguns materiais, o que poderia ter inviabilizado totalmente a análise de *corpus* datado do século XIX, não fosse o acervo relativamente limitado da Hemeroteca Digital (bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital), da Biblioteca Nacional.

Além desse aspecto, tanto os exemplares encontrados na Hemeroteca quanto periódicos disponibilizados pelo acervo particular do século XX dos próprios veículos, de forma gratuita ou paga, nem sempre viabilizam a leitura, uma vez que, em alguns casos, é baixa a qualidade da digitalização, por conta do precário estado de conservação do original antigo escaneado.

Somado a isso, tem-se também uma predominante política de não preservação de acervo televisivo no País. Exceções são o Banco de Conteúdos Culturais (www.bcc.org.br), da Cinemateca Brasileira, e os museus da Imagem e do Som em alguns Estados.

Ainda que a *internet* disponha de grande espaço para o armazenamento de vídeos, o próprio conteúdo audiovisual relacionado a linchamentos inviabiliza parcialmente sua disponibilização na rede, visto que tal conteúdo contraria a política relacionada a conteúdo violento, comum a diferentes plataformas.

O YouTube (2019, p. 1), por exemplo, proíbe “conteúdo violento ou sangrento destinado a chocar ou causar repulsa nos espectadores” e, inclusive, oferece ferramenta de denúncia sobre a postagem de tais vídeos na plataforma. Ressalva-se, que, mesmo com tal vedação, não é incomum encontrar vídeos no YouTube com imagens explícitas de violência.

A seguir, no capítulo “Linchamento e Comunicação”, será explanado sobre a interface entre esses dois elementos (linchamento e Comunicação). Discorrer-se-á acerca da cobertura mediática relativa a linchamentos, sobretudo no Brasil, e sobre os meios de comunicação, principalmente, os jornais impressos, como fonte de pesquisa acadêmica relacionada a linchamento.

No capítulo seguinte, “Nas redes do linchamento: acontecimento, ciberacontecimento, mediatização e circulação”, serão discutidos os conceitos acontecimento e ciberacontecimento, mediatização e circulação, bem como em que medida tais conceitos se articulam, a partir de diferentes autores, entre os quais Louis Quéré, Bruno Souza Leal, Vera França e Ronaldo Henn, Eliseo Verón e Antonio Fausto Neto.

Em “Fundamentos metodológicos: a pesquisa em execução”, apresentam-se os caminhos escolhidos para empreender a presente pesquisa: a abordagem praxiológica, de fundo pragmatista, o método de procedimento comparativo, a técnica inspirada na análise de individualização do acontecimento, aliada às pesquisas documental e bibliográfica, bem como a delimitação do *corpus* do trabalho.

Tais escolhas metodológicas são decorrentes da adoção dos conceitos de acontecimento e ciberacontecimento como fundamentação teórica deste trabalho. O

contato inicial deste autor com tais conceitos deu-se na disciplina “Produção do Acontecimento”, ministrada pelo professor Ronaldo Henn, durante o Doutorado.

Na referida disciplina, foram apresentadas diferentes propostas teóricas sobre acontecimento, advindas da Filosofia, da Sociologia, da História, da Comunicação, etc., o que subsidiou a escolha das formulações de Quéré como eixo central dos pressupostos teórico-metodológicos desta tese.

A abordagem do sociólogo francês tem grande influência no Brasil. Em texto introdutório à entrevista feita com Louis Quéré (2014), durante o II Colóquio sobre Imagem e Sociabilidade, organizado pelo GRIS/UFMG em 2011, Leandro Lage e Tiago Salgado apontam que “um dos principais trabalhos” de Quéré sobre acontecimento, intitulado “Entre o facto e sentido: a dualidade do acontecimento” (QUÉRÉ, 2005), teve “considerável” repercussão no Brasil.

De forma complementar, França e Oliveira (2012a) avaliam que, com o texto “A dupla vida do acontecimento: por um realismo pragmatista”, Quéré (2012) “promove um novo salto qualitativo na leitura do acontecimento”. (FRANÇA; OLIVEIRA, 2012a, p. 9). O primeiro salto teria sido com o já referido texto “Entre o facto e sentido: a dualidade do acontecimento”.

Como se verá mais à frente, para propor a abordagem praxiológica e a análise de individualização do acontecimento, Quéré apoia-se predominantemente na perspectiva pragmatista, formulada inicialmente por Charles Sanders Peirce.

Evidencia-se aí, portanto, que os conceitos de acontecimento, de Quéré, e ciberacontecimento, de Henn, orientador desta tese, possuem a mesma raiz: a filosofia peirciana. Além do próprio Quéré, Peirce é uma das principais referências de Henn para propor o conceito de ciberacontecimento.

Do mesmo modo, as proposições sobre mediatização feitas por Verón, autor dos livros “Semiose Social” 1 e 2, estão arraigadas na semiótica peirciana. Para Fausto Neto (2014, p. 4), Eliseo Verón desponta como “um dos mais finos leitores de Peirce do ponto de vista de uma aproximação da obra deste grande pensador com a comunicação”.

Ao exposto, soma-se, neste trabalho, a contribuição trazida por Bruno Souza Leal para uma aproximação dos conceitos de acontecimento e mediatização. Na condição de professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFMG,

o autor participou do projeto “Tecer: jornalismo e acontecimento”, que, como será posteriormente detalhado, lançou quatro livros acadêmicos.

Em três dessas quatro obras, Leal publicou, em coautoria ou não, trabalhos que criticam a ideia de anterioridade entre acontecimento e notícia (LEAL, B., 2013; LEAL; ANTUNES, 2011; LEAL, VAZ, ANTUNES, 2010), a partir do debate sobre processos de mediatização da vida social, assim como, tal qual Quéré, de uma perspectiva pragmatista e hermenêutica.

Nos capítulos “Retratos de linchamento no Brasil: entre as décadas de 1880 e 1980” e “Luz, câmera... linchamento no Brasil: entre as décadas de 1980 e 2010”, realiza-se a análise do *corpus* desta pesquisa, dividido em quatro períodos de tempo, cada um relacionado a uma técnica de registro visual e a um suporte mediático predominante:

- a) gravura em revista impressa na década de 1880;
- b) fotografia analógica em revista e jornal impressos entre as décadas de 1950 e 1980;
- c) vídeo analógico em jornal de TV aberta nas décadas de 1980 e 1990;
- d) vídeo digital em meios digitais na década de 2010.

Para compreender a constituição evenemencial no processo de circulação de imagens de linchamento produzidas no Brasil nos recortes temporais e suportes mediáticos supracitados, como será detalhado mais adiante, esta pesquisa empreende, caso a caso, acontecimento a acontecimento, questões mais específicas: quem faz? Faz o quê? Quem registra? Registra o quê e quem? Como se dá a circulação da imagem, constituindo novos acontecimentos? Que agentes participam dessa circulação? E que sentidos são produzidos nesse processo?

Em “Linchamento e comunicação: entre continuidades e discontinuidades”, fazem-se o aprofundamento da análise empreendida nos capítulos anteriores e inferências a partir desses resultados, que, em “Considerações emergentes”, são retomados, a fim de indicar pistas para novos estudos e ações relacionados ao tema.

2 LINCHAMENTO E COMUNICAÇÃO

“Mas nos deram espelhos
E vimos um mundo doente”
Renato Russo (1986, p. 16).

Os jornais brasileiros do final do século XIX, aproximadamente a partir das vésperas da abolição da escravatura negra, trazem frequentes notícias de linchamentos ocorridos nos Estados Unidos e no Brasil (MARTINS, 2015a).

Amplamente aceito pela comunidade acadêmica e conhecido como “definição da NAACP”,² o conceito de linchamento para este trabalho apresenta quatro elementos:

- a) a evidência de que uma pessoa foi morta;
- b) que a morte tenha sido ilegal;
- c) a participação de grupo de três ou mais pessoas;
- d) e que o grupo tenha agido sob o pretexto de defender a justiça ou a tradição (COOK, 2011; NATAL, 2012; WALDREP, 2002).

No artigo “A fúria contra o estranho”, Moacir dos Anjos (2016) refere-se à gravura sobre o Linchamento de Penha do Rio do Peixe, publicada em 1888 na Revista *Illustrada*, como a “primeira manifestação visual sobre justicamentos de que se tem notícia no Brasil”. Todavia, esta investigação encontrou, na mesma revista, publicação anterior de gravura de execução extralegal: a que retrata o Linchamento de Apulcho de Castro, em 1883. Ambos os casos serão analisados mais à frente no presente trabalho.

Um dos ciclos de intensificação de linchamento no País ocorreu após o fim da ditadura militar, em meados da década de 1980, quando esse tipo de acontecimento adquiriu visibilidade nos *media* e chamou a atenção de autoridades, intelectuais e estudiosos (NATAL, 2012; SOUZA, 1999; SINHORETTO, 2009). Outros dois picos de linchamentos no Brasil foram:

- a) no fim da ditadura de Getúlio Vargas;

² Sigla em inglês da Associação Nacional para o Progresso de Pessoas de Cor.

b) e em seguida às manifestações de rua de junho de 2013 (MARTINS, 2008; MARTINS, 2015b).

Em texto da década de 1980, Benevides (1982) registrou que os linchamentos no Brasil não pareciam causar maior escândalo, fazendo parte de um cenário de violência cotidiana, cuja tragédia maior consistia, justamente, na sua banalidade. “São fenômenos esporádicos, que só atraem a atenção das autoridades, e da ‘grande imprensa’, quando envolvem toda a população de uma cidade, geralmente descrita como ‘pacata, ordeira e religiosa’”. (BENEVIDES, 1982, p. 97).

Em trabalho anterior (PIMENTEL, 2016), indicou-se que, no primeiro ciclo acima mencionado de intensificação de linchamento no Brasil, na década de 1980, houve uma banalização nos meios de comunicação a respeito desse tipo de acontecimento, a ponto de serem publicadas manchetes do tipo “Mais um linchamento...” e TVs e jornais promoverem enquetes consultando a opinião do público sobre seu posicionamento, favorável ou contrário, às execuções extralegais.

Menandro e Souza (1991) consideram o trabalho de Benevides citado anteriormente uma espécie de versão preliminar de outro, publicado no ano seguinte em parceria com Fisher Ferreira (BENEVIDES; FERREIRA, 1983), e que, para aqueles autores, seria o marco inicial dos estudos preocupados especificamente com linchamentos no Brasil.

De modo semelhante, ainda que cite “breve artigo” de Thales de Azevedo (1974), Valéria Santos (2004) considera que o tema “parece ter sido de fato inaugurado” com o trabalho de Maria Victoria Benevides e Rosa Maria Fischer Ferreira (1983).

Por sua vez, Azevedo (1974) fala de um primeiro estudo, realizado na Bahia e apresentado em 1959 em seminário de Antropologia daquele Estado: o trabalho “Análise sócio-cultural de um caso de linchamento”, de Flávio Simões Costa. O ensaio teria sido publicado naquele mesmo ano na obra “O ensino da antropologia na Bahia”.³

De qualquer modo, segundo Azevedo (1974), o caso analisado por Costa foi uma tentativa de linchamento, ou seja, a morte não foi consumada. Desse modo, não se trata de linchamento, segundo o conceito adotado neste trabalho.

³ UNIVERSIDADE DA BAHIA. Seminário de Antropologia. **O ensino da Antropologia na Bahia**. Salvador: Imprensa Oficial da Bahia. 1959.

Em estudo publicado no começo da década de 1990, Menandro e Souza (1991) indicam que 1978 é o marco inicial de aumento expressivo no número de linchamentos noticiados, em que pela primeira vez a dupla de pesquisadores constatou mais de uma dezena de casos: de 1853 a 1977, os números não passavam de sete linchamentos anuais, o que foi registrado em 1976. Em 1978, foram 21, o menor a partir de então, com a exceção do ano de 1990, com sete casos. O pico foi em 1984: 71 casos noticiados.

Menandro e Souza (1991) atribuem esse aumento expressivo às novas condições sócio-políticas e ao relativo aumento na liberdade de imprensa, tendo a censura prévia deixado de ser seguida em alguns órgãos e/ou para alguns casos. “É razoável imaginar-se que esse novo quadro pode ter resultado, não em mais linchamentos, porém em mais notícias sobre manifestações coletivas, linchamentos entre elas”. (MENANDRO; SOUZA, 1991, p. 70).

Em tal ciclo de intensificação de linchamento no Brasil, há ainda casos de veiculação, em telejornais, de imagens de linchamento (MARTINS, 2015a; SANTOS, V. 2004; SINGER, 2003). O de maior repercussão no País é o de Matupá: feito por cinegrafista “amador” em 1990 e com repercussão em veículos tradicionais de jornalismo do Brasil e de outros países.

Em “Postais para Charles Lynch (notas de um percurso pela barbárie)” (COLETIVO GARAPA, 2015), lê-se que o vídeo do Linchamento de Matupá é o mais antigo registro audiovisual de linchamento de que se tem notícia. Todavia, esta pesquisa encontrou caso anterior: do Linchamento de Umuarama (PR), ocorrido em 1986.

Em entrevista, o sociólogo José de Souza Martins (INJUSTIÇA, 2000) diz que o primeiro a ser completamente filmado no mundo foi o linchamento de Donato Carretta, diretor da prisão de Regina Coeli, em Roma, no documentário *Giorni di Gloria* (1945). Ressalta-se, contudo, que o documentário registra, no máximo, os momentos iniciais do linchamento, em que, no interior de um tribunal, a multidão investe contra Carretta, mas é impedida, ainda que momentaneamente, presume-se, por agentes policiais.

Já o Linchamento de Salto de Lontra, ocorrido no Paraná, em 1994, foi filmado por equipes de emissoras de televisão (NATAL, 2012; SANTOS, V. 2004), entre as quais a afiliada da TV Globo no município.

“Paralelamente a isso, porém, a própria televisão tem transmitido, ao vivo, tentativas de linchamento e até os próprios linchamentos”. (MARTINS, 2015a, p. 36). Também há casos de linchamento no Brasil noticiados nos Estados Unidos e na Europa (SANTOS, V., 2004).

Natal (2012) acredita que a ocorrência de episódios semelhantes com grande repercussão pública tem como efeito o aumento do interesse da imprensa e do público por casos da mesma natureza, motivando uma cobertura mais ampla e a exposição de casos similares em períodos imediatamente posteriores à ocorrência de grande repercussão. “Quando um caso marcante acontece ele ganha espaço na grande mídia, domina debates e dá mais visibilidade ao tema”. (NATAL, 2012, p. 97).

Tal qual nos Estados Unidos, no Brasil, os jornais têm se consolidado como a principal fonte das pesquisas sobre linchamento (MARTINS, 2015a; SINGER, 2003).

Todas as pesquisas que buscaram constituir um banco de dados sobre linchamentos utilizaram a imprensa como fonte e, mesmo aquelas que se focaram em estudos de caso e análise processual utilizaram a imprensa para identificar estes casos e então aprofundar o levantamento de informações em outras fontes. (NATAL, 2012, p. 70).

Segundo Martins (2015a), há “claramente” duas linhas de investigação estabelecidas pela tradição das pesquisas estadunidenses, e que não são diferentes no Brasil: uma é a dos estudos de caso e a outra, da sistematização, em quadros amplos, das informações disponíveis, que permitam estudo comparativo das ocorrências.

Como já dito, a fonte disponível para esta última linha de investigação é o noticiário dos jornais. Quanto à primeira, historiadores têm desenvolvido nos últimos anos estudos de casos baseados em “demorados e trabalhosos” registros da história oral e documental (MARTINS, 2015a). Mencionam-se ainda estudos de casos de linchamento nas áreas de Sociologia e Antropologia (SANTOS, V., 2004; SINHORETTO, 2001).

De acordo com Martins (2015a), os estudos de caso relativizam “enormemente” os “muitos” preconceitos envolvidos em “apressados” julgamentos expressos no noticiário dos jornais. E, especificamente, os estudos retrospectivos de casos, realizados nos Estados Unidos, seriam indicativos das reais dificuldades para se obter informação direta de testemunhas eventuais.

Meio século depois das ocorrências, as testemunhas ainda pedem anonimato e temem ver-se expostas a represálias simplesmente pelo fato de contar o que sabem desses acontecimentos do passado. Ou seja, mantêm ainda hoje o mesmo temor que tinham quando os acontecimentos se deram. (MARTINS, 2015a, p. 33).

Ainda segundo Martins (2015a), quando os linchamentos são praticados pela ação dos grupos de vizinhança, o material disponível já indica que a própria polícia tem dificuldades para obter informações que lhe permitam caracterizar o crime, indicar participantes e, muitas vezes, obter dos moradores a identidade do linchado, embora estes saibam, evidentemente, a quem lincharam e por que (MARTINS, 2015a).

Os jornalistas que se incumbem dos casos policiais têm sido praticamente os únicos que podem testemunhar os casos pouco tempo após as ocorrências e que, em seguida, fazem registro e, quase sempre, o publicam. Não sendo autoridades, são em geral os únicos a, eventualmente, obter informações adicionais sobre os casos, sem que a censura do medo tenha um efeito tão amplo quanto geralmente tem nos inquéritos policiais. (MARTINS, 2015a, p. 29).

De acordo com Martins (2015a), a “dependência” dos estudos de linchamento em relação ao noticiário dos jornais, nos Estados Unidos, tem motivado pesquisas sobre a confiabilidade e a abrangência dessa fonte de informação. “Infelizmente, apesar da importância documental crescente do noticiário jornalístico nos estudos sociológicos no Brasil, ainda não dispomos de avaliações do mesmo tipo”. (MARTINS, 2015a, p. 89).

Natal (2012) considera a bibliografia brasileira sobre linchamentos ainda bastante modesta e classifica como compreensível a ausência de uma teoria mais aprofundada no País, dado que aqui o tema ainda se encontra em fase inicial de estudos. Por sua vez, o volume de pesquisas em Comunicação sobre linchamento é ainda menor.

Martins (2015a) também se refere à bibliografia brasileira sobre o tema como modesta, caracterizada pelo predomínio de considerações jornalísticas, ainda que escritas por cientistas sociais, e “reduzido” número de textos baseados em pesquisa e arrolamento de dados.

Como explicação para uma menor “atenção” dos cientistas sociais brasileiros com relação à temática do linchamento, Martins (2015a) aponta as próprias características do fenômeno, que levam os participantes dessas manifestações a prontamente se recolherem ao anonimato, em decorrência do ato delituoso, como já destacado.

“Assim como a polícia dificilmente encontra uma testemunha da ocorrência, também o pesquisador tem poucas possibilidades de localizar informantes que lhe permitam reconstituir o acontecimento com o cuidado que desejaria”. (MARTINS, 2015a, p. 22). Por isso, a literatura sociológica mais numerosa disponível sobre o tema é basicamente dos Estados Unidos (MARTINS, 2015a).

A justificativa mais evidente para o uso da imprensa como fonte de dados é a ausência de outras fontes de informação permanentes e consistentes ao longo do tempo com as quais se possa contar para observar o fenômeno (MARTINS, 2015a; NATAL, 2012).

De modo geral, há uma lacuna nas estatísticas oficiais sobre esse tipo de crime. Para Martins (2015a), um dos motivos é que apenas uma parte dos linchamentos é definida como tal nos documentos policiais. “Muitas vezes, até por imposição legal, os linchamentos são classificados como homicídios, tentativas de homicídio ou agressão de autoria indefinida”. (MARTINS, 2015a, p. 174).

Além disso, os registros policiais limitam-se ao delito propriamente dito, em detrimento de dados e opiniões sobre as circunstâncias da execução, muitas vezes, de maior interesse sociológico que os registros da polícia, e que, quando aparecem, são divulgados exclusivamente no noticiário (MARTINS, 2015a).

Os dados trazidos pelos jornais apresentam certo padrão que permitem extrair informações básicas a respeito da maioria dos casos (tais quais sexo e idade das vítimas, data e local da ocorrência, o que motivou o linchamento e qual o papel da polícia), além de declarações e pontos de vista relatados a partir da perspectiva dos atores relacionados aos casos. (NATAL, 2012, 70-71).

Mesmo assim – argumenta Martins (2015a) – não se trata de número que possa ser considerado amostra de algum modo probabilisticamente representativa do universo de linchamentos no País. Não existem indicações claras que permitam precisar qual o grau de cobertura de notícias publicadas com relação ao universo dos casos de linchamento ocorridos (NATAL, 2012).

[...] é preciso ter cuidado quando falamos em aumento ou decréscimo de casos ao longo do tempo, à medida que uma elevação no número de casos a que temos acesso pode indicar, não um aumento de ocorrências, mas um maior interesse da imprensa pelo tema, assim com um decréscimo pode indicar desinteresse em noticiar aquele tipo de episódio. (NATAL, 2012, p. 94).

Martins (1995; 2015a) aponta a Bahia como exceção à ausência de estatísticas oficiais sobre linchamento no Brasil. A partir de dados da polícia publicados na imprensa, o autor (MARTINS, 1995) indica que naquele Estado, de 1988 a 1991, a atenção dos jornais pelos casos de linchamento cresceu paulatinamente e só chegou a cerca de um terço das ocorrências quando se tomou consciência de que era alto o seu número.

Para o autor (MARTINS, 1995; 2015a), “um pouco aleatoriamente”, pode-se projetar tais índices para o conjunto do País e presumir que os dados registrados pela imprensa, “na melhor das hipóteses”, correspondem a cerca de um terço do total de ocorrências.

Martins (2015a) traz ainda o caso de São Paulo, que em diversas ocasiões teve linchamentos ou tentativas de linchamento divulgados pela televisão, mas não por jornais impressos, o que indica diferentes critérios de noticiabilidade.

O mesmo autor (MARTINS, 2015a) acrescenta ainda que características do cenário jornalístico influenciam o perfil de linchamentos noticiados. Martins dá como exemplo os dois jornais mais representados em seu levantamento, O Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo, cujos correspondentes trabalham em capitais e cidades principais de São Paulo.

Provavelmente, linchamentos mais caracteristicamente interioranos e mesmo rurais nem sequer chegaram ao conhecimento dos correspondentes, o que faz supor que foram noticiados, em sua maioria, determinados tipos de linchamentos, de característica mais claramente urbana, e menos os linchamentos propriamente rurais. (MARTINS, 2015a, p. 36).

Martins (2015a) destaca que os impressos, ao darem detalhes da execução violenta, oferecem, sem que o redator saiba, “consistentes” informações, às vezes “minuciosas”, sobre os aspectos propriamente rituais dos linchamentos.

Ainda que seu objeto de estudo seja o linchamento em si, ao tomar jornais como fontes de pesquisa, Natal (2012) fornece interessantes informações sobre o comportamento desses veículos na cobertura daquele tipo de acontecimento. A autora (NATAL, 2012) analisou linchamentos ocorridos entre 1980 e 2009 na região metropolitana de São Paulo.

Em primeiro lugar, para Natal (2012), a imprensa não tem uma definição clara do que é linchamento, tal qual se dá com registros policiais (MARTINS, 2015a). Muitas notícias não empregam esse termo no corpo do texto. Desse modo, é comum encontrar relatos de típicos linchamentos, em que, para descrever a ação, usam-se expressões como “a multidão tentou matar” ou “espancado por populares” (NATAL, 2012).

A autora (NATAL, 2012) destaca que, apesar de ter possibilidade de acesso a fontes diversificadas (moradores, policiais, especialistas), a maior parte das reportagens por ela analisadas não fez uso desses recursos, pouco esclareceu o leitor e deixou muitas lacunas ao longo do texto: “mesmo as matérias mais completas são uma visão parcial e que tem o objetivo de atender a um tipo específico de leitor e de visão de mundo, por isso, tendem a omitir sujeitos, fatos ou até criar falsas impressões sobre eles”. (NATAL, 2012, p. 90).

Para Veloso e Ribeiro Júnior (2016), a grande exposição da população a inúmeras imagens, vídeos e reportagens de violência durante a maioria da programação regular dos meios de comunicação, pode influenciar na convivência e aceitação de linchamentos ou métodos não judiciais aplicados como forma de punir e eliminar o sujeito considerado criminoso.

De forma complementar, Costa (2004) alega que os “meios de comunicação de massa” acabam por promover a violência que noticiam e naturalizar a violência não estatal, ao produzirem um discurso pré-concebido de ordenamento que considera o linchamento um instrumento legítimo de combate à criminalidade.

Por seu turno, Natal (2012) adverte que, mesmo nos anos em que aparecem com mais frequência na imprensa, os linchamentos nunca são um fato cotidiano e

corriqueiro, mas episódios brutais que ocorrem em meio a conflitos e envolvem uma carga emocional muito forte: “são eventos que provocam consternação, suscitam toda sorte de sentimento para aqueles que os vivenciam”. (NATAL, 2012, p. 131).

Outra pesquisa de Veloso e Ribeiro Júnior (2018) indica em jornal do Estado do Espírito Santo a prática de julgar e condenar linchados por meio de denominações como ladrão, bandido, assaltante, estuprador, menor, entre outros, antes mesmo da conclusão de qualquer investigação oficial, enquanto os partícipes do linchamento são denominados pelo periódico de forma “abrandada” como moradores ou populares.

De todos os 64 registros, apenas em um o linchado foi chamado de vítima pela reportagem, o que demonstra que, apesar de todas as agressões por ele sofridas que resultam muitas vezes na sua morte, o jornal considera a vítima do linchamento, ainda que indiretamente, como um criminoso que mereceu ser agredido ou morto. (VELOSO; RIBEIRO JÚNIOR, 2018, p. 89).

Em trabalho anterior (PIMENTEL, 2016) já se havia indicado o expediente jornalístico de denominar indivíduos executados ilegalmente por meio de adjetivos substantivados, como criminoso, ladrão e estuprador. Na oportunidade, apontou-se que tal recurso cria um distanciamento daqueles em relação ao leitor, pelo binômio implícito “bandido” *versus* “homem de bem”, além de ferir o princípio constitucional da presunção de inocência (BRASIL, 1988), ou seja, de que, até que se finde a possibilidade de recurso judicial, o réu deva ser considerado inocente.

Além disso, na ausência de elementos no presente suficientes para uma construção negativa da imagem de quem acaba de ser vítima de homicídio, os jornais recorrem ao passado do executado. Para tanto: “lançam mão de seus antecedentes criminais e não criminais. Falam de registros de condenação ou acusação ou mesmo de práticas que, ainda que não delituosas, seriam moralmente reprováveis”. (PIMENTEL, 2016, p. 141).

A qualificação para se referir à vítima de linchamento varia bastante de acordo com o veículo jornalístico: segundo Natal (2012), periódicos mais populares costumam utilizar, com maior frequência, termos pejorativos e que impliquem responsabilização antecipada, enquanto jornais destinados à classe média têm maior cuidado com a nomenclatura atribuída aos atores.

Mesmo entre os diferentes jornais, a observação longitudinal indica que gradualmente os termos que imputam condenação são “atenuados” ou substituídos por outros que podem ser considerados menos incriminadores e mais neutros, como *homem*, *suposto* e *acusado*. (NATAL, 2012, p. 114, grifo da autora).

Outra mudança, apontada por Natal (2012), na abordagem jornalística a linchamentos, está relacionada a menores de 18 anos: antes da década de 1990, eles figuravam como “pivetes”, “menores” ou “menores infratores”. A partir da edição do Estatuto da Criança e do Adolescente, 1990, os termos utilizados pela imprensa em referência aos menores de 18 anos nos casos de linchamentos passam a ser “adolescentes” ou “jovens”.

As notícias de jornal que informam sobre linchamentos e menores de 18 anos geralmente não problematizam esta questão e nem tratam com estranhamento o fato de pessoas ameaçadas ou agredidas serem adolescentes. Pelo contrário, este pode se tornar um agravante quando termos pejorativos são utilizados. (NATAL, 2012, p. 107).

Em trabalho anterior (PIMENTEL, 2013), verificou-se como frequente a presença maior de notícias sobre a execução que sobre o crime em relação ao qual o executado era suspeito, acusado ou sentenciado. Nos linchamentos, “a execução quase imediata ao crime obstaculiza a publicação jornalística entre aquela e este”. (PIMENTEL, 2013, p. 125).

O tempo entre as etapas de constatação e interpretação de uma violação de norma social essencial (julgamento popular do delito) e da aplicação da pena (linchamento propriamente dito) pode ser curto (alguns minutos) ou relativamente longo (dias, semanas) (MARTINS, 2015a): “existem relatos que falam de 4 e outros de 40 minutos”. (NATAL, 2012, p. 133). Principalmente no caso de rápido desenlace, é comum que um linchamento seja noticiado, mas não o crime que o motivou.

Ainda assim, naquele trabalho (PIMENTEL, 2013), formulou-se a hipótese de que as notícias dão mais destaque ao crime motivador da execução sumária que à própria execução. Todavia, segundo tal hipótese, isso se daria menos quantitativamente que qualitativamente: “o destaque estaria, portanto, mais no nível discursivo, em como se constrói o relato jornalístico, que na quantidade de notícias publicadas”. (PIMENTEL, 2013, p. 125).

Em estudo sobre a construção do discurso sobre criminalidade e linchamento em jornal baiano, Cerqueira e Noronha (2006) indicam ter encontrado narrativas diferenciadas em relação à vítima dos linchamentos, o que os levou a criar três “metáforas-modelo” para o entendimento do discurso sobre a criminalidade e a punição: Bandido Aberração, Vítima Cidadã e Zé Ninguém.

Quanto à forma de tratamento das pessoas vitimadas pelo linchamento denominada Zé Ninguém, os autores destacam que tais mortes recebem pouco destaque nos jornais. Aparecem em pequenas notas, adendos ou enunciados finais das reportagens. “Tal personagem parece ser noticiado para alimentar constantemente as estatísticas criminosas e, freqüentemente, o nome da pessoa e (ou) o motivo do linchamento não são citados.” (CERQUEIRA; NORONHA, 2006, p. 250).

Segundo os autores (CERQUEIRA; NORONHA, 2006), a vítima Zé Ninguém é apresentada nas matérias dentro de uma lógica de naturalização da violência extralegal, o que se traduz também na negligência com a informação. “Nos linchamentos, essa construção aparece sempre em matérias curtas ou compondo o noticiário relativo a outros crimes descritos com mais detalhes”. (CERQUEIRA; NORONHA, 2006, p. 251).

Nesses casos, ainda segundo Cerqueira e Noronha (2006), a notícia não traz dado algum sobre a vítima ou o motivo do linchamento, o que facilitaria a construção de um discurso artificial, distante do leitor e indiferente à sorte das vítimas.

A segunda qualificação típica é a do Bandido Aberração, caracterizado pelos seus crimes e por sua “maldade doentia”. “Por meio da figura ‘malévola e cruel’ do *Bandido Aberração*, completa-se a desumanização e justifica-se a atrocidade coletiva contra ele”. (CERQUEIRA; NORONHA, 2006, p. 251, grifo dos autores).

Desumanizar o outro – argumentam os autores (CERQUEIRA; NORONHA, 2006) – serviria para facilitar as ações de extermínio, pois termina por fornecer álibis para a violência. Segundo Cerqueira e Noronha (2006), a tônica maniqueísta das matérias também é um modo de interpelação das paixões dos leitores, “chamados a se posicionar sem dispor dos subsídios para isso”.

“Dessa forma, a maioria das vítimas de linchamento é descrita como bandidos perigosos ou marginais irrecuperáveis, movidos por drogas e sentimentos

demoníacos, a própria encarnação do mal”. (CERQUEIRA; NORONHA, 2006, p. 251). Essa maldade, muitas vezes, seria descrita nesses periódicos como própria da natureza da vítima.

Para não restar dúvida sobre a periculosidade dessas pessoas, os repórteres costumam tecer o histórico do criminoso, a fim de mostrar a sua inadaptação ao convívio social (CERQUEIRA; NORONHA, 2006).

A terceira categoria é a da Vítima Cidadã. “Nessa categorização, existe uma priorização de aspectos que realçam diferenças econômicas, valorizando as funções laborais (pedreiro, comerciante, economista etc.) e papéis sociais positivos (pai de família, vizinho etc.)”. (CERQUEIRA; NORONHA, 2006, p. 250).

Os autores argumentam que, apesar de ser mais humanitário, este último discurso opera como um demarcador de espaços de estigmatização dos grupos sociais. “A exceção à regra acaba por legitimá-la, estabelecendo por associação o perfil de quem ‘merece’ ser linchado”. (CERQUEIRA; NORONHA, 2006, p. 252).

Os autores (CERQUEIRA; NORONHA, 2006) alegam que essa forma diferenciada na produção do discurso sobre a vítima do linchamento engendra sentidos ambivalentes para o ato, a depender do personagem linchado. “O uso de ‘qualidades’ e de ‘adjetivos’ que se distanciam do mundo do ‘crime’ e do ‘mal’, deslegitimam o linchamento para esse tipo específico de ator”. (CERQUEIRA; NORONHA, 2006, p. 253).

Cerqueira e Noronha (2004) entendem que a cultura da violência é reproduzida e ampliada pelos meios de comunicação, que costumam relacionar violência e perigo aos pequenos crimes do cotidiano.

Essas representações constantes da criminalidade e do criminoso acabariam por estruturar o contexto onde o ódio da população, presente no linchamento, seria direcionado para determinados alvos e também serviriam como justificativa para reações agressivas quase sempre fatais. (CERQUEIRA; NORONHA, 2004, p. 164).

Com a consolidação da *internet*, outra dimensão dessa problemática entra em cena, no que se pode designar de linchamento em rede (como se verá na seção 2.2). No artigo “Notas sobre edição em telejornalismo: a cobertura de violência na televisão aberta x internet”, Emerim e Homrich (2014) apontam importantes

diferenças na cobertura de um determinado linchamento por um telejornal e um portal de notícias ligados ao mesmo grupo empresarial de comunicação.

Enquanto na TV o espetáculo se construiu a partir do emprego de tom dramático, com depoimentos de familiares e amigos, para que o público se identificasse com o caso pela comoção, no *site*, foram mostrados detalhes mais aprofundados sobre o caso, cenas mais impactantes do linchamento, vídeos com aviso de “cenas fortes”, o que em relação às mesmas imagens publicadas no YouTube, amenizavam o impacto daquelas, ao preparar o público para a sequência.

Os autores (EMERIM; HOMRICH, 2014) ressaltam que, no programa de TV, as cenas mais fortes e “escrachadamente violentas” foram amenizadas com efeitos de desfocagem da cena ou de indicação (*insert* curto), sem deixar a situação em evidência. “No G1, ela [a linchada] não tem o rosto coberto por efeito de edição, mas, na reprodução do Fantástico, eles distorcem a imagem do rosto, preservando a imagem da agredida”. (EMERIM; HOMRICH, 2014, p. 11).

Outro trabalho traz uma interessante discussão sobre linchamentos em rede. Lobo e Coutinho Filho (2017) analisaram fóruns-apêndices de notícias em portais da *internet* e verificaram a ocorrência de linchamentos “discursivamente construídos e simbolicamente executados”.

Embora os linchamentos em rede de certa forma se aproximem dos linchamentos tradicionais em vários sentidos, percebemos que eles possuem suas especificidades em virtude de uma série de fatores, envolvendo desde dinâmicas próprias do local onde ocorrem bem como das novas sociabilidades que se constituem no ciberespaço. (LOBO; COUTINHO FILHO, 2017, p. 190).

Esclarece-se que, para os autores (LOBO; COUTINHO FILHO, 2017), linchamento em rede não é sinônimo de referência no ambiente digital à execução sumária precedente. Lobo e Coutinho Filho (2017) entendem o conceito como processo *on-line* que ocorre de forma semelhante ao linchamento físico.

Ou seja, diante da notícia de um crime, como estupro, sequestro e homicídio, internautas, no espaço para comentários nos respectivos veículos, por meio de atos de fala, promovem o linchamento no ambiente digital, segundo as lógicas próprias deste. Como se verá mais à frente, este trabalho entende o conceito de forma diferente.

Em relação a casos como o Linchamento de Guarujá, os autores (LOBO; COUTINHO FILHO, 2017) consideram que se trata de linchamento em rede que migrou para o linchamento de fato. Naqueles (linchamentos em rede), “os sujeitos ‘linchadores’ se dispõem a linchar, apoiam, no geral defendem e chegam a comemorar a violência simbolicamente cometida contra o alvo através de comentários e *likes*”. (LOBO; COUTINHO FILHO, 2017, p. 15).

Desse modo, compreende-se que linchamentos em rede não estão necessariamente ligados a linchamentos físicos. Aqueles podem culminar na ocorrência destes, tal qual no Linchamento de Guarujá, bem como estes podem fomentar aqueles, como quando internautas, em seus comentários, manifestam contentamento com a notícia de linchamento.

Em relação aos linchamentos físicos, os em rede deixam de ser marcados pela copresença e pelo face a face e o tempo de ocorrência se distende “consideravelmente” (LOBO; COUTINHO FILHO, 2017).

Além disso, os freios morais que atuam nas situações face a face também se flexibilizam, em razão da possível plasticidade das identidades na rede, e a aparente ausência de autoridade com poder de sanção deixa ainda mais à vontade os “linchadores” (LOBO; COUTINHO FILHO, 2017).

Diante de uma possibilidade de risco de prisão menor ao “linchador” em rede em relação ao tradicional, aquele parece ter uma sensação de proteção e até de encorajamento (LOBO; COUTINHO FILHO, 2017).

A hipótese aqui é de que essas questões sejam propiciadas pelas redes e suas potencialidades quanto a invisibilidade ou mascaramento da identidade. Ou seja, *se não sabem quem eu sou não podem me pegar, se não podem acessar meu corpo tenho muito pouco a temer!* (LOBO; COUTINHO FILHO, 2017, p. 211-212, grifo dos autores).

Nesse sentido, os autores concluem com a percepção de que “o ‘gatilho’ que dispara os linchamentos na dinâmica da vida, nas ruas e comunidades, é mais acentuado na *internet*, fazendo desta um espaço tão ou mais violento quanto a rua”. (LOBO; COUTINHO FILHO, 2017, p. 214).

2.1 LYNCH MANDA LEMBRANÇAS

No fim do século XIX e no começo do século XX, nos Estados Unidos, tornou-se comum o envio de cartões postais com fotografias reais de linchamento. Sobretudo no Sul dos Estados Unidos, a prática de fotografar o cadáver do linchado, ainda dependurado em uma árvore ou um poste, para venda e exibição da fotografia a curiosos e participantes, convivia com a distribuição de pedaços do cadáver, como orelhas e dedos, a título de lembrança e, provavelmente, prova de participação no ato punitivo (MARTINS, 2015a).

O envio de cartões postais de linchamento pelos correios estadunidenses foi possível até 1908, quando, só então, a prática foi considerada ilegal. Ainda assim, o comércio de cartões continuou no mercado paralelo (APEL, 2004). A Fotografia 1, por exemplo, data de 1960.

Fotografia 1 – Cartão postal: 1960, Geórgia, EUA



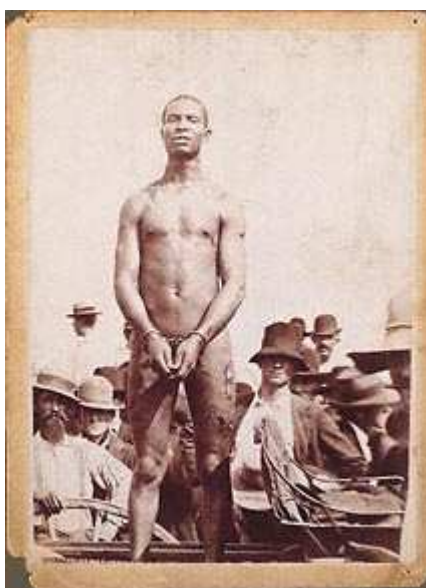
Fonte: Allen e Littlefield (2018).

Cerca de 100 fotografias e postais, produzidos entre 1880 e 1960, foram reunidos por James Allen, no projeto “Without Sanctuary” (withoutsanctuary.org), transformado posteriormente em livro (ALLEN, 2000) e exposição em museus (WOLTERS, 2004).

Nessas imagens, por vezes, posavam para a câmera indivíduos que participaram da punição extralegal. Há registro de casos em que a própria vítima,

ainda viva, era obrigada a posar para a câmera (ANJOS, 2016), como na imagem abaixo (Fotografia 2), que retrata Frank Embree, pouco antes de seu linchamento, em 22 de julho de 1899, em Fayette, Missouri (APEL, 2004).

Fotografia 2 – Cartão postal: 1899, Missouri, EUA



Fonte: Allen e Littlefield (2018).

“Durante um linchamento em Durant, Oklahoma, em 1911, os linchadores exuberantes e orgulhosos prenderam sua vítima a algumas tábuas e posaram em volta dele enquanto os fotógrafos registravam a cena”.⁴ (LITWACK, 2000, p. 11, tradução nossa).

Em outro caso, ocorrido no condado de Fayette, Tennessee, em 1915, a revista *The Crisis* relata: “Centenas de Kodak clicaram durante toda a manhã na cena do linchamento. [...] Fotógrafos instalaram uma impressora portátil junto à ponte e fizeram uma fortuna na venda de cartões postais mostrando uma foto do negro linchado.”⁵ (LYNCHING, 1915, p. 71, tradução nossa).

Segundo Litwack (2000), muitas fotografias de linchamentos e de episódios em que pessoas eram queimadas reapareceriam como populares cartões postais e cartões comerciais em comemoração ao acontecimento.

⁴ “During a lynching at Durant, Oklahoma, in 1911, the exuberant and proud lynchers bound their victim to some planks and posed around him while photographers recorded the scene”.

⁵ “Hundreds of kodaks clicked all morning at the scene of the lynching. [...] Picture card photographers installed a portable printing plant at the bridge and reaped a harvest in selling postcards showing a photograph of the lynched Negro”.

O autor (LITWACK, 2000) narra o caso do pastor de Nova York John H. Holmes que, em resposta à sua manifestação pública de condenação a um linchamento, recebeu por correspondência um cartão postal com uma multidão no Alabama posando para um fotógrafo ao lado do corpo de um homem negro pendurado por uma corda.

A pessoa que enviou o cartão teria escrito: *“É assim que fazemos aqui. Ainda não foi feito um cartão do último linchamento. Colocaremos você em nossa lista de correspondência regular. Aguarde um por mês, em média.”*⁶ (LITWACK, 2000, p. 11, grifo do autor, tradução nossa).

Nas imagens abaixo (Figura 1 e Fotografias 3 a 6), há pessoas a olhar, posar e até rir para a câmera. Entre elas, crianças dos sexos masculino e feminino, como nas fotografias 5 e 6. Destaca-se que, além de ser reproduzida em cartões postais “que foram distribuídos por todo o mundo”, a Fotografia 3 também apareceu em jornais da época (10 FOTOGRAFIAS, 2012).

Figura 1 – Cartão postal litografado: Montana, EUA, 1870



Fonte: Allen e Littlefield (2018).

⁶ *“This is the way we do them down here. The last lynching has not been put on card yet. Will put you on our regular mailing list. Expect one a month on the average”.*

Fotografia 3 - Cartão postal: Texas, EUA, 1916



Fonte: Allen e Littlefield (2018).

Fotografia 4 – Cartão postal: Nebraska, EUA, 1919



Fonte: Allen e Littlefield (2018).

Fotografia 5 – Cartão postal: Kentucky, EUA, 1927



Fonte: Allen e Littlefield (2018).

Fotografia 6 – Cartão postal: Flórida, EUA, 1935



Fonte: Allen e Littlefield (2018).

Ressalta-se que não é difícil encontrar em jornais brasileiros contemporâneos fotografias semelhantes às acima produzidas nos séculos XIX e XX nos Estados Unidos. Um exemplo é a foto de capa do caderno de Polícia do jornal O Liberal, de Belém, publicada 12 de maio de 2008 (Fotografia 7).

Fotografia 7 – Foto de capa do caderno de Polícia d'O Liberal, 12 de maio de 2008



Fonte: Teixeira, Santa Brígida e Teixeira (2015, p. 12).

Nas fotografias 5 e 7, por exemplo, vê-se um corpo estirado ao chão de forma desajeitada, rodeado por adultos e crianças, em pé, com estas, em primeiro plano, a olhar para a câmera.

Como se nota, são imagens distintas nos quesitos tempo, espaço e suporte mediático, que têm em comum não só o tema, mas a forma escolhida para retratá-lo: intencional ou intuitivamente, a fotografia mais recente replica a anterior, emerge como nova, ao mesmo tempo em que reforça a imagem replicada, fazendo a ela remissão e provocando no observador um efeito de familiaridade.

Em alguns daqueles postais, escrevia-se o crime que motivara a punição, com sentenças como: “Negro que atirou em J. H. Rogers em Ten Mile, Mississippi”. (COLETIVO GARAPA, 2015, p. 30). Outro postal, que retrata linchamento de homem queimado vivo, traz a seguinte dedicatória, sem pontuação: “Este é o churrasco que fizemos ontem à noite eu sou o da esquerda com a cruz em cima o seu filho Joe”. (ANJOS, 2016, p. 3).

“Ao espalhar a mensagem dos linchamentos pelo território americano, os postais amplificavam o caráter ‘educativo’ e moralizante desses eventos, realizados em sua maioria com o propósito de colocar o negro ‘no seu devido lugar’”. (COLETIVO GARAPA, 2015, p. 31). Ressalta-se que a abolição da escravatura nos Estados Unidos era relativamente recente, datada de 1863.

Martins (2015a) explica que os linchamentos no Sul dos Estados Unidos, em sua fase mais aguda, 1870 a 1930, tiveram, para além do indicado como motivo imediato da violência, o objetivo social de enquadrar a população negra nos limites de sua casta.

Os brancos se sentiam ameaçados pelos negros em duas frentes: no mercado de trabalho e no poder. As hipóteses dos sociólogos americanos tratam de dar conta dessas fontes de disputa, produzidas pela decadência dos agricultores brancos, empobrecidos pela perda da terra e impelidos a uma redefinição de suas relações sociais já não mais como proprietários, mas como arrendatários e parceiros. (MARTINS, 2015a, p. 23).

Litwack (2000) alega que esses linchamentos não foram uma explosão de homens enlouquecidos ou bárbaros descontrolados, mas o triunfo de um sistema de crenças que definiu um povo como menos humano do que outro.

“Para os homens e mulheres que compunham essas multidões, assim como para aqueles que permaneceram calados e indiferentes ou que forneceram as explicações acadêmicas e científicas, este foi o mais elevado idealismo a serviço de sua raça, na preservação de sua herança”.⁷ (LITWACK, 2000, p. 34, tradução nossa).

Todavia, Litwack (2000) adverte que o linchamento não era um fenômeno novo. Por muitas décadas – sustenta o autor (LITWACK, 2000) –, tal prática havia servido como um meio de justiça extralegal no Extremo Oeste e no Meio Oeste estadunidense. E a maioria das vítimas era branca, junto com um número de indígenas dos Estados Unidos, mexicanos, asiáticos e negros. “Mas na década de 1890, o linchamento e a tortura sádica se tornaram rapidamente rituais públicos exclusivos do Sul, com homens e mulheres negros como as principais vítimas”.⁸ (LITWACK, 2000, p. 13, tradução nossa).

Na maioria dos linchamentos, espetáculos públicos, a culpa da vítima não havia sido provada em um tribunal e nenhum membro da multidão usava máscara ou outro artifício para manter sua identidade em sigilo. Era possível notar a participação ativa de alguns dos cidadãos mais proeminentes da região e comumente os membros de uma turba de linchamento posavam para fotojornalistas com o xerife e a vítima pretendida (LITWACK, 2000).

Os linchamentos nem sempre eram motivados por acusações de crime. Segundo Litwack (2000), o mais frequente era que vítimas de linchamento tivessem desafiado ou involuntariamente violado as normas vigentes da supremacia branca:

⁷ “For the men and women who comprised these mobs, as for those who remained silent and indifferent or who provided the scholarly and scientific explanations, this was the highest idealism in the service of their race, in the preservation of their heritage”.

⁸ “But in the 1890s, lynching and sadistic torture rapidly became exclusive public rituals of the South, with black men and women as the principal victims”.

“e essas ofensas variavam do grave (aos olhos dos brancos) ao trivial”.⁹ (LITWACK, 2000, p. 25, tradução nossa).

O autor (LITWACK, 2000) cita diversas dessas transgressões que, se cometidas por pessoas brancas, teriam sido consideradas relativamente triviais e não constituíam motivo algum para punição capital, tais como: uso de linguagem desrespeitosa, insultante, caluniosa, arrogante, ameaçadora ou “incendiária”, insubordinação, impertinência ou comportamento impróprio (sorriso sarcástico, rir na hora errada, silêncio prolongado) e se recusar a tirar o chapéu para uma pessoa branca ou a dar o direito de passagem ao encontrar um branco na calçada.

Litwack (2000) menciona ainda atitudes como resistir ao ataque dos brancos, ter conduta desordeira, pequeno furto ou embriaguez, escrever uma carta imprópria (“insultante”) a uma pessoa branca, prestar atenção indevida ou imprópria a uma mulher branca, acusar um homem branco de escrever cartas de amor a uma mulher negra, viver com ou fazer companhia a uma mulher branca, testemunhar contra ou processar um homem branco, estar relacionado com uma pessoa acusada de um crime e que tenha sido linchada.

Outras motivações seriam: participar de atividades políticas, sindicatos e associações, discutir sobre um linchamento, praticar jogos de azar, administrar um bordel, contrair uma dívida pessoal, recusar oferta de emprego, deixar um emprego sem aviso prévio, praticar vadiagem, recusar-se a abrir mão da própria fazenda, exibir ostensivamente sua riqueza ou propriedade e tentar (aos olhos dos brancos) agir como um homem branco (LITWACK, 2000).

“Para alguns, ‘matar negros’ tornou-se um simples esporte, como qualquer outra recreação ou diversão, e sua popularidade levou um jornal negro em 1911 a chamá-lo de ‘O Passatempo Nacional’”.¹⁰ (LITWACK, 2000, p. 26, grifo do autor, tradução nossa).

Garland (2005, p. 24-25, tradução nossa) ressalva, contudo, que insultos “menores”, brigas pessoais, competição econômica e comportamento “arrogante” poderiam provocar um linchamento privado ou um ataque terrorista coletivo, mas

⁹ “and these offenses ranged from the serious (in the eyes of whites) to the trivial”.

¹⁰ “For some, ‘nigger killing’ had simply become a sport, like any other amusement or diversion, and its popularity prompted a black newspaper in 1911 to call it ‘The National Pastime’”.

“multidões se reuniam para assistir a um negro sendo torturado e morto em público apenas quando o responsabilizavam por um crime hediondo”.¹¹

Jornalistas negros e periódicos a eles ligados foram importantes no combate a tais atos ilegais, bem como na apuração dos acontecimentos e na contradição a versões tendenciosas divulgadas pela “imprensa branca”. Litwack (2000) cita o caso de Ida B. Wells, jornalista negra e ativista expulsa de Memphis em 1892 por seus “incendiários” editoriais sobre linchamentos. Em um de seus textos, ela questiona o “relativo silêncio” das igrejas brancas diante de tais crimes cometidos por seus fiéis (WELLS, 1970).

Em relação a um linchamento em Durant, Oklahoma, em 1911, um jornal de propriedade de negros em Topeka, Kansas, ao imprimir a fotografia, queria que todos os jornais negros fizessem o mesmo, para que o mundo pudesse ver e saber o que a “América semibárbara” estava fazendo (LITWACK, 2000).

De modo geral, a “imprensa branca” era solidária a tais execuções. “A queima de um negro em público logo seria conhecida como *‘Churrasco de Negro’*, reforçando a percepção dos negros como menos que humanos”.¹² (LITWACK, 2000, p. 10, grifo do autor, tradução nossa).

Era comum esses jornais, mais ou menos abertamente, justificarem os linchamentos, dando ênfase às acusações contra os linchados e ao caráter “excepcional” das ações violentas empreendidas por pessoas “religiosas, caseiras e justas” (LITWACK, 2000).

O Savannah Morning News, por exemplo, um jornal de Meridian, Mississippi, publicou: “*Os homens que fazem os linchamentos... não são homens que desrespeitam a lei, mas homens que sinceramente acreditam ter o melhor interesse de seus companheiros homens e mulheres no coração*”.¹³ (apud LITWACK, 2000, p. 20, grifo do autor, tradução nossa)

¹¹ “mass mobs assembled to watch a black man being tortured and killed in public only when they held him responsible for a heinous crime”.

¹² “The public burning of a Negro would soon be known as a *‘Negro Barbecue’*, reinforcing the perception of blacks as less than human”.

¹³ “*The men who do the lynchings... are not men who flout law but men who sincerely believe they have the best interest of their fellow men and women at heart*”.

Em outro caso, Mary Turner, a viúva de um linchado, prometeu que os responsáveis seriam punidos nos tribunais. Pela ameaça, com oito meses de gravidez, foi também linchada por centenas de homens e mulheres.

A agência de notícias Associated Press, em seu comunicado, observou que Mary Turner fez “*comentários imprudentes*” sobre a execução de seu marido, “*e as pessoas, em seu humor indignado, discordaram dos seus comentários, bem como da sua atitude*”.¹⁴ (LITWACK, 2000, p. 14, grifo do autor, tradução nossa).

Em diversas ocasiões, jornais e estações de rádio anunciaram com antecedência a hora e o local prováveis de um linchamento (GARLAND, 2005). “Se o linchamento tivesse sido anunciado com antecedência, os repórteres e operadores de telégrafo chegariam, com equipamentos portáteis, prontos para enviar boletins diretamente da cena.”¹⁵ (GARLAND, 2005, p. 16, tradução nossa).

Litwack (2000) relata que em um desses casos, a rotina do dia em várias escolas nos Estados Unidos foi adiada para que os alunos pudessem ver o homem linchado:

[...] trens especiais de “excursão” transportavam espectadores para a cena, os empregadores, por vezes, liberavam seus trabalhadores para participar, os pais enviavam notas para a escola pedindo aos professores que dispensassem seus filhos para o evento, e famílias inteiras compareciam, as crianças içavam sobre os ombros de seus pais para não perderem nada da ação e das festividades relacionadas.¹⁶ (LITWACK, 2000, p. 13-14, tradução nossa).

Segundo Litwack (2000), o grau em que os brancos passaram a aceitar o linchamento como homicídio justificável foi mais bem revelado quando aprenderam a diferenciar entre “bons” e “maus” linchamentos.

O autor (LITWACK, 2000) menciona a abordagem jornalística à execução de Elmo Curl, em Mastadon, Mississippi, em 1910. Conduzida pelas “melhores pessoas do condado”, os banqueiros, legisladores, fazendeiros e comerciantes, para o jornal,

¹⁴ “The Associated Press, in its notice of the affair, observed that Mary Turner had made ‘*unwise remarks*’ about the execution of her husband, ‘*and the people, in their indignant mood, took exceptions to her remarks, as well as her attitude*’.”

¹⁵ “If the lynching had been announced ahead of time, reporters and telegraph operators would arrive, with portable equipment, ready to send bulletins directly from the scene”.

¹⁶ “special ‘excursion’ trains transported spectators to the scene, employers sometimes released their workers to attend, parents sent notes to school asking teachers to excuse their children for the event, and entire families attended, the children hoisted on their parents’ shoulders to miss none of the action and accompanying festivities”.

a execução havia ocorrido “sem sinal algum de desordem”, “sem beber, sem atirar, sem gritar e sem falar alto”. “O que caracterizava um *‘bom’* linchamento parecia ser a condução rápida da morte da vítima *‘da maneira mais ordenada’* sem prolongar sua agonia, para o benefício da plateia”.¹⁷ (LITWACK, 2000, p. 17, grifo do autor, tradução nossa).

O jornal de Memphis – relata Litwack (2000) – escolheu julgar cada linchamento de acordo com seus méritos, baseando qualquer veredito na natureza do crime da vítima: não viu problema no linchamento de um “estuprador” negro, mas achou errado linchar um negro que se recusava a ser vacinado.

Litwack (2000) cita um caso em que um jornalista participou ativamente de um linchamento, ocorrido em Honea Path, South Carolina, em 1911: o editor do jornal local teria dito “orgulhosamente” a seus leitores que saiu para ver a “diversão” sem se opor minimamente a tomar partido dos que linchavam a “fera”. O jornalista era filho de Joshua W. Ashleigh, representante do distrito na legislatura estadual, que havia liderado a execução.

Tornou-se conveniente para alguns brancos e partes da imprensa culpar os linchamentos de brancos de classe baixa. “Embora as *‘melhores pessoas’*, como outros brancos, tivessem por certo a inferioridade dos negros, diziam ser mais paternalistas e menos propensos a transformar suas opiniões em uma conclusão violenta”.¹⁸ (LITWACK, 2000, p. 19, grifo do autor, tradução nossa).

Segundo Litwack (2000), ocasionalmente, editorialistas e líderes políticos manifestaram preocupação e condenaram linchamentos, mas o público tendeu a elogiar os linchadores por “cumprirem suas responsabilidades como homens brancos”. “O jornal em Spartanburg advertiu que qualquer tentativa de indiciar os assassinos *‘tornaria heróis os linchadores e os qualificaria eminentemente para cargos públicos’*”.¹⁹ (LITWACK, 2000, p. 21, grifo do autor, tradução nossa).

De acordo com Litwack (2000), ainda que algumas execuções tenham sido mais espetaculosas que outras, nenhuma delas foi particularmente excepcional:

¹⁷ “What characterized a *‘good’* lynching appeared to be the quick dispatch of the victim *‘in a most orderly manner’* without prolonging his or her agony for the crowd’s benefit”.

¹⁸ “Although the *‘best people’*, like other whites, took for granted the inferiority of blacks, they were said to be more paternalistic and less likely to carry their views to a violent conclusion”.

¹⁹ “The newspaper in Spartanburg warned that any attempt to indict the murderers *‘would make heroes of the lynchers and eminently qualify them for public office’*”.

“centenas de linchamentos receberam apenas uma breve menção, principalmente quando se tornaram assuntos de rotina até o final do século, não exigindo mais notícias ou comentários em alguns jornais do que o clima diário”.²⁰ (LITWACK, 2000, p. 18, tradução nossa).

Para Garland (2005), por ter o linchamento se popularizado nos Estados Unidos de forma concomitante com o surgimento da câmera fotográfica, da comunicação moderna e da imprensa nacional, a circulação de imagens e de relatos ajudaram a disseminar o fenômeno e divulgar o roteiro para sua eventual reprodução. Isso teria contribuído para que o linchamento passasse a ser familiar aos linchadores e à sua audiência.

Para o autor (GARLAND, 2005), uma das funções e significados que os linchamentos tiveram para os envolvidos é o uso do sofrimento para criar uma memória: o didatismo dos linchamentos teria começado na inscrição de “marcas de poder branco e vingança popular” no corpo da vítima de execução, passando por dizeres deixados na cena, tais como “justiça”, “nossas esposas, mães, filhas e irmãs devem ser respeitadas” e “supremacia branca”, até chegar ao uso de tecnologias de comunicação.

Espalhou-se [o didatismo] à medida que as histórias de jornais eram escritas e lidas, fotografias e cartões postais circulavam e opiniões eram trocadas em colunas editoriais e cartas do leitor aos jornais. Com o passar do tempo, as histórias passaram de vizinho para vizinho, de geração em geração.²¹ (GARLAND, 2005, p. 41, tradução nossa).

2.2 LINCHAMENTO EM REDE: JUSTIÇA COM AS PRÓPRIAS DIGITAIS

A proliferação de câmeras digitais acopladas a *smartphones* contribuiu para o exponencial aumento de registros audiovisuais de linchamentos e sua disponibilização na *internet*.

Ainda que a publicação desses vídeos contrarie a política do YouTube, como já mencionado, foi a partir de 42 vídeos brasileiros ali postados que Danielle

²⁰ “hundreds of lynchings were accorded only a brief mention, particularly as they became routine affairs by the end of the century, requiring no more notice or comment in some newspapers than the daily weather”.

²¹ “It [the didacticism] spread outwards as newspaper stories were written and read, photographs and postcards circulated, and views exchanged in editorial columns and letters pages. Over time, stories passed from neighbour to neighbour, from generation to generation”.

Rodrigues (2013) pôde desenvolver sua pesquisa e identificar um padrão neles, práticas ritualísticas de linchamento.

Tais quais os postais de linchamento nos Estados Unidos dos séculos XIX e XX, esses vídeos compartilhados em plataformas digitais também têm fins “educativos” e moralizantes, além de público vasto e indeterminado.

Os vídeos gravados por celulares e câmeras amadoras são, muitas vezes, publicados pelos próprios autores; noutras, são replicados em perfis de apoiadores ou críticos, ou por canais online, as fanpages (“Faca na Caveira Oficial” e “Apoio Policial”, por exemplo), que os empacotam em imitações toscas de programas jornalísticos. Na maioria absoluta dos casos, os vídeos são publicados com comentários em apoio aos linchadores. (COLETIVO GARAPA, 2015, p. 50).

Outros paralelos que se pode traçar entre os vídeos de linchamentos publicados hoje no YouTube e os postais que circularam nos Estados Unidos séculos atrás é que se trata de uma forma popular e contemporânea de transmissão de informação, correio e *internet*, e utilizam linguagem visual realista apoiada no testemunho documental, fotografia e vídeo de celular (COLETIVO GARAPA, 2015).

Para D. Rodrigues (2013), é possível perceber esses linchamentos como cenas, dotadas de visualidade e dramaturgia próprias, em que a acusação, a denúncia e a punição são acionadas por um grupo de atores que, mesmo não intencionalmente, os coloca em prática durante todo o linchamento, conforme o quadro abaixo (Quadro 1).

Quadro 1 – As cenas do linchamento

(continuação)

Cena 1	A população se aglomera em torno do acusado e é iniciada a agressão verbal.	Cena 2	Um indivíduo percebido como instigador inicia a propagação de palavras de ordem, que tendem a acusar e humilhar o suposto criminoso, com xingamentos (durante todo o linchamento).
--------	---	--------	--

(continuação)

Cena 3	O linchado tenta se defender ao vociferar algumas palavras tentando retirar sua culpa, porém não é ouvido pela população.	Cena 8	Os linchadores começam a utilizar objetos, principalmente pedaços de madeira e pedras.
Cena 4	O acusado é jogado ao chão e é parcialmente imobilizado.	Cena 9	A população ao redor aumenta (a maioria não participa do linchamento, apenas grita durante o evento, sejam palavras ofensivas contra o acusado sejam comemorações após cada agressão).
Cena 5	Alguém direciona a primeira agressão – geralmente um chute – ao acusado, desferida a certa distância.	Cena 10	Marcas de sangue começam a ser percebidas.
Cena 6	Um após as outras, as pessoas iniciam a sequência de agressões: os pontapés são seguidos por socos no corpo (geralmente costelas e costas) e tapas na face.	Cena 11	Geralmente, nesse momento, a polícia intervém (em alguns poucos casos, ela está presente desde o início, mas apenas observa).
Cena 7	As agressões vão ficando mais vigorosas e com menor intervalo de tempo.	Cena 12	A polícia resgata o linchado e o leva para a delegacia (é aqui que termina a maioria dos registros).

(continuação)

Cena 13	Quando os vídeos não apresentam a presença da polícia, as agressões continuam. O linchado começa a apresentar sinais de desfalecimento.	Cena 16	A população percebe a morte e comemora.
Cena 14	A população intensifica as agressões, principalmente aquelas que lançam mão de objetos, como pedaços de madeira.	Cena 17	Algumas poucas pessoas continuam a dar chutes no corpo com intervalos espaçados.
Cena 15	O linchado morre.	Cena 18	A população começa a dispersar.

Fonte: D. Rodrigues (2013, p. 629).

Em relação às cenas 11 e 12 do Quadro 1, observa-se que fazem parte daquele *corpus* linchamentos consumados e em sua forma tentada, o que não será feito neste trabalho. Entende-se aqui linchamento como pena de morte extralegal. Pressuposto, portanto, está o sucesso da execução sumária, a morte do agredido. Em outras palavras, para a presente investigação, linchamento não é sinônimo de espancamento por grupo de pessoas. Este é o mesmo entendimento da maior parte da literatura estadunidense sobre o tema (NATAL, 2012).

De qualquer modo, o interessante para este trabalho é perceber os movimentos metodológicos da investigação em que D. Rodrigues (2013) faz uma analogia entre os comportamentos observados e um roteiro de teatro. Ou de cinema, pode-se dizer.

Em sua investigação, D. Rodrigues (2013) identificou seis tipos de personagens em linchamentos: linchados, linchadores, instigadores, espectadores, policial, câmera.

Esclarece-se que linchador é aquele que usa a agressão física e verbal diretamente contra o linchado, enquanto o instigador não comete agressão física, mas dirige palavras de encorajamento aos linchadores para que eles batam mais no

linchado, comemora a cada vez que este é agredido e professa ofensas contra o acusado (RODRIGUES, D., 2013).

Danielle Rodrigues (2013) esclarece que muitos indivíduos podem interpretar o papel de mais de um personagem, o que é comum, dado que os papéis estão sendo continuamente trocados pelos indivíduos na cena.

O caso mais comum é o *instigador* ser também *linchador*, o *espectador* virar *instigador* e o *policia*l ser também um *espectador*. Mas essa não é uma característica determinante, já que muitos interpretam um mesmo personagem desde o início até o fim do linchamento. (RODRIGUES, D., 2013, p. 631, grifo da autora).

Além disso, D. Rodrigues (2013) indica uma espacialidade típica nos linchamentos, geralmente em formato circular, com o linchado ao centro e círculos concêntricos em volta.

[...] o primeiro círculo é composto pelos linchadores, os mais próximos, justamente por acessarem fisicamente o acusado. No segundo círculo estão os instigadores, imediatamente localizados atrás dos linchadores, permitindo processar um movimento de intercâmbio, já que em algumas situações eles se revezam (linchadores se tornam instigadores e vice-versa). O câmara geralmente circula entre a primeira e segunda camadas. Os espectadores estão na parcela mais externa da multidão, em uma última "camada", a mais afastada do agredido. Eles nem sempre mantêm o formato circular dos dois primeiros, pois é o grupo mais disperso: alguns muito afastados do linchado, olhando à distância, e outros relativamente próximos, observando o linchamento em seus detalhes. (RODRIGUES, D., 2013, p. 632).

No mesmo sentido, Natal (2012) indica que entre incriminação e punição sumária, existe uma espécie de roteiro próprio, com ações que reforçam a necessidade e legitimam a existência do justicamento, encadeamento de acontecimentos que se complementam e garantem significação aos envolvidos no episódio.

Com inspiração em um enredo proposto por Garland (2005), a autora (NATAL, 2012) sugere um *script* que expõe a sequência de atos presentes na trama de diversos casos de linchamentos ocorridos em São Paulo, por ela analisados. São passos do *script*:

- a) notícia do crime: primeira etapa de um linchamento, não necessariamente iniciada por uma denúncia ou queixa fundamentada e individualizada,

assim como não tem necessariamente relação com os códigos formais. “O ‘ouvir dizer’, o buchicho, as imputações coletivas e o ‘pega-ladrão’ têm um papel muito importante e um efeito desencadeador formidável para motivar os linchamentos”. (NATAL, 2012, p. 131). Além disso, informações sobre outras ocorrências naquele mesmo espaço podem contribuir para a notícia do crime e criam uma sensação de insegurança, deixando a população mais propensa a agir;

- b) incriminação: dá-se mais por uma certeza geral de culpa que pelas ações do acusado, a partir de apuração do acontecimento. A incriminação pode ocorrer mesmo sem indícios de autoria;
- c) formação da turba: sem organização prévia, as pessoas reúnem-se e a soma desse volume com a conformidade geral de opiniões avaliza a legitimidade do grupo;
- d) lei da comunidade: aos gritos e burburinhos, as opiniões solidificam-se em uma mesma direção, em tom acusatório e de atribuição de culpa, discursos simplistas e binários (bem contra o mal) e narrativa unânime, uma ameaça real a quem a ela se oponha;
- e) corpo perseguido: o grupo tenta agredir o incriminado, que geralmente resiste, etapa que se dá com aumento da intensidade dramática;
- f) ato público: uma vez tomado o corpo do incriminado, ele é exposto, podendo ser agredido ou manipulado por quem se dispuser, em local público ou de importância simbólica, como o lugar em que ocorreu o crime de que o indivíduo é acusado;
- g) violência extrema: a aplicação do sofrimento deve ser sempre superior ao dano provocado pelo crime atribuído ao incriminado. O uso de instrumentos variados é não apenas para exterminar, “mas também para deformar, denegrir e despojar o corpo de qualquer humanidade ou respeito à dignidade”. (NATAL, 2012, p. 133);
- h) catarse: para quem participa, a vivência libera fortes emoções e marca o acontecimento;
- i) vilipêndio: “Mesmo findada a vida, a crueldade se manifesta de maneira simbólica e dramática sobre o corpo do falecido. Estupradores têm o pênis

decepada, ladrões perdem as mãos, pessoas cospem sobre o cadáver, etc.”. (NATAL, 2012, p. 134);

- j) vínculo: aqueles que praticaram ou apoiaram o linchamento reafirmam valores compartilhados e uma espécie de solidariedade geradora de uma identidade coletiva. Ainda que o linchamento seja considerado legítimo pela comunidade e por boa parte da sociedade, para a lei formal, aquelas pessoas são autoras e testemunhas de um crime, o que as implica em um vínculo, o qual gera entre estas um acordo tácito de silêncio sobre o ocorrido;
- k) precedente: o linchamento torna-se um fato exemplar a regular condutas, uma ameaça implícita a quem quebrar os códigos locais e um recurso que a comunidade pode acionar outras vezes.

Natal (2012) adverte que esse roteiro não se manifesta em todos os casos e, dificilmente, um só linchamento abarcaria todas as fases. “Cada caso tem sua dinâmica, atores e enredos próprios, de forma que a existência destas etapas são bastante variadas e, ademais, podem ser interrompidos por outras forças, como a polícia ou outros elementos dissuasórios”. (NATAL, 2012, p. 134).

Para Salles e Sacramento (2014), a disseminação na *internet* de vídeos de linchamento pode estar produzindo novas configurações da subjetividade na pós-modernidade.

Os autores (SALLES; SACRAMENTO, 2014) alegam que tais acontecimentos têm como intenção, mais que retirar um indivíduo inadequado da sociedade, expor a ela o que se fez a esse sujeito que ousou ultrapassar os limites da civilidade. Mais que expor um espetáculo com punição exemplar visualizada pelo maior número de pessoas e que faça repensarem sua atitude aqueles que imaginam se atrever contra o funcionamento social, a intenção é “privilegiar a lógica do eu, indivíduo, realizador das ações e bem feitor da sociedade”. (SALLES; SACRAMENTO, 2014, p. 9).

Em nenhum dos vídeos analisados pelos autores (SALLES; SACRAMENTO, 2014), os praticantes do linchamento demonstram preocupação em esconder sua identidade.

Pelo contrário. Os linchadores fazem questão de continuar a agir mesmo quando fica evidente que aquela cena está sendo gravada e que nomes, rostos e falas podem ser identificados e julgados posteriormente. Não há

medo e nem a indagação se aquele vídeo é a prova de que aqueles indivíduos estão cometendo um crime. Não há nada disso naquelas cenas, apenas a amostra clara da vitória do eu sobre as leis. (SALLES; SACRAMENTO, 2014, p. 9).

Não se trata apenas – alegam os autores (SALLES; SACRAMENTO, 2014) – de levar o poder aonde o Estado não chega, mas estender o poder de si mesmo sobre o Estado, a sociedade e as leis. “Não apenas realizar o linchamento. Não apenas estender o poder do Eu sobre o estado. Não apenas redefinir o autocontrole e questionar a civilidade: é preciso tornar essa atitude visível, é preciso tornar o espetáculo visível”. (SALLES; SACRAMENTO, 2014, p. 11).

Segundo os autores (SALLES; SACRAMENTO, 2014), tais imagens de linchamento, que acabam por se tornarem públicas com uma dimensão ainda maior graças à divulgação dos vídeos, viram uma espécie de modelo.

Não é possível indagar sobre o que deseja o expectador desses vídeos ao assisti-los, mas pode se afirmar que, certamente, a consumação desse tipo de imagem implica em novas formas de subjetividade do sujeito, visto que essa ação gera um leque de discussões a serem produzidas e ideias a serem postas sob a luz da dúvida. (SALLES; SACRAMENTO, 2014, p. 12).

Diante disso, os autores (SALLES; SACRAMENTO, 2014) questionam se, em algum prazo de tempo, com essas imagens em consumação e esse “reinventar constante da subjetividade”, não haveria uma mudança no discurso social e um apelo maior e mais violento contra os sujeitos considerados criminosos.

Como se nota, o comunicacional, nesses casos de registro visual ou audiovisual, é um elemento basilar do processo punitivo, posto que é por ele que se realiza ou se amplifica a punição do linchado. À execução sumária em si, acopla-se a pena de vergonha, a execração pública da imagem.

Para Mendonça (2002), na época da transmissão ao vivo em tempo real, não mais o corpo, tal qual na sociedade da soberania, nem o tempo produtivo, tal qual na sociedade disciplinar, serão tão importantes quanto a imagem. Uma nova categoria que surge com o advento da virtualidade ganharia importância em um mundo cuja principal mercadoria é a informação mediática – portanto veiculada sob o paradigma da imagem – e que será incorporada (porque constituída) a partir das relações de poder.

“Neste cenário, a notícia jornalística se constituirá como uma forma de saber-poder própria desta sociedade em que os conceitos de controle e informação cada vez mais se (con)fundem”. (MENDONÇA, 2002, p. 109).

Mendonça (2002) acrescenta que, ao promoverem a punição da imagem – veredito impossível para a Justiça –, os meios de comunicação conseguem adquirir capital simbólico para se efetivarem como instituição reguladora da sociedade contemporânea: aquela que, se não dita as normas de funcionamento das diferentes instituições, no mínimo exige destas o funcionamento que seria o considerado correto.

Mendonça (2002) defende que estamos diante do limiar de uma sociedade cuja pena capital não será mais o suplício até a morte, nem apenas a supressão da liberdade por trinta anos.

A partir de agora, estará fazendo parte do rol das penas a execução pública de uma imagem respeitável, condenação decretada a partir de verdades instauradas não somente pela justiça, mas também por um veículo mediático com autoridade reconhecida pela sociedade. (MENDONÇA, 2002, p. 202).

Como agravante desse processo, o autor (MENDONÇA, 2002) argumenta que, como o tempo necessário para construção da(s) verdade(s) pelos meios fica, a cada dia que passa, vertiginosamente menor em relação ao tempo utilizado pela Justiça, a condenação da imagem do suspeito e a consequente execução da pena pela sociedade se dá de maneira imediata, antes mesmo de o processo jurídico ser aberto.

Ressalva-se que Mendonça (2002) descreve uma sociedade dos meios, anterior à sociedade em mediatização.²² Ainda assim, algumas discussões propostas pelo autor são importantes para pensar o contemporâneo. Vide, por exemplo, o caso do Linchamento de Guarujá, ocorrido em 2014.

Nele, uma dona de casa foi confundida com o retrato falado que circulava, à época, em uma página no Facebook, junto ao boato de que se tratava de uma mulher que sequestrava bebês para fazer magia negra na cidade. Posteriormente, esclareceu-se que o retrato falado fora produzido em delegacia do Rio de Janeiro,

²² No capítulo seguinte, discorrer-se-á sobre mediatização.

em 2012, portanto, sem relação direta com supostos sequestros de crianças em Guarujá (SP).

Segundo Mendonça (2002), a condenação da imagem pública, produzida pelos meios de comunicação, remete a uma proposta do movimento filosófico e humanitário da segunda metade do século XVIII, que jamais chegou a ser posta em prática pela sociedade disciplinar: o mecanismo do escândalo.

Beccaria (2001) denomina tal mecanismo de pena infamante:

Bem necessário é evitar que se punam com penas corporais e dolorosas certos delitos fundados no orgulho e que fazem dos castigos uma glória. Tal é o fanatismo, que só pode ser reprimido pelo ridículo e pela vergonha. Se se humilhar à orgulhosa vaidade dos fanáticos perante uma grande multidão de espectadores, devem esperar-se felizes efeitos dessa pena, pois que a própria verdade tem necessidade dos maiores esforços para se defender, quando é atacada pela arma do ridículo. (BECCARIA, 2001, p. 106-107).

Quanto a tal mecanismo, Foucault (2002) explica que se trata de uma espécie de exclusão no próprio local, isolamento no interior do espaço moral, psicológico, público, constituído pela opinião. “Publica-se a sua falta, mostra-se a pessoa ao público, suscita-se no público uma reação de aversão, de desprezo, de condenação”. (FOUCAULT, 2002, p. 82).

Sobre o processo de pré-julgamento de suspeitos cuja identidade é divulgada na televisão, Mendonça (2002) afirma que a imagem pública daqueles vai ser punida no não espaço do político, a partir de uma verdade presentificada, construída pelos meios de comunicação sob a forma de *flashes* e imagens supostamente insuspeitas. “Todo o processo se dá em tempo real, sem que os acusados tenham direito a qualquer defesa, uma vez que serão considerados culpados pelo próprio fato de serem suspeitos”. (MENDONÇA, 2002, p. 138).

Desse modo, ao multiplicar o número de espectadores do linchamento, por meio do compartilhar em massa um vídeo, pelas redes sociais digitais, com potencial para chegar a milhares de pessoas, tal procedimento se assemelha aos suplícios em praça pública descritos por Foucault (1987).

Para o autor (FOUCAULT, 1987), no suplício, em voga até mais ou menos o século XVIII, o corpo era o objeto maior da repressão penal, o ponto de aplicação do castigo, em que se dava um enfrentamento ritual entre o corpo do rei e o corpo do

condenado, e este era destruído, peça a peça, pelo poder infinito do soberano, manifestação de poder que a multidão era chamada a ver.

O suplício penal não corresponde a qualquer punição corporal: é uma produção diferenciada de sofrimentos, um ritual organizado para a marcação das vítimas e a manifestação do poder que pune: não é absolutamente a exasperação de uma justiça que, esquecendo seus princípios, perdesse todo o controle. Nos “excessos” dos suplícios, se investe toda a economia do poder. (FOUCAULT, 1987, p. 32).

3 NAS REDES DO LINCHAMENTO: ACONTECIMENTO, CIBERACONTECIMENTO, MEDIATIZAÇÃO E CIRCULAÇÃO

“Tudo que se vê não é
Iguar ao que a gente viu há um segundo
Tudo muda o tempo todo no mundo”
Lulu Santos e Nelson Motta (2020).

Acontecimento não é um conceito novo. Nas últimas décadas, o conceito tem sido discutido por diferentes áreas do conhecimento, como Filosofia, Sociologia, História e Comunicação. No Brasil, suscitou recentes produções acadêmicas nas Ciências da Comunicação, tais como os livros “A narração do fato: notas para uma teoria do acontecimento”, de Muniz Sodré (2009), e “Acontecimento: reverberações” (FRANÇA; OLIVEIRA, 2012a), resultado do II Colóquio sobre Imagem e Sociabilidade (II CIS), promovido pelo Grupo de Pesquisa em Imagem e Sociabilidade da Universidade Federal de Minas Gerais (GRIS/UFMG).

Além disso, o projeto “Tecer: jornalismo e acontecimento” lançou quatro obras sobre o tema: “Jornalismo e acontecimento: mapeamentos críticos” (BENETTI; FONSECA, 2010), “Jornalismo e acontecimento: percursos metodológicos” (LEAL; ANTUNES; VAZ, 2011), “Jornalismo e acontecimento: diante da morte” (MAROCCO; BERGER; HENN, 2012) e “Jornalismo e acontecimento: tramas conceituais” (VOGEL; MEDITSCH; SILVA, 2013).

“Tecer: jornalismo e acontecimento” é um projeto de cooperação acadêmica, financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), entre os programas de Pós-Graduação em Comunicação de quatro instituições de ensino superior brasileiras: Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

De origem latina, a palavra “acontecimento” existe na Língua Portuguesa desde o século XV. Segundo o Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa (CUNHA, 1986), o verbo “acontecer” é uma variante de “contecer”, hoje em desuso, mas que se documenta com frequência no Português medieval, desde o século XIII. Por sua vez, “contecer” vem de *contigescere*, variante de *contingescere*,

incoativo²³ de *contigere*, do Latim *contingere* (CUNHA, 1986; HOUAISS, VILLAR, 2001).

Acontecer vem do radical *tango*, que também dá *tactum* e *tangere*, que dá inicialmente o sentido de tanger ou tocar física ou moralmente. Acrescido do prefixo *com-* manifesta, dentre outras palavras, *contactus*, significando toque e contato e *contingescere* e *contigescere*, no sentido de chegar à proximidade ou vizinhança. (JUNQUEIRA, 2013, p. 165).

Ver-se-á, mais à frente, que essa dimensão do contato, da afetação a alguém, não se perdeu no senso comum e em algumas propostas acadêmicas sobre o conceito de acontecimento.

Em Português, explica Junqueira (2013), o verbo “acontecer” surge com o “a-” protético no sentido de chegar a, calhar, tocar a ou em, alcançar, atingir, encontrar, topar, suceder, resultar.

Segundo o Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa (CUNHA, 1986, p. 11), acontecer é “realizar-se inopinadamente, suceder, sobrevir”. Esse sentido de imprevisibilidade do acontecimento também pode ser encontrado na palavra contingência, cuja raiz é a mesma e que significa eventualidade, incerteza, acaso (CUNHA, 1986), aquilo que pode ocorrer ou não ocorrer (HOUAISS; VILLAR, 2001).

Este autor, ao longo de sua atuação em redações jornalísticas, aprendeu e ensinou que deveria ser evitada no texto noticioso a frase “o evento aconteceu” para se referir a atividades programadas, uma vez que dois termos da sentença carregam o sentido de imprevisível: “evento” é uma eventualidade; “acontecer”, algo que se dá no mundo de forma inesperada, independente da vontade e da intervenção de alguém.

Para o Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa, acontecer é “ser ou tornar-se realidade no tempo e no espaço, seja como resultado de uma ação ou constituindo o desenvolvimento de um processo ou a modificação de um estado de coisas, ou envolvendo ou afetando (algo ou alguém)”. (HOUAISS; VILLAR, 2001, p. 64). Em sentido figurado, significa ser objeto de atenção, interesse, admiração, especialmente na vida social, fazer sucesso (HOUAISS; VILLAR, 2001).

²³ Aspecto verbal que indica que o foco da ação está no seu início.

Interessante observar que, em Latim, *contingere* é um termo usado para acontecimento feliz, enquanto mau acontecimento é designado como *accidere* (FERREIRA, A., 1989). Em Português, ainda que “acidente” mantenha o sentido etimológico de ocorrência negativa, usa-se “acontecimento” indistintamente para ocorrências felizes e infelizes.

O mesmo se dá em inglês com *happening*, cuja raiz etimológica é a mesma de *happy*: *hap* “significa contingência, acaso, fortuna – o que vincula o acontecimento (*happening*) à felicidade (*happiness*)”. (CERA, 2012, p. 16).

Em contrapartida, no jornalismo, os acontecimentos negativos têm maior valor-notícia (“*good news, bad news*”), conseqüentemente os jornais dão mais destaque a acontecimentos ruins que aos bons (GALTUNG; RUGE, 1999).

Os diferentes modos de caracterizar o acontecimento no âmbito das Ciências Sociais e da Linguagem, por vezes, contraditórios entre si, acusam a falta de consenso no uso e no tratamento do conceito (FRANÇA; ALMEIDA, 2008).

A noção de acontecimento, quando ela é definida, o é de várias maneiras: às vezes, designa qualquer fenômeno que ocorra no mundo; às vezes, apenas diz respeito a fatos fora do comum; às vezes, o acontecimento confunde-se com a notícia [...]; às vezes, ele se distingue dela sem que se especifique a diferença [...]. Às vezes – convicção amplamente compartilhada –, defende-se a ideia de que o acontecimento é um dado da natureza; às vezes, argumenta-se que ele é provocado.²⁴ (CHARAUDEAU, 1997, p. 102, tradução nossa).

Em proposta de sistematização de estudos sobre acontecimento jornalístico, Zamin e Marocco (2010) apontam três vertentes:

- a) as teorias exógenas ao jornalismo;
- b) as teorias endógenas;
- c) e uma proposta de estudo das próprias autoras, “que ocupa o espaço do ‘entre’, nem exógena nem totalmente endógena”. (ZAMIN; MAROCCO, 2010, p. 113).

A primeira, formada por três derivadas, marcaria um espaço exógeno de intervenção, não disciplinar, que avança criticamente em relação ao trabalho de

²⁴ “La notion d’événement, quand elle est définie, l’est diversement: tantôt elle désigne tout phénomène qui se produit dans le monde, tantôt elle ne concerne que les faits qui sortent de l’ordinaire; tantôt l’événement se confond avec la nouvelle [...], tantôt il s’en distingue sans qu’en soit précisée la différence [...]. Tantôt – croyance largement partagée – on défend l’idée que l’événement est une donnée de la nature, tantôt on soutient qu’il est provoqué”.

mapeamento do presente realizado pelo jornalismo. Tal vertente, segundo as pesquisadoras (ZAMIN; MAROCCO, 2010), reúne um conjunto de autores que apontam modos para o estudo de acontecimentos, a partir da sociologia, da antropologia e da pedagogia, entre os quais Edgar Morin, Marc Augé e Daniel Dayan.

Nessa primeira vertente, uma das derivadas é a de Morin, que em sua proposta de “sociologia do acontecimento” apontou dois polos metodológicos para o estudo dos “acontecimentos impacto” que “se difundem plenamente tendo os *mass media* como intermediário”:

No primeiro deles, a atenção do estudioso deve voltar-se aos processos de modificação e de reabsorção provocados pelo acontecimento. O segundo pólo metodológico requer atenção a outros acontecimentos e novos processos desencadeados pela sincronização de dinâmicas, que até então eram independentes, e por traços latentes sob as diferenças e heterogeneidades. (ZAMIN; MAROCCO, 2010, p. 98).

A segunda derivada da primeira vertente é de Augé, pesquisador cujo trabalho, para as autoras, é de “resgate” dos acontecimentos que, “de tanto serem contados pelas mídias, deixam a nós muito pouco a dizer sobre eles”. (ZAMIN; MAROCCO, 2010, p. 101).

Marc Augé se dedica, em *Ficções de fim de século*, a andar na contracorrente dos meios de comunicação que em suas narrativas fazem com que os acontecimentos “existam ou não”, que fazem e desfazem os acontecimentos, em parte porque, no âmbito mediático, os acontecimentos coexistem em um mesmo espaço, se sucedem um atrás do outro, em breve espaço de tempo. (ZAMIN; MAROCCO, 2010, p. 101).

De acordo com Zamin e Marocco (2010), em busca de outras formas de narrar, Augé realiza movimentos simultâneos sobre alguns exemplares de acontecimento mediático, materializados nos tabloides, para voltar a produzi-los de acordo com o seu olhar crítico e os seus movimentos de etnógrafo.

A terceira e última derivada da primeira vertente é a de Dayan *et al.*, que ao refletirem sobre o papel desempenhado pela televisão frente ao 11 de Setembro, teriam identificado movimentos de construção desse acontecimento, denominados como *performance*.

A segunda vertente apontada por Zamin e Marocco (2010), de natureza disciplinar, agrupa os estudos que, nucleados por um acontecimento ou um conjunto deles, se dedicam aos processos de produção e ao discurso que dão conta de sua materialidade jornalística. Tal vertente reuniriam autores que reconhecem os processos de produção, as operações e as práticas jornalísticas que configuram a construção jornalística dos acontecimentos e dos indivíduos. Nela, são citados Eliseo Verón, Antonio Fausto Neto e Christa Berger.

A terceira vertente, na interface entre jornalismo e filosofia, recortaria o estudo de um acontecimento em que um modo filosófico de reconhecimento do presente perpassa as práticas jornalísticas para provocar o deslocamento da figura clássica da pirâmide a um “poliedro de inteligibilidade”, conceito foucaultiano.

As autoras partem do conceito de acontecimentalização, de Kant, lido por Foucault, para propor “uma via de objetivação discursiva do acontecimento em sua complexidade histórica, que se desloca da objetivação jornalística, quando ela reduz a elementos da superfície dos acontecimentos”. (ZAMIN; MAROCCO, 2010, p. 116). Para Zamin e Marocco (2010, p. 118), “O processo de compreender essas múltiplas faces em cadeia e essa temporalidade também múltipla – passado, presente e futuro – aponta para a constituição histórica e cultural do acontecimento”.

Ainda que válida como mapeamento de estudos de acontecimento realizados até então, a sistematização de Zamin e Marocco (2010) apresenta limitações que a tornam pouco operativa para o desenvolvimento de pesquisas posteriores.

A primeira limitação refere-se ao fato de as categorias (exógenas, endógenas, e nem exógenas nem totalmente endógenas) serem demasiado amplas, a ponto de reunirem um conjunto de abordagens muito distantes uma das outras, o que reduz a potência da classificação. Nesse sentido, os agrupamentos pouco dizem sobre a especificidade dos estudos que os compõem.

Além disso, embora se tenha ciência de que se trate de separação didática, notam-se frequentemente casos que poderiam ser enquadrados em vertente distinta da proposta pelas autoras.

Enquanto Morin, Augé e Dayan são citados como autores de teorias exógenas, porque, segundo Zamin e Marocco (2010), apontam modos para o estudo de acontecimentos a partir da Sociologia, da Antropologia e da Pedagogia,

respectivamente, Verón é apresentado como autor de teoria endógena, ainda que sua formação e atuação acadêmica institucional tenham sido nas áreas de Filosofia, Antropologia, Linguística e Sociologia (GONÇALVES, 1996).

Do mesmo modo, a proposta de Fausto Neto, como citam as próprias autoras (ZAMIN; MAROCCO, 2010), apoia-se em elementos da teoria da enunciação, proveniente da área da Linguística. Portanto, em tese, poderia ser considerada como nem exógena nem totalmente endógena.

Ainda nesse ponto, pode-se dizer que o trabalho de Zamin e Marocco (2010) dá margem ao entendimento de que somente se enquadram na vertente de estudos nem exógenos nem totalmente endógenos aqueles na interface entre Jornalismo e Filosofia. Além de não citar nessa abordagem estudos que tragam contribuições de outras áreas do conhecimento, o trabalho conceitua a vertente como aquela que recorta o estudo de um acontecimento em que um modo “filosófico” de reconhecimento do presente perpassa as práticas jornalísticas.

França e Almeida (2008) apresentam também três perspectivas teóricas sobre acontecimento. A primeira considera o conceito o mesmo que fato; a segunda vê acontecimento como algo de natureza da construção, ligado ao trabalho da linguagem; e a terceira, pela perspectiva hermenêutica, como fenômeno de sentido.

França (2012) também destaca essa categoria “recorrente” na Teoria do Jornalismo: o acontecimento que aparece seja como sinônimo de fato, seja para caracterizar e distinguir o fato noticiável, o fato inusitado e/ou que suscita interesse por parte do público ou da audiência.

Tal abordagem, dessa maneira, centra na ocorrência em si mesma seu poder explicativo: alguns fatos seriam intrinsecamente significativos e dignos de serem reportados (conforme a tradicional máxima: “o homem que morde o cachorro”). É a própria natureza da empiria (seu “ser”) que justifica a maior ou menor importância que lhe será atribuída. (FRANÇA, 2012, p. 40).

Para autores como Chaparro (2001), Erbolato (1986) e Nilson Lage (2006), na condição de “matéria-prima” da notícia, tema escolhido pelo jornalista para sua narrativa (FRANÇA; ALMEIDA, 2008), “acontecimento” e “fato” são correspondentes.

Da mesma forma, o tratamento sinonímico entre “acontecimento” e “fato” pode ser encontrado no senso comum e na prática jornalística, que dialoga

cotidianamente com o senso comum. O Manual da Redação da Folha de S. Paulo (2001), por exemplo, conceitua notícia como “puro registro” dos fatos.

Nilson Lage (2006, p. 17) define notícia como “relato de uma série de fatos a partir do fato mais importante ou interessante”. Erbolato (1986, p. 221), como “relato de um acontecimento”, sendo, para o autor, notícia falsa aquela que não corresponde aos fatos; e notícia previsível, “a que se refere a um fato que se sabia de antemão que iria acontecer”. (ERBOLATO, 1986, p. 122).

Do mesmo modo, Chaparro (2001, p. 142, grifo nosso) diz que “nos conteúdos jornalísticos, se fala dos **acontecimentos** significativos para as pessoas, isto é, dos **factos** e actos, das falas e revelações imediata ou potencialmente desorganizativos ou reorganizativos, por seus efeitos imediatos na realidade vivida”.

Em outro trecho, o autor assegura que dois atributos de relevância localizada em determinados conteúdos, mas que, se bem explorados, podem aumentar o nível de interesse de muitas notícias: “o carácter **Inusitado** ou **Insólito** de certos factos; e o **Suspense** de certos acontecimentos ou na forma de retratar”. (CHAPARRO, 2001, p. 143, grifo do autor).

A segunda perspectiva elencada por França e Almeida (2008) busca estabelecer uma distinção entre acontecimento e fato, em que o primeiro seria da natureza da construção, “intimamente” ligado ao trabalho da linguagem. “Para alguns autores, o acontecimento é resultado de um processo de narração de um fato, que inclui uma dimensão de seleção e de escolha, e envolve a elaboração de um arranjo ordenador.” (FRANÇA; ALMEIDA, 2008, p. 4). Nessa abordagem, são citados Charaudeau e Mouillaud.

Compreende-se que, em outro texto, França (2012), a partir de Quéré, divide tal abordagem em duas: a construtivista e a ritualística.

A abordagem construtivista trata, apreende e explica o acontecimento como construção mediática. Nessa vertente, além de Charaudeau e Mouillaud, França (2012) cita Verón e Rétat.

Essa abordagem pode ser mais ou menos radical – e inclui desde a ideia do produto midiático enquanto puro artefato até visões mais moderadas, que creditam a importância dos acontecimentos seja à construção discursiva (efeito do discurso), seja à publicidade (visibilidade) conferida pela mídia. (FRANÇA, 2012, p. 41).

França e Oliveira (2012b) defendem que se, por um lado, a abordagem que trata o acontecimento como narrativa do fato destaca “positivamente” a presença e a intervenção da linguagem na relação sujeito-mundo, por outro, ela pode radicalizar uma visão construtivista, tomando a realidade como um resultado do discurso.

Esse risco nos leva a (re)pensar as relações entre discurso e ação, tal como nos chamam a atenção a filosofia da linguagem e a filosofia da ação. Sem dúvida, os acontecimentos incitam a palavra e se traduzem em narrativas, porém tratar o acontecimento apenas como uma construção discursiva neutraliza aquilo que o caracteriza: a possibilidade que ele instaura, enquanto ocorrência concreta no mundo, de criação de novos sentidos, do desencadeamento de um outro campo de ações. (FRANÇA; OLIVEIRA, 2012b, p. 8-9).

França (2012) acrescenta que a abordagem construtivista “peca por seu excesso”, ou por uma ênfase “tendenciosa”, ao “atribuir todo o poder” à dinâmica instituidora dos meios de comunicação, negligenciando a força intrínseca de algumas ocorrências na sua capacidade de afetar a vida pública, bem como a capacidade agenciadora dos sujeitos sociais, que interagem (e não apenas reagem) com a intervenção mediática.

O construtivismo alcança, por esse viés, sua limitação, estimulando e propiciando análises discursivas apartadas da dinâmica social mais ampla, desviando o foco da avaliação do próprio acontecimento, e promovendo, no final das contas, uma abordagem midiacêntrica (ou uma análise dos enunciados apartados da enunciação). (FRANÇA, 2012, p. 41).

França (2012) reforça que a linguagem não desempenha um papel de determinação frente às outras esferas da sociedade: “ela não pode subsumir e anular a totalidade e a complexidade do tecido social, já que é parte desse tecido e componente do conjunto de suas dinâmicas”. (FRANÇA, 2012, p. 45).

Para França (2012), assim como a abordagem construtivista, a ritualística substitui o acontecimento pela maneira como ele é tratado, pelo revestimento cerimonial que recebe. Nessa vertente, a autora (FRANÇA, 2012) cita, em nota de rodapé, Dayan e Katza.

A diferença é que a configuração ritualística promove uma suspensão temporal do acontecimento; construído na forma de ritual, ele é inscrito numa serialização que ultrapassa o tempo presente e, numa fusão dos tempos, se transforma na repetição (retorno) de um ato fundador. (FRANÇA, 2012, p. 44).

De acordo com França (2012), enquanto a abordagem construtivista enfatiza sobremaneira os elementos discursivos, na ritualística, o processo de ressignificação do evento se dá pela interposição de formas sociais cristalizadas: seu reconhecimento é marcado por referências compartilhadas pela sociedade e fortemente simbolizadas. “Visto desta maneira o acontecimento perde sua individualização, seu ‘elemento irreduzível’, sua capacidade própria de afetação”. (FRANÇA, 2012, p. 44).

Quanto à crítica à abordagem denominada de ritualística, questiona-se se tais propostas teóricas veem mesmo todos os acontecimentos como cerimoniais ou, de modo diferente, elegem como objeto de estudo apenas acontecimentos com essas características.

Em relação à crítica das autoras (FRANÇA, 2012; FRANÇA; OLIVEIRA, 2012b) de que a abordagem em que acontecimento é “narrativa do fato” (construtivista) pode radicalizar uma visão de “realidade” como resultado do discurso, é preciso esclarecer que discurso é diferente de texto. Discurso é aquilo que está entre o texto e o contexto e que se produz na relação entre sujeitos, segundo correntes como a Análise de Discurso Francesa.

Como destaca Prado (2013, grifo do autor), “uma abordagem discursiva consistente deveria levar em conta não apenas os *textos* em suas análises, mas também os contextos sociais em que esses textos afloram, bem como as dinâmicas de produção e formação dos discursos”. Mais ainda se pode dizer: uma análise que considere unicamente o texto não pode, por definição, segundo tal corrente, ser chamada de análise de discurso, ainda que assim a nomeie seu autor.

Além do mais, mesmo que haja risco de uma abordagem construtivista tomar a “realidade” como resultado do “discurso”, isso não significa resultado inevitável da referida vertente, a menos que o pesquisador inscrito na perspectiva construtivista faça uma leitura e uma “aplicação” rasa da proposta teórica.

A abordagem construtivista não considera que só exista o que é discursivizado. O que a vertente propõe é que o relato sobre algo o transforma, compondo, portanto, essa outra coisa que ele se tornou ao ser relatado. Ou, nas palavras do próprio Quéré (2018b, p. 17), de uma perspectiva hermenêutica, a linguagem é “parte integrante das próprias realidades que permite descrever e

relatar”. E é esse processo de transformação por meio da linguagem que interessa à abordagem construtivista pensar.

Meditich (2010) também faz uma interessante crítica ao que ele chama de leitura “profundamente” equivocada feita a partir de Berger e Luckmann, de que o jornalismo constrói a realidade, em desacordo com as ponderações dos próprios Berger e Luckmann. À referida leitura equivocada, o autor (MEDITSCH, 2010), em outros pontos do texto, também alude como empobrecedora, subjetivismo ingênuo e suposição enganosa.

“O jornalismo, como instituição, e seus agentes participam de produção da realidade, especialmente no seu âmbito simbólico, mas nunca isoladamente, porém em diálogo permanente com os demais atores sociais”. (MEDITSCH, 2010, p. 40-41).

O autor (MEDITSCH, 2010) acrescenta que o jornalismo é uma forma de objetivação da exteriorização do homem, entre outras tantas desenvolvidas pelas tecnologias intelectuais contemporâneas, e participa da socialização do conhecimento, mesmo que de forma terciária e provavelmente menos marcante que as socializações primária e secundária observadas por Berger e Luckmann na construção social da realidade, embora igualmente importante na dinâmica social.

Ainda quanto ao risco do mediacentrismo, apontado por França (2012), não há uma relação direta entre aquele e as abordagens construtivistas. Existem correntes construtivistas que refutam a ideia de que os meios de comunicação são mediadores dos campos sociais ou da relação entre as pessoas e a “realidade”.

Os estudos de mediatização, por exemplo, formados também por propostas construtivistas, entendem que a visão dos *media* como centro da sociedade pertence ao contexto das sociedades dos meios. Hoje, defendem os teóricos da mediatização, vive-se em sociedades em mediatização, em que os meios deixam o lugar de mediadores, ao mesmo tempo em que o social passa a funcionar segundo as lógicas próprias dos *media*.

Na terceira perspectiva, a hermenêutica, França e Almeida (2008) apresentam as propostas de Louis Quéré, segundo as quais “o acontecimento é fenômeno de sentido que produz novidade ao introduzir um corte na superfície da

normalidade, afetando sujeitos e provocando modificações”. (FRANÇA; ALMEIDA, 2008, p. 5).

Desse modo, França (2012), França e Almeida (2008) e França e Oliveira (2012b) aproximam-se da abordagem que toma o acontecimento como momento de ruptura e de reorganização, ocorrência que afeta indivíduos e coletividades, ordenado por meio de narrativas, que convoca e constitui públicos específicos, descortina campos problemáticos e reorganiza a intervenção dos sujeitos sociais.

Para França e Oliveira (2012b, p. 9), ao quebrar a normalidade e a sequência natural das coisas, “o acontecimento alarga o horizonte do possível, aponta alternativas impensadas, convoca passados esquecidos e abre o presente para novos futuros possíveis”.

Apoiado em Arendt, Mead e Ricoeur, principalmente nos dois primeiros, Louis Quéré (2005) propõe uma abordagem do acontecimento fundada na experiência, individual ou coletiva, em oposição à atribuição, *a posteriori*, de valores e de significações a fatos, por sujeitos individuais ou coletivos.

Desse modo, o acontecimento introduziria, necessariamente, algo de novo ou de inédito, mudaria qualquer coisa no estado anterior do mundo. “O acontecimento introduz uma descontinuidade, só perceptível num fundo de continuidade”. (QUÉRÉ, 2005, p. 61).

Para Quéré (2012), qualquer transição tem algo de único, que, uma vez emergido, condiciona o que vem em seguida, mas também faz surgir algo de novo.

Assim, o que se produz toma lugar em um processo de mudança contínua que está em curso no presente que perdura (*specious present*) – uma experiência instantânea é uma impossibilidade –, além de dispor de uma orientação: um processo não é um simples fluxo de coisas ou de instantes sucessivos, e sim algo orientado que se desenrola de acordo com sua própria dinâmica, podendo ser mais ou menos repentino, ter ritmos variáveis. (QUÉRÉ, 2012, p. 25, grifo do autor).

Segundo o autor (QUÉRÉ, 2012), o acontecimento advém no presente. Trata-se de uma emergência, e seu “vir a ser” é que lhe confere sua identidade e sua singularidade.

O que caracterizaria o acontecimento, então, é o fato de que, em vez de algo que acontece, ele vem a ser, emerge e é o desfecho de transições que se operam em qualquer momento, com esboços de tendências que vão se

desenvolver de acordo com a lógica própria de cada uma e culminar em acontecimentos. (QUÉRÉ, 2012, p. 22).

Para Quéré (2005), se, por um lado, o acontecimento pede para ser compreendido, e não apenas explicado, por causas; por outro, ele faz compreender as coisas: “tem, portanto, um poder de revelação”. (QUÉRÉ, 2005, p. 60). Desse modo, a principal origem da compreensão do acontecimento estaria nele próprio.

Em oposição à ideia de acontecimento como fato ocorrido no mundo, suscetível de ser explicado como um encadeamento, um fim onde culmina tudo que o precedeu, inscrito em um contexto causal, Quéré (2005) sustenta que é preciso que o acontecimento ocorra, que ele se manifeste na sua descontinuidade e que tenha sido identificado de acordo com uma determinada descrição e em função de um contexto de sentido, para que se lhe possa associar um passado e um futuro, assim como uma explicação causal, que emergem graças ao acontecimento e que são da ordem da representação, “ou melhor, da imaginação”. (QUÉRÉ, 2005, p. 62).

Segundo Quéré (2005), o verdadeiro acontecimento não é unicamente da ordem do que ocorre, do que se passa ou se produz, mas também do que acontece a alguém. “Se ele acontece a alguém, isso quer dizer que é suportado por alguém. Feliz ou infelizmente. Quer dizer que ele afecta alguém, de uma maneira ou de outra, e que suscita reações e respostas mais ou menos apropriadas”. (QUÉRÉ, 2005, p. 61).

Sendo assim, o acontecimento que acontece a alguém é muito mais que um fato que pode ser dotado de sentido ou de um valor por um sujeito, em função dos possíveis prévios de um contexto: “é, ele próprio, portador ou criador de sentido”. (QUÉRÉ, 2005, p. 69).

É preciso afastar a ideia de que a experiência seria a de um sujeito recebendo sensações ou impressões e conferindo significações e valores aos factos a partir de uma perspectiva finita. O sujeito não é a medida do acontecimento. De contrário, não haveria acontecimento possível, dotado de um poder de revelação e de um potencial de inteligibilidade: haveria apenas factos revestidos *a posteriori* de um sentido do que antes não possuíam. Não é assim que os acontecimentos se inscrevem na ordem dos sentidos: são os acontecimentos que projectam um sentido sobre as situações e reconfiguram as possibilidades, para sujeitos dotados de uma certa sensibilidade e de hábitos. (QUÉRÉ, 2005, p. 70).

Segundo Quéré (2005), visto como começo, o acontecimento passará a projetar sobre o mundo um sentido novo, do qual aquele será a origem. Por isso, sustenta o autor (QUÉRÉ, 2005), a individualização do acontecimento excede o momento da sua ocorrência: o acontecimento continua a ocorrer e a se singularizar enquanto produzir efeito sobre aqueles que afeta. “Não efeitos causais, mas efeitos na ordem do sentido”. (QUÉRÉ, 2005, p. 67).

Ainda que veja o papel dos meios de comunicação como “decisivo” na condição de suportes da identificação e da exploração dos acontecimentos e do debate público, por meio do qual as soluções são elaboradas ou experimentadas, Quéré (2005) sublinha que todos os tipos de atores sociais contribuem para esse processo. “Não há coordenação organizada dessas participações”. (QUÉRÉ, 2005, p. 73).

Nesse aspecto, Quéré (2005) aproxima-se das apropriações no campo do Jornalismo à formulação de Berger e Luckmann, ao colocarem os meios de comunicação como participantes da construção social da realidade de forma complementar às socializações primária e secundária, promovidas por instituições como família, escola e mundo do trabalho

Logo após afirmar que, nas últimas décadas, a difusão das teses narrativas em Filosofia e Epistemologia da História, assim como o esboço de uma hermenêutica narrativa por Raul Ricoeur, permitiu ultrapassar “numerosos” pressupostos da apreensão habitual dos acontecimentos, em particular ligar a individualidade de um acontecimento à intriga da qual ele faz parte e para a qual contribui, Quéré (2005, p. 60) adverte, contudo, que “a contribuição da narrativa não é suficiente para pôr em destaque o poder hermenêutico do acontecimento, na medida em que este intervém na experiência segundo modalidades que não implicam, necessariamente, a mediação da narração”.

Bruno Souza Leal (2013) classifica como “curiosa” essa recusa por Quéré da relação entre intriga, narrativa e acontecimento:

[...] ao mesmo tempo [em] que afirma que a intriga é a operação fundamental na relação com os acontecimentos, Quéré a dissocia da constituição da narrativa, como que sugerindo que o por-em-intriga se articula a outros modos de saber e, mais ainda, a outros modos discursivos que não os narrativos. (LEAL, B., 2013, p. 139).

Carvalho e Lage (2012) também criticam a posição de Quéré de que a hermenêutica narrativa ofereceria uma modalidade de apreensão do acontecimento estritamente discursiva e, por isso, limitada, “uma vez que o acontecimento teria seu caráter fenomenológico reduzido à dimensão linguageira. Com isso, seu poder de esclarecimento sobre si e sobre as circunstâncias nas quais eclodiu ficaria sobredeterminado”. (CARVALHO; LAGE, 2012, p. 214).

Em contraposição, argumentam os autores (CARVALHO; LAGE, 2012) que, “de modo algum”, Ricoeur sugere um acontecimento “estritamente linguageiro”.

Em Ricoeur, narrar não é simplesmente construir uma modalidade discursiva-textual entre outras, mas uma operação fundamental de saber e de experiência, a condição e modo pelo qual é possível viver o tempo, por um lado, e, por outro dar sentido ao mundo e às suas ocorrências sem necessariamente explicá-los. (LEAL, B., 2013, p. 139-140).

O acontecimento surgiria, então, para Ricoeur, sempre mediado pela narrativa, no sentido em que é prefigurado porque faz parte de nossa rede conceitual acerca do mundo das ações, do campo prático; “é configurado numa intriga, sendo enredado a outros acontecimentos, agentes e circunstâncias; e é refigurado por aqueles que tiveram sua experiência atravessada e marcada pelo acontecimento”. (CARVALHO; LAGE, 2012, p. 210).

Assim, para Ricoeur, não haveria um “em si” do acontecimento. “A ontologia do acontecimento advém de seu pertencimento à intriga”. (CARVALHO; LAGE, 2012, p. 210).

Segundo Ricoeur (1994), um acontecimento deve ser mais que uma ocorrência singular, uma vez que este recebe sua definição da própria contribuição dada para o desenvolvimento da intriga. Da mesma forma, para o autor (RICOEUR, 1994), mais que ser uma enumeração de eventos em uma ordem serial, uma história deve organizá-los em uma totalidade inteligível. “Em resumo, a tessitura da intriga é a operação que extrai de uma simples sucessão uma configuração”. (RICOEUR, 1994, p. 103).

Desse modo, sustentam Carvalho e Lage (2012), mais que parte constituinte de uma intriga, o acontecimento é constituído nela.

Se o acontecimento não está dado a priori, não basta que ele aconteça, no sentido mais urgente da palavra. Ele precisa ser revelado, promovido e

identificado, o que, para o filósofo, só é possível a partir de sua tessitura numa intriga. Pela mediação narrativa, o acontecimento retorna a si próprio, tornando-se inteligível, e ocupando seu lugar no círculo virtuoso – e não tautológico – da tripla mimese. (CARVALHO; LAGE, 2012, p. 213).

Carvalho e Lage (2012) sustentam que, contraditoriamente, Quéré, ao discutir sobre o caráter crítico do acontecimento, propiciador de distinções, e as situações que o envolvem, “é levado ao mesmo desfecho sugerido pela hermenêutica narrativa” (CARVALHO; LAGE, 2012, p. 214-215), de Ricoeur: a construção da intriga.

Para Quéré, “de uma certa maneira”,

[...] toda a situação tem uma estrutura de intriga: qualquer coisa se enlaça, num dado momento, devido a um acontecimento ou a uma iniciativa humana para, em seguida, se encaminhar progressivamente para um desenlace resultante de contingências, peripécias, mudanças de situação, alterações do acaso. (QUÉRÉ, 2005, p. 71).

Todavia, reforça Quéré (2005, p. 71), a construção da intriga pode assumir formas diferentes e não passa necessariamente por uma construção da narrativa.

Em contrapartida, Carvalho e Lage (2012) ressaltam que o conceito de narrativa, para Ricoeur, vai além das estruturas discursivas, da configuração. “Nesse sentido, esse mesmo ‘fenômeno de integração’ de que trata Quéré seria, para Ricoeur, o próprio funcionamento da compreensão narrativa em direção ao acontecimento e suas articulações com os indivíduos e circunstâncias”. (CARVALHO; LAGE, 2012, p. 215).

É certo que qualquer acontecimento pode ser apreendido por diferentes regimes de saber que não o narrativo. No entanto, considerando os modos como os diferentes saberes se integram à vida cotidiana e, especialmente, a condição processual e temporal da experiência dos acontecimentos, pode-se observar que a narrativa – dada mesma sua pragmática comunicacional, sua heterogeneidade epistemológica, sua qualidade de organizar concordância e discordância, nos termos usados por Ricoeur – surge como a modalidade principal ou primeira de apreensão daquilo que (nos) ocorre. (LEAL, B., 2013, p. 140).

Segundo Carvalho e Lage (2012), a perspectiva hermenêutica, “bem mais recente”, parece ir ao encontro da abordagem pragmatista, “nos próprios termos” desta, ou seja, sem a ressalva que faz Quéré.

Nesse sentido, a dependência do acontecimento em relação à intriga não é um aprisionamento do mesmo ao universo discursivo, mas uma libertação para as infinitas possibilidades de sentido. É a inscrição do acontecimento no interior de uma intriga que revela seus limites e transbordamentos. (CARVALHO; LAGE, 2012, p. 215).

Consequentemente, como ocorrência física, ruptura na experiência, o acontecimento não tem valor nem identidade. Na condição de “acontecimento exterior ao discurso”, seu poder de cesura “não é suficiente para garantir sua significação, embora permaneça como parte dela no interior da narrativa”. (CARVALHO; LAGE, 2012, p. 215).

Segundo Carvalho e Lage (2012), outro aspecto da crítica de Quéré direcionada a Ricoeur acaba por reforçar a perspectiva de que o conceito de acontecimento pode ser mais bem desenvolvido se conciliadas as abordagens hermenêutica e pragmatista.

Os autores (CARVALHO; LAGE, 2012) citam entrevista na qual Quéré (2014) afirma que, pelo viés pragmatista, acontecimentos são coisas concretas, coisas reais, coisas que existem, antes de serem colocadas no discurso, de serem transformadas em objetos de pensamento, o que, segundo o autor (QUÉRÉ, 2014, p. 179), “vai além do esquema de Ricoeur, de sua tripla mimese”.

Entretanto, refutam Carvalho e Lage (2012, p. 216-217):

A perspectiva hermenêutica de Ricoeur, em momento algum, está sugerindo que os acontecimentos, sob o viés narrativista, somente adquiririam sua condição de “coisas que existem” após submetidos aos entendimentos propiciados pela armação da intriga.

Diante disso, os autores (CARVALHO; LAGE, 2012) concluem que o modelo hermenêutico de Ricoeur se apresenta como forma de compreensão da experiência prática através das mediações narrativas, e não apenas um modelo de análise das estruturas narrativas.

Nessa dimensão prática, a teoria da ação, tão cara aos pragmatistas, não se vê excluída, antes está incorporada não somente pelo entendimento ricoeuriano da *mimesis* como imitação criativa da ação e não mera configuração imitativa, como também pelo entendimento de que é pela ação que o acontecimento está implicado na dupla afecção: do agir sobre e sofrer a ação de desvendamento. (CARVALHO; LAGE, 2012, p. 220).

Para Bruno Souza Leal (2013), não obstante outras críticas feitas ao modo como Quéré então apreende o acontecimento, a continuidade das reflexões deste apontam para a retomada da articulação entre narrativa e aquele conceito. Essa relação ficaria mais clara no artigo “A dupla vida do acontecimento: por um realismo pragmatista”, em que Quéré (2012), ao elaborar a noção de acontecimento como um “vir a ser”, desenvolve a distinção entre acontecimento-existencial e acontecimento-objeto.

A principal distinção que podemos fazer é a seguinte: os acontecimentos como mudanças contingentes que se produzem concretamente no nosso entorno, portanto, os acontecimentos existenciais, e os acontecimentos como objetos (objetos de consciência, de pensamento, de discurso, de investigação e de julgamento). A grande diferença entre as duas formas é o grau de simbolização. (QUÉRÉ, 2012, p. 24).

Para Quéré (2012), essas duas formas de acontecimento coexistem em nossa experiência e, na condição de entes capazes de julgamentos, estamos “constantemente” em via de converter acontecimentos existenciais em acontecimentos-objeto, “essencialmente” com efeitos práticos: “de maneira a ser capaz de intervir no curso dos acontecimentos, a atenuar seu impacto, a domesticá-los um pouco”. (QUÉRÉ, 2012, p. 24).

Segundo Bruno Souza Leal (2013), acontecimento-existencial aproxima-se da, mas não se confunde à, primeiridade peirciana, ao, no âmbito do cotidiano, surgir como imediato, pouco problemático, sem exercer claramente seu poder hermenêutico sobre o sujeito. Leal adverte que os termos “imediato” e “direto”, em Quéré, não significam haver experiência fora da cultura, mas, ao contrário, busca-se “caracterizar uma modalidade de apreensão em que os saberes e modos cognitivos dos sujeitos são pouco desafiados”. (LEAL, B., 2013, p. 142).

Por sua vez, o acontecimento-objeto, segundo o autor (LEAL, B., 2013), impõe e sofre um julgamento, um inquérito por parte do sujeito, impõe uma dúvida acerca de seu sentido e da sua integração à vida cotidiana, exigindo, portanto, ser julgado, avaliado, interpretado, por aqueles aos quais ocorre.

De acordo com Bruno Souza Leal (2013), as diferentes modalidades de acontecimentos se distinguem pelo que exigem da capacidade do sujeito de julgá-los e avaliá-los. Os acontecimentos-existenciais seriam aqueles rotineiros,

corriqueiros, que se inserem na fluidez do dia a dia menos como um elemento forte e mais como algo já sabido, reconhecido, encontrado.

Já os “acontecimentos-objeto” surgem como “recortados no fluxo das mudanças, isolados de seu contexto” e, assim sendo, fazem com que concentremos “... nossa atenção em busca de uma determinação mais ou menos aprofundada de seu conteúdo e de sua identidade”. (LEAL, B., 2013, p. 142).

Para o autor (LEAL, B., 2013), uma consequência “importante” desse entendimento é que o acontecimento, como emergência no presente do sujeito, é vivido como passado “apenas idealmente”, o que não exclui o futuro (implicações e desdobramentos do acontecimento), migra do domínio da existência para o mundo das ideias, torna-se um objeto mental e, “em vários casos, pode-se dizer, um ‘objeto’ comunicacional, ao se inserir nas dinâmicas interativas dos sujeitos”. (LEAL, B., 2013, p. 143).

Em outras palavras, observa-se que, para Quéré, uma distinção importante entre “acontecimento-existencial” e “acontecimento-objeto”, coerente com os distintos graus de simbolização que os marcam, é a força e a qualidade da ação semiótico-discursiva sobre eles. No primeiro, a linguagem atua de modo naturalizado; já no segundo, ela se torna um elemento constituidor dessa que seria a segunda (ou terceira, ou quarta...) vida do acontecimento. (LEAL, B., 2013, p. 143).

De fato, segundo Quéré (2012), é acontecimento-objeto a maioria dos acontecimentos “fisgados” pela comunicação. Para o autor (QUÉRÉ, 2012), a comunicação não se “contenta” em anunciar os acontecimentos, em nomeá-los e em fixar neles um rótulo identificador ou categorizante: ao transformar acontecimentos existenciais em acontecimentos-objeto, ela dá uma “segunda vida” ao acontecimento. “A comunicação atenua, assim, o impacto dos acontecimentos e transforma suas qualidades imediatas, fazendo com que se tornem objetos de julgamento”. (QUÉRÉ, 2012, p. 31).

Não parece apropriado, no entanto, o entendimento de Bruno Souza Leal (2013) de que acontecimentos-existenciais são aqueles rotineiros, “algo já sabido, reconhecido, encontrado” e acontecimentos-objeto, “recortados no fluxo das mudanças, isolados de seu contexto”, a exigir nossa atenção a fim de determiná-lo.

Acertadamente, o autor (LEAL, B., 2013) associa o acontecimento existencial à primeiridade peirciana, que está ligada à sensação, ao não codificado. Por esse mesmo motivo, é incoerente classificar como acontecimentos existenciais aqueles cotidianos, que não exigem esforço de interpretação, uma vez que já fazem parte da bagagem sígnica do interpretador.

Portanto, ao contrário do que postula Bruno Souza Leal (2013), é o acontecimento existencial, e não o acontecimento-objeto, que impõe um julgamento por parte do sujeito. Ao interpretá-lo e inseri-lo na vida cotidiana, ao ordinário, o que está ligado à terceiridade peirciana, o sujeito transforma o acontecimento existencial em acontecimento-objeto.

Semelhante é a compreensão de França e Oliveira (2012b).

Por um lado, existe o acontecimento inscrito no terreno do sensível, do existencial, o acontecimento como mudanças que se produzem concretamente em nosso ambiente (e que corresponderia à primeiridade e secundidade de Peirce); por outro, o acontecimento como “uma coisa dotada de significação”, que abre (e se inscreve) (n)um campo problemático (terceiridade). (FRANÇA; OLIVEIRA, 2012b, p. 9).

Leal, Vaz e Antunes (2010) chamam atenção para duas correntes que convivem no campo acadêmico: aquela que discute os processos de mediatização da vida social e a tradição teórica que entende a noticiabilidade como processo de captação e tradução do acontecimento.

Para os autores, esta última tradição supõe que há uma “anterioridade fundamental e intransponível” entre acontecimento e notícia, considerando esta uma narrativa decorrente dos procedimentos de apuração e reconstituição daquele. “Essa distância equivale, portanto, em certa medida, à que existiria entre o objeto (vida social) e sujeito (jornalismo), instituída historicamente sobre forte influência do pensamento científico do século XIX e, em especial, [...] do positivismo”. (LEAL; VAZ; ANTUNES, 2010, p. 222).

Segundo Leal, Vaz e Antunes (2010), a percepção, que entendem como problemática, de que haveria uma anterioridade do acontecimento em relação à notícia justifica a distinção entre eventos “não previstos” e os “de rotina”. Em contrapartida, questionam: “A não previsibilidade de um acontecimento, a sua natureza ‘acidental’, implica que na sua gênese não haja a presença do sistema

mediático? [...] Um mega-acontecimento, como os ataques de 11 de Setembro, não foi, desde o início, mediático?”. (LEAL; VAZ; ANTUNES, 2010, p. 237).

Essa classificação dos acontecimentos segundo sua previsibilidade pode ser encontrada em diversos pesquisadores. Berger e Tavares (2010) fizeram uma ampla sistematização de tipologias do acontecimento jornalístico, em que observaram autores que distinguem o acontecimento em geral do acontecimento dos/nos *media*, estes últimos, divididos em acontecimentos imprevistos e previstos, conforme quadros abaixo (Quadros 2 e 3).

Quadro 2 – Tipos de acontecimento

Acontecimento em geral	Acontecimento dos/nos <i>media</i>
<ul style="list-style-type: none"> • acontecimento (Baudrillard; Bourdieu; Charaudeau; Mendonça; Quéré; Rebelo; Rodrigues; Sousa); • acontecimento contemporâneo (Nora); • acontecimento vivido (Contrera); • acontecimento legítimo (Vaz e França); • acontecimento social (Medina; Verón); • acontecimento cotidiano/puro (Deleuze); • acontecimento bruto (Charaudeau); • acontecimento discursivo (Pechêux) • acontecimentos autogerados e heterogerados (Charaudeau). 	<ul style="list-style-type: none"> • acontecimento midiático (Augé; Dayan e Katz; Katz; Le Goff; Mesquita; Nora; Quéré); • acontecimento da mídia (Mouillaud) • acontecimentos

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de Berger e Tavares (2010, p. 140).

Quadro 3 – Tipos de acontecimento dos/nos *media*

Acontecimento imprevistos	Acontecimento previstos
<ul style="list-style-type: none"> • microacontecimentos, macroacontecimentos e megaacontecimentos (Santos); • grandes e pequenos acontecimentos (Miranda); • acontecimento-acidente (Charaudeau); • cênicos, dramatúrgicos, experienciados, acontecimentos réplica ou reduzidos (Babo-Lança); • não-acontecimento (Augé; Morin); • acontecimentos inesperados (Tuchman) 	<ul style="list-style-type: none"> • acontecimentos rotina (Moloch e Lester); • acontecimentos programados (Charaudeau; Dayan e Katz); • acontecimentos suscitados (Babo-Lança; Charaudeau); • pseudoacontecimentos (Babo-Lança; Boorstin); • acontecimentos/eventos interpretados e acontecimentos/eventos encenados (Eco); • acontecimentos pré-determinados (ou anunciados), em desenvolvimento e acontecimentos esperados (Tuchman)

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de Berger e Tavares (2010, p. 140).

Para se contrapor à dicotomia “previstos/imprevistos”, Leandro Lage (2011) recorre a Ricoeur, com o argumento de que todos os acontecimentos “como mudanças num estado de coisas, como objetos de julgamento ou como resultantes de ações”, possuem certo grau de imprevisibilidade.

Do mesmo modo que um texto se desliga do seu autor, uma ação desliga-se de seu agente e desenvolve suas próprias consequências. Essa autonomização da ação humana constitui a dimensão *social* da ação. Uma ação é um fenômeno social, não apenas porque vários agentes a executam, de tal modo que o papel de cada um deles não se pode distinguir do papel dos outros, mas também porque nossos atos nos escapam e têm efeitos

que não prevemos.²⁵ (RICOEUR, 2002, p. 178-179, grifo do autor, tradução nossa).

Leal e Antunes (2011) defendem que a relação jornalismo/acontecimento não se resume a fórmulas como a do *unusual*, do que “irrompe” inesperadamente no cotidiano, o que distanciaria jornalismo e acontecimento, como sujeito e objeto, e traria uma visão dos eventos como algo estável e pacífico. Para os autores (LEAL; ANTUNES, 2011), os acontecimentos surgem no cotidiano já imbricados, em maior ou menor grau, à ação dos *media*, sendo os jornalistas promotores de eventos, especialmente para os seus públicos.

Por isso mesmo, um acontecimento não se constitui em algo pontual e efêmero, sendo produzido assim, como fato noticioso, exatamente pela ação dos jornalistas, ao sabor das especificidades dos veículos e dos processos de produção aos quais se encontram integrados. (LEAL; ANTUNES, 2011, p. 27).

Em outro texto, de uma perspectiva pragmatista e hermenêutica, Bruno Souza Leal (2013) defende que um acontecimento surge como dependente da intriga, a célula da narrativa, para adquirir sentido. Para o autor (LEAL, B., 2013, p. 137), em vez de ser algo que acresce ao acontecimento, “a narrativa se apresenta, sob esse olhar, como a condição de sua experiência, a partir do desenvolvimento da intriga por parte daquele que vive a ocorrência e que tem que lidar com ela, apreendê-la, dar-lhe sentido”.

Com isso, sustenta Bruno Souza Leal (2013, p. 137), a suposta anterioridade do acontecimento em relação à narrativa se “esvanece”. “Estando imbricadas, narrativa e acontecimento apresentam dimensões temporais complexas e múltiplas”. Como exemplo, o autor (LEAL, B., 2013, p. 137) cita que o acontecimento se torna passado como consequência do relato e particularmente quando este é oferecido à função de um terceiro: “àquele ao qual se conta o que aconteceu e para o qual a história é um outro, um novo acontecer”.

²⁵ “En la misma forma en que un texto se desprende de su autor, una acción se desprende de su agente y desarrolla sus propias consecuencias. Esta autonomización de la acción humana constituye la dimensión *social* de la acción. Una acción es un fenómeno social, no sólo porque la ejecutan varios agentes, de tal manera que no se puede distinguir el papel de cada uno del papel de los otros, sino también porque nuestros actos se nos escapan y tienen efectos que no hemos previsto”.

Na já citada entrevista a Lage e Barcelos, ainda que reconheça que os processos atuais de mediatização são uma dimensão “cada vez mais considerada”, levada em conta na organização das manifestações, como o 11 de Setembro, Louis Quéré (2014) refuta a necessidade de se pensar o acontecimento a partir de uma nova perspectiva, a qual não prevê mais uma anterioridade dos fenômenos em relação à apreensão mediática, para, no lugar, observar os acontecimentos como também produzidos ou induzidos estrategicamente pelos sujeitos para serem “mediatizados”.

Quéré argumenta que não se pode dizer que essas manifestações sejam programadas somente para isso. “Tal perspectiva é reducionista, ao tomar o acontecimento apenas como uma construção midiática.” (QUÉRÉ, 2014, p. 180).

Reconhece-se que acontecimentos pensados para ter visibilidade mediática não se reduzem a tal. Também não se pode reduzir – e aí está a fragilidade do argumento de Quéré – mediatização à visibilização de acontecimentos. Mediatização é a dinâmica na qual a sociedade e seus processos passam a incorporar a lógica mediática, o que vai além da inclusão na pauta dos meios de comunicação, como será aprofundado a seguir.

Ao longo dos tempos, golpes (crimes de estelionato) substituíram a interação face a face por estratégias que fizessem uso de dispositivos tecnológicos a eles contemporâneos, como ligações telefônicas e *softwares* espíões, com o objetivo de ter acesso a dados pessoais para subtrair dinheiro das vítimas. Esse é um exemplo da incidência da mediatização no funcionamento social, em que, diferente do 11 de Setembro, o agente que incorpora a lógica dos meios em sua prática não o faz com o objetivo de dar visibilidade à sua ação.

3.1 MEDIATIZAÇÃO, CIRCULAÇÃO E CIBERACONTECIMENTO

Uma gama de autores (BRAGA, 2012; FAUSTO NETO, 2008a; FERREIRA, J., 2017; GOMES, P., 2017; HEPP, 2014; HJARVARD, 2012; VERÓN, 1997) procura, a seu modo, entender a mediatização.

O conceito ainda está em construção, assim como o próprio fenômeno da mediatização se encontra em processo de instauração. O que há de consenso sobre

ele é o entendimento de mediatização como fenômeno em que o corpo social passa a funcionar segundo as lógicas próprias dos meios de comunicação.

Nessa nova ambiência, os *media* alteram o funcionamento social, deixando de ser mediadores dos campos sociais. Para Fausto Neto (2008b, p. 113), mediatização é:

[a] inscrição de uma ordem tecno-discursiva das lógicas e de operações midiáticas a permear a estrutura social, suas diferentes práticas e interações, e deslocando de modo transversal, para as instâncias societárias, os fluxos e efeitos sócio-técnicos, caracterizados pela cultura e operações midiáticas.

Ao perder tal posição de mediação e representação, os *media* deixam de ser abordados pelo viés instrumental, como ferramentas para determinado fim. E o jornalista passaria do *status* de mediador para o de ator, assumindo, de outros modos, a produção mediática, tornando-se um articulador, que agencia a múltipla atividade discursiva e simbólica, deslocando-se entre vários lugares dessa topografia discursiva (FAUSTO NETO, 2011).

Paralelamente, o leitor também muda de *status*: da posição considerada passiva de recepção e consumo de informação, este é convidado a ser protagonista do processo (PIMENTEL, 2016). São fatores que contribuem para tais deslocamentos a diminuição da audiência de massa – em que cada vez menos um grande volume de pessoas acessa simultaneamente o mesmo conteúdo –, o avanço tecnológico e a popularização do acesso a esses dispositivos.

Por esse motivo, em sua dissertação de Mestrado, este autor substituiu o termo receptor por coprodutor, com base na observação do comportamento de internautas a comentarem notícias *on-line*, para além da leitura da informação.

Não se pode negar que, mesmo com o espaço limitado de atuação imposto pelos jornais, os internautas consigam protagonizar a (re)escrita da notícia. O ponto final do texto escrito pelo repórter não encerra a história. A narrativa se coletiviza com as contribuições do público, podendo caminhar para sentidos não expressamente propostos pelo veículo. (PIMENTEL, 2016, p. 192-193).

Reafirma-se aqui posição adotada em trabalho anterior (PIMENTEL, 2017), de que o conceito de circulação representa um marco para a história do pensamento científico comunicacional. Até então tratadas de forma desconectada pela tradição

das pesquisas em Comunicação, em Verón (1993), produção e recepção passam a ser articuladas por um novo componente: a circulação, processo pelo qual o sistema de relações entre condições de produção e condições de recepção é produzido socialmente.

“‘Circulação’ é, pois, o nome do conjunto de mecanismos que formam parte do sistema produtivo, que definem as relações entre ‘gramática’²⁶ de produção e ‘gramática’ de reconhecimento, para um discurso ou um tipo de discurso dado”.²⁷ (VERÓN, 1993, p. 20, tradução nossa).

Produção e reconhecimento não interagem em uma relação direta, determinista e linear: uma gramática de produção se desdobra em uma série de gramáticas de reconhecimento, associadas a diferentes momentos históricos nos quais o texto produz efeitos (VERÓN, 1984).

A gramática de produção “[...] define um campo de efeitos de sentido possíveis, mas somente à luz das regras de produção não é possível saber qual é concretamente a gramática de reconhecimento que se aplicou a um texto em um momento dado”.²⁸ (VERÓN, 1984, p. 46, tradução nossa).

Inicialmente pensada por Verón (2004) como diferença ou defasagem entre produção e reconhecimento, o conceito de circulação foi revisado pelo próprio autor, ao longo da vida. Segundo Fausto Neto (2018), em Verón, historicamente podem ser encontradas quatro noções diferentes relacionadas à circulação: desvio (diferença, defasagem), articulação, apropriação e interpenetração (interfaces/acoplamentos).

Verón (2008) fez uma autocrítica, com o argumento de que formular o problema da dissociação, descontinuidade entre produção e reconhecimento,²⁹

²⁶ Em Verón (1997), o termo “gramática” não tem um sentido técnico, senão de saber um conjunto de regras de uma determinada arte, regras que descrevem operações que permitam formular a maneira em que o discurso é engendrado em sua produção. “Y, según el punto de vista, esas reglas pueden verse como una descripción de propiedad o de operaciones. Descripción de propiedades en el sentido de que, de algún modo, habrá que caracterizar los elementos que identifican el texto; y operaciones porque esas reglas, que desde cierta perspectiva son descriptivas, se pueden considerar de inmediata como reglas productivas ya que, si las aplico, obtengo otro texto del mismo tipo”. (VERÓN, 1997, p. 74-75).

²⁷ “‘Circulación’ es pues el nombre del conjunto de mecanismos que forman parte del sistema productivo, que definen las relaciones entre ‘gramática’ de producción y ‘gramática’ de reconocimiento, para un discurso o un tipo de discurso dado”.

²⁸ “[...] define un campo de efectos de sentido posibles, pero a la sola luz de las reglas de producción no es posible saber cuál es concretamente la gramática de reconocimiento que se aplicó a un texto en un momento dado”.

²⁹ Verón (1993) usa o termo reconhecimento para substituir recepção, ainda que em diferentes momentos use também este.

denominando-o de defasagem, poderia ser uma forma de ver o processo do ponto de vista do produtor, que busca “fasagens”, uma articulação impossível, quando a sociedade tem defasagens.

Nessa oportunidade, Verón (2008) demonstrou apreço pelo conceito de acoplamento, de Luhmann, que se dá entre produção e reconhecimento, entre lógicas qualitativamente diferentes. Para Luhmann (2005, p. 119), “o sistema utilizaria seus programas para diversificar suas relações com outros sistemas de função da sociedade, e ele o faz no plano estrutural, pois os contatos são impossíveis no plano operacional”.

Neves (2005) descreve que, quando há um acoplamento estrutural, o processo comunicativo de um sistema aparece no outro não apenas como uma perturbação, mas também como uma ferramenta auxiliar de funcionamento das operações. Todavia, seu significado “vai ser construído apenas dentro do próprio sistema em que foi realizado o processo comunicativo, de forma independente do significado que tinha naquele sistema original”. (NEVES, 2005, p. 53).

Para Fausto Neto (2018), os efeitos radiais dos fenômenos mediáticos chamam atenção para a qualidade dos *feedbacks* que se espalham de forma não linear, sistemicamente, interpenetrando-se de modo complexo nas práticas sociais, segundo contatos de gramáticas e lógicas diversas cujas características e suas dinâmicas se fazem em meio a descontinuidades e indeterminações, e que afetam reciprocamente os sistemas e seus entornos, complexificando a problemática da divergência de sentidos.

Em trabalho anterior (PIMENTEL, 2016), propôs-se o entendimento de circulação como processo de trânsito de sentidos, que abrange os diversos momentos de construção e reconstrução simbólicas, até então denominados produção e recepção.

Entende-se que não existe recepção passiva. A leitura é concebida como momento de coprodução, em que o sujeito se apropria do enunciado e o ressignifica. Todos os momentos da circulação são, portanto, de produção e pressupõem a leitura. Consequentemente, todos os sujeitos participantes do processo são, ao mesmo tempo, produtores e leitores. Não há, por conseguinte, ponto de partida ou chegada. (PIMENTEL, 2016, p. 124-125).

Notam-se aproximações entre a proposta acima e as colocações de José Luiz Braga sobre circulação. Na obra “A sociedade enfrenta sua mídia”, o autor (BRAGA, 2006) conceitua o sistema de circulação interacional como movimentação social dos sentidos.

Para Braga, a circulação extrapola a relação produção/recepção, uma vez que o “receptor” faz seguir adiante as reações ao que recebe. “Isso decorre não apenas da presença de novos meios, mas também de que os produtos circulantes da ‘mídia de massa’ são retomados em outros ambientes, que ultrapassam a situação de recepção (o espectador diante da tela)”. (BRAGA, 2012, p. 39).

Segundo José Luiz Braga (2012), nos macroambientes de interação social e, na medida em que as interfaces sociais se encadeiam crescentemente, o esforço interacional se desloca do modelo conversacional (comunicação reverberante, de ida-e-volta) para um processo de fluxo contínuo, sempre adiante. “Nessas circunstâncias, já não é tão simples distinguir ‘pontos iniciais’ e ‘pontos de chegada’, produção e recepção como instâncias separadas”. (BRAGA, 2012, p. 40).

Para este trabalho, em sentido amplo, circulação é entendida como a dinâmica de emergência, interação e deslocamento de signos, compreensão que dialoga com o conceito de semiose, de Peirce (2002). Tal entendimento inclui acontecimentos existenciais e acontecimentos-objeto (QUÉRÉ, 2012), ou seja, daqueles mais próximos à categoria fenomenológica de primeiridade até os mais relacionados à terceiridade.

Pode-se dizer que a mediatização produz um novo tipo de acontecimento, que apenas é possível na presente configuração comunicacional e a partir da dinâmica atual entre os atores nela envolvidos.

Raros são os trabalhos que articulam os conceitos de mediatização e ciberacontecimento, sobre o qual explicar-se-á mais à frente. Bittencourt (2014) empreende o tensionamento de tais conceitos a fim de discutir o papel das redes na geração e na difusão de desdobramentos decorrentes de múltiplas apropriações em torno de um “fato”, verificando o que revelam esses desdobramentos sobre as apropriações comunicacionais feitas por uma multiplicidade de atores nos campos social e mediático.

Para a autora (BITTENCOURT, 2014), a relação entre os conceitos de cibercontecimento e mediação se estabelece a partir das aproximações possíveis por meio das apropriações sociais no contexto *on-line*.

Processos de produção e circulação possuem suas dinâmicas alteradas pela mediação quando esta interfere na organização social, de forma que a constituição de um cibercontecimento decorre em um cenário mediado e fortalecido pela ação de diferentes atores em múltiplos processos comunicacionais em torno de um fato. (BITTENCOURT, 2014, p. 10).

Segundo Bittencourt (2014), a ideia de circulação e a representatividade que diferentes atores assumem na constituição do cibercontecimento são as bases dessa reflexão. “A apropriação se torna elemento central nas ocorrências observadas e percebe-se que a força das conexões é o que impulsiona o desenvolvimento e a estruturação do fato como um cibercontecimento”. (BITTENCOURT, 2014, p. 26).

Cibercontecimentos são “acontecimentos em curso na cultura contemporânea que já trazem, em suas diversas facetas, as marcas do ambiente digital”. (HENN, 2015, p. 208). Tal conceito é proposto a partir de uma revisão de teorias sobre acontecimento e acontecimento jornalístico (HENN, 2013b).

Para Henn (2013b), foi precursor da modalidade cibercontecimento o escândalo entre o então presidente dos Estados Unidos Bill Clinton e a ex-estagiária da Casa Branca Mônica Lewinsky, quando o gerente de uma loja de conveniência no edifício da rede de televisão estadunidense CBS “deu forma inicial” ao acontecimento, ao postar no seu *blog* o conteúdo das conversas telefônicas gravadas pela amiga e denunciante de Lewinsky, Linda Tripp.

“Essa ocorrência do acontecimento jornalístico posterior ao fato é o que auxilia, em grande parte, ainda que não configure uma regra, a compreensão sobre o conceito de cibercontecimento.” (BITTENCOURT, 2014, p. 8).

Henn (2015) propõe seis categorias analíticas, formuladas a partir de análise da construção de sentidos em redes digitais, baseada na observação, no mapeamento e na coleta de dados em *sites* de redes sociais, com o objetivo de investigar a articulação de sentidos dos cibercontecimentos, que vão de ocupações

urbanas globais até ocorrências que o próprio autor (HENN, 2013a) associa à superfluidade.

As seis categorias são:

- a) mobilizações globais;
- b) protestos virtuais;
- c) exercícios de cidadania;
- d) afirmações culturais;
- e) entretenimentos;
- f) e subjetividades.

Henn (2015) esclarece que, uma vez que o próprio conceito de cibercontecimento está aberto, tais classificações não são exaustivas. “Cada categoria possui especificidades marcantes, tanto do ponto de vista da sua constituição, como das narrativas que geram, mas todas contaminam-se entre si”. (HENN, 2015, p. 212).

Apoia-se em Marshall McLuhan (2002), Walter Benjamin (1983) e Pierre Nora (1974) a ideia de Henn (2012, 2013b) de que cada situação mediática transforma “um pouco” a natureza do acontecimento “que passa a conter, nele próprio, as dinâmicas dos meios em que se engendra”. (HENN; HÖEHR; BERWANGER, 2012, p. 102).

Segundo McLuhan (2002), qualquer inovação nos meios externos de comunicação traz no seu rastro “choque sobre choque” de mudança social. Para o autor (MCLUHAN, 1974, p. 21), sua máxima de que “o meio é a mensagem” significa que “as conseqüências sociais e pessoais de qualquer meio — ou seja, de qualquer uma das extensões de nós mesmos — constituem o resultado do novo estalão introduzido em nossas vidas por uma nova tecnologia ou extensão de nós mesmos”.

Em outras palavras, McLuhan (1974) defende que o meio é a mensagem porque é este que configura e controla a proporção e a forma das ações e associações humanas, enquanto o conteúdo ou usos desses meios são “tão diversos quão ineficazes” na estruturação da forma das associações humanas.

Como exemplo, o autor (MCLUHAN, 1974) sustenta que a imprensa criou o individualismo e o nacionalismo no século XVI. McLuhan (1974) argumenta ainda que Alexis de Tocqueville, ao ser o primeiro a “dominar a gramática da imprensa e

da tipografia”, se “capacitou” assim a decifrar a mensagem das mudanças iminentes na França e na América (Estados Unidos).

McLuhan (1974) cita trabalho em que Tocqueville teria “explicado” como a palavra impressa, atingindo sua “saturação cultural” no século XVIII, havia “homogeneizado” a nação francesa. “Os princípios tipográficos da uniformidade, da continuidade e da linearidade se haviam superposto às complexidades da antiga sociedade feudal e oral. A revolução foi empreendida pelos novos literatos e bacharéis”. (MCLUHAN, 1974, p. 29).

Em contrapartida, na Inglaterra, as tradições orais do “direito costumeiro”, “estribadas na instituição medieval do Parlamento”, eram fortes a ponto de nenhuma “uniformidade ou continuidade da nova cultura impressa e visual” prevalecer completamente. Com isso, a Revolução Inglesa não se deu nos mesmos moldes da Revolução Francesa (MCLUHAN, 1974).

Por sua vez, a Revolução Americana, “à parte a monarquia”, não precisou “descartar ou desenraizar instituições legais medievais”. “E muitos têm sustentado que a presidência americana se tornou muito mais personalista e monárquica do que qualquer monarquia européia”. (MCLUHAN, 1974, p. 29).

Assim, para McLuhan (1974), o contraste entre a Inglaterra e os Estados Unidos, estabelecido por Tocqueville, baseia-se “claramente” na criação da uniformidade e da continuidade pela tipografia e pela cultura impressa.

Para Henn (2012), das ideias seminais de Benjamin, tal qual das de McLuhan, pode-se inferir um entendimento dos meios como transformadores da percepção e da relação humana com o mundo. Segundo o autor (HENN, 2012), ao problematizar as transformações produzidas pela fotografia e pelo cinema, Benjamin antecipou uma discussão sobre ações no espaço/tempo hoje “intensamente” mediadas.

De acordo com Benjamin (1983), a reprodução técnica altera a relação com o aqui e agora (*hic et nunc*) de uma obra de arte, mudança de percepção, de atitude da “massa” com relação à arte, que acarreta uma “refuncionalização” desta, uma alteração da natureza da arte, e que tem ligação causal com aspectos sociais.

Para Nora (1974), nas sociedades contemporâneas, somente através dos meios de comunicação “o acontecimento nos toca e não pode evitar-nos” (NORA, 1974, p. 245), de modo que “o acontecimento se tornou intimamente ligado à sua

expressão”. (NORA, 1974, p. 249). Dessa maneira, segundo o historiador (NORA, 1974), imprensa, rádio, imagens agem como “a própria condição da existência” dos acontecimentos.

Como exemplos, Nora (1974) cita o caso Dreyfus, na França, a Segunda Guerra Mundial e a chegada do homem à lua, respectivamente, imbricados ao jornal impresso, ao rádio e à televisão.

Pensando-se na estruturalidade que essas mídias geram na semiosfera e na explosão de sentidos implicada, postulo a existência de outras modalidades de acontecer que já tem como natureza o próprio ambiente da cultural digital nas suas diversas acepções. Acontecimentos que se instituem através de outras dinâmicas de semiose e com potencial produção de crises nas fronteiras semiosféricas: são os ciberacontecimentos. (HENN, 2013b, p. 39).

Como se pode notar, a leitura de Ronaldo Henn sobre acontecimento se dá pelo viés semiótico, principalmente a partir dos autores Yuri Lotman e Charles Sanders Peirce.

Por essa visada, Henn (2011) indica uma diferença, relacionada ao processo de transformação do objeto em signo, entre o acontecimento tecido no âmbito dos “meios de comunicação de massa tradicionais” e os que se proliferam agora pela *web*.

Para Henn (2011), no modelo anterior, dos “meios de comunicação de massa tradicionais”, havia uma unilateralidade do processo, o que coloca o objeto do signo/acontecimento na condição lógica potencialmente exterior ou determinadamente indicial. Por sua vez, a semiose disparada tendia a determinadas acomodações que dependeriam do grau de reverberação pública conquistado.

No atual modelo temos um objeto que se produz na interioridade do meio que se transforma em lugar lógico e virtual de sua constituição. O acontecimento já é essencialmente sógnico e a semiose vai se dar, em grande medida, na própria materialidade do meio em um processo de intensificação coletiva da produção do signo/acontecimento. (HENN, 2011, p. 90).

De acordo com Henn (2013b), ciberacontecimento é um processo ainda em constituição, com, pelo menos, três dimensões:

- a) os processos transnarrativos e hipermediáticos que incluem a presença de outros atores;

- b) a reverberação instantânea que passa a ser incorporada na própria narrativa, também a constituindo;
- c) e a eclosão desses outros modos de acontecimento que se tramam no cenário de conexões sistêmicas altamente complexas.

Oliveira e Henn (2014) sustentam que os ciberacontecimentos incorporam a natureza do lugar em que se constituem, as redes na *internet*. Desse modo, assimilam a alta conectividade, compartilhamentos e a propulsão “intensa” de sentidos.

Henn (2013b) destaca ainda como mais uma “dimensão contemporânea do acontecer” o fato de este se tramar na “porosa” fronteira entre o privado e o público. “Com as redes sociais na internet, a exposição pública do que é estritamente privado ganha contornos dos mais diferentes matizes. Há também questões públicas que ganham um tom ‘privativista’”. (HENN, 2013b, p. 33-34).

O ciberacontecimento é, portanto, entendido como produto das redes, da atividade de atores diversos a partir da apropriação de suportes, ferramentas, dispositivos e dinâmicas variadas (BITTENCOURT; GONZATTI; HENN; VIERO, 2015).

Sua configuração carrega traços do acontecimento jornalístico, mas vai além das formatações tradicionais, incorporando novos atores e dinâmicas de participação e compartilhamento que interferem na maneira como os conteúdos se espalham (Jenkins *et al.*, 2013) e interferem na constituição do acontecimento e seus desdobramentos. (BITTENCOURT; GONZATTI; HENN; VIERO, 2015, p. 80).

3.2 LINCHAMENTO: (CIBER)ACONTECIMENTO EM CIRCULAÇÃO

Linchamento é acontecimento, entre outros motivos, por seu caráter espontâneo e por, em seu estado típico, se configurar em “decisão súbita, difusa, irresponsável e irracional da multidão”. (MARTINS, 2015a, p. 73).

Martins (2015a) inclusive relata que procurou testar a possibilidade de previsão no comportamento de possíveis grupos de linchadores, ao acompanhar casos do noticiário semelhantes a ocorrências delituosas que culminaram em linchamentos, mas passou a considerar “praticamente inútil” o uso desse recurso,

uma vez que, na maioria dos casos, o desenlace não foi o linchamento, nem mesmo a tentativa de linchamento.

O linchamento afeta os sujeitos. Ainda que sua frequência no noticiário aumente, tais execuções sumárias são episódios “brutais” que envolvem uma carga emocional “muito forte”, “provocam consternação, suscitam toda sorte de sentimento para aqueles que os vivenciam”. (NATAL, 2012, p. 131). Portanto, está no nível da experiência.

Além disso, produz novidade, ao romper com o fluxo de normalidade. O Linchamento de Penha do Rio do Peixe, por exemplo, foi um acontecimento tão marcante na história daquela localidade que o município mudou de nome para Itapira, dois anos depois da execução sumária, na tentativa de se desvencilhar do respectivo estigma (CARLOS, 2011).

Ordenado por meio de narrativas, o linchamento também constitui públicos específicos (partícipes, linchados, espectadores, polícia, Poder Judiciário, meios de comunicação, pesquisadores, etc.), descortina campos problemáticos (segurança pública, violência, criminalidade, sistema penal, etc.) e reorganiza a intervenção dos sujeitos sociais (aplicar a lei, alterá-la, ignorá-la, etc.).

Desse modo, estabelece temporalidades (passado e futuro) e novas possibilidades, a partir de sua emergência. Foi preciso que os linchamentos modernos ocorressem para que lhes fossem atribuídas como antecedentes práticas análogas, tais quais a perseguição aos judeus na Alemanha hitlerista e as execuções sumárias de negros nos Estados Unidos, pela Ku-Klux-Klan, e na África do Sul (BENEVIDES, 1982).

Outro exemplo é a *selfie* em linchamentos contemporâneos: é somente a partir de sua ocorrência na década de 2010 que se evidencia a possibilidade técnica, e de outras ordens, de se produzir esse tipo de acontecimento desde o século anterior.

Soma-se a isso o fato de o linchamento ir além do momento da sua ocorrência, o que, entre outros fatores, explica por que, décadas depois, os espectadores ainda silenciam, evitam dizer o que sabem sobre o acontecido.

Por sua ocorrência em diferentes temporalidades e espacialidades, o linchamento relaciona-se com distintos contextos, entre os quais diversos suportes mediáticos.

A presença de cada dispositivo mediático altera, à sua maneira, a ocorrência do linchamento de que é testemunha. Com isso, cada contexto mediático estabelece estreita conexão com um tipo específico de linchamento, com rituais (posar com o cadáver para câmera fotográfica, narrar o linchamento para a filmadora, etc.) e criação de públicos distintos, por meio de modos específicos de circulação (conhecidos e familiares destinatários de cartões postais, leitores de periódicos impressos, internautas de qualquer lugar do mundo, etc.).

Destaca-se ainda que os diferentes dispositivos mediáticos propiciam distintos níveis de participação dos sujeitos na topografia do linchamento. Enquanto os leitores de periódicos impressos do século XIX consumiam gravuras de linchamento, telespectadores, nos anos 1980 e 1990, produziram registros audiovisuais de linchamentos transmitidos em telejornais.

Desse modo, o linchamento passa a funcionar segundo as lógicas próprias de cada meio que o suporta. No ambiente digital, faz-se ciberacontecimento. Em seu nascedouro, carrega potencial para, de forma instantânea, circular por diferentes plataformas, por meio de narrativas múltiplas, em complexas conexões sistêmicas, e a partir de outras relações entre público e privado.

4 FUNDAMENTOS METODOLÓGICOS: A PESQUISA EM EXECUÇÃO

“Não, não tenho caminho novo.

O que tenho de novo
é o jeito de caminhar.”

Thiago de Mello (2006, p. 17).

Esta é uma pesquisa em Comunicação a partir de uma abordagem praxiológica, conforme propõe Quéré (2018b). Outras investigações brasileiras nessa área (NASCIMENTO, 2010; SIMÕES, 2012b) adotam tal abordagem como estratégia metodológica geral.

Para Quéré (2018a), a praxiologia é um enfoque que analisa a ação conjunta (tomada como processo seriado situado), mais do que realizar uma descrição psicológica da intercompreensão de estados mentais, para apreender os processos e operações da comunicação. “Pois a comunicação é, por definição, uma ação conjunta de natureza seriada [...]”. (QUÉRÉ, 2018a, p. 70).

O autor (QUÉRÉ, 2018b) oferece o modelo praxiológico como alternativa a outro, que classifica como epistemológico. No primeiro, a comunicação é entendida como *“um processo de globalidade, em que sujeitos interlocutores, inseridos em uma dada situação, e através da linguagem, produzem e estabelecem sentidos, conformando uma relação e posicionando-se dentro dela”*. (FRANÇA, 2016, p. 158, grifo da autora).

Em suma, enquanto, para o modelo epistemológico, a comunicação é um desafio cognitivo, o sujeito é monológico e estrategista e se observa a língua por uma perspectiva dualista, para o modelo praxiológico, a comunicação é uma ação social, o sujeito é dialógico, observam-se estados intencionais emergentes e há uma concepção expressiva da linguagem (SOUSA, 2013).

Para Quéré (2018b), a comunicação consiste na criação de um mundo em comum, em que os atores se relacionam, na vivência de uma experiência social (SOUSA, 2013), e não na transmissão de dados, como entendido no modelo epistemológico.

Desse modo, o sujeito se constitui na relação com o outro, reverberando em seus dizeres discursos que revelam uma dimensão histórica e social (SOUSA,

2013), em contraposição ao sujeito do modelo epistemológico que constrói representações.

Diferente desse sujeito monológico, um sujeito estrategista, que age baseado em concepções anteriores à situação de comunicação (SOUSA, 2013), no modelo praxiológico, as intenções são tratadas como emergências, a partir de uma cumplicidade mediada por práticas, operações e significações públicas (QUÉRÉ, 2018a).

Associado a isso, no modelo praxiológico, a linguagem é vista como elemento que constitui o mundo e é constituído por ele, em oposição à linguagem concebida, pelo modelo epistemológico, de forma dissociada da realidade, em que de um lado existe o mundo e, do outro, as representações que fazemos dele por meio da linguagem (QUÉRÉ, 2018a).

França (2018) esclarece que o modelo epistemológico corresponde ao paradigma informacional, oriundo da escola funcionalista estadunidense e da Teoria Matemática da Comunicação, paradigma que, apesar de, segundo a autora (FRANÇA, 2018), estar “totalmente descartado”, continua presente em análises que tratam de forma simplificada e simplista a dinâmica comunicacional.

Para Quéré (2018b), o modelo praxiológico considera que a expressão é uma manifestação “encarnada nas ações”, ou em objetos expressivos, de um desejo, de uma intenção, de um sentimento, etc., de tal maneira que eles não existam previamente à sua expressão ou independentemente dela. “A expressão pública é ela própria constitutiva do ser daquilo que é expresso”. (QUÉRÉ, 2018b, p. 36).

Ressalva-se, contudo: ainda que sob o mesmo “rótulo” da construção social da realidade, a perspectiva inerente ao modelo praxiológico proposto por Quéré (2018b) não é aquela de um “construtivismo radical”, que faz da realidade o “puro correlato” do espírito, da consciência, da linguagem ou da interpretação.

A abordagem da realidade social como construção simbólica trazida pelo modelo praxiológico lida sobretudo com formas de organização social e, portanto, com práticas e operações pré-intencionais e de determinação recíproca no quadro das interações dos agentes entre eles e com o ambiente. (QUÉRÉ, 2018b, p. 45).

Além disso, em contraposição à ideia de que há, na mente dos agentes, intenções prévias claramente definidas, independentemente da própria ação

comunicativa, o autor (QUÉRÉ, 2018b) sustenta que a intenção comunicativa se expressa, de maneira “encarnada”, na “busca confusa”, em um quadro de interação com o outro ou consigo mesmo, de uma formulação adequada para os pensamentos, ideias, opiniões, etc.

[...] esta intenção emerge de um processo recíproco de atribuição manifesta de intenções, sem que elas jamais sejam completamente demonstráveis ou refutáveis. Na verdade, os agentes apreendem aquilo que dizem e fazem reciprocamente sob uma pressuposição de intencionalidade. [...] Eles o fazem em função da situação, das informações de que dispõem e, sobretudo, do tipo de ação na qual eles se engajam conjuntamente (as perspectivas que o agente oferece; o horizonte de expectativas que ele cria; as proposições de associação que ele suscita etc.). (QUÉRÉ, 2018b, p. 37).

Desse modo, no modelo praxiológico, a objetividade e a socialidade das condutas, dos fatos e dos acontecimentos são tratados como emergências interacionais. A objetividade, a subjetividade e a coletividade estão relacionadas a uma realização social, o que implica operações de constituição, uma atividade organizante coordenada e um ambiente de intersubjetividade (QUÉRÉ, 2018b).

4.1 FUNDO PRAGMATISTA

Uma das principais bases do modelo praxiológico, para o qual a comunicação é um processo de interação, é o pragmatismo, perspectiva filosófica que tenta compreender as condições em que se cria o pensamento, sendo as ideias vistas como surgidas da ação (SIMÕES, 2012b).

Em oposição à metafísica, à separação pensamento-mundo, esta corrente se apoia em um pressuposto fundador: nossas ideias, pensamentos são gestados no campo das práticas, de nossa ação no mundo. As ideias não vêm em primeiro lugar, movendo nossa ação, mas é o inverso: a ação aciona o pensamento, que por sua vez volta para ela. (FRANÇA, 2016, p. 169).

Iniciada por Charles Sanders Peirce, nos Estados Unidos, no fim do século XIX, e seguida por pensadores como William James, John Dewey e George Herbert Mead, tal filosofia da ação teve suas reflexões incorporadas à Sociologia por estes dois últimos (JOAS, 1999).

Três ideias principais constituem a matriz pragmatista: o antifundacionalismo, o consequencialismo e o contextualismo (POGREBINSCHI, 2005).

O antifundacionalismo é uma permanente rejeição de quaisquer espécies de entidades metafísicas, conceitos abstratos, categorias apriorísticas, princípios perpétuos, instâncias últimas, entes transcendentais, dogmas, entre outros tipos de fundações possíveis ao pensamento. “Trata-se, afinal, de negar que o pensamento seja passível de uma fundação estática, perpétua, imutável”. (POGREBINSCHI, 2005, p. 26).

Além disso, o antifundacionalismo pragmatista recusa a ideia de certeza e os “tradicionais” conceitos filosóficos de verdade e realidade: “não se trata de negar a existência da verdade e da realidade, mas sim de submeter seus conceitos tradicionais a um novo método”. (POGREBINSCHI, 2005, p. 26).

O antifundacionalismo apresenta-se ainda sob a forma de uma crítica incessante: “não se trata de uma crítica determinada e direcionada a um objeto concreto, mas de um desejo permanente de crítica, da crítica enquanto método de pensamento”. (POGREBINSCHI, 2005, p. 26).

Desse modo, a verdade é vista não como entidade absoluta e universal, mas como processual, marcada por um caráter dinâmico e relacional. “Ela é uma busca constante que se realiza, coletivamente, no campo da experiência humana”. (SIMÕES, 2012b, p. 107).

Tal como reforça França (2016), o pragmatista não usa a teoria para “explicar” a realidade, tampouco a empiria para exemplificar a teoria. “São os elementos de realidade, as características dos objetos e do problema a ser analisado que suscitam e convocam as teorias e ajudam a construir a reflexão”. (FRANÇA, 2016, p. 170).

É inspirado no antifundacionalismo que o modelo praxiológico rejeita verdades e fundações pré-estabelecidas, para conceber os sentidos e os sujeitos como construídos na interação, e não como dados existentes *a priori* (SIMÕES, 2012b).

Por sua vez, o consequencialismo ancora-se na ideia de que o significado de uma proposição, bem como a sua verdade, apenas podem ser conhecidos se forem verificados a partir do teste de suas consequências. “Trata-se da insistência de olhar para o futuro, e não para o passado”. (POGREBINSCHI, 2005, p. 38).

É a capacidade de uma proposição de produzir ou não tais consequências sob as condições do teste que constituirá, no futuro, a verdade. “Ou, em outras palavras, a verdade significa a satisfação das conseqüências às quais uma proposição se refere”. (POGREBINSCHI, 2005, p. 48).

A partir do consequencialismo, no modelo praxiológico está implicada a reflexão sobre as temporalidades que marcam os processos comunicativos, em que se olha para o desenvolvimento da ação presente, tendo em vista seus desdobramentos e sem negligenciar as experiências passadas (SIMÕES, 2012b).

Outra ideia constituinte da matriz pragmatista é o contextualismo, ao insistir na importância de que as investigações filosóficas estejam atentas ao papel do contexto em seu desenvolvimento, o que está ligado à experiência e à prática (POGREBINSCHI, 2005).

Trabalhamos necessariamente com recorte de situações e objetos, mas é necessário pensá-los no quadro mais amplo onde se inscrevem; resgatar a realidade que o cerca e que se manifesta (refletindo e sendo também afetada) por aquela ocorrência específica. (FRANÇA, 2016, p. 170).

Assim, defende França (2016), ainda que o processo analítico implique análises parciais, a concepção de globalidade do processo exige uma articulação final das análises, de forma a mostrar, além de sua articulação, o dinamismo do processo.

Aliado ao consequencialismo, o contextualismo leva o modelo praxiológico a destacar a dimensão situacional da comunicação, ao inseri-la no terreno da experiência, da ação e da prática humanas (SIMÕES, 2012b).

Conforme reforça Pogrebinschi (2005), a linha que separa esses três elementos (antifundacionalismo, consequencialismo, contextualismo) é muito tênue, uma vez que eles estão “largamente imbricados, relacionando-se mutuamente entre si, e apoiando-se uns nos outros até mesmo quando da definição de suas características próprias”. (POGREBINSCHI, 2005, p. 62).

G. H. Mead é um autor fundamental na proposta teórico-metodológica de Quéré. De acordo com França (2008), Mead não foi um teórico da Comunicação, mas esta ocupa lugar primordial em sua reflexão. “Ou por outra: a comunicação não

constituiu a preocupação central de Mead, mas o seu principal eixo explicativo”. (FRANÇA, 2008, p. 75).

Para Mead (1972), o processo comunicativo não pode ser estabelecido como algo que existe por si mesmo ou como pressuposto do processo social. “Ao contrário, o processo social é pressuposto de modo a tornar o pensamento e a comunicação possíveis.”³⁰ (MEAD, 1972, p. 278, tradução nossa).

Segundo o autor (MEAD, 1972), o gesto vocal de um indivíduo, isto é, a linguagem, que busca provocar uma resposta em outro indivíduo, também tende a provocar a mesma resposta nele mesmo e se torna um estímulo para controlar sua própria ação, tendência a agir conforme a outra pessoa age, ao se colocar no papel daquele com quem se fala. “Esta capacidade humana que Mead chama de reflexividade é, segundo ele, o que faz os homens diferirem dos outros animais”. (POGREBINSCHI, 2005, p. 99).

Ressalva-se que os indivíduos afetados pelo que ouvem não tomam a atitude daquele que fala como sua pela repetição, mas como parte de uma reação social em elaboração (MEAD, 1972). Tal processo seria transportado para a experiência de todos os indivíduos afetados, sendo, dessa forma, um processo social (POGREBINSCHI, 2005). “Para Mead, assim como para todos os pragmatistas, é em uma intersubjetividade prática (primado da ação e da comunidade de comunicação) que são fundadas a objetividade e a subjetividade, a individualidade e a sociabilidade”. (QUÉRÉ, 2018b, p. 40).

Ao processo humano que possibilita que um indivíduo aponte significados para outros e para ele mesmo, ou seja, aquilo que possibilita que os indivíduos exerçam um controle sobre os significados, Mead (1972) chama de mente (*mind*), algo que, portanto, emerge da linguagem, em um contexto social, no contexto de uma matriz empírica de interações sociais (POGREBINSCHI, 2005).

Além disso, a interação social também é responsável pela emergência do *self* reflexivo, entendido como aquilo que pode ser um objeto para si mesmo, algo que é essencialmente uma estrutura social, por sua vez surgida da experiência social e da linguagem (MEAD, 1972; POGREBINSCHI, 2005).

³⁰ “Por el contrario, el proceso social es presupuesto a fin de tornar posibles el pensamiento y la comunicación”.

À emergência do *self*, da personalidade, está associada à inteligência reflexiva, que torna possível que um indivíduo assuma e elabore as atitudes de outros indivíduos. “É a linguagem, portanto, o princípio de organização social que fez a sociedade humana ser possível”. (POGREBINSCHI, 2005, p. 102).

4.2 O MÉTODO DE PROCEDIMENTO COMPARATIVO

O método comparativo será o principal procedimento metodológico deste trabalho. Nele, confrontar-se-á como ocorreram o registro visual e a circulação de determinado tipo de acontecimento (linchamento) em diferentes períodos históricos e suportes mediáticos.

Considerando que o estudo das semelhanças e diferenças entre diversos tipos de grupos, sociedades ou povos contribui para uma melhor compreensão do comportamento humano, este método realiza comparações, com a finalidade de verificar similitudes e explicar divergências. (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 107).

Segundo Marconi e Lakatos (2003), o método é usado tanto para comparar grupos no presente, no passado, ou entre os existentes e os do passado, quanto entre sociedades de iguais ou de diferentes estágios de “desenvolvimento”.

Para as autoras (MARCONI; LAKATOS, 2003), o referido método constitui uma verdadeira “experimentação indireta”. “Ocupando-se da explicação dos fenômenos, o método comparativo permite analisar o dado concreto, deduzindo do mesmo os elementos constantes, abstratos e gerais”. (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 107).

De acordo com Marconi e Lakatos (2003), o procedimento é empregado em estudos de largo alcance e de setores concretos, como também em estudos qualitativos e quantitativos. Pode ainda ser utilizado em todas as fases e níveis de investigação:

[...] num estudo descritivo pode averiguar a analogia entre ou analisar os elementos de uma estrutura [...]; nas classificações, permite a construção de tipologias [...]; finalmente, a nível de explicação, pode, até certo ponto, apontar vínculos causais, entre os fatores presentes e ausentes. (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 107-108).

4.3 O ACONTECIMENTO E A ANÁLISE DA INDIVIDUALIZAÇÃO

A principal técnica de análise aqui adotada inspira-se na análise da individualização ou individuação do acontecimento, proposta por Quéré,³¹ que também pode ser encontrada em Maria Terezinha Silva (2014), França (2011), Nascimento (2010), Simões (2012b) e Johnson (2010).

Segundo Quéré (2011), individualização é o conjunto de operações por meio das quais o fenômeno se torna observável e apreensível como indivíduo determinado, dotado de uma unidade e de uma coerência, assim como de uma identidade e de uma significação estabilizadas. Contudo, ressalta o autor (QUÉRÉ, 2011, p. 23): “por mais que seja candidato absoluto ao estatuto de indivíduo, o acontecimento não tem uma individualidade intrínseca: esta emerge de um processo de individualização”.

Ao combinar e sintetizar aspectos apontados por Quéré, França (2011) identifica as seguintes etapas na constituição do processo de individuação:

- a) descrição;
- b) narrativização;
- c) pano de fundo pragmático;
- d) caracterização como um problema público;
- e) normalização.

No lugar de etapas, como o faz França (2011), Simões (2012b) trabalha com a noção de eixos do processo de individuação, o que parece mais apropriado por tratar tais elementos como entradas possíveis de análise, não necessariamente em uma determinada sequência.

A autora (SIMÕES, 2011, 2012b) reorganiza os eixos propostos por Quéré nos seguintes:

- a) descrição;
- b) narração;
- c) configuração de um pano de fundo pragmático;

³¹ QUÉRÉ, Louis. L'espace public comme forme et comme événement. *In*: JOSEPH, Isaac (org.). **Prendre place**. Espace public et culture dramatique. Colloque de Cérizy. Paris: Recherches, 1995. p. 93-110.

- d) constituição de um problema público;³²
- e) recepção no quadro de uma experiência.

“É importante destacar que tais eixos estão claramente articulados e foram didaticamente separados, a fim de explicitar melhor o processo de individualização do acontecimento”. (SIMÕES, 2011, p. 134).

No eixo da descrição, o acontecimento é identificado, de modo a distingui-lo de outros. Ele passa por um processo de categorização, em que é nomeado, filiado a um gênero e inscrito em determinado(s) quadro(s) de sentido (FRANÇA, 2011; SILVA, M. T., 2014), bem como são identificados os posicionamentos adotados pelos atores sociais diante da situação (SIMÕES, 2012b).

Em suma, é “sob uma descrição”, que implica um ponto de vista impessoal (o de qualquer um), uma forma ou uma ordem de sentido, que eles [os fenômenos sociais e culturais] são a ação e o acontecimento que são e que têm a significação que têm. (QUÉRÉ, 2011, p. 17).

O eixo da narração ou narrativização (*mise en intrigue*) corresponde à articulação de vários momentos do acontecimento, à estruturação de sua temporalidade, por meio da constituição de um passado e de um futuro, além da indicação dos atores e suas ações para a constituição da intriga (FRANÇA, 2011; SILVA, M. T., 2014; SIMÕES, 2011).

Geralmente a construção da narrativa é feita após tudo terminado, quando já se conhece o desfecho e em função de seu final. Mas a mídia (e a cultura) dispõe(m) de esquemas narrativos prontos e um conjunto de ocorrências ainda em curso podem ser enquadradas e lidas a partir da escolha de um determinado modelo de adequação temporal – a abertura a um passado (campo da experiência), a projeção de um futuro (horizonte de expectativas). (FRANÇA, 2011, p. 67).

Como se verá mais à frente, o *corpus* desse trabalho, a partir de diferentes suportes mediáticos, lida com distintas temporalidades, articulando-as, entre outros modos, por meio da circulação, da replicação e da atualização de imagens.

O eixo da configuração de um pano de fundo pragmático refere-se às práticas consideradas apropriadas ao tipo de acontecimento em questão, às formas habituais

³² Simões (2012a, p. 23) cita a “constituição de um problema público”, mas não a adota como eixo de sua análise de seu objeto, sob o argumento de que “de modo geral, as ocorrências ligadas à vida das celebridades não constroem um problema público”.

de comportamento naquele tipo de situação, que orientam e articulam as ações dos indivíduos afetados pela emergência do acontecimento, por meio do conhecimento proveniente do senso comum e das estruturas normativas de uma cultura (FRANÇA, 2011; SILVA, M. T., 2014; SIMÕES, 2011).

No eixo da constituição de um problema público, ao acontecimento é atribuído um alcance social, interesse público, por criar, revelar ou modificar uma situação problemática (FRANÇA, 2011; NASCIMENTO, 2010; SILVA, M. T., 2014).

[...] um acontecimento singular pode revelar um campo problemático mais geral, iluminá-lo sob um novo olhar, realçar não somente riscos e perigos, que ele cria em parte, mas também ocasiões e oportunidades a colher e, assim, relançar o exame dos problemas, fazer emergir novas tarefas ou novas perspectivas para a ação pública. (QUÉRÉ, 2011, p. 28).

Quéré (2011) acrescenta que o campo problemático a ser associado a um acontecimento pode não estar constituído, quando é, então, definido de acordo com a recepção pública do acontecimento.

No eixo da normalização, o acontecimento tem reduzida a contingência e a indeterminação, por meio de sua inscrição em um contexto causal e social, tornando manifesto seu caráter típico (FRANÇA, 2011; JOHNSON, 2010; SIMÕES, 2011). “A normalização se relaciona, portanto, com as ações e intervenções posteriores (após as fases iniciais), que indicam que o acontecimento está sendo tratado e a ruptura que ele provocou está sendo suturada”. (SILVA, M. T., 2014, p. 77).

Por fim, o eixo da recepção no quadro de uma experiência está ligado aos públicos que se configuram em relação ao acontecimento (SIMÕES, 2011).

Nestas condições, a recepção do acontecimento é o lugar de uma dupla individualização: ao mesmo tempo que o acontecimento adquire determinação e individualidade através da sua recepção/apropriação, via os efeitos que ele produz sobre aquele a quem ele acontece, é também aquele que é afectado por ele que constrói a sua individualidade através da sua confrontação com o acontecimento. (QUÉRÉ, 2011, p. 24).

Tendo exposto a proposta de Quéré e como diferentes pesquisadores da Comunicação no Brasil a mobilizaram, explanar-se-ão aqui os passos analíticos desta investigação, também inspirados na proposta daquele autor.

Para compreender “o que acontece aí”, ou seja, como se dá o processo de circulação de imagens de linchamento produzidas no Brasil em diferentes períodos

históricos e suportes mediáticos, esta pesquisa empreenderá, caso a caso, acontecimento a acontecimento, questões mais específicas: quem faz? Faz o quê? Quem registra? Registra o quê e quem? Como ocorre a circulação da imagem, constituindo novos acontecimentos? Que agentes participam dessa circulação? E que sentidos são produzidos nesse processo?

Como se nota, as perguntas partem de um viés pragmático: quem faz o quê? E, nesse fazer, está incluso o que é dito, o ato de fala. Decidiu-se aqui não usar a grade da análise da individualização do acontecimento acima exposta, ainda que esta esteja presente como pano de fundo. Ou seja, não será feita a investigação a partir da divisão didática das categorias de análise: descrição; narração/narrativização; configuração de pano de fundo pragmático; constituição de um problema público; recepção no quadro de uma experiência.

Acredita-se que a articulação dessas categorias nas perguntas feitas acima é mais produtiva para esta pesquisa que sua decomposição, o que poderia resultar em um extenso relato descritivo que pouco tivesse a dizer sobre os problemas da presente investigação. Por exemplo, em “como se dá a circulação da imagem?”, pergunta específica deste estudo, podem ser respondidas questões referentes a narrativização (ações para a composição da intriga) e descrição (os quadros de sentido daquilo colocado a circular).

Outras técnicas a serem utilizadas neste estudo são as pesquisas documental e bibliográfica, uma vez que o mesmo material será utilizado para analisar o registro em si (pesquisa documental) e também aquilo que é registrado (pesquisa bibliográfica).

Marconi e Lakatos (2002) enfatizam que há registros em que nem sempre é tão evidente a característica primária ou secundária, respectivamente, ligadas à pesquisa documental e bibliográfica, o mesmo ocorrendo com algumas fontes não escritas.

Na pesquisa documental, a fonte de coleta de dados é restrita a documentos, escritos ou não (MARCONI; LAKATOS, 2002). No caso, serão aqui analisados documentos, escritos e não escritos, de arquivos particulares publicizados na *internet* e em formato impresso.

Escritos são artigos de jornal e revista e trabalhos acadêmicos, digitais e impressos digitalizados, e textos publicados na *internet*, acompanhados de fotografia ou gravura. Em suporte audiovisual, são matérias jornalísticas e vídeos não editados por jornal, digitais e digitalizados.

A pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange a bibliografia tornada pública em relação ao tema de estudo, o que inclui tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto (MARCONI; LAKATOS, 2002). Todavia, ressalva Marconi e Lakatos (2002, p. 71): “a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras”.

Nesta pesquisa, serão fontes: publicações escritas em jornais, revistas e trabalhos acadêmicos, digitais e impressos digitalizados, e sítios eletrônicos; e em suporte audiovisual (matérias telejornalísticas digitalizadas).

Reforça-se que as fontes, por vezes, nesta investigação, coincidirão nas pesquisas documental e bibliográfica. O que diferirá são os objetos de análise: como já dito, o registro em si ou aquilo que é registrado. Em outras palavras, o texto (pesquisa documental) ou o contexto (pesquisa bibliográfica).

A partir da lógica de Peirce (2002), o signo é a representação parcial de um objeto, do ponto de vista lógico, a ele exterior, que produz outro signo nas mentes “receptoras”, que o autor chama de interpretante. Na condição de signo, os interpretantes, ainda vinculados ao objeto que logicamente os condicionam, geram outros signos, em processo potencialmente infinito. Os objetos dos signos não são, necessariamente, coisas existentes no mundo, mas também podem atingir, pela força do hábito, um grau de generalidade.

Dessa forma, entende-se que as práticas de linchamento aqui descritas, em diferentes épocas e registradas em suportes distintos, remetem a um objeto comum: a ideia, em si, de linchamento. O que essa investigação pretende, metodologicamente, a partir de uma perspectiva pragmatista e comparativa, é identificar e analisar algumas atualizações dessas semioses, que têm, como objeto dinâmico comum, as lógicas do linchamento, convertidas em acontecimentos.

4.4 CORPUS SOBRE CORPOS

O presente *corpus*, detalhado abaixo por sequências temporais, é composto por imagens de linchamentos e textos escritos e sonoros publicados juntamente àquelas, em jornais, revistas e livros, impressos e digitais, *sites*, meios sociais digitais e *blogs*, na forma de 11 vídeos e 784 artigos, notícias, entrevistas, gravuras, *posts*, anúncio comercial, comentários de internautas e trabalhos acadêmicos.

O referido material divide-se em quatro períodos de tempo:

- a) década de 80 do século XIX;
- b) entre as décadas de 50 e 80 do século XX;
- c) décadas de 80 e 90 também do século XX;
- d) e década de 10 do século XXI.

Para além do elemento temporal, fatores preponderantes para tal agrupamento são a técnica de registro predominante na época e o suporte utilizado para fazer circular imagens de linchamento. São eles: na década de 1880, a gravura em revista impressa; entre as décadas de 1950 e 1980, a fotografia analógica em revista e jornal impressos; nas décadas de 1980 e 1990, o vídeo analógico em jornal de TV aberta; e na década de 10 do século XXI, o vídeo digital em meios digitais.

No período relacionado à década de 80 do século XIX, serão analisados os seguintes casos: o Linchamento de Apulcho³³ de Castro,³⁴ ocorrido em 1883, e o Linchamento de Penha do Rio do Peixe (SP),³⁵ de 1888.

O primeiro foi localizado durante busca no jornal Folha de S. Paulo (acervo.folha.com.br) por casos relativos a outro agrupamento desta investigação, correspondente às décadas entre 1950 e 1980. O segundo foi identificado durante a revisão de literatura desta pesquisa.

³³ O redator-proprietário do jornal O Corsário assinava como Apulcho de Castro. Nas edições em análise dos periódicos Revista da Semana e Folha da Noite, seu nome é grafado como Apulchro de Castro e Apulcro de Castro, respectivamente. Segundo Araújo (2009), os adversários costumavam chamar o jornalista de Apulchro de Castro: “diante desta confusão muitos autores caíram no erro de chamá-lo de ‘Apulcro’. Provavelmente, ‘Apulcro’ era uma maneira de ironizar o proprietário do *Corsário*, pretendendo o sentido de não pulcro, ou seja, não gentil, formoso, belo etc.”. (ARAÚJO, 2009, p. 51).

³⁴ Linchamento do redator-proprietário do jornal O Corsário, Apulcho de Castro, por oficiais do Exército disfarçados, no Rio de Janeiro (RJ), em 25 de outubro de 1883, acusado de publicar em seu periódico artigo que atentava contra a honra daquela instituição militar.

³⁵ Linchamento do delegado do município de Penha do Rio do Peixe (SP), atual Itapira, Joaquim Firmino de Araújo Cunha, por fazendeiros e seus empregados, acusado de apoiar a fuga de trabalhadores negros escravizados, em uma época em que a escravidão era prática legal no País.

Em ambos os casos, o *corpus* foi encontrado mediante busca no *site* Google Imagens (images.google.com) pela gravura correspondente e pelas seguintes palavras e expressões combinadas: “linchamento” ou “lynchamento”,³⁶ o nome do município e o ano do acontecimento.

Trata-se de duas edições da Revista Ilustrada, de 1883 e 1888, cada uma com um artigo e uma gravura com legenda. Compõem ainda o *corpus*: um artigo da Revista da Semana, de 1924, e uma notícia do jornal Folha da Noite,³⁷ de 1946, um anúncio de vendas do site da empresa Amazon, além da capa do livro acadêmico “Linchamentos: a justiça popular no Brasil”, de José de Souza Martins, e sete artigos, resenhas ou entrevistas que republicaram a gravura, entre 2015 e 2017: nos *blogs* Resenhas Brasil, Bem Blogado! e Náufrago da Utopia, *sites* Comente.me, do Cruesp (Conselho de Reitores das Universidades Estaduais de São Paulo), da editora Contexto e do Diário do Centro do Mundo, e em uma coluna da revista Zum, e 12 comentários de internautas.

O material descrito acima corresponde à totalidade encontrada do período a se enquadrar na pesquisa: imagens de linchamento publicadas originalmente na década de 1880. A exceção foi com relação a anúncios de vendas do já citado livro “Linchamentos: a justiça popular no Brasil”. Nesse caso, foi escolhido um único anúncio, o do *site* da Amazon, maior empresa de vendas do mundo, uma vez que a imagem e o texto a ele relacionados nos anúncios encontrados eram idênticos.

As gravuras relativas ao Linchamento de Araraquara, publicadas no jornal O Commercio de São Paulo, em 1897, não serão objeto de análise por se tratar de retratos dos linchados e familiares, e não ilustrações do momento da execução ou dos respectivos cadáveres.

No período entre as décadas de 50 e 80 do século XX, compõem o *corpus* 11 casos. O primeiro deles, o Linchamento de Chapecó³⁸ (SC), de 1950, já havia sido identificado em trabalho anterior (PIMENTEL, 2016). Os demais³⁹ foram localizados

³⁶ As duas formas eram correntes na época.

³⁷ Periódico pertencente ao grupo Folha.

³⁸ Linchamento de quatro homens, em 18 de outubro de 1950, em Chapecó (SC), detidos na cadeia pública do município: três eram acusados de queimar igreja e serraria para fazer assalto; o quarto recusou-se a subscrever abaixo-assinado em apoio ao linchamento que estava sendo planejado contra os detidos (HASS, 2013; PIMENTEL, 2016).

³⁹ Trata-se dos linchamentos de: Jardim Iguaçú, em 1970; Jacarepaguá, em 1978; Campinho/Jacarepaguá, em 1981; Barracão, em 1983; Parelheiros (SP), em 1983; Ibatiba (ES), em

no acervo digital dos jornais O Globo (acervo.oglobo.globo.com), Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo (acervo.estadao.com.br). Estes foram escolhidos por serem periódicos de abrangência nacional, que cobrem acontecimentos de diferentes Estados e disponibilizam acervo digital na *internet*.

Foi realizada busca no acervo digital dos referidos periódicos pela palavra “linchamento”, posteriormente, combinada com o nome da localidade, do linchado ou de outro elemento que ajudasse a localizar mais notícias com registro visual relativo aos casos identificados no primeiro momento.

Após o levantamento, em pesquisa bibliográfica e no acervo digital dos jornais, foi promovida busca no *site* Google Imagens pelas imagens de linchamento encontradas em outras pesquisas e pelas seguintes palavras ou expressões combinadas: linchamento ou chacina e o nome do caso, da localidade ou da pessoa executada. A intenção foi encontrar novas imagens sobre os casos ou as mesmas republicadas em outros veículos ou meios.

Foi selecionado todo o material encontrado relativo a linchamentos consumados até a década 1980 em que foi publicada imagem do justicamento. A referida década foi escolhida como limite para tal recorte por ser período não totalmente abrangido pelos casos registrados por vídeo analógico que também fazem parte desta investigação, correspondentes às décadas de 1980 e 1990.

Serão analisadas 24 notícias da revista O Cruzeiro e dos jornais O Globo, Folha de S. Paulo, Folha da Noite e O Estado de S. Paulo, todas com fotografia e/ou gravura de linchamento. Além disso, compõem o *corpus*: duas edições do livro acadêmico “O linchamento que muitos querem esquecer”, de Mônica Hass (2003, 2013), e o artigo acadêmico Espaços e relações de poder em Chapecó/SC na década de 1950, de Cristina de Moraes (2014).

Quanto às décadas de 80 e 90 do século XX, serão analisados o Linchamento de Umuarama⁴⁰ (PR), ocorrido em 1986, e o Linchamento de Matupá⁴¹ (MT), em

1984; Jardim Guanambu (SP), em 1984; Araras, em 1984; Umuarama (PR), em 1986; em Guanambi (BA), em 1987.

⁴⁰ Linchamento de três homens, em 21 de dezembro de 1986, em Umuarama (PR). Presos em delegacia por sequestro de um casal, estupro da jovem e homicídio de seu noivo, eles foram mortos a pauladas e tiveram os corpos arrastados pelas ruas do município, amarrados a carros, e, posteriormente, queimados.

1990. Este último também já havia sido identificado em trabalho anterior (PIMENTEL, 2016). O primeiro foi encontrado durante a revisão de literatura desta pesquisa.

Outro caso identificado no período foi o Linchamento de Salto de Lontra (PR), ocorrido em 1994. Todavia, não foi encontrado vídeo do respectivo linchamento, razão pela qual o caso foi excluído do presente *corpus*.

Serão analisados um vídeo não editado por jornal, de cerca de três minutos, e quatro matérias telejornalísticas: três da TV Record, com duração entre três e pouco mais de quatro minutos, sendo duas delas do programa Cadeia Neles; e uma de nove minutos, do programa 86 – Aconteceu na Polícia, da Rede Tarobá, afiliada da Rede Bandeirantes, além de 364 comentários de internautas. As referidas matérias foram publicadas no YouTube, cada uma em até quatro endereços diferentes.

Também compõem o *corpus*: 31 notícias, artigos e *posts* dos jornais *on-line*, *blogs* e *sites* O Bemdito, Umuarama News, Teratologia Criminal, PGF, Worse From This World, Sorriso MT, Diário de Cuiabá, Medium, MT Esporte, Nortão Notícias, MidiaNews, GC Notícias, Página Única, Olhar Direto, Olhar Cidade, Folha do Norte, Sorriso FM 99,1 e Alta Notícias.

Todas essas matérias telejornalísticas foram encontradas no YouTube, após pesquisa no *site* de busca Google Vídeos (www.google.com/videohp), pelas palavras combinadas correspondentes ao nome de cada caso, sem aspas: Linchamento de Umuarama e Linchamento de Matupá. Foram selecionados para esta pesquisa somente os vídeos listados na primeira página do *site* de busca, relacionados aos casos acima citados.

Além disso, foi realizada busca no *site* Google Imagens também pelo nome de cada caso, sendo selecionados todos os resultados com *frame* de cena de linchamento tirado de vídeo da respectiva execução.

Junto ao texto, as notícias de periódico *on-line* acima citadas publicaram vídeo do linchamento, *frame* do vídeo e/ou *link* para um dos vídeos não editados por jornal.

⁴¹ Linchamento de três homens, a tiros e queimados vivos, por moradores de Matupá (MT), e, supostamente, também por policiais, em 23 de novembro de 1990, acusados de manterem família refém em fazenda.

Por fim, no período relacionado à década de 10 do século XXI, serão objeto de análise o Linchamento do Poste,⁴² ocorrido em 2015, Linchamento de Madureira,⁴³ em 3 de julho de 2017.

Em razão do grande volume de vídeos digitais disponíveis sobre diferentes casos recentes, o Linchamento do Poste foi escolhido pela repercussão social e mediática que teve.

A notícia sobre o Linchamento de Madureira chegou até este pesquisador por terceiros que sabiam que aquele buscava, na época, vídeos de linchamentos com *selfie*. Ainda que posteriormente o *corpus* tenha ficado mais abrangente, o elemento “autorretrato” foi decisivo para manter o referido caso no *corpus*. Uma vez que a hipótese do autor é de que tal característica (*selfie*) seja uma peculiaridade do registro de linchamento na contemporaneidade, estudá-la ainda se mostra pertinente para esta investigação.

Serão analisados: cinco vídeos não editados por jornal, entre 17 segundos e pouco mais de dois minutos; uma reportagem do programa Fantástico, da TV Globo, com duração de cinco minutos, sendo que um daqueles vídeos e a reportagem foram também publicados no YouTube, cada um em até dois endereços diferentes; nove notícias dos jornais *on-line* e *blogs* O Maior do Mundo, G1, Gilberto Léda, Rádio Web Juazeiro, Isaías Rocha, Extra, SF Notícias e SMA Verdade, um *post* em *fanpage* do jornal SF Notícias, sete respectivos compartilhamentos, e 306 comentários de internautas.

De forma semelhante ao que se deu em relação às décadas de 1980 e 1990, junto ao texto, as notícias de periódico *on-line* acima citadas publicaram um compacto com trechos do vídeo do linchamento, *frame* do vídeo e/ou *link* para um dos vídeos não editados por jornal.

O programa Fantástico, da TV Globo, foi escolhido por se tratar de telejornalístico de rede nacional cujo acervo de matérias é disponibilizado gratuitamente na *internet*.

⁴² Linchamento em que Cleydison Pereira Silva, de 29 anos, foi amarrado a um poste, em São Luís (MA), em 6 de julho de 2015. Ele e um adolescente, que sobreviveu à tentativa de linchamento, eram suspeitos de assalto a um estabelecimento comercial.

⁴³ Linchamento ocorrido na comunidade da Patolinha, no bairro de Madureira, no município do Rio de Janeiro (RJ), em 2017, cuja vítima era suspeita de roubar a bolsa de uma moradora.

O material referido acima foi encontrado por meio de busca no Google Imagens e Google Vídeos, pelas palavras correspondentes ao nome do caso e/ou do linchado, combinadas ou não com o ano do acontecimento.

Foram selecionados todos os vídeos brutos encontrados sobre os casos em análise, bem como a totalidade dos resultados no Google Imagens com *frame* de cena de linchamento tirado de vídeo da respectiva execução.

Ressalta-se que a sondagem, por esta investigação, a respeito da circulação de imagens de linchamentos não é exaustiva. O propósito aqui é traçar um panorama que ajude a visualizar como se deu tal circulação. Por isso, excetuando-se os livros impressos já citados, o *corpus* em análise restringe-se ao material disponibilizado e coletado na *internet*.

5 RETRATOS DE LINCHAMENTO NO BRASIL: ENTRE AS DÉCADAS DE 1880 E 1980

“[...] acostumado a ‘ver correr sangue’, o povo aprende rápido que ‘só pode se vingar com sangue’.”

Michel Foucault (1987, p. 63).

Neste capítulo, serão analisadas a produção e a circulação de imagens de linchamentos ocorridos entre as décadas de 1880 e 1980. Trata-se de gravuras e fotografias, inicialmente publicadas em periódico jornalístico.

Os materiais analisados, neste e no capítulo seguinte, mesmo com distinções temporais e mediáticas, pertencem a fluxos que se replicam. Sua aproximação se justifica exatamente pelo contraponto entre a distância e a aproximação, que revelam sentidos complexos e sincrônicos.

5.1 LINCHAMENTO NA DÉCADA DE 1880 E GRAVURAS EM REVISTAS IMPRESSAS BRASILEIRAS

O registro visual dos linchamentos na década de 80 do século XIX analisados são gravuras em preto e branco elaboradas por profissional de veículo jornalístico, no caso o próprio editor da Revista *Illustrada*, Angelo Agostini. Esteticamente, Agostini “foi o principal artista gráfico em atividade, no Brasil, na segunda metade do século XIX e realizador de alguns marcos na história da imprensa brasileira, como a Revista *Illustrada*”. (OLIVEIRA, G., 2006, p. 2).

O Linchamento de Apulcho de Castro, ocorrido em 25 de outubro de 1883, foi noticiado no dia 31 daquele mês; o de Penha do Rio do Peixe (SP), executado em 11 de fevereiro de 1888, o foi no dia 18 do mesmo mês.

Destaca-se que em nenhum dos dois casos a Revista *Illustrada* chama o acontecido de linchamento ou lynchamento, formas correntes na época. Em pesquisa no *site* da Hemeroteca Digital, não foram encontrados os referidos termos em qualquer edição daquela revista.

Para se ter uma ideia, segundo busca no acervo digital de O Estado de S. Paulo, no jornal, o termo lynchamento foi publicado pela primeira vez na edição de

22 de julho de 1889 e sua última ocorrência é de 13 de abril de 1941. A forma corrente, linchamento, é-lhe contemporânea: sua primeira aparição no jornal O Estado de S. Paulo é 12 de maio de 1890.

Nos linchamentos de Apulcho de Castro e de Penha do Rio do Peixe, a gravura retrata o momento do crime (Figuras 2 e 3). Tal forma de registro mostra-se inovadora para a época.

Figura 2 – Ilustração do Linchamento de Apulcho, na Revista Ilustrada, 1883



Fonte: Agostini (1883, p. 7).

Figura 3 – Ilustração do Linchamento de Penha do Rio do Peixe, na Revista Ilustrada, 1888



Fonte: Agostini (1888b, p. 8).

Outro linchamento, o de Araraquara, por exemplo, ocorrido e noticiado em 1897, diante de um cenário de “ausência quase total de fotografias e outras ilustrações” por jornais do município de São Paulo que “fartamente” cobriram o caso (TELAROLLI, 1977), teve imagem relativa ao acontecido publicada pelo periódico *O Commercio de São Paulo*.

Trata-se de três gravuras (Figuras 4 a 6), nas edições de 13 e 21 de fevereiro e 31 de julho daquele ano. Ainda assim, nenhuma delas se refere à cena do Linchamento de Araraquara: são imagens de busto ou de corpo inteiro de um dos linchados ou da família. Todas posadas.

Figura 4 – Gravura de Rozendo de Souza Brito, em O Commercio de São Paulo, 1897



Fonte: Rozendo... (1897, p. 1).

Figura 5 – Gravura de Manuel de Souza Brito, em O Commercio de São Paulo, 1897



Fonte: Manuel... (1897, p. 1).

Figura 6 – Gravura da família Souza Brito, em O Commercio de São Paulo, 1897



Fonte: A viúva... (1897a, p. 1).

Telarolli (1977) destaca que algumas edições de O Commercio de São Paulo sobre o Linchamento de Araraquara tiveram “feições incomuns ao jornal do tempo”, por meio de fotos e manchetes. Segundo o autor (TELAROLLI, 1977), naquele ano, quatro “raras” fotos foram publicadas pelo veículo: as três acima mencionadas sobre o Linchamento de Araraquara e uma foto de busto, em 19 de maio, do fundador do periódico, César Ribeiro, falecido em Lisboa.

Tais informações reforçam a relevância do linchamento, que impôs ao veículo um tipo de cobertura específica, com registro visual, reservada apenas aos mais importantes entre os mais importantes casos noticiados pelo periódico.

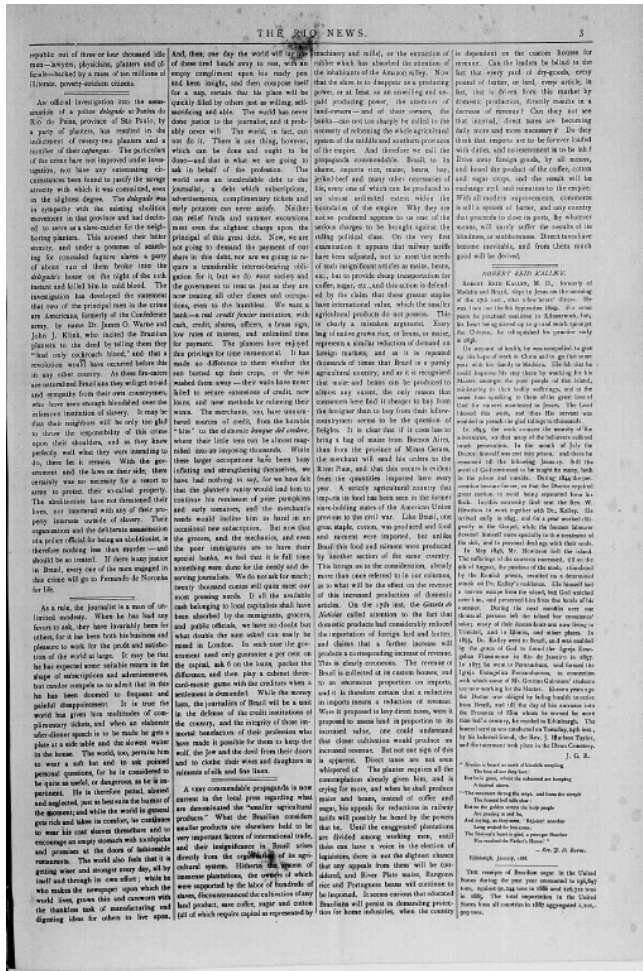
Para Galvão (2019), que analisa a cobertura jornalística sobre a Guerra de Canudos, ocorrida no fim do século XIX, a ausência de fotografias é o traço que mais torna a aparência do jornal de então diferente para a geração de séculos posteriores. “As ilustrações, que raramente ocorrem, são reservadas para mortos ilustres, mapas de batalhas, anúncios de remédios que mostram o *antes* e o *depois*, modas femininas e expressam-se todas em horrendos desenhos.” (GALVÃO, 1972, *on-line*, grifo da autora).

Sendo rara a publicação de imagens nos jornais no fim do século XIX, o registro visual de cena de linchamentos pela Revista Ilustrada na década de 1880

firma-se como um marco, acontecimento que apenas se vê em outros periódicos décadas depois.

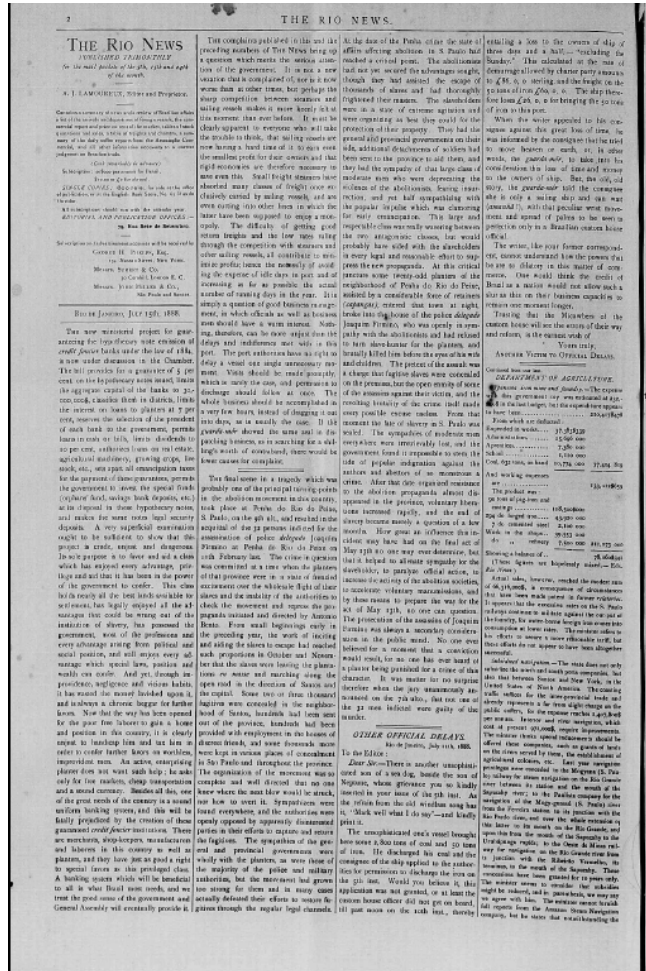
Tal constatação fica patente ao se observar que o Linchamento de Penha do Rio do Peixe também foi noticiado pelo jornal The Rio News, nas edições de 24 de fevereiro e 15 de julho de 1888 (AN OFFICIAL, 1888a; THE FINAL, 1888b). Todavia, em nenhuma delas há imagem publicada em qualquer página do periódico, seja sobre o caso ou outro tema (Figuras 7 e 8).

Figura 7 – Jornal The Rio News, 24 de fevereiro de 1888



Fonte: An official... (1888a, p. 3).

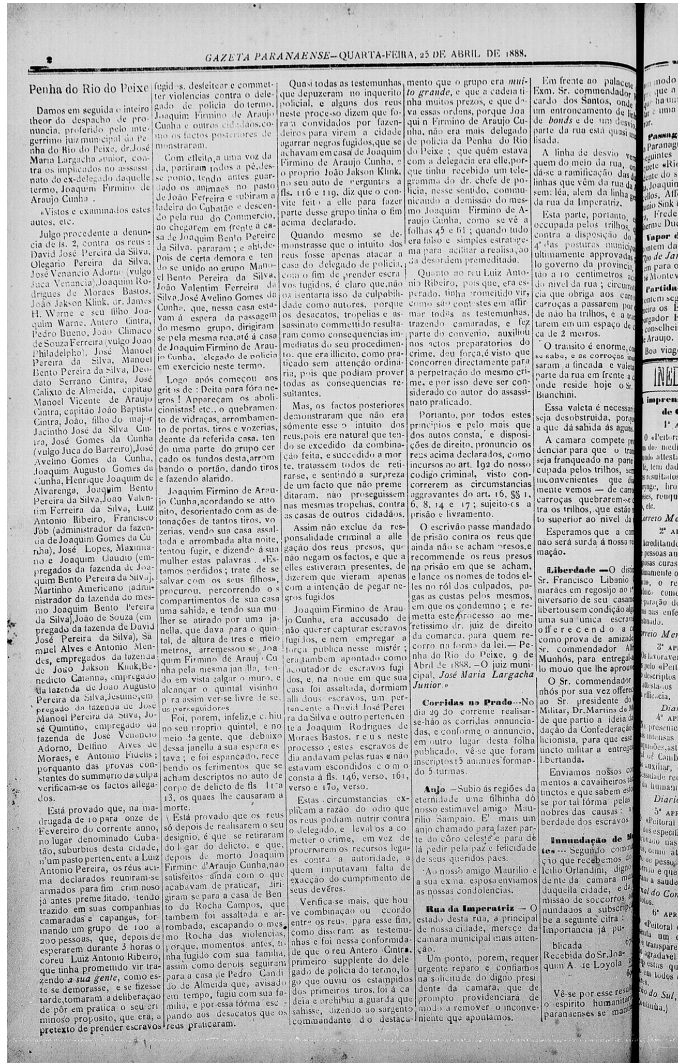
Figura 8 – Jornal The Rio News, 15 de julho de 1888



Fonte: The final... (1888b, p. 2).

Do mesmo modo, o jornal Gazeta Paranaense publicou, no dia 25 de abril 1888, a íntegra de despacho judicial sobre o Linchamento de Penha do Rio do Peixe, sem ilustrações (Figura 9). Nessa edição, as gravuras de destaque são de anúncios publicitários. Há ainda imagens decorativas, como cruzes em convites para missa de falecimento e florais indicativos de mudança de seção.

Figura 9 – Gazeta Paranaense, 1888



Fonte: Penha... (1888, p. 2).

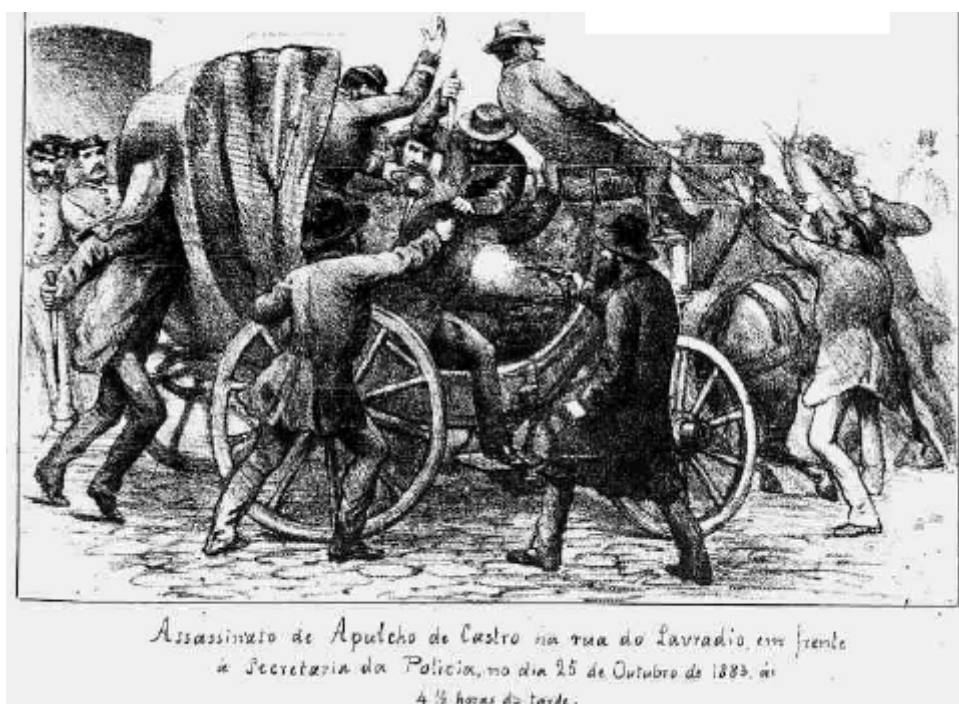
Ressalva-se que uma das gravuras analisadas (Figura 2) é uma composição da cena do linchamento com a imagem de busto do linchado, em que cada uma dessas partes preenche metade do quadro. O busto de Apulcho de Castro a ocupar a metade superior da imagem (Figura 10) produz um efeito de grandeza, física e simbólica, ao contrário do que se dá na cena de seu linchamento, na metade inferior (Figura 11), em que aquele está encolhido, apequenado diante da violência sofrida.

Figura 10 – Metade superior da Figura 2



Fonte: Agostini (1883, p. 7).

Figura 11 – Metade inferior da Figura 2



Fonte: Agostini (1883, p. 7).

Ao que parece, na composição convivem duas formas diferentes de retratar linchamentos no jornalismo brasileiro por meio do registro visual: imagem em vida do linchado e imagem do linchamento. A primeira mostra-se predominante no período e em décadas posteriores. A segunda parece ser resultado de uma postura de vanguarda para a época, prática que somente se torna hegemônica no século seguinte, como será discutido mais à frente neste trabalho.

Em todas as gravuras em análise no período, veem-se linchados e linchadores. As imagens são realistas e trazem uma forte carga dramática, com expressões faciais de tensão, gestos de violência física e exposição de armas, ferimentos e sangue. Elevam essa carga dramática detalhes como a cama desarrumada e uma estátua de santo sobre a mobília no Linchamento de Penha do Rio do Peixe e o refugio dos cavalos no Linchamento de Apulcho de Castro.

A disposição corporal nas cenas sugere movimento: vários são os corpos inclinados, na defesa ou no ataque de um golpe, além dos próprios gestos em execução (punhaladas, tiro, pauladas, chutes). Em uma das gravuras, vê-se a explosão do tiro a sair da arma de fogo.

Diversos elementos sugerem desproporcionalidade entre o linchamento e o poder de defesa dos linchados. Um deles é o próprio número de linchados, sempre encurralados, em comparação à quantidade visualmente bem superior de personagens que aparecem executando o linchamento, estes, em sua maioria, armados.

Outro é a diferença de nível entre os linchados e alguns dos partícipes⁴⁴ do linchamento na composição das cenas. Enquanto os primeiros estão esquivados, ajoelhados e abaixados, vê-se uma parte do grupo de participantes em pé, acima ou em cima daqueles.

Além disso, vários partícipes dos linchamentos empunham armas (paus, punhais e pistolas), enquanto as vítimas aparecem desarmadas. Uma delas é uma

⁴⁴ Neste trabalho, o termo “partícipe” substitui as classificações “linchador” e “instigador”, propostas por Danielle Rodrigues (2013), a partir do entendimento de que a diferenciação entre estes dois últimos termos é pouco produtiva para a discussão aqui empreendida. Reafirma-se ainda que, além de reduzir sujeitos complexos a um ato eventualmente por eles praticado, os termos “linchador” e “instigador” expressam, de forma questionável, sentido de presunção de culpa de suspeitos, o que nesta investigação se procurou evitar.

criança, filha do delegado de Penha do Rio do Peixe, que leva no peito chute de homem de bota, enquanto aquela está descalça.

A recorrência desses elementos nas gravuras, ambas do mesmo autor, indica um estilo e uma escolha estética para a criação de determinados efeitos no leitor.

Na gravura referente ao Linchamento de Apulcho de Castro, aparecem também testemunhas: ao menos, um transeunte, além de policiais, todos em segundo plano. Estes estão mais próximos do ponto central da cena que aquele.

Entre os policiais que podem ser vistos com nitidez, ambos em pé, um está de pernas afastadas, em posição de descanso. E o outro, com o corpo levemente inclinado para trás, como que apoiado no primeiro. Seu único braço visível na imagem está na diagonal, de modo que uma das leituras possíveis é de que o homem está de braços cruzados.

Além disso, no nível acima da mesma imagem, há um homem de barba branca em uma sacada, com o corpo e os braços estendidos na direção do linchamento, como quem suplica o cessar da execução ou adverte os seus realizadores, ainda que a boca do homem esteja fechada.

Inferir-se que este seja o chefe da polícia, uma vez que, segundo a revista, o linchamento ocorreu em frente à secretaria daquela instituição: “às barbas da polícia, às vistas do chefe”. Desse modo, diversos elementos na imagem apontam para a ideia de apatia ou impedimento do agir da polícia diante do acontecimento.

Nesse caso, a convergência entre o texto do artigo e a imagem é indicativa de um processo de elaboração da gravura posterior e a partir do texto. Destaca-se que esse é o processo inverso do que se dá atualmente no jornalismo: hoje as imagens são entendidas como provas do real e, com frequência, servem de base para o texto jornalístico.

Essa processualidade sequencial da produção noticiosa contemporânea, em que o conteúdo verbal é fabricado com o registro visual como referência, pode ser notada em textos, comuns no telejornalismo e nos jornalisismos impresso e digital, com alusões como: “foto ao lado”, “veja nas imagens...”, “o carro que aparece no vídeo...”, etc.

Não se pode descartar, contudo, a possibilidade de, no período analisado, que poderia ser chamado de jornalismo pré-fotográfico, gravura e artigo serem

produzidos em paralelo, ambos com base no relato oral, e não com a imagem a orientar o texto.

De qualquer modo, evidenciam-se aí dois modos diferentes de se fazer jornalismo, cada um com sua forma de lidar com a imagem: um pré-moderno e outro contemporâneo. Enquanto, no primeiro, é aceitável se fazer um desenho inspirado em um artigo, no segundo, produzir uma fotografia ou um vídeo para se adequar a um texto já escrito pode ser entendido como desvio ético, manipulação.

Acrescenta-se que em um dos casos são observadas divergências entre a imagem do linchamento e informações oficiais sobre o caso. O já citado despacho judicial publicado no jornal Gazeta Paranaense indica que o Linchamento de Penha do Rio do Peixe se deu em local e circunstância diferentes dos retratados na gravura.

Segundo o despacho (PENHA, 1888), o delegado linchado pulou pela janela e caiu no quintal no meio da multidão que o mataria, enquanto a imagem publicada na Revista Illustrada mostra o linchamento ocorrido dentro do quarto da vítima, após invasão do recinto pelo grupo.

Entende-se que a mudança de cenário, provavelmente intencional, aumenta o efeito dramático da notícia, o que vai ao encontro dos princípios abolicionistas do veículo e de seu proprietário. O linchado era acusado de proteger escravizados fugidos.

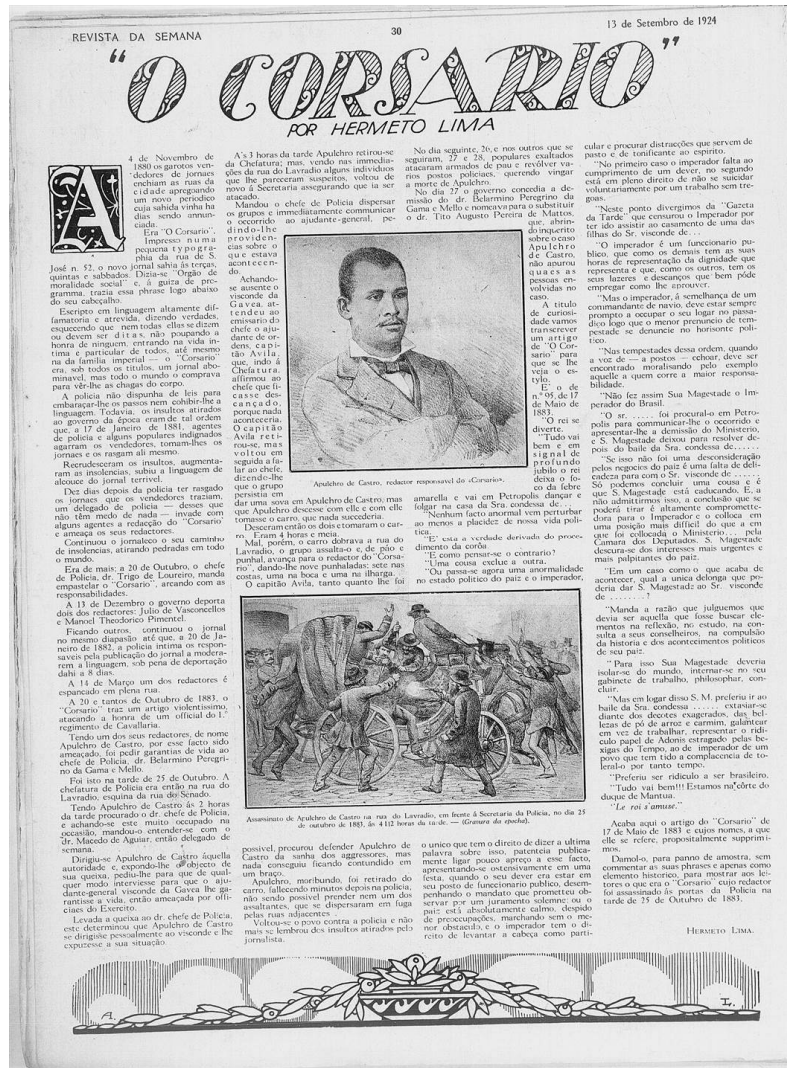
De acordo com Telarolli (1977, p. 141), “os jornais da época desfrutavam da mais ampla liberdade de expressão, que usavam incondicionalmente a serviço do partidarismo político”. Extrema liberdade que, para o autor (TELAROLLI, 1977, p. 142), “ensejava ousadia e abusos sem limites”, um “partidarismo indisfarçável - não raro tocando as raias do passionalismo político”.

Ressalva-se que aqui não se faz juízo de valor em relação a esse *modus operandi*. A intenção é demonstrar que se trata de outro tipo de jornalismo, com valores, princípios e práticas diferentes, não exatamente piores que os atuais.

De modo geral, não há registro de circulação das imagens dos linchamentos analisadas contemporânea à sua publicação na Revista Illustrada. As gravuras do Linchamento de Apulcho de Castro foram republicadas na Revista da Semana (Figura 12), em 1924, e no jornal Folha da Noite, em 1946 (Figura 13). Nos dois

periódicos, a gravura original foi decomposta em duas: uma referente ao busto do linchado e a outra à cena da execução, sendo que foi suprimida a parte com o chefe da polícia na sacada.

Figura 12 – Revista da Semana, 1924



Fonte: Lima (1924, p. 30).

UM CRIME ESPETACULAR NA CORTE, EM 1883

O LINCHAMENTO DE APULCRO DE CASTRO

O crime de 1883 na Corte... Ato de insubordinação... O crime de 1883 na Corte...

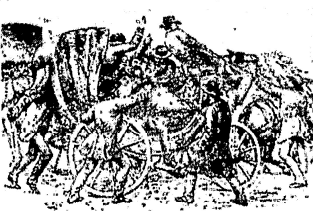
UM PANFLETARIO DESABUSADO QUE VERGASTA A DEUS E TODO O MUNDO... O RELATORIO DO MINISTRO DA JUSTICA... NA RUA DO LAVRADIO, QUANDO GARANTIDO POR UM OFICIAL, TEVE A CARROUAGEM ATACADA E TOMBOU VARADO POR TIROS E FACADAS... ENTRE OS AUTORES FIGURAVAM O CAPITAO MOREIRA CESAR, SEGUNDO O RELATO DE EUCLIDES DA CUNHA... ONZE OFICIAIS COMO INDICIADOS NO INQUERITO POLICIAL - UMA LIÇÃO QUE FICOU

★ Texto de RAIMUNDO DE MENEZES ★



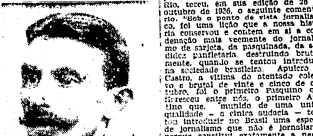
O panfleto Apulcro de Castro, redator responsável do "Correio"...

MILITARES DESAFIADOS... O interessante relato do ministro da Justiça... O crime de 1883 na Corte...



O assassinio de Apulcro de Castro, visto por uma revista...

Uma lição que ficou... O crime de 1883 na Corte... O crime de 1883 na Corte...



Euclides da Cunha, que nas páginas de "Os Serões"...

CAMPANHA DOS DUZENTOS SOCIOS PROTETORES

A Associação dos Militares... O crime de 1883 na Corte... O crime de 1883 na Corte...

Insustentação da Comissão Municipal da Esquerda Democrática em Santo André

Defensores citados... O crime de 1883 na Corte... O crime de 1883 na Corte...

O DESEMPENHO DE EUCLIDES DA CUNHA

Mo seu livro "Os Serões"... O crime de 1883 na Corte... O crime de 1883 na Corte...

INSTITUTO CULTURAL BRASILEIRO U. R. S. S. ARTES PLASTICAS

A Secretaria do Instituto Cultural Brasileiro... O crime de 1883 na Corte... O crime de 1883 na Corte...

CONFERENCIAS

As conferencias do Conselho Literário... O crime de 1883 na Corte... O crime de 1883 na Corte...

ACEITAMOS PEDIDOS para os NOVOS Caminhões Chevrolet

Chassis "COMERCIAL" 19 Fordley 115 - entre eixos... Caminhões TIGRE - 210" com motor 210" 90 H.P. 4 marchas para cargas leves...



Informações e inscrições com os CONCESSIONARIOS CHEVROLET Cassio Muniz & Cia. PRAÇA DA REPUBLICA, 309 - TELEFONE 7-161

Phatatinga COMPANHIA DE SEGUROS INCENDIO YARSPORTS ACIDENTES DO TRABALHO ACIDENTES PESSOAIS

Da fabrica... LIDER DOS MOVEIS... divelamente ao consumidor! Rua da Liberdade, 385 TAPECARIA LIDER LTDA. Telefone: 6-5598

Quanto ao Linchamento de Penha do Rio do Peixe, esta pesquisa identificou republicação da gravura somente um século depois: o livro acadêmico “Linchamentos: a justiça popular no Brasil”, de autoria de José de Souza Martins e publicado em 2015, leva a gravura na capa e na contracapa, ambas em vermelho (Figura 14).

Figura 14 – Capa do livro “Linchamentos: a justiça popular no Brasil”



Fonte: Martins (2015c, p. 1).

A maioria das publicações encontradas a partir desse ano, 2015, refere-se ao citado livro, não exatamente ao caso do século XIX. São artigos, anúncios comerciais, resenhas e entrevistas com o autor.

Dos oito *posts* de *blogs*, todos posteriores à publicação da referida obra acadêmica, somente dois não fazem alusão ao livro, do mesmo modo como não mencionam textualmente o Linchamento de Penha do Rio do Peixe: são artigos sobre supostos linchamentos morais virtuais que usam aquela gravura para ilustrar o texto (Figuras 15 e 16). Dos *posts* referentes ao livro, somente um dá crédito ao autor da gravura, além de citar o ano e o município em que o caso ocorreu.

Figura 15 – Gravura em artigo em *blog* sobre suposto linchamento moral de Lula,
2016



Fonte: Linchamento... (2016a, p. 1).

Figura 16 – Gravura em artigo de *blog* sobre suposto linchamento moral de William
Waack, 2017

Minha total e irrestrita solidariedade a William Waack, meu ex-colega do *Estadão* e um dos jornalistas mais brilhantes que já conheci, autor do melhor livro-reportagem já escrito nestes tristes trópicos, Camaradas.

Lembro-me, como se fosse hoje (e já lá se vão 24 anos!), de que me coube fazer o chamado *copy desk* de um resumo que o Waack preparou de sua obra para publicação em primeira mão, ocupando várias páginas do jornal.

Fiquei impressionado com a dificuldade da colossal empreitada

Fonte: Lungaretti (2017, p. 4).

Desse modo, em sua maioria, há circulação da gravura, mas deslocada de seu contexto original. Ela deixa de ser usada em referência ao caso que retrata. Assim, lança-se mão da imagem em uma estratégia mercadológica de atrair mais

público por meio do apelo visual, ainda que o conteúdo verbal se distancie, em alguma medida, do conteúdo da gravura.

Destaca-se o artigo “A fúria contra o estranho”, publicado na revista de fotografia Zum, em que Moacir dos Anjos (2016) discorre a respeito da gravura da Revista Ilustrada sobre o Linchamento de Penha do Rio do Peixe, entre outros registros visuais de violência, mediáticos e/ou artísticos, em diferentes momentos históricos, em sua maioria, brasileiros.

O autor (ANJOS, 2016) aborda o caso como ato de violência racial. Conforme já dito, o delegado Joaquim Firmino de Araújo Cunha, branco, foi linchado sob a acusação de “atuar ativamente contra a escravização de homens negros”. (ANJOS, 2016, p. 8).

Na Revista Ilustrada, o linchamento também figura como ato pró-escravidão negra. O editorial argumenta que “ao passo que os negros fogem, em paz e sem causar depredações, seus pretensos senhores mancham as paginas da nossa historia, com factos como este, que serão a eterna vergonha de um povo”. (AGOSTINI, 1888a, p. 2).

É interessante ressaltar que, diferente do Linchamento de Penha do Rio do Peixe, o Linchamento de Apulcho de Castro não foi explorado pela revista, abolicionista, como um crime racial, ainda que aquele seja negro, o que é visível no seu busto publicado pelo periódico.

Reforça-se que o redator da Revista Ilustrada Julio Dast (SILVA, M. A., 2017) preferiu tratar em seu texto o caso como a previsível vingança de gente cuja honra fora ofendida pelo redator do jornal O Corsário, Apulcho de Castro. Destaca-se que a referida crônica funciona como editorial da revista.

Nos mais de 60 anos de circulação em análise da gravura sobre o Linchamento de Apulcho de Castro, de 1883 a 1946, o principal sentido mantém-se estabilizado: presente na Revista Ilustrada, também está na Revista da Semana e no jornal Folha da Noite a ideia da execução extralegal como um ato esperado, explicável, consequência direta da linha editorial de O Corsário.

Na Folha da Noite, o linchamento é uma lição a esse tipo de jornalismo, “de escândalo e de cavação”, “cavador de ouro” [extorsão], “a serviço do mal, em

atassalhar a honra dos outros e que um dia, finalmente, encontrou, em sua caminhada inglória, o castigo de que andava carecido”.

Para reforçar tais ideias o texto de Raimundo de Menezes cita comentários de terceiros, desfavoráveis a Apulcho de Castro, publicados no livro “Os Sertões”, de Euclides da Cunha, e no jornal A Noite.

Na Revista da Semana, por exemplo, o foco não é o linchamento, mas o jornal O Corsário e seu caráter “abominável”. Em um trecho do periódico, lê-se que, após a execução, o povo voltou-se contra a polícia, atacando postos da instituição, “e não mais se lembrou dos insultos atirados pelo jornalista”.

Outro sentido que se repete de um periódico para o outro é a ineficiência da polícia, ainda que na Revista Ilustrada o tom de cobrança seja mais firme. Nela, Julio Dast (1883, p. 2) questiona por que o chefe de polícia não pediu reforços, uma vez que alega contingente pequeno: “se não os tinha não podia manda-los vir?”.

Em vez de omissa, na Revista da Semana, a polícia aparece como impotente, sem dispor de leis para “embaraçar-lhe os passos nem coibir-lhe a linguagem”, ainda que o tenha tentado, com empastelamento do jornal, deportação e ameaça de deportação de redatores, entre outros atos. Além disso, segundo o periódico, um capitão, que lhe fazia escolta, teria se machucado ao tentar defender do linchamento Apulcho de Castro.

Em contradição ao esforço da Revista da Semana de mostrar a polícia como instituição que fez tudo o que lhe estava ao alcance, o mesmo texto informa que, procuradas por Apulcho de Castro sob a justificativa de que sofria ameaças, diferentes autoridades o orientaram a procurar outro agente do Estado, em vez de elas mesmas tomarem alguma medida para evitar o cumprimento das ameaças, além de a investigação não ter chegado a culpado algum, mesmo com a substituição do chefe da polícia.

Não há no *corpus* pesquisado registro de publicação de conteúdo produzido por leitores sobre nenhum dos casos na edição da revista contemporânea às execuções. Em relação ao Linchamento de Apulcho de Castro, essa presença de conteúdo do público leitor não é encontrada sequer nas edições de outros periódicos que republicaram as gravuras nas décadas de 1920 e 1940, respectivamente, Revista da Semana e Folha da Noite.

Destaca-se que, aos fins do século XIX, eram comuns nos periódicos as “seções livres” ou “a pedidos”, em que, mediante pagamento, se publicavam artigos de terceiros (TELAROLLI, 1977). Reforça-se que não foi encontrado no período conteúdo desse tipo que se enquadrasse na presente pesquisa, ou seja, publicado em edição de periódico com imagem de linchamento.

Quanto ao Linchamento de Penha do Rio do Peixe, os dez comentários de internautas encontrados datam do século XXI. Do mesmo modo como o anúncio comercial da *internet* sobre o já citado livro “Linchamentos: a justiça popular no Brasil” e o artigo em *blog* em que foram postados, esses comentários não fazem referência direta ao caso, mas ao referido livro acadêmico e a suposto caso de linchamento moral virtual, respectivamente. Nota-se aí, portanto, um deslocamento de sentido na circulação da imagem.

Na Revista *Ilustrada*, não se encontrou no texto, seja nos artigos ou na legenda, referência textual direta às gravuras. Quando tais gravuras são republicadas pela Revista da Semana e pela Folha da Noite, nas décadas de 1920 e 1940, respectivamente, há nas legendas referências genéricas às imagens produzidas por Angelo Agostini no século XIX, com expressões como “gravura da época” e “o assassinato [retratado] por revista da época”.

Em entrevista no *site* do Cruesp e artigo na revista de fotografia *Zum*, publicados em 2015 e 2016, respectivamente, há referências mais completas nas legendas e no corpo do texto, como “Desenho de Ângelo Agostini representa linchamento em São Paulo, em 1888” e “em ilustração feita por seu proprietário e também desenhista Angelo Agostini – italiano radicado no Rio de Janeiro –, o linchamento de Joaquim Firmino de Araújo Cunha, delegado de Penha do Rio do Peixe, no interior de São Paulo [...]”.

Reforça-se que, em sentido estrito, circulação está sendo aqui entendida como a republicação da imagem, o que não significa dizer que também não o sejam acontecimentos como a leitura compartilhada dessas fotografias em periódicos impressos. O que há neste trabalho é um recorte metodológico que desconsidera outras formas de circulação cuja indisponibilidade ou dificuldade de acesso ao material ou à situação impede a análise.

5.2 LINCHAMENTO ENTRE AS DÉCADAS DE 1950 E 1980 E FOTOGRAFIAS EM PERIÓDICOS IMPRESSOS BRASILEIROS

As imagens em análise entre as décadas de 50 e 80 do século XX são fotografias e duas sequências de gravuras a retratar linchamentos. Não há indícios de que tais imagens tenham sido feitas por não profissionais da área. Todavia, ao mesmo tempo, não se pode garantir o contrário: não há como precisar que todas sejam de autoria de fotógrafos profissionais.

A imagem do Linchamento de Chapecó publicada em 1950 na revista *O Cruzeiro*, conforme os respectivos créditos, foi feita por fotógrafo do periódico: Flávio Damm. A respectiva legenda é autorreferente: “Esta fotografia é o mais valioso documento do linchamento”. (LEAL, J., 1950, p. 114).

Os jornais *O Globo*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* não deram crédito para o autor das fotografias de diferentes linchamentos publicadas entre 1970 e 1983. Em 1984, dos três casos analisados, dois tiveram fotografia com atribuição de crédito: um noticiado por FSP e outro por ESP.

Quanto à *Folha de S. Paulo*, das quatro fotos de linchamento publicadas, duas são atribuídas a José Nascimento, fotógrafo do jornal, e as demais são do banco de dados do veículo.

Já *O Estado de S. Paulo* credita a imagem de seu caso a Sidnei Louzã. Este não compõe o quadro de funcionários do jornal. É fotógrafo em Araras (SP), local do linchamento (LOUZA, 2019). Segundo o profissional,⁴⁵ ele produziu as fotos como *freelancer* e as vendeu para agência de notícias. Por sua vez, o texto da notícia é atribuído a José Garcia e à Agência Estado/ Rio Claro.

As fotos dos dois casos que não se enquadram no recorte temporal citado acima, 1970 a 1984, têm autoria atribuída: nas fotografias de 1986 e 1987, o jornal *O Globo* dá o crédito a Néelson Capucho e João Martins, respectivamente. O primeiro trabalhou para o periódico (MIRANDA, 2010). Quanto ao segundo, não há como precisar se se trata ou não de funcionário do jornal.

Acrescenta-se que, entre 1981 e 1984, há casos em que se atribui a autoria de imagem de linchamento à empresa jornalística, e não ao profissional. Notícia do

⁴⁵ Informação fornecida por meio do mensageiro instantâneo do Facebook (Facebook Messenger).

periódico Folha de S. Paulo de 1981 credita fotografia sobre caso de 1978 a O Estado de São Paulo. Por sua vez, o ESP, na edição de 1978, informa que a fotografia publicada é uma telefoto,⁴⁶ mas não cita o nome do fotógrafo.

Destaca-se que, no dia 23 de dezembro de 1983, O Estado de S. Paulo ocupou página inteira com a cobertura de um linchamento, ilustrada por duas fotografias e uma sequência de cinco gravuras.

As gravuras são de autoria de Robson Azevedo e retratam a execução. Não há como precisar se o desenhista profissional era funcionário do jornal. O que se sabe é que trabalhou para agências e periódicos de São Paulo (CHARGISTA, 2015).

Somente a uma das fotografias de O ESP citadas acima é atribuída autoria, a João Pires: aquela que retrata a localidade, e não o linchado, com a legenda “Nas ruas do bairro, o drama da miséria e do desamparo”. A foto sem crédito retrata o local específico da execução extralegal.

Com isso, reforça-se a percepção de haver uma política editorial de evitar a identificação do fotógrafo das cenas de linchamento no período entre 1970 e a primeira metade da década seguinte. A partir do *corpus*, apontam-se os anos entre 1984 e 1986 como período de transição de uma política editorial de preservação da identidade do fotógrafo para uma política de identificação do profissional.

Reforça-se que, nesse período, para cada caso, há somente um autor identificado das imagens, seja fotografia ou gravura. Ou seja, em nenhum dos casos é possível apontar com certeza a existência de dois ou mais autores que retratem visualmente o mesmo linchamento.

Os dois trabalhos acadêmicos que compõem este *corpus* têm data próxima ou posterior ao ano 2000 e publicam a mesma foto dos cadáveres no local do Linchamento de Chapecó. O artigo “Espaços e relações de poder em Chapecó/SC na década de 1950” (MORAES, 2014) atribui a fotografia ao livro “O linchamento que muitos querem esquecer” (HASS, 2003), cuja primeira edição é de 1999. Este, por sua vez, somente informa a partir da terceira edição (HASS, 2013) a fonte da referida fotografia, a revista O Cruzeiro, sem citar o fotógrafo autor da imagem.

A obra “O linchamento que muitos querem esquecer” dispõe ainda de duas seções sobre a cobertura do caso de Chapecó por jornais nacionais, estaduais,

⁴⁶ Fotografia enviada à distância.

regionais e locais, em que o foco é o texto das referidas notícias. Em tais seções do livro, não há qualquer análise de ou menção a fotografias, tampouco publicação de imagens, ainda que ilustrativas. As fotografias dos linchados estão em outra parte da obra.

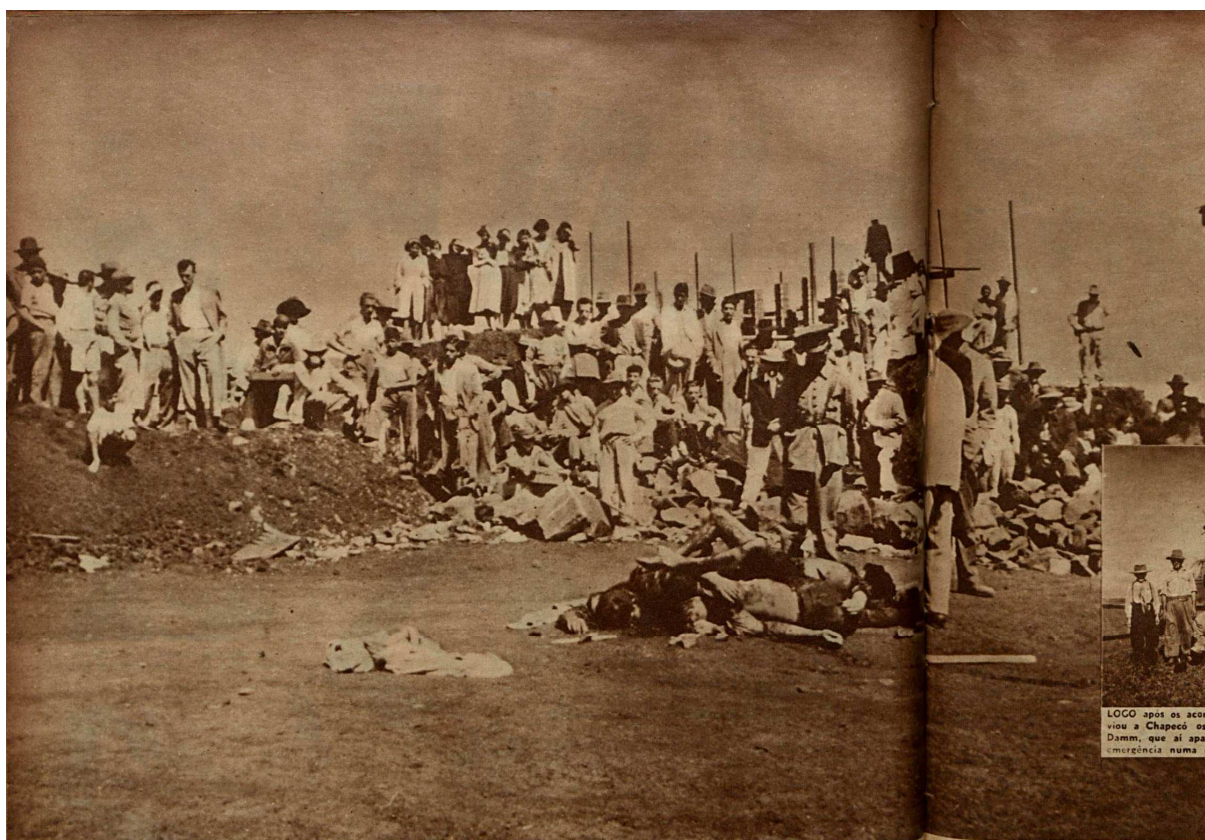
A presença de trabalhos acadêmicos de data próxima ou posterior ao ano 2000 a republicar fotografias de linchamento originalmente tornadas públicas por periódico jornalístico de 1950, de modo semelhante ao que se dá entre o livro acadêmico “Linchamentos: a justiça popular no Brasil” e os casos noticiados pela Revista Ilustrada no século XIX, indica novamente os trabalhos acadêmicos como atores importantes na circulação de imagens de linchamento no País.

Todas as imagens analisadas entre as décadas de 50 e 80 do século XX retratam os linchados. Entre 1950 e 1984, veem-se fotografias dos cadáveres. Em dois casos, notam-se, ao lado dos corpos, pedaços de paus, instrumentos da execução. As imagens de 1986 e 1987 são fotos do ato de linchamento. Nos dois últimos anos desse período, portanto, veem-se também os participantes da execução extralegal. Não há casos no *corpus* datados de 1985.

Destaca-se que a distância temporal de 20 anos entre o primeiro e o segundo caso do *corpus* nesse período reforça a ideia de que o jornalismo de revista antecipa tendências adotadas somente décadas depois pelos jornais impressos brasileiros, como também se notou na análise deste trabalho relacionada ao fim do século XIX.

Esclarece-se: a revista O Cruzeiro é a primeira do material analisado a publicar, em 1950, fotografias dos corpos dos linchados (Fotografia 8), prática que somente se observa em jornais a partir de 1970, com o jornal O Globo.

Fotografia 8 – Linchamento de Chapecó, 1950



Fonte: Leal (1950, p. 114).

Em todo o período, as imagens registram a presença de espectadores, adultos e crianças, do sexo masculino e feminino, separados ou não da cena do crime por cordão de isolamento. Em algumas delas, estão policiais.

Tal composição visual, de corpo de linchados observados por multidão, é uma constante no noticiário brasileiro, podendo ser considerada um formato padrão. O Linchamento do Poste (Fotografia 9), de 2015, por exemplo, também componente do *corpus* desta pesquisa, é igualmente retratada pela composição “cadáver rodeado por espectadores”.

Fotografia 9 – Linchamento do Poste, 2015



Fonte: G1 MA (2015, p. 6).

No período em análise, os cadáveres, em sua maioria, aparecem jogados no chão. A revista *O Cruzeiro* é a única a retratar uma montanha de três corpos entrelaçados, o que dificulta diferenciar quem é quem. Nos demais casos, os corpos no chão estão estirados relativamente distantes uns dos outros, sendo possível identificá-los individualmente.

Destacam-se dois casos em que o corpo é fotografado ainda amarrado a um poste de cimento e a uma árvore, em 1970 e 1978, respectivamente. Neles, vê-se em todos os jornais que os noticiam, *O Globo* e *FSP*, o corpo do linchado a tombar para frente, amarrado pela cintura, inerte, de cabeça baixa, como que derrotado pelos partícipes da execução (Fotografia 10). Em uma das fotos, a polícia parece desamarrar o cadáver.

Fotografia 10 – Linchamento de Jacarepaguá,⁴⁷ no jornal Folha de S. Paulo, 1978



Fonte: Benevides (1981, p. 14).

A posição corporal das pessoas em torno do linchado também é digna de nota: muitos olham para a câmera, por vezes, a sorrir e a posar para ela. Em um dos casos, a curiosidade dos espectadores é patente, ao inclinarem o próprio corpo para alcançar melhor ponto de vista em relação ao linchado (Fotografia 10).

Também merece destaque composição que aponta em sentido inverso: em que se retrata a mesma cena, de linchado e espectadores, mas sem identificar os curiosos (Fotografia 11): O Estado de S. Paulo, em fotografia publicada em 1978, registra o cadáver sendo observado por crianças e, presume-se, policiais.

⁴⁷ Linchamento no Morro do Agudo, em Jardim Iguaçu, Rio de Janeiro (RJ), em 19 de janeiro de 1970, em que Geraldo Viana de Carvalho, ou, em outra versão, Augusto Lopes da Silva, de 60 anos, com transtornos mentais, foi amarrado a poste, suspeito de furto.

Fotografia 11 – Linchamento de Jacarepaguá, em Folha de S. Paulo, 1978



Fonte: Multidão... (1978, p. 35).

Enquanto estes aparecem de frente para a câmera, as crianças estão de costas para ela, em um período em que parece não haver preocupação relacionada à identificação das pessoas fotografadas próximas a linchados, como se nota nas demais fotografias da época.

Reforça-se que, enquanto entre 1970 e a primeira metade da década seguinte parece haver uma política editorial de evitar a identificação do fotógrafo das cenas de linchamento, não se percebe uma prática reiterada semelhante no período em relação aos fotografados junto à cena da execução extralegal.

Encontram-se ainda no material analisado composições de fotografias maiores, dos corpos estendidos no chão, com fotos 3X4 dos linchados em vida, ou de familiar, também em vida, em plano da cintura para cima, como na Fotografia 12.

Fotografia 12 – Linchamento de Campinho/Jacarepaguá,⁴⁸ no jornal O Globo, 1981



Fonte: Linchado... (1981, p. 13).

Os jornais O Globo e O Estado de S. Paulo, em janeiro e dezembro de 1983, respectivamente, publicaram uma sequência de gravuras para retratar o passo a passo dos linchamentos.

Destaca-se que, na mesma reportagem em que publicou gravura, aquele periódico publicou ainda fotografia do corpo do linchado. Sobre o caso retratado por gravuras por O Estado de S. Paulo, O Globo publicou somente fotografia, também do corpo do linchado.

Infere-se, portanto, que não se trata de lançar mão de gravuras, na ausência total de fotografias dos linchados. Estas existem, conforme consta no *corpus*. O que

⁴⁸ Linchamento em Campinho, Jacarepaguá, no Rio de Janeiro (RJ), em 1º de fevereiro de 1981, em que Jocarly Soares foi morto a pauladas e pedradas, suspeito de duplo homicídio.

parece haver aí é uma escolha editorial por retratar em imagens o momento da execução, ao que tudo indica, este sim, sem fotografias disponíveis a respeito.

Em 1986 e 1987, aparecem os primeiros registros fotográficos brasileiros de instantes de linchamento. Em dois casos, O Globo publica fotos do corpo ainda em chamas (Fotografias 13 e 14).

Fotografia 13 – Corpos incendiados no Linchamento de Umuarama, em O Globo, 1986



Já deformados, os cadáveres são queimados na Praça Miguel Bossafa

Fonte: Povo... (1986, p. 7).

Fotografia 14 – Corpo incendiado no Linchamento de Guanambi,⁴⁹ em O Globo,
1987



Após o desfile, o corpo é queimado

Fonte: Ódio... (1987, p. 13).

É também nesse período que aparecem pela primeira vez nas fotografias partícipes do linchamento a posar para a câmera. Aí, tal qual na análise de vídeos por Salles e Sacramento (2014), os praticantes da execução sumária não demonstram preocupação em esconder sua identidade.

Em 1986, O Globo mostra diversas pessoas em pé, atrás do linchado, a apoiá-lo com as mãos, para que este saia na foto sentado sobre uma poça de sangue (Fotografia 15).

⁴⁹ Linchamento no município de Guanambi (BA), em 30 de março de 1987, em que Antonio Gomes Oliveira, detido por homicídio de garoto de 10 anos, foi retirado de delegacia, morto a pancadas e facadas e teve o corpo queimado e exibido em “desfile” em caminhonete pela cidade. Parte do linchamento foi gravado em vídeo, por 20 minutos, por Cícero Barbosa dos Santos, que filmava festas de casamento e partidas de futebol locais.

Fotografia 15 – Linchamento de Umuarama, em O Globo, 1986



Fonte: Povo... (1986, p. 7).

Em outra fotografia, do mesmo periódico, em 1987, um homem, voltado para a câmera, sustenta com as mãos, na altura de seus quadris, as pernas do linchado, deitado com os braços estendidos sobre a carroceria da caminhonete, na qual, segundo a legenda, o corpo “desfilou” por toda a cidade (Fotografia 16).

Fotografia 16 – Linchamento de Guanambi, em O Globo, 1987



Fonte: Ódio... (1987, p. 13).

Além dos olhares direcionados aos linchados ou à câmera, fotografias registram pessoas a olharem para o horizonte ou outros pontos que não podem ser precisados (Fotografia 17). Um dos efeitos possíveis dessa composição é a de indiferença da população diante daquela violência.

Fotografia 17 – Linchamento de Jacarepaguá, no jornal Folha de S. Paulo, 1978



Fonte: A terrível... (1978, p. 1).

Tal qual nas gravuras do século XIX, em fotografias deste período é possível encontrar enquadramentos com desnível entre partícipes do linchamento e o linchado, em que, por vezes, este aparece de corpo inteiro, enquanto os primeiros não cabem no recorte, são mostrados dos pés até os ombros (Fotografia 18).

Fotografia 18 – Linchamento de Jacareparguá, em O Globo, 1978



Fonte: Linchamento... (1978, p. 2).

Ressalva-se que nesse caso não se trata de resguardar a identidade dos envolvidos, visto que o periódico publicou ao lado ou em edições anteriores fotografia em que é possível ver o rosto de diferentes pessoas.

Essa composição de inferioridade dos linchados também pode ser notada em fotografias dos corpos, por vezes, somente de cueca, alguns sendo queimados vivos.

Em contrapartida, ao lado de uma dessas fotos, há outra em que um grupo aparece em nível acima da multidão (Fotografia 19). A legenda esclarece que estão sobre um dos carros da polícia que foi virado pelos manifestantes, antes do linchamento. A cena lembra uma imagem qualquer de conquista de território, como o topo de uma montanha, a chegada do homem à Lua ou a invasão de território inimigo em guerra.

Fotografia 19 – Linchamento de Araras,⁵⁰ em O Estado de S. Paulo, 1984



Fonte: Garcia (1984, p. 18).

Destaca-se outra composição: uma sequência vertical de fotos, do enquadramento mais aberto para o mais fechado. No primeiro, aparece o cadáver amarrado a uma árvore. No último, parte do corpo pendente, ainda preso por cordas. Cada foto acompanha legenda, com reticências: “Preso à árvore por uma corda amarrada na cintura...”, “o corpo do linchado a socos, pauladas...”, “...pedradas e pontapés, por tentar roubar Cr\$ 15 mil” (Fotografia 20).

⁵⁰ Linchamento no município de Araras (SP), em 21 de dezembro de 1984, em que quatro homens réus por latrocínio foram mortos no Fórum da Cidade.

Fotografia 20 – Linchamento de Jacarepaguá, em O Globo, 1978



... Preso à árvore por uma corda amarrada na cintura...



...o corpo do ladrão linchado a socos, pauladas...



...pauladas e pontapés, por tentar roubar Cr\$ 15 mil

Fonte: Assaltante... (1978, p. 16).

A forma escolhida para contar a história, de forma fracionada, em texto e imagem, lembra uma fotonovela, e cria um efeito de suspense e aumento gradativo da tensão.

Fotografias com recortes gradativamente mais centrados no cadáver também podem ser vistas em caso publicado originalmente em 1970 pelo jornal O Globo (Fotografias 21 a 23): as duas republicações da mesma foto do linchado, uma três dias e a outra três anos depois, são editadas, ficando cada vez mais reduzidas à figura do morto e do poste onde ele está amarrado.

Fotografia 21 – Linchamento de Jardim Iguaçu, em O Globo, 20 de janeiro de 1970



Fonte: Morreu... (1970, p. 21).

Fotografia 22 – Linchamento de Jardim Iguaçu, em O Globo, 23 de janeiro de 1970



Fonte: Linchador... (1970, p. 15).

Fotografia 23 – Linchamento de Jardim Iguaçu, em O Globo, 11 de março de 1970

O romance da realidade



Fonte: J. Gomes (1973, p. 23).

Em relação à versão primeira da fotografia, foram excluídos quase que totalmente os elementos do entorno, como os espectadores, uma estaca de madeira da cerca e tijolos no chão. O efeito final se aproxima da ideia de ícone, imagem minimalista que representa algo mais complexo.⁵¹

As gravuras de linchamento desse período, referentes a dois casos ocorridos em 1983 (Figuras 17 e 18), diferem-se dos desenhos do século XIX: enquanto estes lembram ilustrações de livro da época, aquelas se assemelham à estética de histórias em quadrinhos.

⁵¹ Como se pode notar, aqui não se usa o termo “ícone” pelo ponto de vista semiótico, em que aquele conceito é entendido como qualquer signo que represente pela semelhança.

Figura 17 – Gravura do Linchamento de Barracão,⁵² em O Globo, 1983



Fonte: Multidão... (1983, p. 6).

Figura 18 – Gravura do Linchamento de Parelheiros,⁵³ em O Estado de S. Paulo, 1983



Fonte: Sávio (1984, p. 12).

⁵² Linchamento no município de Barracão (PR), em 24 de janeiro de 1983, em que foram mortos a paus e pedras, seis detidos por homicídio, sendo cinco homens e uma mulher.

⁵³ Linchamento no Jardim del City, no distrito de Parelheiros, em São Paulo (SP), em 22 de dezembro de 1983, em que dois homens adultos e um adolescente foram mortos a pauladas e pedradas, suspeitos de assalto.

No século XIX, veem-se gravuras únicas que resumem toda a história, ainda que compostas da junção de mais de um desenho. Na década de 1980, trata-se de uma sequência de gravuras, também em preto e branco, com ou sem legenda, em ordem cronológica, em um dos casos, indicada por setas.

Destaca-se o caso de 23 de dezembro de 1983, noticiado por O Estado de S. Paulo, em que há um quadrinho unicamente com o rosto com expressão de medo daquele que parece ser um dos linchados (Figura 18).

De modo geral, as gravuras desse período destacam expressões faciais de raiva e apreensão, as quais não se veem nas fotos dos atos de linchamento da época. A constatação indica haver aí uma escolha estética na elaboração dos desenhos, para além do caráter informativo.

Ainda nas gravuras, os personagens que praticam o linchamento seguram facas ou pedaços de pau, com os quais agridem os linchados. Em um dos quadrinhos, os participantes da execução, ao fundo, empunham porretes, com cadáveres enforcados em primeiro plano.

Aqueles que estão sendo linchados parecem não conseguir se defender, imobilizados, no chão ou com o corpo em queda, ou ainda enforcados. De modo semelhante, no caso de 25 de janeiro de 1983, noticiado por O Globo, dois soldados de guarda são retratados com as mãos para o alto, rendidos por encapuzados. Esta edição é também a única do *corpus* a ter mapa desenhado da localidade do linchamento.

Além disso, na sequência de gravuras de O Globo quase inexistente cenário de fundo: o foco é a ação. O intento do ilustrador de retratar o estritamente necessário fica ainda mais marcado nas silhuetas apenas contornadas, sem preenchimento, na última gravura. Nela, aparecem os partícipes do linchamento, lado a lado, em diferentes profundidades de campo, após a execução. A imagem lembra a cena final de um filme de heróis, vencida a batalha, ou a capa do disco de uma banda musical qualquer.

De modo geral, a republicação das imagens de linchamento desse período é ínfima. A fotografia do Linchamento de Chapecó, publicada pela revista O Cruzeiro, em 1950, apenas é encontrada novamente em dois trabalhos acadêmicos em data próxima ou posterior aos anos 2000.

Em um deles, na terceira edição do livro “O linchamento que muitos querem esquecer” (HASS, 2013), a autora credita equivocadamente três fotos dos corpos dos linchados àquela revista. Nas duas primeiras edições da obra, as imagens aparecem sem crédito. Supõe-se que as fotografias tenham sido retiradas do respectivo processo-crime ou de algum dos periódicos citados no livro acadêmico.

As diferentes versões do referido livro (HASS, 2003, 2013) publicam as mesmas fotografias. Entretanto, da segunda para a terceira edição, as imagens são reduzidas, ao mesmo tempo em que há cortes nas bordas que suprimem parte das figuras retratadas. Ainda assim, tais alterações não significam mudanças representativas de conteúdo.

Em relação à circulação das imagens de linchamentos dos demais jornais do período, não se chegou a nenhum resultado, nos já citados *sites* de busca, pesquisa por tais imagens e pela palavra “linchamento”, combinada ao ano da execução e ao nome da localidade ou do linchado.

Em dois casos, datados de 1970 e 1978, uma foto de cada volta a ser publicada posteriormente no mesmo periódico, três e nove anos depois da publicação original, respectivamente. O mesmo acontece com duas fotografias de um terceiro caso, ocorrido em 1984. Todavia, nessa ocasião, o tempo entre a publicação original e sua republicação é menor: em relação a uma, a diferença é de quatro dias; quanto à outra, cerca de dois meses. Outro destaque é em relação ao caso de 1978: nele, o jornal Folha de S. Paulo publica fotografia de O Globo, com o devido crédito, três anos depois.

Considerando que edições de periódicos que compõem o *corpus* são somente aquelas com imagens de linchamento, não foi encontrado no período conteúdo produzido pelo público leitor, para além das declarações como fonte das notícias. Ressalva-se que neste recorte temporal foram encontrados artigos de opinião sobre os casos analisados. Todavia, a publicação desses artigos deu-se em edições sem imagens de linchamento, razão pela qual tais textos ficaram de fora do presente *corpus*.

Quanto aos sentidos associados aos linchamentos retratados pelas imagens em análise no período, apontam-se, de forma predominante: justiça/injustiça, anomia, passionalidade, exotismo, ato ligado a questões contextuais complexas.

Percebem-se posturas diferentes no texto quando se trata de linchamento considerado injusto pelo redator em relação às notícias em que, para aquele, a execução tem justificativa. O comportamento é semelhante ao citado por Litwack (2000) em relação a jornal impresso estadunidense que julgava cada linchamento como certo ou errado de acordo com a natureza do crime do executado.

No presente *corpus*, quando o linchado é apontado como inocente pelo crime que lhe foi imputado, de modo geral, são empregados, para se referir àquele, os termos vítima, inocente, trucidado, que “morreu à mingua de socorro”; e, em relação aos partícipes do linchamento, usam-se “culpados”, alguém que faz “confissão fria”. De forma complementar, o linchamento é descrito como massacre, brutalidade, covardia e engano.

Todavia, quando o redator considera o indivíduo, de fato, autor do crime que motivou seu linchamento, este é referido por termos como: incendiário, assaltante, ladrão, ex-presidiário, marginal, bandido. Ainda que o linchado seja vítima de um crime (homicídio), nessa situação, o termo “vítima” não é empregado para descrevê-lo.

Ressalva-se que foram encontrados ainda casos em que essas duas posturas expostas acima se confrontam no texto. Por exemplo, quando a mesma matéria nomeia o linchado como assaltante e o linchamento como covardia ou massacre.

Outro sentido comum é o da anomia, entendido como ausência de regras, geralmente, associado à omissão do Estado como mantenedor da segurança pública. Nesses casos, citam-se palavras e expressões como: “Onde a lei e a ordem não chegam”, “sem condições de policial”, “falta de policiamento”, “medo”.

No linchamento como resultado da passionalidade das pessoas, encontram-se construções como: população enfurecida, ódio, raiva, descrições de comemoração do linchamento por moradores com fogos de artifício, etc.

Destaca-se que os sentidos de anomia e passionalidade convergem com o do linchamento como ato de justiça, uma vez que corroboram o argumento de que tal execução extralegal se justifica pela omissão ou ineficácia do Estado ou, ao menos, se atenua, ao ser resultado do descontrole emocional episódico de alguns indivíduos.

No sentido do linchamento como exótico, que gera curiosidade, são explorados os elementos pitorescos do acontecimento: as técnicas de tortura e execução (pauladas, pedradas, enforcamento, amarrar em para-choque de carro, etc.) e aspectos inusitados, como um linchamento ocorrido durante ensaio de escola de samba. Tal sentido é reforçado em legendas que descrevem, nas fotografias, pessoas a observarem o cadáver, como algo chamativo.

Encontra-se também o linchamento como ato ligado a questões contextuais complexas, em que se apontam causas sociais, políticas, etc. Destaca-se que tal sentido é encontrado tanto já nas primeiras matérias sobre os casos, quanto em textos com maior distanciamento temporal e/ou epistemológico.

Contudo, quanto maior o distanciamento, mais profundo é o debate sobre tais causas, como em matérias analíticas e trabalhos acadêmicos, publicadas anos ou, até mesmo, décadas após o linchamento.

Fora o deslocamento de sentido relacionado factualmente ao linchamento para uma preocupação sobre algo mais amplo, como suas causas, nesse período, percebe-se, de modo geral, uma estabilização de sentidos sobre os casos, durante toda sua respectiva circulação.

Destaca-se caso de 1984, em que o jornal Folha de S. Paulo noticiou inicialmente um linchamento como represália a diversos crimes, depredações de vários bares e ameaças a “muita gente”. Quatro dias depois, o mesmo periódico publicou que os comerciantes eram os maiores interessados na execução.

Segundo o jornal, antes da prisão, esses empresários pagavam homem para proteger a área. Com sua prisão, eles o teriam abandonado, razão que motivou as depredações e ameaças, após sua soltura. Ameaçados, contrataram justiceiros e tentaram simular uma execução espontânea por multidão.

6 LUZ, CÂMERA... LINCHAMENTO NO BRASIL: ENTRE AS DÉCADAS DE 1980 E 2010

“O fruto espúrio reluz
À subsombra desumana dos linchadores”
Caetano Veloso (1991, p. 6).

Neste capítulo, serão analisadas a produção e a circulação de imagens de linchamento ocorridos entre as décadas de 1980 e 2010. Trata-se de vídeos analógicos e digitais publicizados inicialmente em meios eletrônicos ou digitais.

6.1 LINCHAMENTO NAS DÉCADAS DE 1980 E 1990 E VÍDEOS ANALÓGICOS NA TV ABERTA BRASILEIRA: VISÃO, SOM E FÚRIA

As imagens de linchamento em análise entre as décadas de 80 e 90 do século XX são vídeos analógicos cuja autoria não é possível precisar somente pelo audiovisual.

Não há registro de quem tenha feito o vídeo do Linchamento de Umuarama. Indícios apontam como autor um morador do município que não é profissional da área e cuja identidade é incerta.

Segundo comentário de um internauta no *blog* Power Guido Fest (INFORZATO, 2009), um “raríssimo” VHS com filmagens feitas por morador foi apreendido pela polícia.

Informação publicada em outro *blog* reforça a inferência de que o vídeo não foi produzido por cinegrafista de TV. De acordo com o Blog do Rigon (2007, p. 1): “A filmagem do linchamento foi adquirida com exclusividade pela Globo, que nunca colocou no ar as imagens na íntegra”.

O vídeo do Linchamento de Matupá é atribuído ao cinegrafista “amador” Lenon José Durrewald, que filmava casamentos na época (LEIA, 2000). Reforça-se que o termo “amador”, entre aspas, indica a forma como o referido cinegrafista é comumente citado, em notícias, principalmente, ainda que se trate de profissional da área da captação de imagens.

Tal como acontece com as fotografias, entre as décadas 1950 e 1980, no período entre as décadas de 80 e 90 do século XX, notam-se também os jornais, de um caso para o outro, passarem a divulgar a identidade do autor dos vídeos de linchamento. Entretanto, o *corpus* deste último recorte temporal, composto por um par de casos, é insuficiente para se concluir se a diferença de comportamento entre os dois foi resultado de mudança editorial.

Nos vídeos, veem-se diferentes etapas dos linchamentos. Conseqüentemente, linchados, partícipes da execução, espectadores e policiais. Os primeiros aparecem sem reação, estirados no chão ou arrastados pela rua, com o corpo em chamas, alguns vivos, ou carbonizados.

Quando incendiado vivo, pelo menos um se debate no chão. Com o corpo ainda em chamas, geme, grita de dor, balbucia palavras de perdão a Deus e responde a questionamentos feitos a ele por espectadores.

Considerando que no ano de 1986, como já dito, as fotografias de linchamento, da cena da ação finalizada, passaram a retratar o linchamento em realização, e que o primeiro caso de vídeo de linchamento (Fotografia 24), datado do mesmo ano, já registra o ato da execução extralegal, infere-se que a presença dessa produção audiovisual alterou o modo de fazer fotografias de linchamento.

Fotografia 24 – *Frame* de vídeo do Linchamento de Umuarama, 1986



Fonte: 30 anos... (2016).

No Linchamento de Umuarama, os partícipes da execução chutam, arrastam pelas ruas corpos amarrados a um carro, ateiaram fogo nos linchados, batem palmas, vibram diante dos cadáveres em chamas.

No Linchamento de Matupá, ouve-se um contínuo burburinho dos partícipes da execução. Eles também vibram e zombam dos linchados. Um homem na multidão se aproxima de um dos executados para inquiri-lo e ouvir as respectivas respostas. Outros pegam pedaços de ouro que pertenceriam à vítima do roubo motivador do linchamento, objeto de valor que aparece junto ao corpo com a queima de sua roupa.

Assim, os linchados aparecem sempre em nível inferior aos dos partícipes do linchamento, mesmo quando estes estão de cócoras, e a câmara filma aqueles de cima para baixo (câmera alta).

O conjunto de matérias telejornalísticas sobre Matupá narra acontecimentos do sequestro até o julgamento dos réus. Com isso, veem-se a família mantida refém, uma mulher com criança no colo, dentro da casa, a polícia em volta da residência, e a multidão do lado de fora da cerca, entre eles um homem com espingarda.

Veem-se ainda policiais negociarem com os suspeitos do sequestro, estes se entregarem à polícia, um avião a aterrissar para levá-los em segurança, policiais os escoltarem, segurando-lhes as mãos até o carro, em forma de corrente humana, policiais se abaixarem, ao som de tiro, e alguém do lado de dentro da cerca, próximo ao carro, levantar o braço como que pedindo o cessar dos tiros.

No momento da liberação de reféns, ouve-se uma voz ambiente narrar: “Está saindo o filho de [inaudível], com nenê no colo”. Veem-se também as pessoas promoverem o linchamento, na presença, inclusive, de crianças.

Quanto ao julgamento, o repórter diz que lembrar crime acontecido há mais de 20 anos fez até réu chorar no tribunal. Em seguida, o referido réu confessa crime e explica como ateou fogo nos linchados.

O repórter narra ainda que o Ministério Público tentou sensibilizar os jurados com a presença da viúva de um dos linchados. Durante o julgamento, o promotor fala que aquela foi corajosa por ir à sessão: “não importa se a senhora não pôde falar”, diz ele. O jornalista pondera que, mesmo diante da apelação dos promotores pela condenação dos réus, os jurados optaram pela absolvição.

Com base na observação das imagens e de informações complementares sobre a filmagem em VHS, sustenta-se que o cinegrafista fez vários planos-sequência, com pausas. Em cada uma dessas sequências, realizou movimentos de câmera e enquadramentos para acompanhar os acontecimentos o mais perto possível, como *zoom* que, de fora, captou imagens dos sequestrados dentro da casa e *close up* do rosto dos linchados com sangue.

Em matéria de TV, a imagem do corpo ensanguentado é amenizada, com efeito de desfocagem, enquanto o restante do quadro não recebe o mesmo efeito (Fotografia 25).

Fotografia 25 – Corpo de linchado desfocado em *insert* de vídeo em reportagem de TV sobre Linchamento de Matupá



Fonte: Chacina... (2012).

Algo que chama a atenção é o fato de os entrevistados da matéria não se identificarem. Suas sombras no chão é que aparecem no vídeo (Fotografia 26). Em contrapartida, no momento do linchamento, as pessoas parecem não se importar por serem filmadas.

Fotografia 26 – Entrevistado com identidade preservada em reportagem de TV sobre Linchamento de Matupá



Fonte: Chacina... (2011a).

Em uma das matérias, aparece ainda o julgamento, durante o qual imagens do VHS são projetadas na parede, como prova material do crime (Fotografia 27). Outro registro de um registro se identifica na imagem de alguém com gravador de voz analógico na mão (Fotografia 28), no momento em que os homens que seriam linchados posteriormente se entregam à polícia.

Fotografia 27 – Projeção de vídeo de Linchamento de Matupá durante julgamento



Fonte: Chacina... (2011b).

Fotografia 28 – Homem com gravador de voz em vídeo de Linchamento de Matupá,
1990



Fonte: Chacina... (2012).

Particularidade semelhante chama a atenção no vídeo do Linchamento de Umuarama: o registro visual de um outro que também registra imagens do acontecimento (Fotografia 29): trata-se de homem que empunha câmera fotográfica. Supõe-se que seja uma câmera profissional e que o fotógrafo trabalhe para o jornal Folha de Londrina, que cobriu o caso e publicou fotografia que se tornou ícone do caso, por sua hipercirculação (Figura 19).

Fotografia 29 – Fotógrafo em vídeo do Linchamento de Umuarama, 1986



Fonte: 30 anos... (2016).

Figura 19 – Jornal Folha de Londrina, 1986



Fonte: Em 1986... (2017, p. 3).

O Linchamento de Umuarama é o primeiro no Brasil, encontrado pela presente investigação, com registro visual por mais de um autor. É também o único até a década de 2010.

Não há registros de circulação na íntegra do vídeo bruto do Linchamento de Umuarama. O que se encontra é matéria telejornalística da época que utiliza trechos do vídeo e que foi postada no YouTube. Todas as ocorrências de republicação dessa matéria são *posts* naquela plataforma digital ou notícias *on-line*, *posts* em *blog* ou artigos de *site* com o referido vídeo do YouTube incorporado à página.

Reforça-se que esta pesquisa não teve contato com o vídeo original, sem intervenção jornalística. Há que se considerar, portanto, que a presente análise é feita sobre material resultante de processo de produção noticiosa, e, conseqüentemente, com os respectivos filtros e outras características correlatadas. Desse modo, não foi possível observar o objeto antes de ser posto em circulação pela engrenagem jornalística.

Quanto ao Linchamento de Matupá, encontrou-se trecho de vídeo em *blog*, sem edição jornalística. Não se trata de material bruto, mas trechos juntados por editor, com efeito de transição entre os fragmentos: são três minutos de um total de 56 minutos de tudo que foi gravado em VHS naquele dia (PETRAGLIA, 2013). Além

disso, há matérias telejornalísticas postadas no YouTube, notícias *on-line*, *posts* em *blog* e *sites*.

Em ambos os casos, o vídeo dos linchamentos traz uma narrativa observacional. O efeito de objetividade que tal narrativa produz dificulta a apreensão do sentido do audiovisual pelo ponto de vista do produtor, para além de uma análise de efeitos estéticos provocados no analista ou por este projetados em um observador ideal.

O cinegrafista que registrou o Linchamento de Matupá teve publicado em 1991, quatro meses após a execução, artigo na revista *Veja*, cujos trechos foram replicados cerca de dez anos depois no jornal *Diário de Cuiabá* (LEIA, 2000).

No texto, o profissional classifica o crime como barbárie, tragédia, barbaridade, que ele teria tentado impedir, com a ajuda de uma senhora de 25 anos. “Cheguei a gritar umas duas ou três vezes que eles já tinham sofrido demais e que não se podiam queimar pessoas vivas”. (LEIA, 2000, p. 1).

De modo diferente, em outros trechos do artigo, o cinegrafista parece amenizar a “barbaridade” do linchamento. Cita o padre, que, no sermão da primeira missa de domingo após a execução, condenou o crime, mas não fez um “sermão indignado, de quem está com o chicote na mão”. Segundo o articulista, o padre “conhece a realidade local, é ele quem enterra pais e mães de famílias vítimas dos assaltos e estupros”. (LEIA, 2000, p. 1). E complementa:

Antes da tragédia o governo não tomava conhecimento dos problemas de Matupá, embora a violência imperasse na cidade sem punição (...) A maioria da população condena a chacina, mas o governo não nos deu nada para ter o direito de agora de cobrar alguma coisa [...]. (LEIA, 2000, p. 1).

Ressalta-se que o vídeo não confirma ou refuta a versão do cinegrafista de que teria se oposto à execução extralegal. Não se percebe fala dele festejando ou movimentos bruscos de câmera de quem, com filmadora na mão, vibra pelo linchamento, como vários espectadores que aparecem nas imagens. Todavia, também não se vê manifestação inequívoca dele contrária ao linchamento.

Além disso, nenhum desses sentidos presentes no artigo, do crime como barbárie ou como consequência da violência anterior no município, está claro no audiovisual, como proposta de seu autor. Ou seja, o observador do vídeo pode

chegar a tais sentidos, no nível da interpretação, ainda que não se tenha certeza de que o cinegrafista realmente quisesse produzir tais efeitos.

O material audiovisual mais antigo e mais replicado sobre o Linchamento de Umuarama é de uma notícia de programa de TV de 1986, ano do caso: trata-se do programa 86 – Aconteceu na Polícia, da Rede Tarobá, afiliada da Rede Bandeirantes. A voz do delegado guia a matéria. Não por acaso, o sentido predominante é o de que a polícia tentou de todas as formas, mas não conseguiu impedir o linchamento.

Tal constatação indica um alinhamento ideológico entre a instituição policial e a cobertura televisiva brasileira de crimes, ainda mais comum naquele período. Vários autores (AMARAL, 1978; ARGOLO, 2008; KLAHR, BARATA, 2009; OLIVEIRA, A. 2002; PIMENTEL, 2016; RAMOS, PAIVA, 2007) apontam que, marcada pela ausência de um distanciamento crítico em relação à polícia, a cobertura de crimes pelo jornalismo tem, muitas vezes, se confundido com o *modus operandi* daquela instituição.

O sentido de que a polícia se esforçou para garantir a lei é reforçado mais de uma vez na fala da referida autoridade, entretanto a análise dos *inserts* referentes à execução não o corrobora: imagem e som do linchamento não indicam se a polícia se opôs, colaborou ativamente com ou foi omissa à execução. Não é possível identificar a presença de policiais nesses trechos.

Outras falas apontam no sentido contrário ao de que a polícia tentou cumprir seu dever legal, mas foi impedida pela multidão. No YouTube, um internauta comenta como se aquela instituição fora omissa: “policiais estão de parabéns deixou a população agir” – rudinei chiodi. (MATÉRIA, 2010, p. 4). Uma notícia do jornal Bemdito informa que, segundo relatos, diante da aglomeração de cerca de duas mil pessoas em frente à delegacia, “praticamente não houve resistência policial e os assassinos confessos teriam sido mortos a pauladas”. (LINCHAMENTO, 2016b, p. 2).

Ainda na matéria cujo monopólio da fala é do delegado, notam-se os sentidos de que o linchamento é algo indesejado, “lamentável”, segundo o entrevistado, e que as pessoas que participaram da execução extralegal não queriam praticar um ato violento generalizado e aleatório.

Ao utilizar o termo “justiça com as próprias mãos”, o delegado comenta: “se é que se pode chamar isso de justiça”. (30 ANOS, 2016). Além disso, a autoridade policial declara que não foi agredida, tampouco seus subordinados ou outros presos que não os acusados pelos crimes que motivaram o linchamento: “os presos que se encontravam [...] nessas outras celas, temendo que eles poderiam ser linchados [...], acabaram por indicar: [...] ‘é a [cela] sete, é a sete, é a sete’, para que a população [...] não os matasse [...]”. (30 ANOS, 2016).

Ao longo da circulação, torna-se secundário o sentido de que a polícia se esforçou para cumprir seu papel. Ao migrar para outras páginas na *internet*, o caso reveste-se do sentido de que se trata de uma “tragédia horrível”, “infelizmente”, “fatídica”, um “trauma”, algo “macabro”, um “choque”, uma “cicatriz” para a cidade, que ganhou repercussão nacional, com a cobertura da revista *Veja*.

Outro sentido é de que os linchados eram bandidos, criminosos, o que indica um processo de justificação da execução extralegal, similar ao que se dá com a qualificação Bandido Aberração, de acordo com a classificação de Cerqueira e Noronha (2006).

De modo geral, dois macrossentidos se sobressaem nos comentários dos internautas: o de aprovação e o de reprovação do linchamento.

Quanto ao primeiro, veem-se comportamentos vários, como: a parabenização aos partícipes do linchamento e a ofensa aos linchados, a sugestão de que a pena extralegal virasse modelo para outros casos e o levantamento de supostas consequências benéficas da execução.

Nota-se, portanto, que os internautas promovem, segundo classificação de Lobo e Coutinho Filho (2017), linchamento em rede, ao se apropriarem do dispositivo mediático digital para atuarem como instigadores da execução (RODRIGUES, D., 2013).

Quanto ao segundo macrossentido, o de reprovação ao linchamento, em menor proporção, entre outras, aparecem manifestações de que as famílias dos linchados também sofreram e que se deveria deixar o caso para a justiça divina.

Tal como apontado em pesquisa anterior (PIMENTEL, 2016), em seus comentários, os internautas vão além das esperadas posições contra e a favor em relação à execução extralegal.

No *corpus* aqui analisado, também se trazem assuntos outros para o debate: criticam o sistema judiciário e os agentes políticos, citam o custo financeiro do sistema prisional, a formação de facções, a corrupção de ONGs, defendem a pena de morte, o armamento e a tortura.

Os comentários de internautas no YouTube e na respectiva seção a este fim reservada em *blogs* e *sites* se referem ainda à filmagem da execução e à cobertura de veículos de comunicação antes e depois dos linchamentos, citando inclusive uma eventual interferência dessa cobertura na ocorrência daqueles crimes.

As matérias para as quais circulam as imagens do Linchamento de Matupá, mais de 20 anos após sua ocorrência, trazem sentidos ambíguos, como condenar o linchamento, chamando-o de assassinato brutal, por exemplo, ao mesmo tempo em que enfatizam o lugar dos linchados de transgressores da lei, denominando-os como bandidos, criminosos, ladrões e assaltantes.

Segundo essas matérias, os moradores que lincharam estavam “enfurecidos”, “revoltados” com o crime motivador do linchamento (sequestro), em uma cidade de pouco mais de 14 mil habitantes, o que traz o sentido de localidade tranquila, pacata. Em contrapartida, há também destaque à repercussão mundial obtida pelo caso.

Ouve-se ainda nas matérias que os policiais cooperaram com a execução. A narração do repórter e do apresentador do programa reforça essa ideia, bem como a imagem de um policial que segura pela parte de trás da camisa e chuta nas nádegas homem sentado, que depois seria linchado. Com o chute, este se levanta do chão. Em passagem, o repórter narra que policiais “teriam liberado os três ladrões” e “pediram para que eles corressem, pois iriam morrer”. (CHACINA, 2011a).

Ainda na narração do repórter e do apresentador é possível perceber a recorrência à voz passiva ou verbos que indicam passividade, como “foram mortos” e “recebeu tiro”. A escolha léxica ofusca a figura do agente da ação referida.

Na sua narração, o repórter destaca ainda dois cortes na sequência das imagens em VHS do linchamento, em que, entre um dos cortes e a retomada da filmagem, os policiais não aparecem mais: somente os linchados à mercê da população.

Dois sentidos opostos também se tensionam nas matérias sobre Matupá: o de que as instituições cumpriram seu papel convive com o de que o julgamento demorou a ser realizado, fazendo com que o crime prescrevesse. Além disso, na pergunta do repórter, é levantada a possibilidade de o Ministério Público não ter apresentado provas suficientes para a condenação dos réus.

Algumas matérias exploram mais o áudio ambiente das filmagens da época do linchamento. Com isso, ouve-se a polícia negociar com os homens que depois seriam linchados e garantir-lhes segurança. No *off*, o repórter diz que as promessas do policial não seriam cumpridas.

Em uma das matérias de TV, escuta-se a população gritar, continuamente, “mata, mata”, na rendição à polícia dos homens após o sequestro. Ouve-se também alguém narrar o que se passa, simultaneamente ao acontecimento: “população agitada pedindo para serem mortos os assaltantes”. Cogita-se a possibilidade de se tratar de repórter de rádio ou do próprio cinegrafista.

Em resumo, dois *frames* do VHS predominam na circulação de imagens estáticas do Linchamento de Matupá. Ambos com ângulo e enquadramento muito semelhantes: neles, veem-se os corpos em chamas e um aglomerado de pessoas a observá-los, a meia distância, umas ao lado das outras (Fotografias 30 e 31).

Fotografia 30 – *Frame* de vídeo do Linchamento de Matupá, 1990



Fonte: Acusado... (2016, p. 2).

Fotografia 31 – *Frame* de vídeo do Linchamento de Matupá, 1990



Fonte: Loureiro (2000, p. 1).

Provavelmente, os referidos *frames* sejam momentos próximos um do outro na sequência do vídeo, por volta do instante em que foi ateado fogo aos corpos. Em uma das imagens, um homem, de camisa verde, aparece de costas, a caminhar para longe do fogo (Fotografia 30). Em outra, a perna do linchado está levemente levantada (Fotografia 31). Trata-se do momento em que ele se debate ao ser incendiado. Tal detalhe, a perna levantada do linchado a se debater, é a diferença mais notável entre os dois *frames*.

Quanto às matérias telejornalísticas, as imagens do VHS mais recorrentes são do momento do sequestro, evidenciando ou não a negociação com a polícia. São frequentes também imagens da aglomeração de pessoas em volta dos corpos com indício de fogo, dos linchados em chamas e do instante em que um homem joga gasolina neles.

Outros momentos recorrentes são quando os suspeitos se entregam à polícia e liberam os reféns, e um policial agride um daqueles. Há ainda imagens da população próxima à casa na hora do sequestro, do rosto do linchado, da polícia armada a manter a população afastada, dos corpos estirados no chão antes de incendiados.

Algumas notícias *on-line* são republicadas na íntegra em outros sítios (Figuras 20 a 24), o que inclui os mesmos texto (título, intertítulos, olho, corpo da matéria e, por vezes, a legenda da imagem) e fotografia.

Figura 20 – Notícia no jornal *on-line* Olhar Jurídico, 2016

The screenshot shows the Olhar Jurídico website interface. At the top, there is a navigation bar with the site's logo and the date 'Sábado, 14 de setembro'. Below the navigation bar, the main headline reads 'Silval Barbosa será escoltado para depor em júri sobre chacina de Matupá'. The article is categorized under 'Notícias / Criminal'. A sub-headline indicates the author: 'Da Redação - Arthur Santos da Silva' and the date: '04 Abr 2016 - 18:23'. There are social media sharing buttons for Facebook, Twitter, and Google+. A large photograph shows a group of men in a rural setting, with a red path leading through a field. To the right of the main article, there is a sidebar with a 'criminal' tag and several news snippets, including 'Afastamento de cinco conselheiros do TCE completa dois anos com expectativa de retorno', 'Empresário envolvido em esquema de R\$ 27 mi terá julgamento presencial no STF', and 'Imóvel de Silval avaliado em R\$ 1,2 milhão é retirado de leilão após Estado demonstrar interesse'. There is also a 'mais notícias' button and an 'artigos' section with a snippet about Carlos Rafael Demian Gomes de Carvalho.

Fonte: A. Silva (2016, p. 1).

Figura 21 – Notícia no jornal *on-line* Olhar Cidade, 2016

The screenshot shows the Olhar Cidade website interface. At the top, there is a navigation bar with the site's logo and a search bar. Below the navigation bar, the main headline reads 'Silval Barbosa será escoltado para depor em júri sobre chacina de Matupá'. The article is categorized under 'NOTÍCIAS'. A sub-headline indicates the author: 'Da Redação - Arthur Santos da Silva' and the date: '04 Abr 2016 - 18:23'. There are social media sharing buttons for Facebook, Twitter, and Google+. A large photograph shows a group of men in a rural setting, with a red path leading through a field. To the right of the main article, there is a sidebar with a 'criminal' tag and several news snippets, including 'Afastamento de cinco conselheiros do TCE completa dois anos com expectativa de retorno', 'Empresário envolvido em esquema de R\$ 27 mi terá julgamento presencial no STF', and 'Imóvel de Silval avaliado em R\$ 1,2 milhão é retirado de leilão após Estado demonstrar interesse'. There is also a 'mais notícias' button and an 'artigos' section with a snippet about Carlos Rafael Demian Gomes de Carvalho.

Fonte: Silval... (2016c, p. 1).

Figura 22 – Notícia no jornal *on-line* DN Notícias, 2016

Fonte: Silval... (2016b, p. 1).

Figura 23 – Notícia no jornal *on-line* Alta Notícias, 2016

Fonte: Silval... (2016a, p. 1).

Figura 24 – Notícia na página Sorriso FM 99,1, 2016

MT: Silval Barbosa será escoltado para depor em júri sobre chacina de Matupá

Eduardo Turella com Olhar Direto em 05/04/2016 às 09:13. [Lida 1243 vezes.](#)

Enquete

Você é contra ou a favor de eleições para diretores e coordenadores de escolas públicas municipais?

- Sou contra, porque é inconstitucional.
- Sou a favor, porque é uma forma democrática de escolha e evita indicações políticas.

Parciais

Momento Sicredi

Todas e todas as primeiras das suas escolas! **Sicredi**

Fonte: Turella (2016, p. 1).

Nos artigos desse período no *corpus* (notícias *on-line*, artigos de revista e *posts de blogs*), publicados entre 2009 e 2016, o distanciamento temporal parece permitir a emergência de textos empáticos em relação aos linchados: ainda que em presença mínima, em comparação com os demais, esses textos dão destaque ao sofrimento daqueles indivíduos, sua agonia e “urros” de dor, somados à indignação da plateia virtual mundial que viu o vídeo do linchamento daqueles que se entregaram à polícia e não teriam ferido as vítimas de sequestro.

Contudo, a narrativa predominante no período é ambígua: chama o linchamento de chacina, barbárie, crime, assassinato, mas também denomina os linchados de criminosos, assaltantes, bandidos, sequestradores, enquanto os apontados como executores do linchamento são citados como acusados, réus ou pela profissão (empresário, PM).

Um sentido em destaque nessas notícias está ligado à intensidade da violência empregada no linchamento: é comum ver nos títulos, *leads* e legendas das fotos menções à “barbárie”, que “chocou a opinião pública”, à queima dos corpos, da fogueira humana, dos queimados vivos.

Ligada a esse sentido está a referência frequente à repercussão negativa internacional do caso, que ficou “mundialmente conhecido”, por meio das imagens

que “rodaram o mundo”. Nota-se também aí a preocupação com o fato de a cidade ter ficado estigmatizada por conta do ocorrido.

Tal repercussão somente foi possível graças ao registro audiovisual, por cinegrafista “amador”, exibido na época por emissoras de televisão brasileiras e de outros países. A própria filmagem da execução e sua circulação mundial são acontecimentos considerados dignos de nota pelos veículos em análise, uma vez que lhes foi dado destaque nas notícias.

Todavia, ainda que citado nas matérias, nesse período o vídeo em si não chega a ganhar mais destaque que o próprio linchamento. Encontram-se menções, no *lead* e no *sublead*, em intertítulos e no corpo do texto, à filmagem em VHS e à sua repercussão em veículos de rádio, TV e impressos de abrangência nacional, regional e local.

Destacam-se os vídeos no YouTube cujo título faz referência ao fato de o conteúdo ali postado ser originalmente um produto telejornalístico, como em: “Matéria da TV sobre o linchamento em Umuarama, PR Dez 1986” e “8 Matéria Justiça quer levar a júri acusados de chacina em Matupá após 21 anos”, publicados, respectivamente, em canal de usuário comum e de empresa jornalística de televisão.

Destaca-se ainda a notícia *on-line* “A história que quase se repete: em 1986 população linchou criminosos em Umuarama (vídeo)”, que, no título, chama atenção para produto audiovisual de linchamento disponibilizado no corpo da notícia.

Um sentido que se repete nas notícias está ligado à memória: a ocorrência de outro linchamento registrado em audiovisual, o Linchamento de Guarujá,⁵⁴ pelas semelhanças, faz lembrar o Linchamento de Matupá. No sentido inverso, os moradores desta cidade evocam o direito ao esquecimento: o assunto é evitado, tratado como tabu pelos moradores.

O fato de o crime prescrever também tem uma presença importante nas notícias em análise, o que está ligado não só ao fator tempo, mas à eventual morosidade do Estado para dar uma resposta à criminalidade.

⁵⁴ Em 2014, o linchamento de Fabiane Maria de Jesus foi filmado, após ela ser confundida com uma suposta bruxa que promovia sequestros de crianças na região para realizar rituais de magia negra, boato iniciado por meio da divulgação equivocada de retrato falado nas redes sociais.

6.2 LINCHAMENTO NA DÉCADA DE 2010 E VÍDEOS DIGITAIS EM REDE NO BRASIL: MORTE MATADA E ILUSÃO DE MOVIMENTO

Na década de 2010, é mais comum encontrar imagens do mesmo linchamento produzidas por diferentes autores, não ligados a veículos de comunicação. Trata-se de registro audiovisual digital realizado em aparelho telefônico móvel.

Quanto ao Linchamento do Poste, ocorrido em 2015, em São Luís (MA), tem-se três vídeos de celular: cada um, infere-se, feito por um autor diferente. Acrescenta-se que esse número de autores de registros audiovisuais pode ser maior, se se considerar os trechos inseridos em reportagem telejornalística do *corpus*, e ainda os indivíduos que, em vídeos de terceiros, aparecem filmando a cena.

Quanto ao Linchamento de Madureira, ocorrido em 2017, no Rio de Janeiro (RJ), esta pesquisa teve acesso a vídeos de um único autor. Entretanto, a referida filmagem registra pelo menos um segundo operador de câmera de celular.

No Linchamento do Poste, a maioria das imagens a que este pesquisador teve acesso é de momento posterior à execução. A partir de tais registros, não se pode precisar se os autores dos respectivos vídeos participaram da execução extralegal, ativamente ou como espectadores, ou somente presenciaram os instantes posteriores a ela.

Ainda sobre o Linchamento do Poste, merece destaque imagem em que policial militar, em serviço no caso, filma com celular o linchado e o sobrevivente da tentativa de linchamento (Fotografia 32). Desconhece-se outra ocorrência, anterior ou posterior àquela, em que profissional responsável pela segurança pública tenha sido registrado em cena de linchamento captando imagens da execução extralegal.

Fotografia 32 – Policial a filmar cena do Linchamento do Poste, 2015



Fonte: Bandidos... (2015).

Tal acontecimento (policial a filmar cena de linchamento) mostra-se uma ruptura tão evidente que recebe destaque em reportagem de TV sobre o caso exibido no programa Fantástico, e que provoca, na matéria, resposta de superior hierárquico do PM de que uma sindicância apuraria os fatos em que o policial se “excede”, ao filmar uma cena de crime em que ele deveria estar “agindo e socorrendo pessoas”.

No Linchamento de Madureira, é filmado o momento da execução e, conseqüentemente, aqueles que a promovem. O autor do registro participa ativamente do justicamento e faz uma *selfie* (Fotografia 33). O referido autorretrato é um acontecimento pioneiro na história do registro visual de linchamentos no País. Aliás, o Linchamento de Madureira foi o único caso em que esta pesquisa identificou *selfie* em registro visual desse tipo de ocorrência no Brasil.⁵⁵

⁵⁵ O caso de *selfie* em tentativa de linchamento em Manaus (G1 AM, 2017), ocorrido em 2017, foi descartado desta pesquisa, uma vez que não se trata de linchamento consumado.

Fotografia 33 – *Selfie* em vídeo do Linchamento de Madureira, 2017

Fonte: WhatsApp (2017).

Ou seja, a partir da classificação de Danielle Rodrigues (2013), em ambos os linchamentos, acontece um deslocamento de papéis inédito na história dos registros visuais desse tipo de execução extralegal: no Linchamento do Poste e no Linchamento de Madureira, passam a desempenhar o papel de câmera, respectivamente, o policial e o partícipe do linchamento.

Os vídeos em análise no período registram o instante do linchamento e momentos a ele posteriores. Desse modo, são filmados o linchado, partícipes da execução extralegal, espectadores e policiais. No Linchamento do Poste, além do morto, há também um sobrevivente de tentativa de execução.

Os linchados aparecem sem poder de defesa, carregados em carrinho de supermercado em alta velocidade, jogados no chão, arrastados pelos pés, amarrados a um poste, nus ou seminus.

No Linchamento de Madureira, um deles, sem resultado, esboça gestos de resistência aos atos violentos: tenta usar os braços para proteger o rosto de chicotadas e para evitar ser arrastado sobre trilho de trem; grita de dor, pede que a tortura seja cessada; com o corpo em chamas, rola até vala com água.

No Linchamento do Poste, o cadáver e o sobrevivente da tentativa de execução estão imobilizados. Aquele está sentado, amarrado por cordas a um

poste, pelo ombro e pela cintura. Este está deitado de bruços no chão, com as mãos e os pés amarrados por cordas. Em um dos vídeos, o sobrevivente tem os pés desamarrados por policial, que, com a ajuda de um civil, o leva até a viatura.

Como já dito, no Linchamento do Poste, um policial militar filma a cena do linchamento, conduz sobrevivente à viatura, após lhe desamarrar os pés. De perto, outro PM dá apoio ao primeiro. Em uma das gravações, ambos conversam de forma descontraída.

Em outro vídeo, ao ouvir de um espectador que “o pior é que leva ele [o sobrevivente da tentativa de linchamento] e ele volta depois para fazer maldade com os outros”, o policial, por instantes, para de desamarrar o sobrevivente e passa a argumentar com o espectador que o PM ali apenas executa as leis aprovadas pelos deputados e senadores, que são votados por “todos nós”. E complementa que os próprios políticos não querem reduzir a maioria penal.

No momento em que o PM para de desamarrar o sobrevivente para falar com o espectador referido acima, que está fora do quadro, o operador da câmera de celular aproxima a imagem (*zoom*), o que demonstra domínio de um movimento de câmera, portanto, de uma técnica de captação de imagem.

Tal constatação é um indicativo da popularização de um artefato tecnológico, câmera fotográfica digital, e, conseqüentemente, do acesso ao conhecimento correlato a essa tecnologia.

Ainda assim, não se pode enquadrar o referido operador de câmera como um profissional, considerando que a captação feita por este tem falhas técnicas que um profissional da área não costuma cometer, tais como instabilidade do quadro (imagem tremida), a exclusão não deliberada de elementos importantes no enquadramento, como, por exemplo, “cortar” a cabeça do personagem (Fotografia 34), e a posição do próprio dedo diante da lente durante a filmagem (Fotografia 35).

Fotografia 34 – Cabeça do personagem fora do quadro em vídeo do Linchamento de
Madureira



Fonte: Assaltante... (2015).

Fotografia 35 – Dedo do operador diante da lente em vídeo do Linchamento de
Madureira

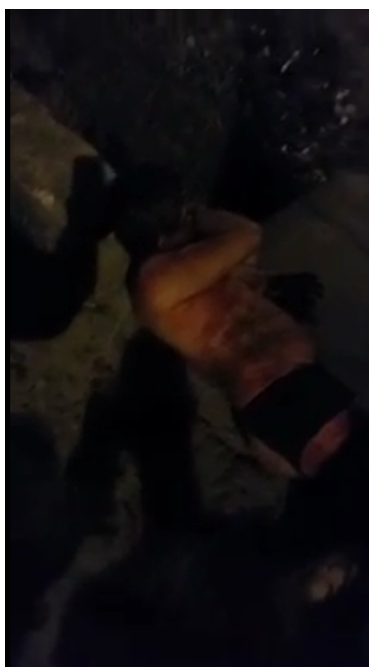


Fonte: Assaltante... (2015).

Os partícipes dos linchamentos em questão torturam o linchado, amarram-lhe as mãos e os pés, o chicoteiam, o arrastando pelos pés, lhe ateiam fogo, o xingam e o ameaçam.

Um dos partícipes do Linchamento de Madureira, com celular, registra as agressões e faz *selfie*, como já citado. É possível notar, pela projeção das sombras no chão, que ao menos duas pessoas filmam, simultaneamente, o que se passa: o autor da *selfie* e um segundo operador de câmara de telefone móvel (Fotografia 36).

Fotografia 36 – Sombras de mais de um operador de câmara de celular no Linchamento de Madureira



Fonte: WhatsApp (2017).

No Linchamento do Poste, uma das pessoas a filmar a cena do linchamento narra o que vê: “Aí, vagabundo se fodeu aqui no João de Deus, se lascaram aqui os vagabundos”, diz, enquanto ri.

No Linchamento de Madureira, também há narração. Na abertura do primeiro vídeo, o operador aparece em quadro, no meio da rua, e diz: “Rapaziadinha aí tá pensando que roubar em Madureira tá fácil? Se liga aí, o doidão roubou a bolsa da

mulher ali, ó”. (WHATSAPP, 2017a). Depois disso, ele faz uma panorâmica⁵⁶ até a esquina, onde se vê o homem carregado no carrinho de supermercado, como já dito.

No vídeo seguinte, continuação daquele, o operador coloca no quadro da filmagem um frasco em sua mão e ameaça: “Ó a gasolina te esperando aí, ó, viado” (WHATSAPP, 2017b). A câmera não registra a imagem do momento em que a gasolina é jogada sobre o homem, mas capta o som desse instante.

Na cena do Linchamento do Poste, há sangue na parede, no poste e no chão, onde também se veem um amontoado de cordas e as roupas do linchado. Diante da cena do linchamento concluído, os espectadores se dispõem em volta dos corpos. Entre eles, identificam-se crianças com farda escolar.

As filmagens registram burburinho, risos e comentários, tais como: “chegar na delegacia, [o sobrevivente deve] rezar dez Pai Nosso e dez Ave Maria”, “mostra a cara desse vagabundo pra nós, aí” e “ele mesmo”. Ressalta-se que, ao se exigir a exposição do rosto de sobrevivente de linchamento, se evidencia processo de punição da imagem (MENDONÇA, 2002). Além disso, como já dito, um dos espectadores, com um capacete na mão, ajuda o PM a levantar do chão o sobrevivente da tentativa de linchamento e a conduzir este até a viatura policial.

No Linchamento de Madureira, são filmados desde as agressões até quando o homem queimado vivo pula dentro de uma vala com água. Nisso, são registrados a rua por onde ele é carregado de cueca em carinho de supermercado, que, em alta velocidade, bate na calçada, derrubando o homem. Em um segundo vídeo, o homem aparece torturado sobre trilhos de trem, com cacos de vidro no chão.

É possível também ouvir o nome de pelo menos três dos jovens que participam do linchamento. Ouvem-se ainda falas como “Não era pra matar o cara, não!” e “Quem vai tomar um pau vai ser tu”, direcionada a um deles, provavelmente àquele que ateou fogo na vítima da execução.

As imagens dos vídeos, produzidos em celular, referentes a ambos os linchamentos circulam para a TV aberta, no programa Fantástico, por exemplo, e para o ambiente digital: são compartilhadas por meio do aplicativo WhatsApp,⁵⁷ postadas por internautas no YouTube, inseridas em notícias por jornais *on-line*,

⁵⁶ Movimento de câmera no eixo horizontal.

⁵⁷ O envio desses vídeos feitos em câmera de celular por WhatsApp foi constatado nesta pesquisa pelo título dos referidos vídeos postados no YouTube: “WhatsApp Video 2017 07 05 at 08 28 09” e “2.2 WhatsApp Video 2017 07 05 at 08 29 01”.

como o Extra, e compartilhadas pelos veículos em página institucional na *internet*, como o fez o jornal SF Notícias, ao disponibilizar *link* da notícia em sua *fanpage*, e a TV Globo, ao dispor a referida reportagem do Fantástico na plataforma Globoplay, que, por sua vez, foi compartilhada por internauta no YouTube.

O já referido *link* na *fanpage* SF Notícias foi compartilhado direta e indiretamente por usuários do Facebook, ou seja, a opção compartilhar foi usada tanto por aqueles que tiveram acesso direto ao *link*, quanto por aqueles que tiveram acesso ao compartilhamento do *link* por terceiros.

No *preview* do *link* da *fanpage* citado acima aparece *selfie* do autor do vídeo do linchamento com o rosto desfocado (Figura 25). A referida imagem é um *frame* de vídeo disponibilizado em notícia do jornal *on-line* Extra. Por sua vez, o vídeo é editado pelo veículo, com a referida desfocagem e legenda com as falas dos indivíduos retratados: *partícipes* e *linchado*.

Figura 25 – *Fanpage* SF Notícias



Fonte: SF NOTÍCIAS (2017, p. 1).

Na época da finalização desta pesquisa, pelo menos um dos vídeos brutos em análise ainda estava disponível no YouTube, com aviso de restrição de idade, com base nas diretrizes da comunidade.

As notícias *on-line* analisadas publicam vídeos editados, *frames* de vídeo e *link* para vídeo no YouTube, assim como *link* para uma daquelas notícias *on-line* com vídeo editado. São disponibilizadas ainda nessas notícias fotografia ilustrativa de linchamento e fotografias cuja autoria se infere ser de profissional da área, por suas características.

Os *frames* mostram linchado e partícipes de linchamento, juntos ou em separado. Em uma das imagens, um desses partícipes aparece amarrando os pés da vítima da tentativa de linchamento. Os *frames* são suavizados, com desfocagem na figura do linchado ensanguentado (Fotografia 37) ou de forma a não identificar o rosto do autor da *selfie*, tal como se vê na figura 25. Há também *frame* do homem vivo em chamas, em que é difícil identificar o respectivo corpo.

Fotografia 37 – *Frame* publicado em notícia *on-line* sobre Linchamento do Poste



Fonte: Araya (2015, p. 3).

Da mesma forma que nos *frames*, nos trechos de vídeos do linchamento inseridos nas notícias *on-line* ou televisivas, as imagens são suavizadas: em ambas as situações, é desfocada a parte da imagem com o cadáver ensanguentado.

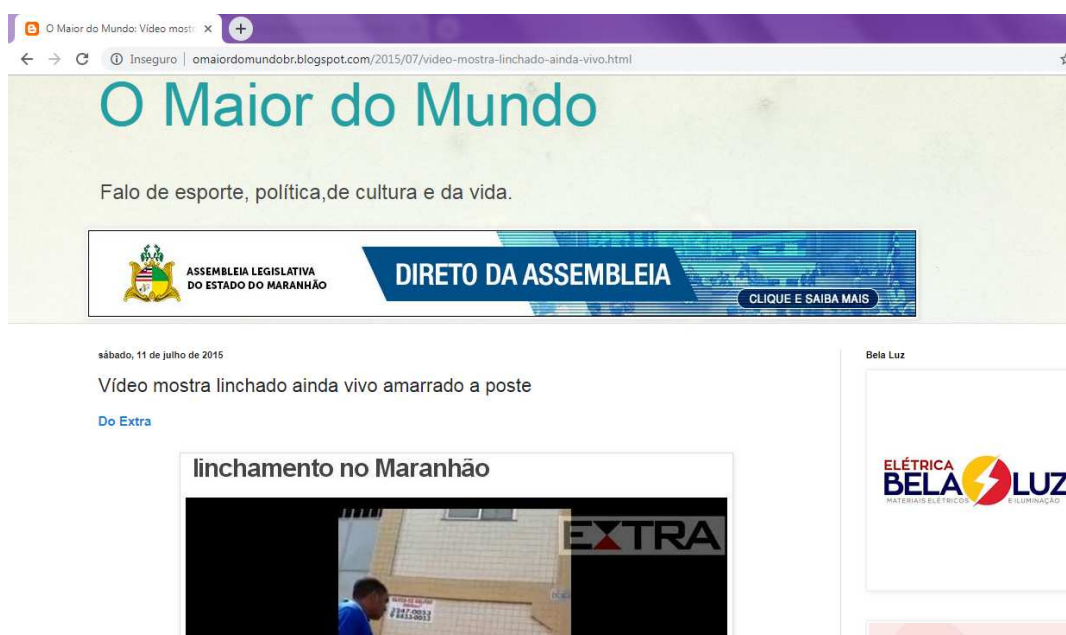
Destaca-se o vídeo citado acima veiculado na notícia *on-line*. Trata-se de uma sequência de trechos, segundo a notícia, de um mesmo vídeo, com imagens do linchamento, em que o jornal narra por meio de legendas (Fotografia 38), com chiado de fundo sonoro que lembra TV analógica fora do ar. Em toda a sequência, o corpo ensanguentado, do homem ainda vivo ou depois de morto, aparece desfocado.

Fotografia 38 – Vídeo jornalístico com narração por legendas



Fonte: Marinatto (2015).

Tal como se observa nas décadas de 1980 e 1990, neste período também há replicação, total ou parcial, de notícias *on-line* sobre linchamentos em diferentes *blogs* e *sites* (Figura 26 a 28).

Figura 26 – Notícia *on-line* no *blog* O Maior do Mundo

Fonte: Vídeo... (2015b).

Figura 27 – Notícia *on-line* no site Gilberto Léda

Fonte: Léda (2015).

Figura 28 – Notícia *on-line* no site Isaías Rocha

Fonte: Vídeo... (2015a).

Destacam-se notícias *on-line* em que o registro visual ganha mais importância que o próprio linchamento, com menção no título da matéria, como em “Vídeo

mostra linchado ainda vivo amarrado a poste” e “Vídeo exclusivo mostra suspeitos de linchamento no Maranhão”.

O texto de algumas notícias também dá destaque à circulação desses vídeos pelas redes sociais. Pode-se encontrar ainda menções ao uso de tais registros audiovisuais como prova de investigação policial.

Do mesmo modo, a reportagem de TV faz referência à circulação de vídeos do linchamento na rede: o repórter narra que esses vídeos “se espalharam rapidamente”. Por sua vez, a entrevistada (pesquisadora) declara: “algo que seria restrito apenas ao contexto local ganha uma dimensão muito maior quando é colocado na *internet*, visto por outras pessoas e que, muitas vezes, como você vê pelos comentários, estão alimentando aquele tipo de ação, estão incentivando e concordando”. (REPORTAGEM, [2015]).

Desse modo, observa-se que se consolida na década de 2010 o registro visual de linchamento como acontecimento jornalístico, com aparição nula ou secundária em períodos anteriores.

Trechos da cena do linchamento inseridos na reportagem de TV aparecem com filtro em preto e branco (Fotografia 39). Esse efeito fica evidente quando, feita panorâmica para fora da cena de linchamento, a imagem fica colorida como foi captada (Fotografia 40). Sem cortes, no retorno da panorâmica à cena do linchamento, a imagem volta ao efeito em preto e branco.

Fotografia 39 – *Insert* em preto e branco em reportagem de TV sobre o Linchamento do Poste



Fonte: Vídeo... (2015c).

Fotografia 40 – *Frame* colorido de reportagem de TV sobre Linchamento do Poste



Fonte: Vídeo... (2015c).

No sentido inverso, outro efeito é frequente: o escurecimento de todo o quadro para dar destaque a corpo em linchamento, que, por não receber o referido efeito, dentro de uma elipse, fica mais claro que o entorno (Fotografia 41).

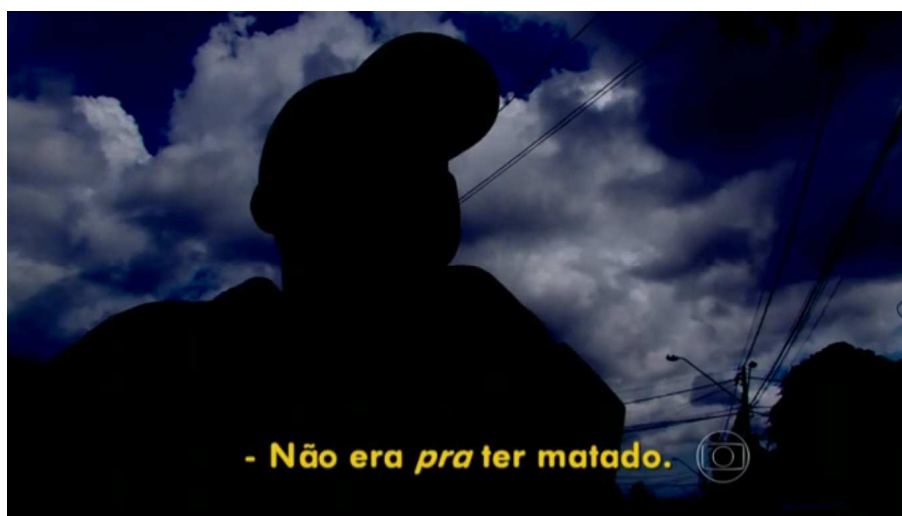
Fotografia 41 – Destaque em personagem de reportagem de TV sobre Linchamento do Poste



Fonte: Vídeo... (2015c).

Como se dá nas décadas de 1980 e 1990, testemunhas do linchamento em entrevista para reportagem de TV também têm a identidade preservada no período em análise: aparecem com o rosto no escuro, vendo-se somente a respectiva silhueta (Fotografia 42).

Fotografia 42 – Entrevista com identidade preservada em reportagem de TV sobre Linchamento do Poste



Fonte: Vídeo... (2015c).

Ao longo da matéria do telejornal sobre o Linchamento do Poste, algumas cenas ganham destaque, ao serem repetidas: as imagens do cadáver sentado

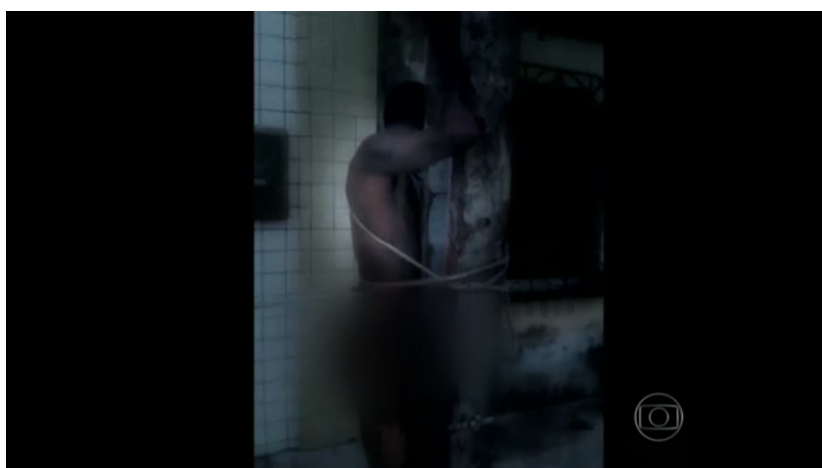
amarrado ao poste ao lado do sobrevivente amarrado deitado de bruços no chão (Fotografia 43); do homem ainda vivo amarrado de frente para o poste (Fotografia 44); do sobrevivente tendo as mãos e os pés amarrados por um homem, ao lado do linchado (Fotografia 45).

Fotografia 43 – Sobrevivente ao lado de cadáver em vídeo inserido em reportagem de TV sobre o Linchamento do Poste



Fonte: Vídeo... (2015c).

Fotografia 44 – Homem amarrado a poste em vídeo inserido em reportagem de TV sobre o Linchamento do Poste



Fonte: Vídeo... (2015c).

Fotografia 45 – Homem amarrando pés de outro em vídeo inserido em reportagem de TV sobre o Linchamento do Poste



Fonte: Vídeo... (2015c).

A reportagem de TV deste período com *insert* de trechos de vídeos de linchamento feitos em celular não chama esse material de “imagens feitas por cinegrafista amador”, como era comum nas décadas de 1980 e 1990. Os termos usados são “vídeo(s) de linchamento” e “policial filmando”. Notícias *on-line* falam em “vídeo gravado por celular”, “imagens feitas com celular”, imagens “gravadas por uma testemunha”, vídeos que circulam pelas redes sociais, imagens “filmadas por um jovem”.

Não se pode afirmar, contudo, que foi totalmente abandonada na década de 2010 a política editorial de chamar de “cinegrafista amador” autor de vídeo que não seja profissional da área. Reforça-se que notícias de TV e *on-line*, entre 2000 e 2015, recorreram à expressão “cinegrafista amador” para se referirem ao autor do VHS do Linchamento de Matupá, ocorrido em 1990.

Os vídeos em celular de cujos autores é possível identificar o ponto de vista revelam posicionamento de apoio ao linchamento e, em um dos casos, um alerta a potenciais autores de crimes na mesma localidade. Destaca-se que o uso do vídeo como ameaça, mais ou menos aberta, àqueles que poderiam cometer crimes no bairro circula para a sua postagem no YouTube, com o título já citado: “Foi roubar em Madureira...”

Notam-se, portanto, tom moralizante e “educativo” (COLETIVO GARAPA, 2015), didatismo, por meio do uso do sofrimento para criar uma memória (GARLAND, 2005), e a construção de uma lógica do eu, em que, em resposta a um sujeito que “ousou ultrapassar os limites da civilidade”, se estende o poder de si mesmo sobre o Estado, a sociedade e as leis (SALLES; SACRAMENTO, 2014).

Analisando-se somente o material audiovisual desse período, não há indícios de vídeos feitos de modo a se opor ao linchamento, com o propósito de denunciá-lo. No máximo, veem-se registros que se passem por neutros. A transformação desses vídeos em provas contra os acusados da autoria do linchamento é um uso posterior a eles, promovido por outros atores, como a polícia, a Justiça e veículos de comunicação.

Do mesmo modo como em períodos anteriores analisados, aqui também se nota o comportamento ambíguo dos veículos, em que, ao mesmo tempo em que denunciam o linchamento, se referem ao linchado com termos como bandido e ladrão. Uma das notícias, por exemplo, chama o linchado de acusado de roubo, na legenda, e de ladrão, no título.

Nesse cenário, destaca-se reportagem do Fantástico que traz estatísticas, entrevistas com pesquisadores, testemunhas não identificadas, o sobrevivente da tentativa de linchamento, representantes do Governo do Estado (secretário de Segurança, delegado, comandante da PM) e pais do linchado.

É possível encontrar ainda nas matérias sentidos do linchamento como ato de revolta, recorrente, acontecimento chocante, bárbaro, triste, que ganha visibilidade nacional.

Os comentários dos internautas analisados não se distanciam do que já foi mencionado em relação a outros períodos. Em resumo, sobre o linchamento comentado ou os linchamentos em geral, os internautas se dividem entre contra e a favor, trazendo ou não informações ou argumentos mais ou menos contextuais. Outros comentaristas fogem do assunto, como a internauta que posta: “A Pablio Vittar quanto [quando] criança moro[u] ai em São Luis, agora ela mora em Uberlândia ♥” – Giovana oliveira. (REPORTAGEM, [2015], p. 5).

Tal como em algumas notícias, destacam-se comentários que, ainda que se enquadrem em um dos lados acima, no caso, de apoio ao linchamento, fazem

interessantes referências ao registro visual da execução extralegal, como em “Na próxima, os linchadores têm q fazer o serviço sem filmar. Fica a dica!” – Amora Lyns. (G1 MA, 2015, p. 11) e “Falta pegar esses filhodp. que ficam filmando e quem sabe dar umas palmadas também.” – NiteroiLivre. (MARINATTO, 2015, p. 3).

7 LINCHAMENTO E COMUNICAÇÃO: ENTRE CONTINUIDADES E DESCONTINUIDADES

“Olho por olho e o mundo acabará cego.”

Mahatma Gandhi (VINHAS, 2011, p. 1).

O linchamento é um fenômeno que inaugura novas formas de acontecimento. Exemplos são as gravuras das cenas dos linchamentos de Apulcho de Castro e de Penha do Rio do Peixe, desenhadas por Angelo Agostini e publicadas na década de 1880 na Revista *Illustrada*, em uma época marcada pela predominante ausência de imagens nos periódicos jornalísticos brasileiros.

Desse modo, o linchamento introduz um “corte na superfície da normalidade” (FRANÇA; ALMEIDA, 2008), algo de novo ou de inédito, uma descontinuidade perceptível somente em um fundo de continuidade (QUÉRÉ, 2005), quebra a “sequência natural das coisas” (FRANÇA; OLIVEIRA, 2012b), muda qualquer coisa no estado anterior do mundo (QUÉRÉ, 2005), afeta sujeitos e provoca modificações (FRANÇA; ALMEIDA, 2008).

Em tal cenário, as revistas jornalísticas firmam-se como importantes espaços e agentes para a ocorrência dessas novas formas de acontecer. Imagens do desenrolar do linchamento são encontradas em jornais impressos brasileiros somente na segunda metade da década de 1980, um século após a publicação acima citada das gravuras de cenas de linchamento na Revista *Illustrada*.

O linchamento projeta novas possibilidades não só para o futuro; também para o passado. O assassinato de Apulcho de Castro e do delegado de Penha do Rio do Peixe, ocorridos na década de 1880, apenas são denominados de linchamento em 1946 e 2015, respectivamente. Até então, são considerados homicídios.

Ressalta-se que a palavra “linchamento” é registrada na imprensa brasileira no fim do século XIX, entretanto nem mesmo a Revista da Semana fez uso de tal termo em artigo publicado em 1924 sobre o caso Apulcho de Castro.

[...] é preciso que o acontecimento ocorra, que ele se manifeste na sua descontinuidade e que tenha sido identificado de acordo com uma certa descrição e em função de um contexto de sentido, para lhe possa associar

um passado e um futuro assim como uma explicação causal. Que emergem graças ao acontecimento. E que são da ordem da representação, ou melhor, da imaginação. (QUÉRÉ, 2005, p. 61-62).

Para Quéré (2005), há aí uma conversão do olhar, em que, em vez de ser o contexto no qual o acontecimento se produziu a esclarecê-lo, passa a ser o acontecimento a esclarecer o seu contexto, a modificar a inteligência de acontecimentos ou de experiências anteriores. “Em síntese: o acontecimento passará a projectar um sentido novo sobre o mundo. Sentido do qual ele será a origem”. (QUÉRÉ, 2005, p. 67).

Para o autor (QUÉRÉ, 2005), um passado e um futuro são relativos a um presente evenemencial. Henn (2010), a partir dessas formulações, entende que o acontecimento, desse modo compreendido, concentra em si a força propulsora da semiose. “O irromper da sua existência desdobra-se em infinitas possibilidades de desvendamento dos objetos que encarna”. (HENN, 2010, p. 79).

Destacam-se ainda os pesquisadores e trabalhos científicos como importantes agentes na circulação de imagens de linchamento. Nesta investigação, viram-se livros acadêmicos iniciarem um novo ciclo de visibilização e discussão sobre determinados casos de execução sumária, a partir da republicação de gravuras e fotografias de linchamento, décadas e até mesmo mais de um século após sua publicação original.

O linchamento, portanto, foi testemunha e agente de transformações pelas quais passaram nos últimos séculos o jornalismo e outros processos comunicacionais no Brasil.

O linchamento exigiu que os periódicos, pouco a pouco, passassem a retratar visualmente o momento da morte, no lugar do busto em vida do falecido, forma esta recorrente na época para outros tipos de morte, quando se fazia uso de imagens.

Como este trabalho apontou, é possível encontrar esses dois paradigmas a conviverem no mesmo período, até mesmo na mesma composição visual, como na gravura do Linchamento de Apulcho de Castro, na década de 1880, e na montagem fotográfica referente ao Linchamento de Campinho/Jacarepaguá, na década de 1980.

Outra mudança de paradigmas que o linchamento atravessa é quando o jornalismo migra do padrão em que se produz a imagem com base no texto para

aquele em que tal prática é considerada antijornalística: enquanto, na década de 1880, as gravuras da Revista *Illustrada* foram elaboradas de acordo com o relato oral e/ou escrito do jornalista, a partir do século seguinte, criar fotografia ou vídeo para se adequar a um texto noticioso pode ser entendido como atentado ao princípio jornalístico de compromisso com a verdade.

A atitude dos retratados nessas imagens também se altera. Enquanto, até então, eles parecem indiferentes à presença da câmera, a partir da década de 1980, evidenciam-se fotografias de partícipes de linchamento a posarem para aquele que registra. Mesmo nas gravuras da Revista *Illustrada* no século XIX, os personagens são retratados de modo que seu olhar não pareça encontrar com o do desenhista, e, conseqüentemente, do leitor da imagem.

Essa mudança de postura diante da câmera sugere ainda um processo de alfabetização mediática: substituir uma postura inicial aparentemente espontânea por comportamento que leva em consideração a presença de uma câmera fotográfica, ao posar para esta ou intensificar os ataques ao linchado, indica certo nível de compreensão do funcionamento do dispositivo tecnológico.

Acresce-se que tal processo de alfabetização mediática parece ocorrer, de certo modo, de forma independente em relação a cada meio. Assim, mudanças que indicam familiarização com a câmera fotográfica, quando o público passa, por exemplo, a posar para esta junto ao corpo do linchado, não representam automática familiaridade com uma filmadora, uma vez que, nos primeiros vídeos de linchamento do *corpus*, na década de 1980, não há práticas claramente realizadas em função da presença do dispositivo de captura audiovisual, diferente do *selfie* em linchamento de 2017.

Nesse cenário, a ascensão do espectador a produtor de conteúdo é marcante. Enquanto os leitores do fim do século XIX da Revista *Illustrada* estavam limitados a olhar as gravuras de linchamento nas páginas do periódico, na década de 2010, sujeitos não jornalistas filmam execuções sumárias e distribuem tal conteúdo sem mediação jornalística.

Na década de 1880, funcionário do próprio veículo produzia a imagem. Ao longo do século XIX, esse papel foi sendo, aos poucos, terceirizado, por meio da figura do fotógrafo *freelancer*, por exemplo. Na década de 1980, há em telejornais

veiculação de audiovisual de linchamento gravado por não jornalistas. No século XXI, vídeos de linchamento são realizados por pessoas comuns, enviados por aplicativo de celular (WhatsApp) e postados em plataformas digitais, como o YouTube.

Para Bittencourt (2014), processos de produção e circulação têm sua dinâmica alterada pela mediatização quando esta interfere na organização social, de modo que a constituição de um ciberacontecimento decorre em um cenário “mediatizado” e fortalecido pela ação de diferentes atores em múltiplos processos comunicacionais em torno de um “fato”.

Segundo a autora (BITTENCOURT, 2014), a apropriação torna-se elemento central e a força das conexões é o que impulsiona o desenvolvimento e a estruturação do “fato” como um ciberacontecimento.

Já existe uma natureza mediática no ciberacontecimento, na medida em que ele se engendra nas plataformas de redes sociais digitais. Desencadeiam-se outras formas de representação do acontecimento linchamento, com semioses intensas, que reconfiguram o próprio sistema mediático como um todo.

Como resposta, o jornalismo reconhece essa mudança de *status* do consumidor, quando deixa de chamar de cinegrafista amador o não jornalista autor de imagens veiculadas em jornal, ainda que aquela denominação também se encontre na contemporaneidade.

Destaca-se, contudo, principalmente no telejornalismo, a recorrência à atribuição de autoria de imagens a não jornalistas, menos ligada à valorização do trabalho de outrem e mais à justificação, junto ao público, por uso de imagem de qualidade inferior.

Paralelamente, o próprio registro ganha *status* de notícia. Historicamente, pouco a pouco, o registro visual e audiovisual de linchamento passa a ganhar destaque, até suplantar o próprio linchamento, em determinadas notícias. A recorrente e manifesta inquietação quanto à repercussão nacional ou internacional de um caso de linchamento é indicativo da importância dada ao registro e sua circulação em patamar igual ou superior à preocupação com o próprio caso.

Outro deslocamento é em relação ao ponto de vista nas imagens de linchamento. Nas primeiras gravuras e fotografias encontradas, predomina o efeito

de objetividade. Nos vídeos digitais da década de 2010, são mais presentes marcas de subjetividade: aquele que filma emite, em sua fala, opinião sobre a execução sumária, ameaça espectadores virtuais do vídeo, faz *selfie*. Registra a própria voz e, ao virar a câmera para si, o próprio rosto.

Henn (2015) aponta “subjetividades” como uma das categorias do ciberacontecimento, que abrange suscetibilidades, alegrias, sofrimentos, celebrações, nascimentos, mortes. “Os ritos de passagem reiteram-se e reinventam-se: desde os que, em tempos anteriores, eram apenas vividos no universo particular da intimidade até os que já se engendravam publicamente, mas com visibilidade limitada”. (HENN, 2015, p. 219).

O autor (HENN, 2015) entende que os modos de subjetivação contemporâneos, tecidos na textura das redes digitais, são todos, potencialmente, acontecimentos públicos, e isso dinamiza a cultura, transformando-a.

Percebe-se que, ao se estabelecer na topografia comunicacional no lugar de produtor, o usuário assimila características do jornalismo em mediatização, entre elas, a atorização e a autorreferência.

Soster (2015) aponta a atorização como uma nova característica do jornalismo “mediatizado”. Para o autor, tal característica se evidencia quando o jornalista, até então mediador dos acontecimentos, se estabelece como um ator da processualidade sistêmica. Em outras palavras, na atorização, o jornalista “deixa o lugar de referência e se coloca como protagonista do acontecimento, transformando sua percepção, e emoção, em matéria de natureza jornalística”. (SOSTER, 2015, p. 13).

Essa característica, segundo Soster (2015), ainda que se dê no interior dos dispositivos, e na relação deste com o meio, repetindo, em seu interior, uma operação que é própria do sistema – acaba por afetar, a seu modo, a prática como um todo: a noção de acontecimento passaria a “operar a partir de novos critérios de noticiabilidade, focados antes na oferta de sentidos que emerge dos agentes que em perspectivas referenciais externas aos dispositivos”. (SOSTER, 2015, p. 18).

A atorização se diferencia da autorreferência porque, enquanto aquela está ligada ao relato das sensações do ator/jornalista, esta se estabelece na referência a si próprio ou na descrição dos procedimentos realizados para a produção mediática.

Em ambos os casos, na atorização e na autorreferência, trata-se de um deslocamento da construção da realidade para a realidade da construção, para usar expressões de Luhmann (2005), como o faz Fausto Neto (2006).

Já não se trata mais da “tarefa representacional” confiada, até então, ao jornalismo para narrar o que se passa noutros campos. Mas, a de produzir as realidades e descrever, ao mesmo tempo, os mecanismos produtivos postos em prática para engendrá-las. (FAUSTO NETO, 2006, p. 6).

Fausto Neto (2006) sustenta que esse deslocamento enunciativo altera também o contrato de leitura entre jornal e leitor, uma vez que, ao se marcar no próprio relato, o dispositivo chama atenção para o protagonismo e para a própria testemunhalidade do trabalho do suporte e, com isso, busca provocar a credibilidade sobre o que faz.

A partir de uma visão sistêmica, Luhmann (2005) entende que, ao tratar como acontecimentos as opiniões sobre circunstâncias e acontecimentos, o sistema alimenta a si mesmo com “sangue fresco” – e isso de forma sintonizada com o código e o modo de operação do sistema, produzindo resistência sobre seus próprios hábitos.

A presente pesquisa revelou ainda o aumento no número de pontos de vista em registros sobre o mesmo linchamento, o que é marcante na década de 2010 e está ligado à popularização de dispositivos tecnológicos para captura de imagens. Com isso, quebra-se o monopólio do registro visual de linchamento e, portanto, da condução do olhar sobre cada caso.

Esses olhares outros trazem diferentes sentidos que não eram possíveis quando a fonte da imagem era única. Por exemplo, no presente *corpus*, em apenas um caso, vê-se policial registrar, com celular, linchado e sobrevivente de linchamento. É a partir desse registro, feito por terceiro, que se pode questionar: não deveria o policial primeiro atender a vítima de tentativa de linchamento, em vez de filmá-la?

Portanto, essas múltiplas visões disputam o lugar de definidor primário (HALL *et al.*, 1999), e, por sua multiplicidade e relativa concomitância, acabam por tensionar e relativizar tal lugar que se propõe a estabelecer a definição ou a interpretação primária do acontecimento em questão.

Para Hall *et al.* (1999), essa interpretação primária comanda a ação em todo o tratamento subsequente e impõe os termos de referência que nortearão todas as futuras coberturas ou debates.

Efectivamente, a definição primária *estabelece o limite* de todas as discussões subsequentes através do seu *enquadramento do problema*. Este enquadramento inicial fornece então os critérios segundo os quais todas as contribuições subsequentes são rotuladas de “relevantes” para o debate, ou “irrelevantes” – fora de questão. (HALL *et al.*, 1999, p. 230, grifo dos autores).

Sendo assim, os argumentos contrários a uma interpretação primária são obrigados a inserirem-se na sua interpretação, sob o risco da acusação de não tratarem a questão se se afastarem desse enquadramento. Tal enquadramento interpretativo inicial é extremamente difícil de alterar, fundamentalmente, logo que estabelecido (HALL *et al.*, 1999).

Todavia, o que se percebe nos casos analisados é que, em vez de um único, podem ser vários registros simultâneos e, portanto, diversos postulantes a definidor primário. Ainda que seja possível uma convergência desses pontos de vista, quando eles divergem, é maior o cenário de imprevisibilidade sobre a estabilização de sentidos referentes ao acontecimento.

Esta pesquisa aponta ainda indícios de que a presença de um meio interfira no comportamento de outro. Verificou-se que, em 1986, ano do primeiro registro audiovisual de linchamento no País, os jornais brasileiros passaram a publicar fotografia do momento da execução sumária, quando, até então, há registro apenas de fotos realizadas após a consumação do linchamento. Reforça-se que aquele vídeo já retratava o linchamento em execução.

Infere-se que, para concorrer com a televisão, que veiculava imagens do desenrolar do linchamento, os jornais impressos alteraram sua política editorial, passando a adotar tal expediente.

Outros casos no presente *corpus* indicam influência de um gênero sobre o outro. As gravuras da década de 1880 da Revista *Illustrada* lembram ilustrações de livros ficcionais da época. A sequência fotográfica do Linchamento de Jacarepaguá, em *O Globo*, em 1978, remete a uma fotonovela. As gravuras publicadas em 1983

pelos jornais O Globo e O Estado de S. Paulo fazem referência a histórias em quadrinhos.

Tais escolhas estéticas sugerem que, em cada momento histórico, um ou mais gêneros literários se impõem como referência no modo de contar histórias. Por sua vez, o jornalismo lança mão dessas técnicas narrativas visuais, a fim de capturar o leitor, supostamente habituado a essas outras linguagens (ilustração literária, fotonovela, história em quadrinhos, etc.).

Ainda em relação a esses casos, nota-se que o jornalismo adota as narrativas visuais de sua época, no intuito de criar efeito de movimento, em concorrência com narrativas visuais, a ele contemporâneas, a que seu leitor tem acesso, como livros ilustrados, fotonovelas em revistas impressas, histórias em quadrinhos, cinema, etc.

De acordo com Verón (1997), os meios se afetam uns aos outros em processos extremamente complexos: “os modos com que a imprensa escrita e a televisão se afetam reciprocamente são, deste ponto de vista, particularmente interessantes”.⁵⁸ (VERÓN, 1997, p. 8, tradução nossa).

Acrescenta-se que a presença de um novo meio interfere não só no comportamento de seus antecessores como no modo de vê-los. Gravuras realistas do fim do século XIX podem ser avaliadas como subjetivas, se comparadas a fotografias.

Todavia, tal compreensão só é possível com o surgimento desta forma de registro visual (fotografia). Até então, a gravura era seu próprio parâmetro de objetividade. Foi preciso que a fotografia acontecesse, e esse acontecimento projetasse sentidos sobre o passado, para que a gravura já não fosse mais a mesma.

Além disso, esta investigação apontou que a ínfima republicação de imagens de linchamento do fim do século XIX até a primeira metade da década de 1970 deu lugar a uma hipercirculação na década de 2010, com difusão em diferentes plataformas (*on-line*, TV, impresso, etc.) e circuitos não lineares multidirecionais complexos.

As ilustrações abaixo (Figuras 29 a 32) tentam dar conta da alteração na dinâmica dessa circulação de imagens no Brasil ao longo dos últimos séculos. Cada

⁵⁸ “los modos en que la prensa escrita y la televisión se afectan recíprocamente son, desde este punto de vista, particularmente interesantes”.

figura ilustra a circulação de uma linguagem visual produzida a partir de um período histórico específico: gravura a partir da década de 1880, fotografia analógica e gravura entre as décadas de 1950 e 1980, vídeo analógico nas décadas de 1980 e 1990, e vídeo digital na década de 2010.

Não se trata de uma descrição exaustiva. A representação visual atém-se unicamente ao que esta pesquisa conseguiu mapear. Portanto, aqui não se nega a ocorrência de circulações outras, não indicadas nas ilustrações.

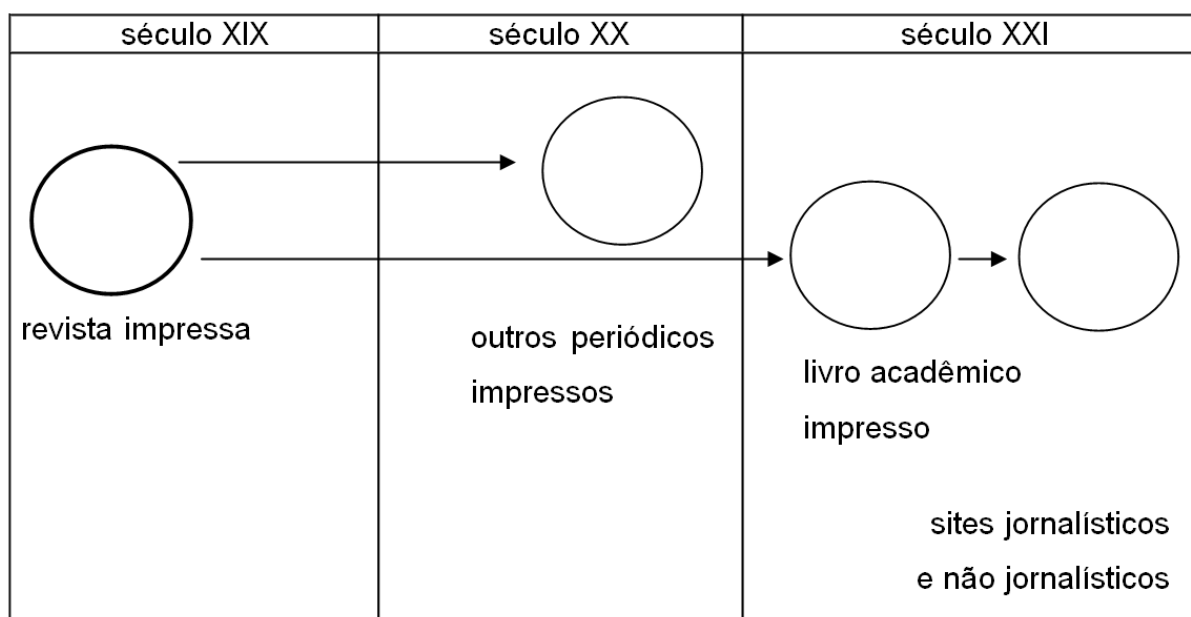
Nas figuras, o círculo em negrito indica onde foi produzida a imagem que circula, ou seja, o ponto de partida da circulação. Círculos concêntricos em negrito correspondem a mais de um autor de registro visual por caso. Quanto mais círculos concêntricos em negrito, mais autores de imagens relacionadas ao mesmo caso.

Ressalva-se: o número de círculos concêntricos não necessariamente corresponde ao número exato de autores de registros visuais. Trata-se de representação que ajude a vislumbrar o volume dessa produção.

Por sua vez, as setas indicam para onde as imagens circularam. Setas com linha pontilhada representam indício de circulação sobre a qual não se pode precisar a efetiva ocorrência, segundo análise do *corpus*. Decidiu-se não representar nas figuras o momento da leitura: apenas da produção, da publicação e da republicação das imagens.

O formato e o tamanho das figuras geométricas representam o volume de aparições em um período. Em resumo, círculos indicam ocorrência única de publicação por veículo/suporte, e elipses, mais de uma ocorrência no mesmo veículo/suporte ou grupo de veículos/suportes. Além disso, círculos e elipses duplicados indicam a republicação pelo mesmo veículo ou grupo de veículos/suportes.

Figura 29 – Circulação de gravuras de linchamento produzidas na década de 1880

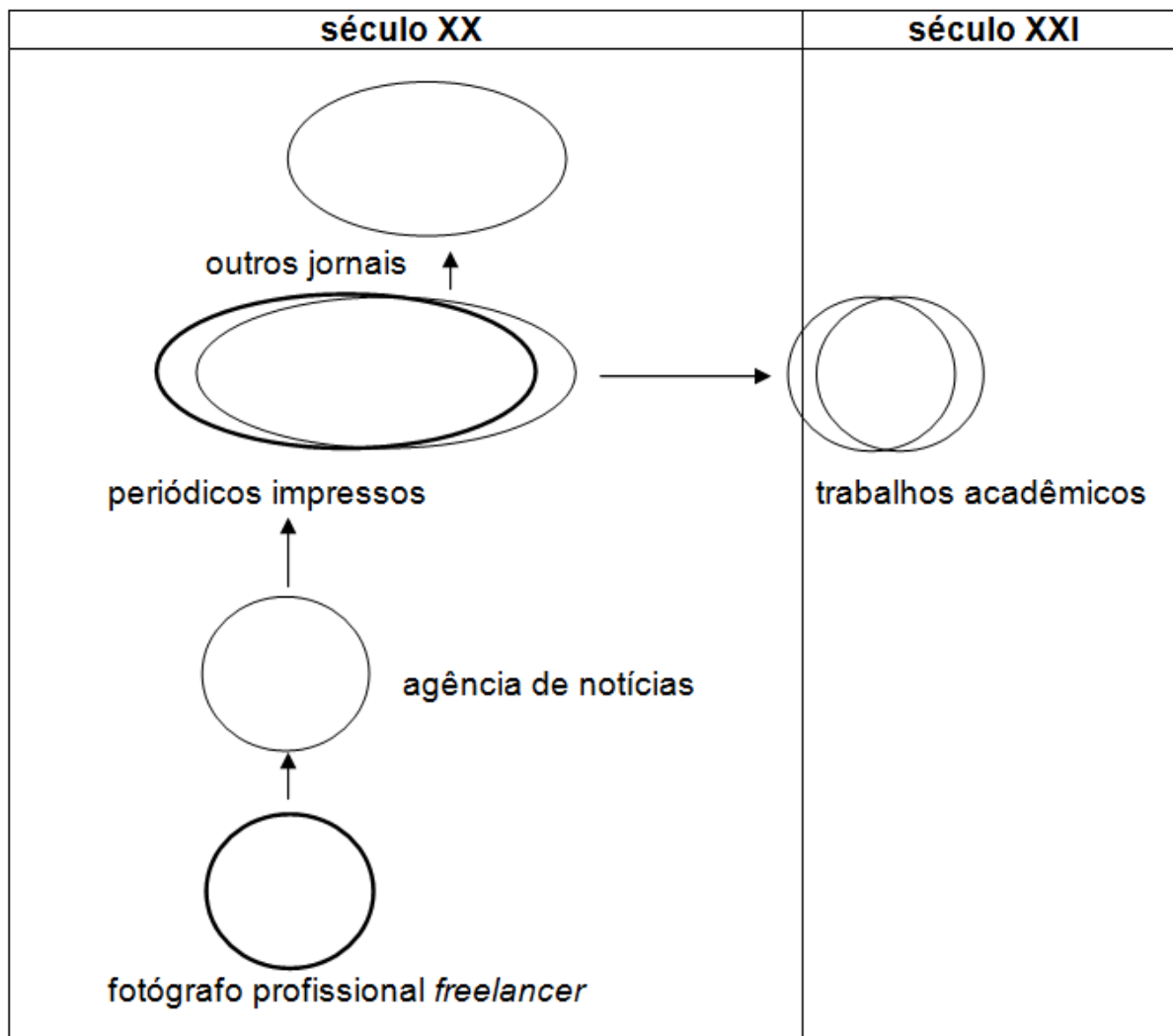


Fonte: Elaborada pelo autor.

Na Figura 29, vê-se uma revista impressa (Revista Ilustrada) que, no século XIX (década de 1880), produz e publica uma única vez uma gravura sobre cada caso (Linchamento de Apulcho de Castro e Linchamento de Penha do Rio do Peixe). Tais gravuras são republicadas, uma vez cada, no século seguinte por periódicos impressos: pela Revista da Semana, em 1924, e pelo jornal Folha da Noite, em 1946.

No século XXI, tal circulação é reativada por publicação de livro acadêmico impresso (“Linchamentos: a justiça popular no Brasil”), em 2015, seguido por *sites* jornalísticos e não jornalísticos, entre 2015 e 2017.

Figura 30 – Circulação de fotografias analógicas e gravuras de linchamento produzidas entre as décadas de 1950 e 1980



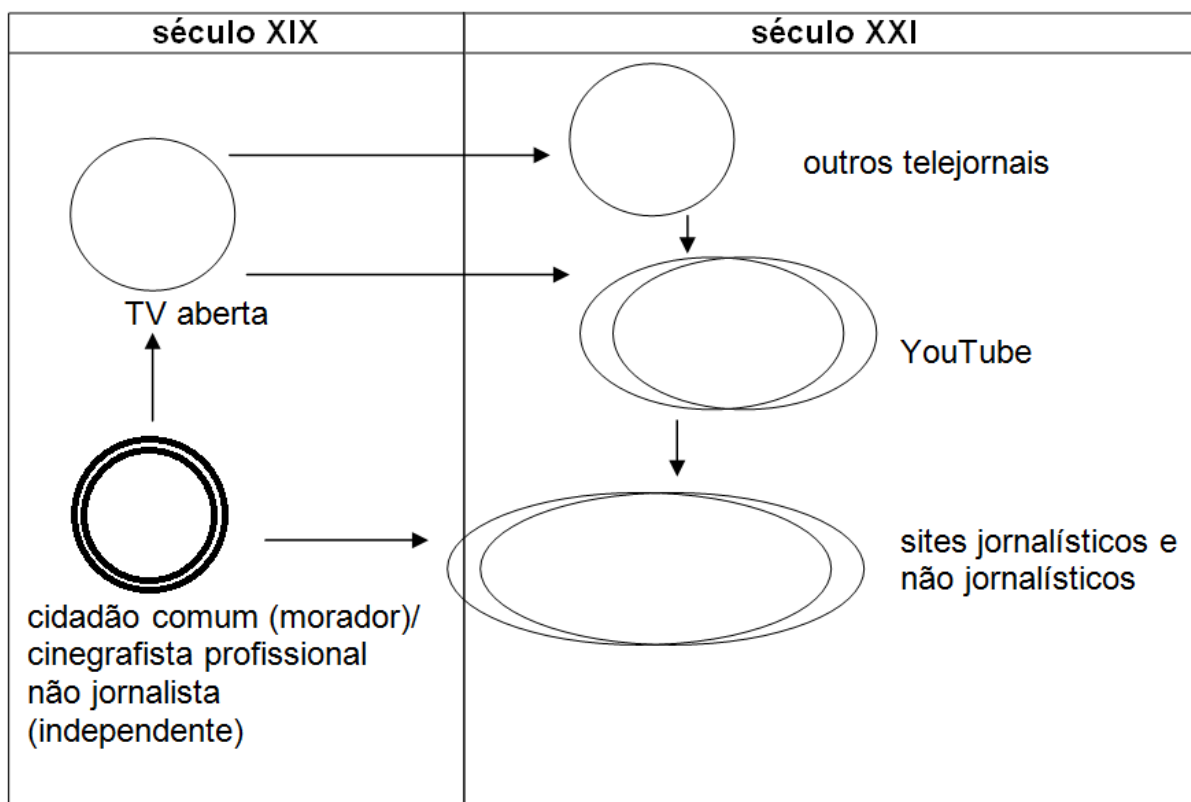
Fonte: Elaborada pelo autor.

Na figura 30, veem-se dois locais de produção das imagens entre as décadas de 1950 e 1980: os periódicos impressos e a figura do fotógrafo profissional *freelancer*, que vende à agência de notícias fotografia posteriormente revendida a jornal. Além do fornecimento de conteúdo por agência de notícias, o periódico produz fotografias e gravuras nesse período.

Parte dessas fotografias é republicada por outros jornais ou pelo próprio periódico em edições posteriores até a década de 1980. Da mesma forma, próximo à virada do século, em 1999, algumas são republicadas pelo livro acadêmico “O linchamento que muitos querem esquecer” e, já no século XXI, nas edições

posteriores daquele livro, de 2003 e 2013, e no artigo acadêmico, de 2014, “Espaços e relações de poder em Chapecó/SC na década de 1950”.

Figura 31 – Circulação de vídeos analógicos de linchamento produzidos entre as décadas de 1980 e 1990



Fonte: Elaborada pelo autor.

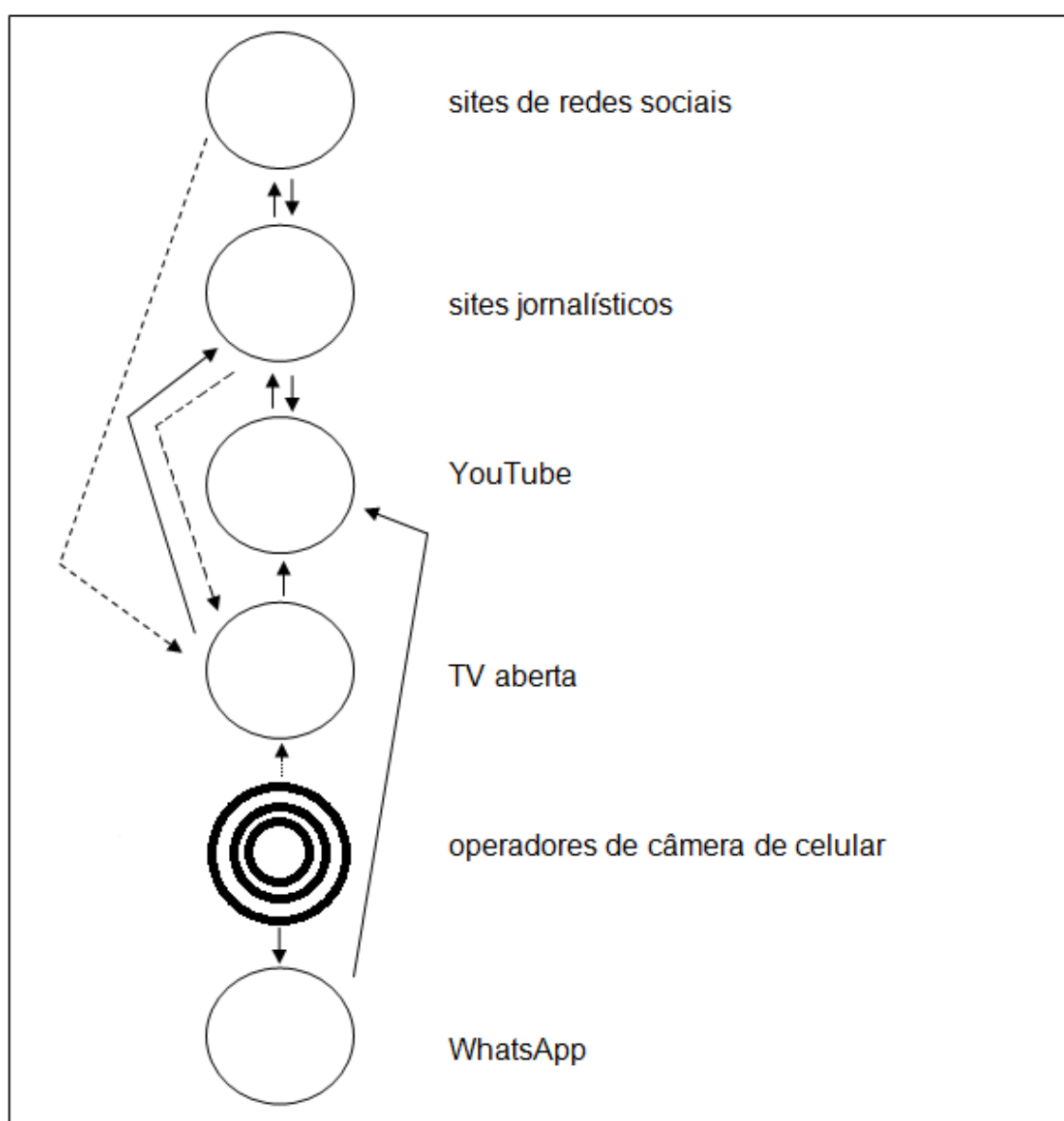
Na figura 31, a imagem de linchamento é produzida nas décadas de 1980 e 1990 apenas por indivíduo exterior a veículo jornalístico. Têm-se duas figuras: o cidadão comum (morador) portador de filmadora doméstica e o cinegrafista profissional independente, não jornalista, cuja filmagem chega ao veículo de comunicação (TV aberta).

A partir daí, é difícil precisar a sequência dos fluxos, por conta da precariedade de registros. O que se tem é: na década de 2010, entre 2010 e 2017, tais imagens migraram para outros telejornais e para o YouTube, e deste, para *sites* jornalísticos e não jornalísticos. Há também matérias daqueles outros telejornais postadas no YouTube.

Foi encontrado ainda vídeo que chegou em 2000 a *site* não jornalístico sem aparentemente passar por outros veículos (TV, YouTube e outros *sites*). Infere-se que foram postados a partir da digitalização direta do respectivo VHS.

Identificou-se que canais do YouTube repostaram vídeo de linchamento de outros canais, da mesma forma como *sites* jornalísticos e não jornalísticos republicaram tais imagens.

Figura 32 – Circulação de vídeos digitais de linchamento produzidos na década de 2010



Fonte: Elaborada pelo autor.

Na figura 32, veem-se operadores de câmera de celular a produzirem vídeos digitais de linchamento entre 2015 e 2017 no Brasil. Reforça-se: em ambos os casos, Linchamento do Poste, de 2015, e Linchamento de Madureira, de 2017, mais de um operador faz o registro audiovisual.

Tal registro é enviado por WhatsApp e daí postado no YouTube. Esse mesmo vídeo é transmitido na TV aberta, cuja matéria telejornalística também é postada no YouTube e em *sites* jornalísticos. Há ainda indícios de que a TV aberta tenha replicado vídeos de linchamento oriundos de *sites* de redes sociais.

Ainda que pouco provável, não se pode refutar totalmente a possibilidade de o vídeo de celular ter chegado diretamente do autor à TV, ou seja, sem passar por aplicativo (WhatsApp) ou *site*, jornalístico ou de redes sociais digitais. Sabe-se que o vídeo foi produzido em celular e foi exibido em TV. Todavia, esta pesquisa não tem elementos suficientes para descrever o percurso exato desse conteúdo.

Vídeos de linchamento do YouTube são publicados em *sites* jornalísticos que, por sua vez, são compartilhados em *sites* de redes sociais. O inverso também ocorre: há referências de que os vídeos postados nas redes sociais tenham sido replicados em *sites* jornalísticos e, destes, no YouTube.

Destaca-se a velocidade cada vez maior com que, com o passar dos tempos, é feito um grande volume de republicações de imagens de linchamento no Brasil. Enquanto esta pesquisa verificou um lapso de décadas entre a publicação de gravuras na Revista *Illustrada* no fim do século XIX e sua republicação em outra revista, um dia é o suficiente para se notar, na segunda metade da década de 2010, a circulação de imagens de linchamento por jornais *on-line*, WhatsApp e YouTube.

Ressalta-se o processo criativo da circulação aqui descrita: há casos em que as imagens são republicadas relacionadas a finalidades e sentidos distantes da publicação original.

Exemplos são as postagens para divulgação do livro “Linchamentos: a justiça popular no Brasil” (MARTINS, 2015), cuja capa reproduz gravura do Linchamento de Penha do Rio do Peixe, de 1888: de modo geral, tais *posts* fazem referência mínima ou nenhuma ao citado linchamento.

Outro exemplo são os *blogs* que publicam a gravura acima citada meramente para ilustrar artigo opinativo sobre casos contemporâneos de linchamento moral virtual sem relação ao Linchamento de Penha do Rio do Peixe.

Ressalva-se que tais transformações não acontecem de forma linear. Após a publicação de gravuras na Revista *Illustrada*, nos anos 80 do século XIX, que retratam o momento da execução sumária, há uma ausência de fotografias desse tipo nos jornais impressos até 1986, quando o jornalismo volta a retratar o desenrolar do linchamento.

Outro exemplo é a atitude de aparente indiferença dos partícipes de linchamento diante da câmera, postura hegemônica no Brasil até 1986 e 1987, anos em que se encontram personagens em pose nas fotografias publicadas nos jornais. Das décadas seguintes até a atualidade, em vídeos analógicos e digitais, a pose para a câmera operada por terceiro sai de cena, o que não significa descartar a possibilidade de a *performance* dos partícipes ser empreendida exatamente em função de seu registro audiovisual.

Também pode ser citado o uso de gravura para retratar linchamentos, única técnica de registro visual encontrada por esta pesquisa na década de 1880, na Revista *Illustrada*, que somente volta a ser usada pelo jornalismo em 1983, por jornais impressos.

Além disso, a identificação do autor das imagens de linchamento publicadas pelo jornalismo também aponta essa não linearidade. As gravuras da Revista *Illustrada* da década de 1880 e as fotografias da Revista *O Cruzeiro* em 1950 são creditadas a um profissional, o que não acontece de forma predominante com as fotografias do *corpus* entre as décadas seguintes: 1970 e 1980. O crédito ao fotógrafo volta a ser predominante nos jornais brasileiros, em análise, entre 1984 e 1987.

Reforça-se que, enquanto há períodos de não identificação, pelos jornais, da identidade do autor de imagens de linchamento, não se nota preocupação em resguardar a identidade dos presentes na cena do linchamento, o que corrobora o entendimento de que se trata de escolhas editoriais.

Quanto aos vídeos, há casos em que a identidade dos autores do registro audiovisual dos linchamentos é sabida, presumida ou desconhecida, com destaque

para o vídeo digital do Linchamento de Madureira, em que quem filma faz uma *selfie* e, com isso, reforça sua autoria.

Ressalta-se que não há uma sequência cronológica em um único sentido, de vídeos de linchamento sem autoria para vídeos com autoria, ou o inverso. Ocorrências de vídeos com e sem autoria sucedem-se mutuamente e convivem no mesmo período de tempo, por vezes, relacionados ao mesmo caso.

Destaca-se que, na análise, ficaram claras escolhas estéticas dos jornalistas para além do caráter informativo da notícia, o que vai de encontro ao discurso da objetividade jornalística.

A composição das imagens escolhidas pelo gravurista, fotógrafo ou cinegrafista constrói um acontecimento diferente daquele que seria empreendido por outras escolhas. Desenhar um quadro unicamente com a expressão facial do linchado, fotografar os partícipes do linchamento posando para a câmera, cria efeitos no espectador que extrapolam a função informativa.

No sentido inverso, quando instituição judiciária lança mão de registro audiovisual de linchamento como prova documental, aciona a compreensão daquele documento como prova do real, de sua objetividade (TUCHMAN, 1999).

Ainda que o recorte da presente pesquisa tenha sido de imagens de linchamento, este trabalho identificou escolhas jornalísticas de narração pela ausência: retratar o linchado por meio de sua gravura de busto em vida é um exemplo. Outro é publicar fotografia do local onde ocorreu a execução sumária sem mostrar o corpo do linchado.

O efeito de desfocagem em vídeos de linchamento ou, em vez do rosto, filmar na entrevista sombra de testemunha de linchamento, também podem ser enquadrados aí. Em todas elas, refere-se a algo ou alguém sem mostrá-lo diretamente.

Ainda que se apontem rupturas históricas em relação ao registro visual de linchamentos, não se pode desconsiderar o que se repete. De modo geral, os sentidos produzidos a respeito são poucos, em relação ao período analisado. Pode-se falar, portanto, que, no recorte temporal observado, há uma considerável estabilização de sentidos.

Em quase 130 anos, os sentidos identificados podem ser resumidos nos seguintes, combinados ou não:

- a) o linchamento, de modo geral ou caso a caso, é/foi justo ou injusto ou justificável;
- b) o linchamento é/foi uma consequência inevitável de crime que o provocou;
- c) o linchamento foi um ato passional isolado, praticado por população ordeira, e que prejudica a imagem da localidade;
- d) a polícia foi omissa, cumpriu seu papel ou foi cúmplice;
- e) o linchamento está ligado a questões complexas e, portanto, não se pode atribuir a ele causa única.

Fórmulas para abordar o linchamento também se repetem ao longo do período analisado. Retratar linchados e partícipes do linchamento em nível visual desigual, evidenciando a construção de superioridade hierárquica, simbólica, moral e física, destes sobre aqueles, foi uma escolha estética recorrente em gravuras, fotografias e vídeos de linchamentos no Brasil entre os séculos XIX e XXI. Outra foi a composição visual com o cadáver estirado no chão, com multidão em pé em torno do corpo, voltada para a câmera.

Tais aspectos estariam ligados a um processo de manutenção da própria cultura. A partir de Richard Dawkins e Iuri Lotman, Henn (2019, no prelo) entende que, para garantir a sobrevivência da cultura, o meme, unidade de replicação de si, configura a semiosfera⁵⁹ a partir de fronteiras, nas quais as máquinas de sobrevivências desses memes operacionalizam estratégias de ação e permanência. Nesse sentido, meme vai além da replicação exacerbada, via rede.

Essas fronteiras são explodidas hoje (explosão, compreendida aqui, no modo como Lotman, 1999, formulou na sua obra derradeira, *Cultura e Explosão*) em um mundo em rede, altamente convergente/divergente, transmidiático e instantâneo. E esses processos apontam para uma crise sistêmica de características singulares. (HENN, 2019, p. 7, no prelo).

A própria replicação de imagens de linchamento, frequente no *corpus*, pode ser entendida como linguagem adotada pelos diferentes atores observados, jornalísticos ou não, para abordar o tema.

⁵⁹ Espaço em que se metaboliza toda e qualquer semiose, por sua vez, entendida como processo de produção de sentidos.

A republicação de imagens para ilustrar até mesmo diferentes casos, bem como publicar fotografias inéditas que reproduzam enquadramentos de anteriores, constrói o novo sobre o antigo. Reativa a memória para forjar o presente. Provoca impacto diante do estranho, ao mesmo tempo em que recorre ao familiar. Constrói descontinuidade, em um fundo de continuidade.

8 CONSIDERAÇÕES EMERGENTES

O que importa agora
É o que nós vamos fazer daqui pra frente
Com o que fizeram do mundo
Com o que fizeram da gente
Eliakin Rufino (2009).

Este trabalho propôs-se a analisar o processo de constituição evenemencial na circulação de imagens de linchamento produzidas no Brasil, por jornalistas e não jornalistas, em diferentes períodos históricos e suportes mediáticos: das gravuras em revista impressa do fim do século XIX aos vídeos digitais contemporâneos espalhados pela rede na contemporaneidade.

Nessa travessia, alguns registros merecem destaque. A presente revisão de literatura sobre linchamento e Comunicação identificou como registro visual desse tipo de execução sumária mais antigo de que se tem notícia no Brasil a gravura, de Angelo Agostini, referente ao Linchamento de Apulcho de Castro, publicada na Revista Ilustrada em 1883.

Identificou-se ainda a publicação, em 1959, do trabalho acadêmico “Análise sócio-cultural de um caso de linchamento”, de autoria de Flávio Simões Costa. Trata-se da publicação científica mais antiga relacionada ao tema de que se sabe no País, informação difícil de ser encontrada na bibliografia acadêmica correlata.

Destaca-se, conforme levantamento realizado nesta investigação, o vídeo analógico do Linchamento de Umuarama, ocorrido em 1986, como o mais antigo registro audiovisual de linchamento de que se tem notícia no Brasil, no lugar de seu sucessor de maior repercussão, o vídeo em VHS do Linchamento de Matupá, comumente apontado como marco pioneiro de registro visual sobre esse tipo de ocorrência no País.

Além disso, reforça-se que a filmagem referente ao linchamento de Donato Carretta, no documentário *Giorni di Gloria* (1945), ao contrário do que assegura Martins (2015a), mostra apenas os momentos anteriores à execução, agressões preliminares, e não o linchamento propriamente dito.

Na sequência, com base na análise empreendida, à luz das perspectivas teórico-metodológicas que fundamentam esta investigação, o que dizer sobre a ponderação que refuta uma “anterioridade fundamental e intransponível” entre

acontecimento e notícia, em que esta seria uma narrativa decorrente dos procedimentos de apuração e reconstituição daquele?

Ora, verificou-se ao longo desta pesquisa a interferência de um meio sobre outros meios, instituições e indivíduos, o que está de acordo com o conceito de mediatização. Tal interferência inclui não só a alteração do comportamento do outro como do ponto de vista de terceiros sobre esse comportamento.

O registro visual de linchamentos no Brasil na contemporaneidade tem sido assinalado pela intensificação da subjetividade do autor das imagens, o que corrobora os apontamentos de Henn (2013b) sobre o conceito de ciberacontecimento, de que, na contemporaneidade, o acontecer se trama na “porosa” fronteira entre o privado e o público. Em tais imagens, o autor marca presença na cena, registra suas ações na execução sumária e as afetações a que é submetido por ali estar.

Ressalta-se que a objetividade, entendida como total distanciamento da pessoa em relação a algo ou alguém, era um mito mesmo antes da acima citada intensificação da subjetividade, o que fica evidente nas escolhas estéticas dos jornalistas no dia a dia, para além do caráter meramente informativo, conforme apontou a presente investigação.

Além disso, tem-se uma hiperdisponibilização de registros visuais de linchamento, e, em consequência, diferentes pontos de vista possíveis para um mesmo acontecimento.

Somado a isso, cada vez mais se vê uma hipercirculação de imagens de linchamento, de forma complexa, hipermediática e não linear. Tal circulação transcende o passar adiante o mesmo conteúdo: trata-se de processo criativo, em que se dão diferentes usos e ressignificações àquilo que se desloca.

Isto posto, pode-se dizer que a cultura mediática condiciona os acontecimentos que lhe são contemporâneos, entre eles, o linchamento. Assim, a depender do contexto comunicacional, o acontecimento terá estas ou aquelas características. Em outras palavras, haverá a predominância de alguns tipos de acontecimento sobre outros.

Portanto, em algum grau, o acontecimento emerge já intimamente ligado à ação dos meios, e, conseqüentemente, possui, em maior ou menor medida, caráter

de previsibilidade. O processo de produção da notícia não é mera captação ou tradução do acontecimento. O jornalismo não está distante daquele, como sujeito e objeto. Não há, portanto, como se falar em anterioridade de um em relação ao outro.

A compreensão de que o ciberacontecimento se constitui de elementos do ambiente em que é produzido permite dizer que aquele é um acontecimento típico das sociedades em mediatização na contemporaneidade. À vista disso, ainda que elaborados de lugares e pontos de vistas diferentes, ambos os conceitos, ciberacontecimento e mediatização, apontam para a mesma lógica. É produtivo, portanto, o desenvolvimento de pesquisas futuras, deste autor ou de outrem, que aprofundem o tensionamento entre ambos os conceitos.

Ressalva-se que entre meios e acontecimentos há uma relação de condicionamento, e não de determinação. Portanto, há sempre espaço para a contingência, o imprevisível. Do contrário, não haveria o novo.

Aliás, o inverso se dá igualmente: o acontecimento também condiciona o funcionamento dos meios e a aparição de novos destes, considerando a ação mediática uma ocorrência como outras.

Nesse sentido, reforça-se o linchamento como situação propícia à aparição de novos tipos de acontecimento, além de importante agente fundador dessas ocorrências.

Ainda que tal ligação tenha se esboçado neste trabalho, não foi o foco principal da presente investigação uma análise comparativa profunda a fim de apontar semelhanças e eventual relação causal entre as imagens de linchamento nos cartões postais dos Estados Unidos no fim do século XIX e começo do século XX e as gravuras, as fotografias e os vídeos de linchamento no Brasil do fim do século XIX até o início do século XXI.

Também fugiria da proposta desta investigação uma discussão mais densa sobre o registro visual de linchamento como processo punitivo contemporâneo, fundado no comunicacional e em cujo funcionamento estão acopladas duas penas distintas: a pena infamante, de execração pública da imagem, e o suplício.

A partir dos resultados desta pesquisa, aponta-se como preocupante que, em mais de um século de circulação de imagens de linchamento no Brasil, os debates por elas suscitados girem predominantemente em torno da legitimidade ou não da

prática desse tipo de crime, ou seja, de comportamento já socialmente acordado, por meio dos dispositivos legais, como ocorrência indesejada e que, para o bem do coletivo, não deve acontecer.

Reconhece-se como positiva a apropriação de dispositivos de registro visual (fotografia e audiovisual) por não jornalistas, o que propicia um cenário de produção de conteúdo sobre linchamentos virtualmente mais democrático, rico e com mais pontos de vista.

Todavia, paralelamente, tais condições têm trazido também à tona superexposição da violência, apologia e incitação ao crime, bem como descuidos com o uso e a veiculação dessas imagens, que, uma vez praticados por agentes externos a veículos jornalísticos e de comunicação, não estão regulados pelos códigos de ética da área, que classificam como desviantes esses comportamentos, quando protagonizados por seus profissionais.

Frisa-se o linchamento como tema que mereça mais atenção da comunidade acadêmica brasileira, considerando sua recorrência histórica no País: o mais antigo registro de linchamento no Brasil é de 1585 (MARTINS, 1996), dois séculos antes do surgimento, nos Estados Unidos, do termo que designaria esse tipo de prática.

Mesmo que, como já assinalado, esta investigação tenha encontrado trabalho acadêmico do fim da década de 1950, de modo geral, ainda é pequeno o volume de pesquisas sobre linchamento no Brasil. Nesse cenário, destacam-se iniciativas como o Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV/USP).

Acresce-se a esses fatores as novas configurações do linchamento, que propiciam situações outras, entre as quais aquelas em que se evidencia a elevação do registro visual da execução sumária à categoria de acontecimento de igual ou maior destaque que o próprio linchamento.

Diante do fenômeno da perpetuação do olhar o linchamento por meio da replicação de sua imagem, aponta-se como caminho não uma política de invisibilização daquele acontecimento, do apagamento dessa cultura da violência, mas o investimento em outras formas de vê-lo e mostrá-lo: uma política da memória para que tais cenas não se repitam.

De modo análogo, diante da previsibilidade do linchamento e dos respectivos registros e circulação, considerando o condicionamento a que está submetido pela

cultura mediática, indica-se a necessidade de uma demanda social que provoque a predominância de abordagens outras sobre tais acontecimentos.

Com base na constatação desta pesquisa de que circulação não é mero processo reprodutivo, mas também criativo, e que o próprio contato com o dispositivo tecnológico cria condições para a alfabetização mediática, indica-se como promissor para uma melhora qualitativa na circulação verbo-visual relacionada a linchamento, e, conseqüentemente, para o cessar de novas dessas ocorrências, um processo de educação para os meios, espontâneo ou cujos resultados sejam otimizados por iniciativas formais de educação mediática.

A presente investigação e as discussões aqui empreendidas são um passo a apontar para a emergência desse acontecer que se propõe ruptura e reorganização do que ora se vê, diante do(s) campo(s) problemático(s) que daí se descortina(m), de modo a afetar indivíduos e coletividades, convocar distintos públicos e reorganizar a intervenção dos sujeitos sociais, a fim de apontar alternativas, abrir o presente para novos futuros possíveis.

REFERÊNCIAS

- 10 FOTOGRAFIAS de antigos linchamentos. **Súbito sentido**, [s.l.], p. 1-8, 3 dez. 2012. Disponível em: <http://menezesciencia.blogspot.com.br/2012/12/10-fotografias-de-antigos-linchamentos.html>. Acesso em: 30 ago. 2017.
- 30 ANOS do linchamento em Umuarama. [S. l.: s. n.], 2016. 1 vídeo (9 min). Publicado pelo canal Obemdito Umuarama. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7G4oSOSdrY4>. Acesso em: 14 dez. 2019.
- A TERRÍVEL punição. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, a. 56, n. 17847, p. 1, 12 fev. 1978. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=6489&anchor=4228736&pd=3cecd9382c6f7bd1dfd31a92b2cb0887>. Acesso em: 13 dez. 2019.
- A VIÚVA e filhos de Manuel de Souza Brito. **O Comercio de São Paulo**, São Paulo, a. 5, n. 1274, p. 1, 30 jul. 1897. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=227900&pagfis=15160>. Acesso em: 13 dez. 2019.
- ACUSADO de participar da 'chacina de Matupá' é absolvido. **Portal Sorriso MT**, Sorriso, p. 1-2, 19 abr. 2016. Disponível em: portalsorrisomt.com/noticia/acusado-de-participar-da-chacina-de-matupa-e-absolvido. Acesso em: 25 maio 2019.
- AGOSTINI, Angelo. Assassinato de Apulcho de Castro na rua do Lavradio. **Revista Ilustrada**, Rio de Janeiro, p. 7, a. 8, n. 359, 31 out. 1883. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/332747/per332747_1883_00359.pdf. Acesso em: 20 dez. 2019.
- AGOSTINI, Angelo. Atrocidade sem nome. **Revista Ilustrada**, Rio de Janeiro, p. 2, a. 13, n. 485, 18 fev. 1888a. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/332747/per332747_1888_00485.pdf. Acesso em: 20 dez. 2019.
- AGOSTINI, Angelo. O bárbaro assassinato do delegado de polícia da Penha do Rio do Peixe. **Revista Ilustrada**, Rio de Janeiro, p. 8, a. 13, n. 485, 18 fev. 1888b. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/332747/per332747_1888_00485.pdf. Acesso em: 20 dez. 2019.
- ALLEN, James; LITTLEFIELD, John. **Without sanctuary**. [S.l.], 2018. Disponível em: <https://withoutsanctuary.org>. Acesso em: 11 jul. 2018.
- AMARAL, Luiz. **Técnica de jornal e periódico**. 3. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1978.
- AN OFFICIAL investigation. **Jornal The Rio News**, Rio de Janeiro, p. 3, v. 15, n. 6, 24 Feb. 1888a. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/349070/per349070_1888_00006.pdf. Acesso em: 13 dez. 2019.

ANJOS, Moacir dos. A fúria contra o estranho. **Zum**, São Paulo, p. 1-13, 10 ago. 2016. Disponível em: <https://revistazum.com.br/colunistas/a-furia-contra-o-estranho>. Acesso em: 18 jun. 2018.

APEL, Dora. **Imagery of lynching**: black men, White women, and the mob. New Brunswick: Rutgers University Press, 2004.

ARAYA, Maurício. Vídeo gravado por celular mostra o momento em que o elemento é amarrado. **Rádio Web Juazeiro**, Juazeiro, p. 1-3, 11 jul. 2015. Disponível em: <https://www.radiowebjuazeiro.com/2015/07/video-gravado-por-celular-mostra-o.html?m=0>. Acesso em: 16 dez. 2019.

ARAÚJO, Rodrigo Cardoso Soares de. **Pasquins**: submundo da imprensa na corte imperial (1880-1883). Rio de Janeiro, Multifoco, 2012. ARGOLO, José Amaral. **As luminárias do medo**: vida, paixão e morte do jornalismo policial no eixo Rio de Janeiro-São Paulo. Rio de Janeiro: E-papers, 2008.

ASSALTANTE é amarrado em um poste – 06072015. [S. l.: s. n.], 2015. 1 vídeo (2 min). 1 HD.

ASSALTANTE espancado até morrer, em Jacarepaguá. **O Globo**, Rio de Janeiro, p. 16, 12 fev. 1978. Grande Rio.

AZEVEDO, Thales de. Linchamentos no Brasil. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 26, n. 10, p. 948-949, 1974.

BANDIDOS são capturados, amarrados e linchados no São Cristovão #8211; blog Filipe Mota. [S. l.: s. n.], 2015. 1 vídeo (49 seg). Publicado pelo canal Pires Arouche. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=G6fh5lpDCMw>. Acesso em: 23 maio 2019.

BECCARIA, Cesare. **Dos delitos e das penas**. [S. l.]: Ridendo Castigat Mores, 2001. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/delitosB.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2017.

BENETTI, Marcia; FONSECA, Virgínia Pradelina da Silveira (org.). **Jornalismo e acontecimento**: mapeamentos críticos. Florianópolis: Insular, 2010.

BENEVIDES, Maria Victoria. Linchamentos, violência e justiça popular. In: PAOLI, Maria Célia; BENEVIDES, Maria Victoria; PINHEIRO, Paulo Sérgio; DA MATTA, Roberto (org.). **A violência brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 93-117.

BENEVIDES, Maria Victoria. Pega, mata, enforca. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 14, n. 211, 1 fev. 1981. Caderno Folhetim. Disponível em: Acesso em: <https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=7574&anchor=4174235&pd=8428e47baeabee57a2c62549c09c78d8>. 13 dez. 2019.

BENEVIDES, Maria Victoria; FERREIRA, Rosa Maria Fischer. Respostas populares e violência urbana: o caso de linchamento no Brasil (1979-1982). In: PINHEIRO,

Paulo Sérgio (org.). **Crime, violência e poder**. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 225-243.

BENJAMIN, Walter. A obra de arte na época de suas técnicas de reprodução. *In*: BENJAMIN, Walter; HOKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor W.; HABERMAS, Jürgen. **Textos escolhidos**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. p. 3-28.

BERGER; Christa; TAVARES, Rodrigo M. B. Tipologias do acontecimento jornalístico. *In*: BENETTI, Marcia; FONSECA, Virgínia Pradelina da Silveira (org.). **Jornalismo e acontecimento**: mapeamentos críticos. Florianópolis: Insular, 2010. p. 121-142.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. 29 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1991.

BITTENCOURT, Maria Clara Aquino. Ciberacontecimento e midiatização na renúncia do rei da Espanha. **Lumina**, Juiz de Fora, v.14, n. 2, p. 1-28, dez. 2014. Disponível em: <https://lumina.ufjf.emnuvens.com.br/lumina/article/view/318/341>. Acesso em: 10 maio 2018.

BITTENCOURT, Maria Clara Aquino; GONZATTI, Christian; HENN, Ronaldo; VIERO, Felipe. O desafio do balde de gelo como ciberacontecimento: celebridades como vetores-chave de espalhamento e apropriações. **Fronteiras**, São Leopoldo, v. 17, n. 1, p. 77-90, jan./abr. 2015. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/fem.2015.171.08>. Acesso em: 30 ago. 2017.

BRAGA, José Luiz. **A sociedade enfrenta sua mídia**: dispositivos de crítica midiática. São Paulo: Paulus, 2006.

BRAGA, José Luiz. Circuitos versus campos sociais. *In*: JANOTTI JUNIOR, Jeder; MATTOS, Maria Ângela; JACKS, Nilda. **Mediação & midiatização**. Salvador: EDUFBA; Brasília: Compós: 2012. p. 31-52. Disponível em: <http://www.repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/6187>. Acesso em: 10 maio 2018.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição: República Federativa do Brasil, promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988.

CARLOS, Marcio. A história do delegado Mogimiriano na então Penha do Rio do Peixe. **Cidade de Itapira**, Itapira, p. 1-5, 21 set. 2011. Disponível em: <http://www.cidadedeitapira.com.br/portal/newsShow/a-historia-do-delegado-mogimiriano-na-entao-penha-do-rio-do-peixe./2480>. Acesso em: 4 jan. 2020.

CARVALHO, Carlos Alberto de; LAGE, Leandro. Narrativa como mediação fundamental da experiência dos acontecimentos: a mise en intrigue midiática. **Contemporânea**, Salvador, v., n. 1, p. 207-222, jan./abr. 2012

CERA, Flávia Letícia Biff. **Arte-Vida-Corpo-Mundo, segundo Hélio Oiticica**. 2012. 202 f. Tese (Doutorado em Literatura) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012. Disponível em:

<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/100606/308057.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 17 dez. 2018.

CERQUEIRA, Rafael Torres de; NORONHA, Ceci Vilar. Cenas de linchamento: reconstruções dramáticas da violência coletiva. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 9, n. 2, p. 163-172, maio/ago. 2004. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/3057/1/v9n2a03.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2019.

CERQUEIRA, Rafael Torres de; NORONHA, Ceci Vilar. Escrito em vermelho: a construção do discurso sobre criminalidade e linchamento no jornal. **Caderno CRH**, Salvador, v. 19, n. 47, p. 247-258, maio/ago. 2006. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/crh/article/view/18756/12128>. Acesso em: 20 fev. 2019.

CHACINA de Matupá 2. [S. l.: s. n.], 2012. 1 vídeo (3 min). Publicado pelo canal Direito UFG 114B. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=iVpMvMDNo5w&t=4s>. Acesso em: 14 dez. 2019.

CHACINA de Matupá. [S. l.: s. n.], 2011a. 1 vídeo (4 min). Publicado pelo canal Agnaldo Miranda. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=22v97zkSSQk&t=48s>. Acesso em: 14 dez. 2019.

CHACINA de Matupá-último julgamento. [S. l.: s. n.], 2011b. 1 vídeo (3 min). Publicado pelo canal Miro Ribeiro. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=zZDwxuchH98s>. Acesso em: 14 dez. 2019.

CHAPARRO, Manuel Carlos. **Linguagem dos conflitos**. Coimbra: Minerva, 2001.

CHARAUDEAU, Patrick. **Le Discours d'information médiatique**: la construction du miroir social. Paris: Fernand Nathan, 1997.

CHARGISTA pioneiro do DA é sepultado. **Diário do Aço**, Fabriciano, 2 jan. 2015. Disponível em: <https://www.diariodoaco.com.br/noticia/0042682-chargista-pioneiro-do-da-a-sepultado>. Acesso em: 11 dez. 2019.

COLETIVO GARAPA. **Postais para Charles Lynch** (notas de um percurso pela barbárie). São Paulo: [s.n.], 2015. Disponível em: http://garapa.org/wp-content/uploads/2015/09/ensaio_lynych.pdf. Acesso em: 30 ago. 2017.

COOK, Lisa D. **Converging to a national lynching database**: recent developments. [East Lansing], May 2011. Disponível em: https://msu.edu/~lisacook/hist_meths_lynych_paper_final.pdf. Acesso em: 20 fev. 2019.

COSTA, Yuri Michael Pereira. (Re)significando uma cidade em fragmentos: o discurso da mídia sobre a violência urbana e o fenômeno dos linchamentos da Ilha do Maranhão. **Caderno Pós-Ciências Sociais**, São Luís, v. 1, n. 1, p. 83-97, jan./jul. 2004. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/3057/1/v9n2a03.pdf>. Acesso em 31 maio 2019.

CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário etimológico nova fronteira da língua portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1986.

DAST, Julio. Chronicas fluminenses. **Revista Ilustrada**, Rio de Janeiro, p. 2, a. 8, n. 359, 31 out. 1883. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/332747/per332747_1883_00359.pdf. Acesso em: 24 jan. 2020.

EM 1986, três foram linchados. **Folha de Londrina**, Londrina, p. 1-3, 28 set. 2017. Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/geral/em-1986-tres-foram-linchados-989542.html>. Acesso em: 24 maio 2019.

EMERIM, Cárilda; HOMRICH, Lalo Nopes. Notas sobre edição em telejornalismo: a cobertura de violência na televisão aberta x internet. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 37., 2014, Foz do Iguaçu, PR. **Anais eletrônicos [...]**. São Paulo: Intercom, 2014. p. 1-15. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2014/resumos/R9-1001-1.pdf>. Acesso em: 7 jul. 2018.

ERBOLATO, Mário L. **Dicionário de propaganda e jornalismo**. Campinas, SP: Papirus, 1986.

FACEBOOK Follies. Direção: Geoff D'Eon. Produção: Edward Peill, Nova Scotia: Tell Tale, 2011. 1 vídeo (53 min.). Publicado pelo canal Docs Todos os Dias Documentário todo dia. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Vfy2eRcKMBU>. Acesso em: 29 dez. 2019.

FAUSTO NETO, Antonio. Circulação: trajetos conceituais. **Rizoma**, Santa Cruz do Sul, v. 6, n. 2, p. 8-40, dez. 2018. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/rizoma/article/view/13004/7731>. Acesso em: 19 dez. 2019.

FAUSTO NETO, Antonio. Enfermidade em circulação: sou eu mesmo que noticia o meu tratamento. **Galáxia**, São Paulo, n. 22, p. 237-249, dez. 2011. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/8176/6081>. Acesso em: 13 jul. 2018.

FAUSTO NETO, Antonio. Fragmentos de uma “analítica” da midiatização. **Matrizes**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 89-105, abr. 2008a. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/viewFile/38194/40938>. Acesso em: 10 maio 2018.

FAUSTO NETO, Antonio. Mutações nos discursos jornalísticos: da ‘construção da realidade’ à ‘realidade da construção’. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 29., 2006, Brasília. **Anais eletrônicos [...]** São Paulo: Intercom, 2006. p. 1-15. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2006/resumos/R1804-1.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2017.

FAUSTO NETO, Antonio. Notas sobre as estratégias de celebração e consagração do jornalismo. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, a. 5, n. 1, p. 109-121, jan./ jun. 2008b. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1984-6924.2008v5n1p109/10227>. Acesso em: 13 jul. 2018.

FAUSTO NETO, Antonio. O deslocamento da semiótica: a gigantesca e inconclusa obra de Verón, segundo Fausto Neto. [Entrevista cedida a Manuel Dutra]. **Manuel Dutra**, [s.l.], 2014. Disponível em: <http://blogmanueldutra.blogspot.com/2014/07/o-deslocamento-da-semiotica-gigantesca.html>. Acesso em: 16 jan. 2020.

FERREIRA, António Gomes. **Dicionário de português-latim**. Porto: Porto, 1989.

FERREIRA, Jairo. Meios, dispositivos e médium: genealogia e prospecções na perspectiva da midiatização. In: FERREIRA, Jairo; ROSA, Ana Paula; BRAGA, José Luiz; FAUSTO NETO, Antonio; GOMES, Pedro Gilberto (org.). **Entre o que se diz e o que se pensa: onde está a midiatização?** Santa Maria, RS: FACOS, 2017, p. 283-298.

FOLHA DE S. PAULO. **Manual da redação**. São Paulo: Publifolha, 2001.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nau, 2002.

FOUCAULT, Michel. Interações comunicativas: a matriz conceitual de G. H. Mead. In: PRIMO, Alex; OLIVEIRA, Ana Claudia; NASCIMENTO, Geraldo Carlos do; RONSINI, Veneza Mayora (org.). **Comunicação e interações**. Porto Alegre: Sulina, 2008. p. 71-91.

FOUCAULT, Michel. O acontecimento para além do acontecimento: uma ferramenta heurística. In: FRANÇA, Vera; OLIVEIRA, Luciana de (org.). **Acontecimento: reverberações**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012. p. 39-51.

FOUCAULT, Michel. O crime e o trabalho de individuação do acontecimento no espaço midiático. **Caleidoscópico**, Lisboa, n. 10, p. 1-14, set. 2011. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/view/3535/2588>. Acesso em: 17 dez. 2018.

FOUCAULT, Michel. O objeto e a pesquisa em comunicação: uma abordagem relacional. In: MOURA, Cláudia Peixoto de; LOPES, Maria Immacolata Vassallo de (org.). **Pesquisa em comunicação: metodologias e práticas acadêmicas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016. p. 153-174.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.

FRANÇA, Vera. Discutindo o modelo praxiológico da comunicação: controvérsias e desafios da análise comunicacional. In: FRANÇA, Vera; SIMÕES, Paula (org.). **O modelo praxiológico e os desafios da pesquisa em comunicação**. Porto Alegre: Sulina, 2018. p. 89-117.

FRANÇA, Vera; ALMEIDA, Roberto. O acontecimento e seus públicos: um estudo de caso. **Contemporânea**, Salvador, v. 6, n. 2, p. 1-24, 2008. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/view/3535/2588>. Acesso em: 17 dez. 2018.

FRANÇA, Vera; OLIVEIRA, Luciana de (org.). **Acontecimento**: reverberações. Belo Horizonte: Autêntica, 2012b.

FRANÇA, Vera; OLIVEIRA, Luciana de. Apresentação. *In*: FRANÇA, Vera; OLIVEIRA, Luciana de (org.). **Acontecimento**: reverberações. Belo Horizonte: Autêntica, 2012a. p. 7-18.

G1 AM. Populares fazem 'selfie' com suspeito de arrastão após tentativa de linchamento em Manaus. **G1**, Rio de Janeiro, p. 1-5, 1 jun. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/dupla-suspeita-de-arrastao-e-presa-apos-ser-agredida-por-populares-em-manaus.ghtml>. Acesso em: 4 jan. 2020.

G1 MA. Inquérito aponta oito envolvidos em linchamento no MA, diz delegado. **G1**, Rio de Janeiro, p. 1-6, 7 ago. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2015/08/inquerito-aponta-oito-envolvidos-em-linchamento-no-ma-diz-delegado.html>. Acesso em: 13 dez. 2019.

GALTUNG, Johan; RUGE, Mari Holmboe. A estrutura do noticiário estrangeiro: a apresentação das crises do Congo, Cuba e Cipro em quatro jornais estrangeiros. *In*: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo**: questões, teorias e “estórias”. 2. ed. Lisboa: Vega, 1999. p. 61-73.

GALVÃO, Walnice Nogueira. **No calor da hora**: a Guerra de Canudos nos jornais. 4. ed. Recife: Cepe, 2019. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=ZPurDwAAQBAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 21 mar. 2020.

GARCIA, José. Linchamento, um motivo de orgulho para Araras. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, p. 18, 23 dez. 1984. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19841223-33685-nac-0018-999-18-not>. Acesso em: 13 dez. 2019.

GARLAND, David. Penal excess and surplus meaning: public torture lynchings in 20th century America. **Law & Society**, [Amherst], v. 39, p. 1-63, dez. 2005. Disponível em: <http://www.umass.edu/legal/Hilbink/250/Garland.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2018.

GARRIDO, Tony; LAZÃO; DA GAMA; FARIAS, Bino. A estrada. Intérprete: Cidade Negra. *In*: CIDADE NEGRA. Hits. Rio de Janeiro: Sony Music, 1999. 1 CD. Faixa 4. p. 2. Encarte.

GIORNI di gloria. Direção: Giuseppe De Santis; Luchino Visconti; Marcello Pagliero; Mario Serandrei. Produção: Fulvio Ricci. Itália; Suíça: Titanus; ANPI; Cinéac; Ministero delle Terre Occupate; Comando delle Divisioni Garibaldine Zona Valsesia;

PWB Film Division, 1945. *On-line* (107 min.). Disponível em: <https://vimeo.com/303284185>. Acesso em: 14 abr. 2019.

GOMES, José Edson. Baixada no rastro da violência. **O Globo**, Rio de Janeiro, p. 23, 11 mar. 1973. Disponível em: <http://www.umass.edu/legal/Hilbink/250/Garland.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2019.

GOMES, Pedro Gilberto. **Dos meios à midiatização**: um conceito em evolução. São Leopoldo, RS: Unisinos, 2017.

GONÇALVES, Elizabeth de Moraes. Eliseo Verón: ecletismo e polêmica. **Comunicação & Sociedade**, São Bernardo do Campo, n. 25, p. 143-163, 1996.

HALL, Stuart; CHRITCHER, Chas; JEFFERSON, Tony; CLARKE, John; ROBERTS, Brian. A produção social das notícias. *In*: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo**: questões, teorias e “estórias”. 2. ed. Lisboa: Vega, 1999. p. 224-248.

HASS, Monica. **O linchamento que muitos querem esquecer**. 3. ed. Chapecó, SC: Argos, 2013.

HASS, Monica. **O linchamento que muitos querem esquecer**. Chapecó, 1950-1956. Chapecó, SC: Argos, 2003.

HD.

HENN, Ronaldo. Acontecimento em rede: crises e processos. *In*: LEAL, Bruno Souza; ANTUNES, Elton; VAZ, Paulo Bernardo (org.). **Jornalismo e acontecimento**: percursos metodológicos. Florianópolis: Insular, 2011. p. 79-96.

HENN, Ronaldo. Apontamentos sobre o ciberacontecimento: o caso Amanda Tood. *In*: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS. 22., 2013, Salvador. **Anais eletrônicos [...]** Salvador: Compós, 2013a. p. 1-17. Disponível em: http://compos.org.br/data/biblioteca_2068.pdf. Acesso em: 6 dez. 2018.

HENN, Ronaldo. Jornalismo em rede, conectividades e as reconstituições dos memes do fascismo. *In*: ENCONTRO ANUAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO. 17., 2019, Goiânia. **Anais eletrônicos [...]**. Goiânia: Sbpjor, [2020?]. No prelo.

HENN, Ronaldo. O acontecimento em sua dimensão semiótica. *In*: BENNETI, Marcia; FONSECA, Virgínia Pradelina da Silveira (org.). **Jornalismo e acontecimento**: mapeamentos críticos. Florianópolis: Insular, 2010. p. 77-93.

HENN, Ronaldo. O ciberacontecimento. *In*: VOGEL, Daisi; MEDITSCH, Eduardo; SILVA, Gislene (org.). **Jornalismo e acontecimento**: tramas conceituais. Florianópolis: Insular, 2013b. p. 31-48.

HENN, Ronaldo. Os mortos vivem no twitter: outras camadas da morte como acontecimento. *In*: MAROCCO, Beatriz; BERGER, Christa; HENN, Ronaldo (org.).

Jornalismo e acontecimento: diante da morte. Florianópolis: Insular, 2012. p. 111-130.

HENN, Ronaldo. Seis categorias para o ciberacontecimento. *In*: NAKAGAWA, Regiane Miranda; SILVA, Alexandre Rocha (org.). **Semiótica da Comunicação II**. São Paulo: Intercom, 2015, p. 208-227.

HENN, Ronaldo; HÖEHR, Kellen Mendes; BERWANGER, Gabriela Inácio. Transformações do acontecimento nas redes sociais: das mobilizações contra a homofobia à crise de dupla sertaneja. **Brazilian Journalism Research**, [Brasília], v. 8, n. 1, p. 100-117, 2012. Disponível em: <https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/viewFile/392/367>. Acesso em: 6 dez. 2018.

HEPP, Andreas. As configurações comunicativas de mundos midiaticizados: pesquisa da midiaticização na era da “mediação de tudo”. **Matrizes**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 45-64, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/da3f/b1fc5babf42d14fa54e24b5834e41e0bae58.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2019.

HJARVARD, Stig. Midiaticização: teorizando a mídia como agente de mudança social e cultural. *In*: **Matrizes**, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 53-92, jan./jun./2012. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/download/38327/41182/%3E.%20Acesso%20em:%2016%20nov.%202018>. Acesso em: 20 dez. 2019.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Sales. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

INFORZATO, Tiago. Linchamento em Umuarama. **Power Guido Fest**, [s.l.], p. 1-7, 22 dez. 2009. Disponível em: <http://powerguidofest.blogspot.com/2009/12/linchamento-em-umuarama.html>. Acesso em: 24 jul. 2019.

INJUSTIÇA com as próprias mãos. Banco de dados mostra painel trágico dos linchamentos no Brasil. **Pesquisa Fapesp**, São Paulo, p. 64-67, out. 2000.

JOAS, Hans. Interacionismo simbólico. *In*: GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan (org.). **Teoria Social Hoje**. São Paulo: UNESP, 1999. p. 127-174.

JOHNSON, Telma Sueli Pinto. A natureza do acontecimento público: uma análise do caso Tancredo Neves 25 anos depois. *In*: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS. 19., 2010, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos [...]**. Rio de Janeiro: Compós, 2010. p. 1-16. Disponível em: http://compos.com.puc-rio.br/media/gt4_telma_johnson.pdf. Acesso em: 31 maio 2019.

JUNQUEIRA, Leandro Gama. **Vida, caminho e verdade:** poética do destino. 2013. 240 f. Tese (Doutorado em Ciência da Literatura) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <http://www.posciencialit.letras.ufrj.br/images/Posciencialit/td/2013/Teses/LeandroGama.pdf.pdf>. Acesso em: 31 out. 2018.

KLahr, Marco Lara; BARATA, Francesc. **Nota(n) roja**. La vibrante historia de un género y una nueva manera de informar. México: Debate, 2009.

LAGE, Leandro. Acontecimento e mediatização: entre o determinismo e a contingência. **Comtempo**, São Paulo, v. 2, a. 3, p. 1-12, dez. 2011. Disponível em: <http://www.academia.edu/download/39622321/7916-19733-1-PB.pdf>. Acesso em: 8 mar. 2019.

LAGE, Nilson. **Estrutura da notícia**. 6. ed. São Paulo: Ática, 2006.

LEAL, Bruno Souza. No embate entre tática e estratégias, o fluir e a fabulação do acontecimento. *In*: VOGEL, Daisi; MEDITSCH, Eduardo; SILVA, Gislene (org.). **Jornalismo e acontecimento**: tramas conceituais. Florianópolis: Insular, 2013. p. 135-158.

LEAL, Bruno Souza; ANTUNES, Elton. O acontecimento como conteúdo: limites e aplicações de uma metodologia. *In*: LEAL, Bruno Souza; ANTUNES, Elton; VAZ, Paulo Bernardo (org.). **Jornalismo e acontecimento**: percursos metodológicos. Florianópolis: Insular, 2011. p. 17-36.

LEAL, Bruno Souza; ANTUNES, Elton; VAZ, Paulo Bernardo (org.). **Jornalismo e acontecimento**: percursos metodológicos. Florianópolis: Insular, 2011.

LEAL, Bruno Souza; VAZ, Paulo Bernardo; ANTUNES, Elton. De quem é a agenda? *In*: BENETTI, Marcia; FONSECA, Virgínia Pradelina da Silveira (org.). **Jornalismo e acontecimento**: mapeamentos críticos. Florianópolis: Insular, 2010. p. 221-239.

LEAL, José. O linchamento de Chapecó. **O Cruzeiro**, Rio de Janeiro, p. 114-120, a. 13, n. 4, 11 nov. 1950. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=003581&PagFis=332>. Acesso em: 24 jan. 2020.

LÉDA, Gilberto. Vídeo mostra linchado ainda vivo amarrado a poste. **Gilberto Léda**, [São Luís], p.1, 10 jul. 2015. Disponível em: <https://gilbertoleda.com.br/2015/07/10/video-mostra-linchado-ainda-vivo-amarrado-a-poste>. Acesso em: 16 dez. 2019.

LEIA trechos do depoimento do cinegrafista. **Diário de Cuiabá**, Cuiabá, n. 9792, p. 1-2, 26 nov. 2000. Disponível em: <http://www.diariodecuiaba.com.br/detalhe.php?cod=30995>. Acesso em: 25 jul. 2019.

LIMA, Hermeto. O Corsário. **Revista da Semana**, Rio de Janeiro, p. 30, a. 25, n. 38, 13 set. 1924. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/025909/per025909_1924_00038.pdf. Acesso em: 25 jul. 2019.

LINCHADO após matar dois no samba. **O Globo**, Rio de Janeiro, p. 13, 2 fev. 1981. Grande Rio.

LINCHADOR prêso e cúmplices em fuga. **O Globo**, Rio de Janeiro, p. 15, 2 jan. 1970.

LINCHAMENTO de Lula. Cotidiano. **Comente.me**, [s.l.], p. 1-2, 10 fev. 2016a. Disponível em: <https://www.comente.me/2016/02/10/linchamento-de-lula>. Acesso em: 13 dez. 2019.

LINCHAMENTO que chocou o Paraná e o Brasil completa 30 anos. **O Bemdito**, Umuarama, p. 1-2, 23 dez. 2016b. Disponível em: <http://www.obemdito.com.br/noticias-umuarama/linchamento-que-chocou-o-parana-e-o-brasil-completa-30-anos/8043>. Acesso em: 24 jan. 2020.

LINCHAMENTO, um novo dado no quadro negro. **O Globo**, Rio de Janeiro, p. 2, 19 fev. 1978. *Jornal da Família*.

LITWACK, Leon F. Hellhounds. *In*: ALLEN, James; ALS, Hilton; LEWIS, Congressman John; LITWACK, Leon F. **Without sanctuary**: lynching photography in America. Santa Fe: Twin Palms Publishers, 2000. p. 8-37.

LOBO, Rafael de Almeida Ávila; COUTINHO FILHO, Max Suel Dummer. Linchamentos em rede: justiça e violência-resposta na internet. **Norus**, Pelotas, RS, v. 5, n. 7, p. 190-216, jan./jul. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/NORUS/article/view/11157/7728>. Acesso em: 13 jul. 2018.

LOUREIRO, Joanice Pierini. Dez anos depois, Matupá tenta esquecer chacina. **Diário de Cuiabá**, Cuiabá, p. 1-2, n. 9792, 26 nov. 2000. Disponível em: www.diariodecuiaba.com.br/detalhe.php?cod=30994. Acesso em: 25 maio 2019.

LOUZA, Sidnei. **Casamentos**. [S.l.]. Disponível em: <https://www.casamentos.com.br/fotografo-casamento/sidnei-louza--e108692>. Acesso em: 21 jun. 2019.

LUHMANN, Niklas. **A realidade dos meios de comunicação**. São Paulo: Paulus, 2005.

LUNGARETTI, Celso. O linchamento moral de William Waack é repulsivo e vergonhoso. **Náufrago da Utopia**, [s.l.], p. 1-5, 10 nov. de 2017. Disponível em: <https://naufrago-da-utopia.blogspot.com/2017/11/o-linchamento-moral-de-william-waack-e.html>. Acesso em: 13 dez. 2019.

LYNCHING. Opinions. **The Crisis**, New York, v. 10, n. 2, p. 71-72, June 1915. Disponível em: <https://www.marxists.org/history/usa/workers/civil-rights/crisis/0600-crisis-v10n02-w056.pdf>. Acesso em: 2 jan. 2019.

MANUEL de Souza Brito. **O Comercio de São Paulo**, São Paulo, a. 5, n. 1190, p. 1, 21 fev. 1897. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=227900&pagfis=15160>. Acesso em: 13 dez. 2019.

MARCONDES FILHO, Ciro. Mediacriticism ou o dilema do espetáculo de massas. In: PRADO, José Luiz Aidar. **Críticas das práticas midiáticas**: das sociedades de massa às ciberculturas. São Paulo: Hacker Editores, 2002. p. 14-26.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARINATTO, Luã. Vídeo exclusivo mostra suspeitos de linchamento no Maranhão. **Extra**, Rio de Janeiro, p. 1-39, 10 jul. 2015. Disponível em: <https://extra.globo.com/casos-de-policia/video-exclusivo-mostra-suspeitos-de-linchamento-no-maranhao-rv1-1-16729443.html>. Acesso em: 16 dez. 2019.

MAROCCO, Beatriz; BERGER, Christa; HENN, Ronaldo (org.). **Jornalismo e acontecimento**: diante da morte. Florianópolis: Insular, 2012.

MARTINS, José de Souza. As condições do estudo sociológico dos linchamentos no Brasil. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 9, n. 25, p. 295-310, 1995. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v9n25/v9n25a22.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2013.

MARTINS, José de Souza. Linchamento, o lado sombrio da mente conservadora. **Tempo Social**, São Paulo, v. 8, n. 2. p. 11-26, out. 1996. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ts/article/view/86293/88957>. Acesso em: 29 abr. 2013.

MARTINS, José de Souza. **Linchamentos**: a justiça popular no Brasil. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015a.

MARTINS, José de Souza. **Linchamentos**: a justiça popular no Brasil. São Paulo, 2015c. Disponível em: https://www.amazon.com.br/dp/B00ULI0P7O/ref=rdr_kindle_ext_tmb. Acesso em: 13 dez. 2019.

MARTINS, José de Souza. O papel do linchamento virtual no Brasil, segundo o cientista social José Martins. [Entrevista cedida a] Mauro Donato, **Diário do Centro do Mundo**, São Paulo, 18 mar. 2015b. Disponível em: <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/entrevista-o-papel-do-linchamento-virtual-no-brasil-segundo-o-cientista-social-jose-martins>. Acesso em: 21 dez. 2019.

MARTINS, José de Souza. Quinhentos mil contra um. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 17 fev. 2008. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/suplementos,quinhentos-mil-contra-um,125893,0.htm>. Acesso em: 20 fev. 2019.

MATÉRIA da TV sobre o linchamento em Umuarama, PR. (Dez/1986). [S. l.: s. n.], [2010?]. 1 vídeo (9 min). Publicado pelo canal SartelEd. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OS2ROYjLf28>. Acesso em: 24 jan. 2020.

MCLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensão do homem**. São Paulo: Cultrix, 1974.

MCLUHAN, Marshall. Visão, som e fúria. *In*: LIMA, Luiz Costa. **Teoria da cultura de massa**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 153-162.

MEAD, George Herbert. **Espírito, persona y sociedad**: desde el punto de vista del conductismo social. Buenos Aires: Editorial Paidós, 1972.

MEDITSCH, Eduardo. Jornalismo e construção social do acontecimento. *In*: BENETTI, Marcia; FONSECA, Virgínia Pradelina da Silveira (org.). **Jornalismo e acontecimento**: mapeamentos críticos. Florianópolis: Insular, 2010. p. 19-42.

MELLO, Thiago de. **Faz escuro mas eu canto**: porque a manhã vai chegar. 15. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira. 2006.

MENANDRO, Paulo Rogério Meira; SOUZA, Lídio de. **Linchamentos no Brasil**: a justiça que não tarda, mas falha: uma análise a partir de dados obtidos através da imprensa escrita. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1991.

MENDONÇA, Kleber. **A punição pela audiência**: um estudo do Linha Direta. Rio de Janeiro: Quartet, 2002.

MENEZES, Raimundo de. O Linchamento de Apulcro de Castro. **Folha da Noite**, São Paulo, p. 5, 12 jul. 1946. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=36188&anchor=5072433&pd=4fd825d2952f8bc600fca8460ca2efcc>. Acesso em: 13 dez. 2019.

MIRANDA, Antonio. **Nelson Capucho**. [S.l.], 2010. Disponível em: http://www.antoniomiranda.com.br/poesia_brasis/parana/nelson_capucho.html. Acesso em: 11 dez. 2019.

MORAES, Cristina de. Espaços e relações de poder em Chapecó/SC na década de 1950. **Confins**, [s.l.], v. 21, 2014. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/9646>. Acesso em: 31 maio 2019.

MORREU amarrado ao poste no Jardim do Linchamento. **O Globo**, Rio de Janeiro, p. 21, 20 jan. 1970.

MULTIDÃO amarra e lincha assaltante. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, p. 35, 12 fev. 1978. Geral. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19780212-31567-nac-0035-999-35-not>. Acesso em: 13 dez. 2019.

MULTIDÃO invade delegacia e lincha seis presos a pau e pedra. **O Globo**, Rio de Janeiro, p. 6, 26 jan. 1983. O País.

NASCIMENTO, Cecília Lana. **Acontecimento midiático e ressonâncias pragmáticas**: a produção de sentido em torno de crimes passionais. 2010. 118 f. Monografia (Graduação em Comunicação Social) – Universidade de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010. Disponível em:

<https://tigubarcelos.files.wordpress.com/2011/02/monografia.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2019.

NATAL, Ariadne Lima. **30 anos de linchamentos na região metropolitana de São Paulo**: 1980-2009. 2012. 176 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-18042013-121535/publico/2012_AriadneLimaNatal_VCorr.pdf. Acesso em: 13 jul. 2018.

NEVES, Rômulo Figueira. **Acoplamento estrutural, fechamento operacional e processos sobrecomunicativos na teoria dos sistemas sociais de Niklas Luhmann**. 2005. 148 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-02102005-215154/publico/Luhmann.pdf>. Acesso em: 31 maio. 2018.

NORA, Pierre. O regresso do acontecimento. *In*: LE GOFF, Jacques. **Fazer História**. São Paulo: Bertrand, 1974. p. 243-262.

ÓDIO alimenta onda de linchamentos na Bahia. **O Globo**, Rio de Janeiro, p. 13, 5 abr. 1987. O País.

OLIVEIRA, Antônio de. Sem canudo e sem ética. *In*: Fenaj (org.). **Formação superior em Jornalismo**: uma exigência que interessa à sociedade. 2. ed. Florianópolis: Imprensa da UFSC, 2002. p. 125-127. Disponível em: <https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2014/03/livro11.pdf>. Acesso em: 6 jan. 2020.

OLIVEIRA, Felipe Moura de; HENN, Ronaldo. Movimentos em rede e ocupação do espaço público: limites e possibilidades ante a crise do jornalismo. **Contemporânea**, Salvador, v. 12, n. 1, p. 39-54, jan./abr. 2014. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/viewFile/9807/7544>. Acesso em: 19 dez. 2018.

OLIVEIRA, Gilberto Maringoni de. **Angelo Agostini**: ou impressões de uma viagem da corte à capital federal (1864-1910). 2006. 335 f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-15092006.../AGOSTINImaringoni.pdf. Acesso em: 22 jul. 2019.

PEIRCE, Charles Sanders. **The collected papers of Charles Sanders Peirce**. Charlottesville: IntelLex, 2002.

PENHA do Rio do Peixe. **Gazeta Paranaense**, Curitiba, n. 91, p. 2, 25 abr. 1888. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=242896&pagfis=2554&url=http://memoria.bn.br/docreader#>. Acesso em: 14 jun. 2019.

PETRAGLIA, Laura. Sentença que mandava PM a júri por chacina é anulada. Olhar Jurídico, Cuiabá, p. 1-2, 19 fev. 2013. Disponível em:

<https://www.olhardireto.com.br/juridico/noticias/exibir.asp?id=6975¬icia=sentenca-que-mandava-pm-a-juri-por-chacina-e-anulada>. Acesso em: 27 jan. 2020.

PIMENTEL, Aldenor. Circulação de discursos em jornais *on line* brasileiros sobre execução sumária e crimes hediondos: percurso metodológico. *In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL: COMUNIDADE, MÍDIA E CIDADE*, 1., 2013, Goiânia. **Anais [...]**. Goiânia: FIC/UFG; Funape, 2013. p. 123-131.

PIMENTEL, Aldenor. **Morte bandida e cidadania virtual**: notícias sobre justiça com as próprias mãos. Boa Vista: Editora da UFRR, 2016.

PIMENTEL, Aldenor. O adiante da circulação: uma contribuição ao debate epistemológico. *In: COLÓQUIO SEMIÓTICA DAS MÍDIAS*, 6., 2016, Japaratinga, AL. **Anais eletrônicos [...]**. Japaratinga, AL: UFAL, 2017. p. 1-9.

POGREBINSCHI, Thamy. **Pragmatismo**: teoria social e política. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2005.

POVO lincha e queima assassinos. **O Globo**, Rio de Janeiro, p. 7, 24 dez. 1986. O País.

PRADO, José Luiz Aidar. Política do acontecimento. **Famecos**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 495-520, maio/ago. 2013. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/14103/1002>. Acesso em: 17 dez. 2018.

QUÉRÉ, Louis. A dupla vida do acontecimento: por um realismo pragmatista. *In: FRANÇA, Vera; OLIVEIRA, Luciana de (org.). Acontecimento: reverberações*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012. p. 21-38.

QUÉRÉ, Louis. A individualização dos acontecimentos no quadro da experiência pública. **Caleidoscópio**, Lisboa, n. 10, p. 13-37, set. 2011. Disponível em: <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/caleidoscopio/article/view/3703/2484>. Acesso em: 31 maio 2019.

QUÉRÉ, Louis. Alguns desafios atuais da análise da Comunicação. *In: FRANÇA, Vera; SIMÕES, Paula (org.). O modelo praxiológico e os desafios da pesquisa em comunicação*. Porto Alegre: Sulina, 2018a. p. 51-88.

QUÉRÉ, Louis. De um modelo epistemológico da comunicação a um modelo praxiológico. *In: FRANÇA, Vera; SIMÕES, Paula (org.). O modelo praxiológico e os desafios da pesquisa em comunicação*. Porto Alegre: Sulina, 2018b. p. 15-48.

QUÉRÉ, Louis. Entre o facto e sentido: a dualidade do acontecimento. **Trajectos**, Lisboa, n. 6, p. 59-72, 2005.

QUÉRÉ, Louis. Por uma abordagem pragmatista dos acontecimentos. [Entrevista cedida a] Leandro Lage e Tiago Salgado, **Eco-Pós**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 176-183, fev. 2014. Disponível em:

https://revistas.ufrj.br/index.php/eco_pos/article/view/1213/1150. Acesso em: 27 nov. 2018.

RAMOS, Silvia; PAIVA, Anabela. **Mídia e violência**: tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.

REPORTAGEM mostra casos de linchamento no Maranhão. [S. l.: s. n.], [2015]. 1 vídeo (5 min). Publicado pelo canal Luis Pablo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3JKGODzUJ7s>. Acesso em: 24 jan. 2020.

RICOEUR, Paul. **Del texto a la acción**. Ensayos de hermenéutica II. 2. ed. México: Fondo de Cultura Económica, 2002.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Campinas, SP: Papyrus, 1994. t. 1.

RIGON, Angelo. A fúria umuaramense. **Blog do Rigon**, [s. l.], p. 1-6, 13 nov. 2007, Disponível em: <http://angelorigon.blogspot.com/2007/11/fria-umuaramense.html>. Acesso em: 24 jul. 2019.

RODRIGUES, Danielle. O círculo da punição: O linchamento como cena de acusação e denúncia criminal. **Dilemas**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 4, p. 625-643, out./dez. 2013. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/download/7439/5982>. Acesso em: 31 maio 2019.

ROZENDO de Souza Brito. **O Commercio de São Paulo**, São Paulo, a. 5, n. 1191, p. 1, 13 fev. 1897. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=227900&pagfis=15160>. Acesso em: 13 dez. 2019.

RUFINO, Eliakin. Luta e prazer. **CarNAvalha**, [s. l.], 26 ago. 2009. Disponível em: <http://carnavalhagumes.blogspot.com/2009>. Acesso em: 6 jan. 2020.

RUSSO, Renato. Índios. Intérprete: Legião Urbana. *In*: LEGIÃO URBANA. Dois. Guarulhos, SP: Emi-Odeon, 1986. 1 CD. Faixa 12. p. 16-17. Encarte.

SALLES, Fernando; SACRAMENTO, Igor. O espetáculo da violência: uma análise sobre a exibição de vídeos de linchamentos na internet. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 37., 2014, Foz do Iguaçu, PR. **Anais eletrônicos [...]**. São Paulo: Intercom, 2014. p. 1-14. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2014/resumos/R9-1818-2.pdf>. Acesso em: 7 jul. 2018.

SANTOS, Lulu; MOTTA, Nelson. **Como uma onda**. Letras, Belo Horizonte, 2020. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/lulu-santos/47132>. Acesso em: 6 jan. 2020.

SANTOS, Valéria Oliveira. **Mortes, trajetórias e reputações**: um estudo antropológico das repercussões de um linchamento. 2004. 104 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004. Disponível em:

https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/2405/dissertacao_valeria_oliveira_santos.pdf;jsessionid=2DB743AD8F493711CB5303657FE83E0C?sequence=1. Acesso em: 31 maio 2019.

SÁVIO, Fernando. Marginais linchados em Parelheiros. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, p. 12, 23 dez. 1984. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/publicados/1983/12/23/m/19831223-33375-nac-0012-999-12-not.jpg>. Acesso em: 13 dez. 2019.

SF NOTÍCIAS. Acusado de roubar bolsa, homem é linchado e queimado vivo na Zona Norte do Rio. **SF Notícias**, São Fidélis, 5 jul. 2017. Facebook: @SFnoticias. Disponível em: [https://www.facebook.com/SFnoticias/posts/1496991123677155?__xts__\[0\]=68.ARA C4K_4N2Td3KJVHjSTswR9i-FNsxB- PkRNxV6w_YjshgVeTlyfRkN2nGoYGd3ICrkFX2i7IzIFHY4JNkFWEmhA13uIWyqJp m3_LuQY4AH7BVS_EhoxYKShiScPuNe4IQcaNcmMee03wSzFN_ydFeu5JfEYoz7u LmW7KgiSBxbT5xB-47BTusmf- 1rd7AuvKjU0eTgaa4iyL7g2qMyZbQQZS5EziYHL1nEOzWMQFuQwkj4Am_I6bu0V7 V_6S7ivJG3SrmfkuGzTN3nvHlsF8bOjBy4Cv0vygE_v0w1RAg7zIE0x7eWG9HLqBwj 2vUNJoRq-BzquOc51WsaQd0xDSzF0A&__tn__=-R](https://www.facebook.com/SFnoticias/posts/1496991123677155?__xts__[0]=68.ARA C4K_4N2Td3KJVHjSTswR9i-FNsxB- PkRNxV6w_YjshgVeTlyfRkN2nGoYGd3ICrkFX2i7IzIFHY4JNkFWEmhA13uIWyqJp m3_LuQY4AH7BVS_EhoxYKShiScPuNe4IQcaNcmMee03wSzFN_ydFeu5JfEYoz7u LmW7KgiSBxbT5xB-47BTusmf- 1rd7AuvKjU0eTgaa4iyL7g2qMyZbQQZS5EziYHL1nEOzWMQFuQwkj4Am_I6bu0V7 V_6S7ivJG3SrmfkuGzTN3nvHlsF8bOjBy4Cv0vygE_v0w1RAg7zIE0x7eWG9HLqBwj 2vUNJoRq-BzquOc51WsaQd0xDSzF0A&__tn__=-R). Acesso em: 20 dez. 2019.

SILVA, Arthur Santos da. Silval Barbosa será escoltado para depor em júri sobre chacina de Matupá. **Olhar Jurídico**, Cuiabá, p. 1-2, 4 abr. 2016. Disponível em: <https://www.olharjuridico.com.br/noticias/exibir.asp?id=31856¬icia=silval-barbosa-sera-escoltado-para-depor-em-juri-sobre-chacina-de-matupa>. Acesso em: 16 dez. 2019.

SILVA, Maria Antonia Couto da. O Grupo Grimm: a renovação da pintura de paisagem e a repercussão na imprensa no fim do século XIX. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM ARTES PLÁSTICAS, 26., 2017, Campinas. **Anais eletrônicos [...]**. Campinas: Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2017. p. 3407-3419. Disponível em: http://anpap.org.br/anais/2017/PDF/HTCA/26encontro_____SILVA_Maria_Antonia_Couto_da.pdf. Acesso em: 5 jul. 2019.

SILVA, Maria Terezinha da. Acontecimento: evocando sentidos, provocando ações: uma análise do “Mensalão”. **Intexto**, Porto Alegre, n. 30, p. 72-92, jul. 2014. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/intexto/article/view/47822/30387>. Acesso em: 31 maio 2019.

SILVAL Barbosa será escoltado para depor em júri sobre chacina de Matupá. **Alta Notícias**, Alta Floresta, p. 1-2, 5 abr. 2016a. Disponível em: www.altanoticias.com/2016/04/silval-barbosa-sera-escoltado-para.html?m=1. Acesso em: 27 maio 2019.

SILVAL Barbosa será escoltado para depor em júri sobre chacina de Matupá. **DN Notícias**, Vale do Juruena, p. 1, 6 abr. 2016b. Disponível em: www.dnnoticias.com.br/2016/04/o-ex-governador-de-mato-grosso-silval.html. Acesso em: 27 maio 2019.

SILVAL Barbosa será escoltado para depor em júri sobre chacina de Matupá. **Olhar Cidade**, Matupá, p. 1, 5 abr. 2016c. Disponível em: <https://olharcidade.com.br/noticia/1241/silval-barbosa-sera-escoltado-para-depor-em-juri-sobre-chacina-de-matupa>. Acesso em: 31 maio 2019.

SIMÕES, Paula Guimarães. A potencialidade do conceito de acontecimento para a análise da imagem pública. **Líbero**, São Paulo, v. 14, n. 28, p. 129-140, dez. de 2011. Disponível em: <http://seer.casperlibero.edu.br/index.php/libero/article/view/345/319>. Acesso em: 31 maio 2019.

SIMÕES, Paula Guimarães. Acontecimento, mídia e experiência: uma perspectiva para a análise das celebridades. **Teoria & Sociedade**, Belo Horizonte, p. 10-39, n. 20, jul./dez. 2012a.

SIMÕES, Paula Guimarães. **O acontecimento Ronaldo**: a imagem pública de uma celebridade no contexto social contemporâneo. 2012b. 282 f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012b. Disponível em: http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/BUOS-8YQ9NQ9/tese_completa_final__biblioteca_com_ficha_catalogr_fica_.pdf?sequence=1. Acesso em: 21 mar. 2019.

SINGER, Helena. **Discursos desconcertados**: linchamentos, punições e direitos humanos. São Paulo: Humanitas; FFLCH; USP; Fapesp, 2003.

SINHORETTO, Jacqueline. Linchamentos: insegurança e revolta popular. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 3, n. 4, p. 72-92, fev./mar. 2009. Disponível em: <http://www.observatoriodeseguranca.org/files/artigo%20jaqueline.pdf>. Acesso em: 31 maio 2019.

SINHORETTO, Jacqueline. **Os justiçadores e sua justiça**: linchamentos, costume e conflito. 2001. 206 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001. Disponível em: <http://www.nevusp.org/downloads/down175.pdf>. Acesso em: 31 maio 2019.

SODRÉ, Muniz. **A narração do fato**: notas para uma teoria do acontecimento. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

SOSTER, Demétrio de Azeredo. Dialogia e atorização: características do jornalismo midiaticizado. **Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo**, Brasília, v. 5, n. 16, p. 4-20, jan./jun. 2015. Disponível em: <http://www.fnpj.org.br/rebej/ojs/index.php/rebej/article/viewFile/341/244>. Acesso em: 30 ago. 2017.

SOUSA, Marco Túlio de. Bakhtin, Mead E Goffman: contribuições para uma perspectiva praxiológica da comunicação. **Temática**, João Pessoa, a. 9, n. 4, p. 1-15, abr. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/tematica/article/viewFile/22050/12120>. Acesso em: 19 dez. 2019.

SOUZA, Lídio de. Judiciário e exclusão: O linchamento como mecanismo de reafirmação de poder. **Análise Psicológica**, Lisboa, n. 2, v. 17, p. 327-338, 1999. Disponível em: http://repositorio.ispa.pt/bitstream/10400.12/5901/1/1999_2_327.pdf. Acesso em: 31 maio 2019.

TEIXEIRA, Will Montenegro; SANTA BRÍGIDA, Fabrício Borges; TEIXEIRA, Lucilinda Ribeiro. Jornalismo e violência: uma análise da cobertura de linchamento do jornal O Liberal de 2008 a 2012. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 10., 2015, Porto Alegre. **Anais eletrônicos [...]**. Porto Alegre: Alcar, 2015. p. 1-16. Disponível em: http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/10o-encontro-2015/gt-historia-da-midia-imprensa/jornalismo-e-violencia-uma-analise-da-cobertura-de-linchamento-do-jornal-o-liberal-de-2008-a-2012/at_download/file. Acesso em: 23 jun. 2018.

TELAROLLI, Rodolpho. **Poder local na república velha**. São Paulo: Nacional, 1977.

THE FINAL scene. **Jornal The Rio News**, Rio de Janeiro, p. 2, v. 15, n. 20, 15 jul. 1888b. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/349070/per349070_1888_00020.pdf. Acesso em: 13 dez. 2019.

TUCHMAN, Gaye. A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas. *In*: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega, 1999. p. 74-90.

TURELLA, Eduardo. Silval Barbosa será escoltado para depor em júri sobre chacina de Matupá. **Sorriso FM 99,1**, Sorriso, p. 1-3, 5 abr. 2016. Disponível em: www.radiosorriso.com.br/noticia/59932/mt%3A-silval-barbosa-sera-escoltado-para-depor-em-juri-sobre-chacina-de-matupa. Acesso em: 27 maio 2019.

VELOSO, Caetano. Cu do mundo. Intérprete: Caetano Veloso. *In*: CAETANO VELOSO. **Circuladô**. São Paulo: Philips/Polygram, 1991. 1 CD. Faixa 10. p. 6. Encarte.

VELOSO, Felipe Machado; RIBEIRO JÚNIOR, Humberto. A legitimação dos linchamentos a partir da narrativa midiática: uma análise da produção discursiva do “bandido” como ser matável. **Revista de Estudos Criminais**, Porto Alegre, v. 17, n. 68, p. 79-110, jan./mar. 2018. Disponível em: http://www.bdr.sintese.com/AnexosPDF/SRC_68_miolo.pdf. acesso em: 13 dez. 2019.

VELOSO, Felipe Machado; RIBEIRO JÚNIOR, Humberto. A mídia e o discurso de legitimação dos linchamentos: a transformação do suspeito em um ser matável na narrativa de um caso ocorrido em Vargem Alta/ES. *In*: ENCONTRO INTERNACIONAL DO CONPEDI MONTEVIDÉU – URUGUAI, 5., 2016, Montevidéo. **Anais eletrônicos [...]**. Montevidéo: CONPEDI/UdelaR/Unisinós/URI/UFMS/Univali/UPF/FURG, 2016. p. 134-149. Disponível em: <https://www.conpedi.org.br/publicacoes/910506b2/37p0p60l/0Wo4524QHVutlED9.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2018.

VERÓN, Eliseo. Do contrato de leitura às mutações na comunicação. *In*: MELO, José Marques de; GOBBI, Maria Cristina; HERBELÊ, Antonio Luiz Oliveira (org.). **A diáspora comunicacional que se fez escola latino-americana**: as idéias de Eliseo Verón. São Bernardo do Campo, SP: Cátedra Unesco/Methodista, 2008. p. 147-152.

VERÓN, Eliseo. Esquema para el análisis de la mediatización. **Diálogos de la Comunicación**, Lima, n. 48, p. 9-17, oct. 1997.

VERÓN, Eliseo. **Fragmentos de um tecido**. São Leopoldo, RS: Unisinos, 2004.

VERÓN, Eliseo. **La semiosis social**: fragmentos de una teoría de la discursividad. Barcelona: Gedisa, 1993.

VERÓN, Eliseo. Semiosis de lo ideológico y del poder. **Espacios de crítica y producción**, Buenos Aires, n. 1, p. 43-51, 1984.

VÍDEO mostra linchado ainda vivo amarrado a poste. **Isaias Rocha**, [São Luís], p. 1, 11 jul. 2015a. Disponível em: isaiasrocha.com.br/?p=1035. Acesso em: 16 dez. 2019.

VÍDEO mostra linchado ainda vivo amarrado a poste. **O Maior do Mundo**, Imperatriz, p.1-3, 11 jul. 2015b. Disponível em: omaiordomundobr.blogspot.com/2015/07/video-mostra-linchado-ainda-vivo.html. Acesso em: 16 dez. 2019.

VÍDEO mostra revolta de moradores que lincharam homem até a morte. Rio de Janeiro, Fantástico, 2015c. 1 vídeo (5 min). Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/4316967>. Acesso em: 23 maio 2019.

VINHAS, Tânia. Frase da semana: “Olho por olho e o mundo acabará cego” (Gandhi). **Superinteressante**, São Paulo, p. 1-5. 21 set. 2011. Superblog. Disponível em: <https://super.abril.com.br/blog/superblog/frase-da-semana-8220-olho-por-olho-e-o-mundo-acabara-cego-8221-gandhi>. Acesso em: 4 jan. 2020.

VOGEL, Daisi; MEDITSCH, Eduardo; SILVA, Gislene (org.). **Jornalismo e acontecimento**: tramas conceituais. Florianópolis: Insular, 2013.

WALDREP, Christopher. **The many faces of judge lynch**: extralegal violence and punishment in America. New York: Palgrave Macmillan, 2002.

WELLS, Ida B. **Crusade for justice**: the autobiography of Ida B. Wells. London: University of Chicago Press, 1970.

WHATSAPP Video 2017 07 05 at 08 29 01. [S. l.: s. n.], 2017b. 1 vídeo (2 min). 1 HD.

WHATSAPP Video 2017 07 05 at 08 28 09. [S. l.: s. n.], 2017a. 1 vídeo (26 seg). 1 HD.

WOLTERS, Wendy. Without sanctuary: bearing witness, bearing whiteness. **Jac**, Denton, v. 24, n. 2, p. 399-425, 2004. Disponível em: <http://www.jaconlinejournal.com/archives/vol24.2/wolters-without.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2018.

YOUTUBE. Políticas do YouTube. **Políticas sobre conteúdo violento ou explícito**. Santa Clara, 2019. Disponível em: <https://support.google.com/youtube/answer/2802008?hl=pt-BR>. Acesso em: 30 dez. 2019.

ZAMIN, Ângela; MAROCCO, Beatriz. Vertentes dos estudos de acontecimento. *In*: BENETTI, Marcia; FONSECA, Virgínia Pradelina da Silveira (org.). **Jornalismo e acontecimento**: mapeamentos críticos. Florianópolis: Insular, 2010. p. 97-120.